

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA *JÚLIO DE MESQUITA FILHO*
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA E LÍNGUA PORTUGUESA

CARLOS PIOVEZANI

**VERBO, CORPO E VOZ:
REFLEXÕES SOBRE O DISCURSO POLÍTICO BRASILEIRO
CONTEMPORÂNEO**

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA *JÚLIO DE MESQUITA FILHO*
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA E LÍNGUA PORTUGUESA

CARLOS PIOVEZANI

**VERBO, CORPO E VOZ:
REFLEXÕES SOBRE O DISCURSO POLÍTICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista *Júlio de Mesquita Filho*, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa.

**Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário Valencise
Gregolin**

ARARAQUARA

2007

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Rosário Valencise Gregolin

Prof. Dr. José Luiz Fiorin

Profa. Dra. Maria José Faria Rodrigues Coracini

Profa. Dra. Renata Coelho Marchezan

Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini

MEMBROS SUPLENTES

Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes

Prof. Dr. Pedro Navarro Barbosa

Profa. Dra. Eva Ucy Soto

CARLOS PIOVEZANI

VERBO, CORPO E VOZ:

REFLEXÕES SOBRE O DISCURSO POLÍTICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista *Júlio de Mesquita Filho*, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário Valencise Gregolin

Data de Aprovação

_____/_____/_____.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Rosário Valencise Gregolin

Prof. Dr. José Luiz Fiorin

Profa. Dra. Maria José Faria Rodrigues Coracini

Profa. Dra. Renata Coelho Marchezan

Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais,

*Meus Primeiros Mestres da Linguagem,
com quem aprendi, por atos e palavras, a conjugar os verbos dever e poder.
Por terem me ensinado, com rigor e doçura, alguns dos limites do mundo
e as tantas possibilidades da vida.*

AGRADECIMENTOS

À minha Orientadora, Professora Maria do Rosário Valencise Gregolin, que, como poucos, conjuga leveza e profundidade, por me guiar segura e docemente neste percurso, por me oferecer delicada e cuidadosamente tantas oportunidades. Por ter sugerido rumos, sem nunca impor uma única direção, por estar sempre aberta ao diálogo, sem jamais tolher minhas intuições. Enfim, por nunca ter cedido ao dogmatismo.

Ao meu Co-orientador estrangeiro, Prof. Jean-Jacques Courtine, pela imensa generosidade e honestidade intelectual, pela constante interlocução e pela amizade sincera. Por nunca pretender que eu fosse um seu discípulo e por me instigar na busca pela criatividade do pensamento. Em sua voz, não raras vezes, ouvi recitações de seu saudoso amigo, Michel de Certeau: “Penser, c’est passer, Carlos”.

Às Professoras Maria das Dores C. Vigário Marchi, minha orientadora na Iniciação Científica, no então CEUD/UFMS e na atual UFGD, e Renata F. Coelho Marchezan, minha orientadora no Mestrado, na UNESP/Araraquara, pela confiança e pelo incentivo, quando dos meus primeiros passos na pesquisa lingüística. Pelas primeiras e inesquecíveis orientações.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da FCL/UNESP-Araraquara, sobretudo àqueles com quem tive a grata satisfação de conviver mais proximamente e com quem tanto aprendi dentro e fora das salas de aula: ao Professor Arnaldo Cortina, à Professora Letícia Marcondes Rezende, ao Professor Luiz Carlos Cagliari, à Professora Marymarcia Guedes, à Professora Rosane Berlinck e à Professora Sílvia Dinucci Fernandes.

Aos Professores que contribuíram decisiva e intensamente não apenas para a escrita desta tese, mas, principalmente, para a minha formação como professor e pesquisador, durante meu

estágio de Doutorado no exterior: aos Professores Catherine Kerbrat-Orecchioni, Christian Delporte, Christian Puech, Claude Hagège, Dominique Maingueneau, Francine Mazière, Jacques Guilhaumou, Jean Hebrard, Marie-Anne Paveau, Sémir Badir, Sonia Branca Rosoff, Sophie Moirand e Sylvain Auroux,

Aos Professores José Luiz Fiorin, Maria José Coracini, Renata Marchezan, Sírio Possenti e Vanice Sargentini, pelo generoso incentivo, pelos preciosos comentários e pelas valiosas críticas e sugestões feitas no Exame de qualificação e na Defesa da Tese.

Aos funcionários da FCL/UNESP-Araraquara, particularmente aos da Seção de Pós-Graduação e da Biblioteca, pela prontidão de socorros indispensáveis das mais diversas ordens.

Aos companheiros de quatro gerações do GEADA, especialmente ao Adrian, à Amanda, à Bruna, à Cláudia, à Claudiana, ao Diogo, ao Euclésio, ao Fábio, à Fátima, à Flávia, à Ismara, ao Israel, ao João, à Kátia, à Lurdinha, à Marisa, à Máira, ao Marcos Lúcio, à Mônica, à Nádea, à Nilde, ao Nilton, ao Paulinho, ao Paulo Barbosa, ao Pedro, à Regina Baracuhy, à Regina Momesso, ao Renan, ao Roberto, à Roselene, à Socorro e à Ucy, pelas vicissitudes, que só foram superadas, e pelas conquistas, que só foram obtidas, por estarmos sempre juntos.

Ao Henrique, à Maysa e à Bete, por fazerem de cada encontro “um descanso na loucura”. Pela amizade sincera, pela cumplicidade constante e pelo apoio permanente que tanto extrapolam os limites da tese e que tocam as coisas do coração. Por me contarem os encantos do mundo, da floresta e de Rio Branco, que ainda hei de conhecer na mais perfeita companhia.

À Cida, à Leandra, à Mara Rúbia, à Marlene, ao Micael, à Rita, à Sirlene e à Taísa, por trazerem sorrisos e tranqüilidade a cada visita e por provarem que afeto e carinho nada devem à cronologia.

Ao Cleudemar e ao Tony, pelas calorosas acolhidas em Uberlândia, pelos queijos e doces mineiros. Pelas discussões teóricas e pelas tantas sugestões bibliográficas.

À família Sargentini, ao César, à Vanice, ao Henrique e ao André, pela alegria e leveza contagiantes e pelo apoio nas questões fundamentais.

Ao Pedro Navarro, ao Carlos Rubens de Souza Costa, ao Marcio Alexandre Cruz e à Luzmara Curcino, pela leitura atenta e rigorosa das primeiras versões deste trabalho.

Ao Jean Stringheta, pelas primeiras dicas sobre os elementos físicos da voz.

À CAPES, pela concessão das Bolsas no Brasil e na França.

Às minhas irmãs, Marlene e Janaina, por sempre me trazerem tão facilmente o sorriso na presença ou na lembrança.

E, especialmente, à Luzmara, pela beleza e poesia de uma vida a dois.

RESUMO

Com vistas a refletir sobre o discurso político-eleitoral brasileiro contemporâneo, fundamentamo-nos nos postulados da Análise do discurso, derivada dos trabalhos do Grupo em torno de Michel Pêcheux e de contribuições da obra de Michel Foucault, e concebemos os seguintes pressupostos que subsidiarão as considerações a serem aqui desenvolvidas: a) embora o atual discurso político eleitoral televisivo não seja manifesto somente por meio de pronunciamentos do candidato, trata-se de um tipo de fala pública; b) falar em público é uma prática histórica e, por essa razão, apresenta algumas continuidades relativas e diversas metamorfoses, ao longo da história; c) o discurso político possui certas propriedades que o distinguem de outros discursos e que o caracterizam; d) a emergência e a utilização de tecnologias da linguagem, neste caso, a televisão, em conjunto com transformações históricas, sociais e culturais, promoveram várias mudanças no discurso político; e) esse discurso apresenta novas formas semiológicas, formula-se em uma ampla gama de gêneros discursivos e explora as possibilidades abertas por sua circulação em um *medium* audiovisual; e f) uma abordagem discursiva que se detenha estritamente na linguagem verbal não será suficiente para interpretar a complexidade do discurso político contemporâneo. A concepção desses pressupostos conduziu-nos a avançar a hipótese de que muitos trabalhos em AD sobre o atual discurso político ainda não consideraram suficientemente suas novas formas, quando de sua transmissão pela televisão, nem tampouco exploraram satisfatoriamente sua dimensão histórica. Por essa razão, tentamos avaliar o alcance das análises já realizadas em AD sobre o discurso político e sugerir algumas possibilidades teóricas e analíticas para o desenvolvimento da capacidade heurística da Análise do discurso, em face das novas configurações do discurso político-eleitoral brasileiro. Para tanto, seguindo a proposta de uma Semiologia histórica, concebida por Jean-Jacques Courtine, empreendemos a conjunção entre a perspectiva discursiva e alguns aportes da História cultural, da Antropologia histórica e da Semiologia. Abordamos o discurso político televisivo contemporâneo, portanto, sob a égide da AD e inspirados pela Semiologia histórica e pelas disciplinas com as quais ela dialoga. Mediante uma rápida análise, que focaliza a produção de efeitos de verdade no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral do pleito de 2002 à Presidência da República, procuramos averiguar a viabilidade e avaliar a produtividade desse enfoque.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso político; Análise do discurso; Fala pública; Semiologia histórica; Corpo; Voz; Tecnologias de linguagem.

ABSTRACT

Based on the Discourse Analysis (AD) propositions, more closely on the works of Michel Pêcheux's group and the instruments of Michel Foucault's thoughts, this research attempts to reflect about the contemporary Brazilian voting political discourse. The assumptions that will support our considerations are the following: a) the current TV voting political discourse is not expressed only by the candidate speech, but it also can be considered one kind of public speech itself; b) making a speech is a historical perform, and therefore, in the course of history it presents relating continuities and several metamorphoses; c) the political discourse presents some attributes that make it different from other discourses and distinguish it from them; d) the urgency and the use of some language tools, in this case, the television, altogether with the cultural, social, political and historical transformations brought a number of changes to the contemporary political discourse; e) the present-day political discourse that shows new semiological forms states itself in an large variety of discursive genres, and it explores ostensible possibilities because of its circulation in the audiovisual media, as the television itself; f) a discursive approach that stands still rigorously upon the verbal language would not be enough to account for the complexity of the contemporary political discourse. All these assumptions lead us to raise the hypothesis that most studies on Discourse Analysis about the contemporary political discourse have not considered these new forms, not only the television broadcasting, and they have not explored its historical dimension either. For this reason, and considering the new patterns of Brazilian voting political discourse, we try to evaluate some analyses already done in this field and to suggest some analytical and theoretical possibilities to the development of the AD heuristic competence. In order to do so, we adopt Jean-Jacques Courtine's proposal concerning the Historical Semiology in an attempt to conjoin the discursive perspective and some Cultural History, Historical Anthropology, and Semiology notions. As a result, we approach the contemporary political discourse on television under the account of the AD inspired not only by the Historical Semiology, but also by the subjects that extend ideas among them. Through a brief analytical study we try to validate our research focusing on the 2002 broadcasting publicity for presidential campaign effects of truth. We also aim to validate its viability and evaluate the efficiency of this perspective.

KEY WORDS: Political discourse; Discourse Analysis; Public speech; Historical Semiology; Body; Voice; Language tools.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I	
FRAGMENTOS PARA UMA GENEALOGIA DA FALA PÚBLICA	
1.1 Antes do começo, algumas precisões.....	21
1.2 Transformações da fala pública na História	
1.2.1 Falar em público na Antigüidade.....	24
1.2.2 Falar em público na Idade Média.....	33
1.2.3 Falar em público na Idade Moderna.....	44
1.3 Gênese da fala pública no Brasil	
1.3.1 Falar em público nos primeiros tempos.....	56
1.3.2 Falar em público no final do século XIX.....	70
CAPÍTULO II	
SUMÁRIA CARACTERIZAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO	
2.1 Especulações sobre o "discurso político": entre o nome e o mito.....	96
2.1.1 Os quatro elementos: mitologia da legitimidade.....	97
2.1.2 Do ser pelo nome: extratos de uma pequena ontologia.....	104
CAPÍTULO III	
NOVAS FORMAS DO DISCURSO POLÍTICO: METAMORFOSES DISCURSIVAS E ATUALIZAÇÕES DISCIPLINARES	
3.1 Alguns descompassos entre a “vida” e a “ciência”.....	119
3.2 Contribuições transdisciplinares à Análise do Discurso: Por uma <i>semiologia histórica</i> do discurso político contemporâneo?.....	133
CAPÍTULO IV	
DA ESCUTA E DO OLHAR. A ESPETACULARIZAÇÃO DA POLÍTICA: SONS E IMAGENS NO DISCURSO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO	
4.1 Dispositivos de fala pública: o palanque, o rádio e a tv.....	168
4.2 Verbo, corpo e voz na televisão: Efeitos de verdade nas novas do discurso político.....	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	260
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	270

INTRODUÇÃO

Não pode haver ausência de boca nas palavras.
Manoel de Barros

Começamos pela alusão a uma história banal e a um episódio excêntrico e quase herético.

Depois de ter sido abandonada e trocada por outra, uma mulher sozinha, na bagunça de uma vida, representada pela desordem do seu quarto, fala com seu já ex-amante, mas ainda amado: *Antes, a gente se via. A gente podia perder a cabeça, esquecer as promessas, arriscar o impossível, convencer quem a gente adora, se abraçando, se agarrando. Um olhar podia mudar tudo. Mas, com este aparelho, o que acabou, acabou...* Estamos, pois, diante da angústia de uma perda e de uma falta. Mas há ainda um "fio" de esperança: no rompimento, em face da ausência do corpo, existe a presença da voz. No *aparelho*, o *grão da voz*¹ é um sopro de vida e uma ameaça de morte, um pouco de carne e um resto de corpo: *Agora, eu tenho ar porque você está falando comigo. [...] Eu estou com o fio em volta do meu pescoço. Eu estou com a sua voz em volta do meu pescoço.* Esta história acaba com a trágica conjunção entre a cessão da voz, o limite do amor e a chegada do fim. Antes de falar com ele, ela já tinha tentado o suicídio. E na iminência do fechamento das cortinas, um outro e último detalhe cenográfico: *O receptor cai no chão...*

No final dos anos 20, uma suposta experiência vivida por Jean Cocteau foi suficientemente forte para que ele nela se inspirasse e, a partir dela, escrevesse a peça *La voix humaine*. Essa experiência teria sido uma conversa ao telefone². Uma vez mais na História, tratava-se de uma história que nos faz vislumbrar o complexo encontro entre práticas, representações e tecnologias.

Nove séculos antes desse encontro, um horrível escândalo pasmaria os nobres de Veneza: às refeições, uma princesa grega, vinda do Império Bizantino e tornada dogaresa por haver esposado um fidalgo genovês, levava os alimentos à boca, valendo-se de um excêntrico instrumento que ela trouxera consigo: *um pequeno garfo de ouro com dois dentes*³. O espanto da nobreza veneziana, de então, e o estranhamento contemporâneo não se equivalem na intensidade, nem compartilham dos motivos. Talvez, cause-nos uma relativa surpresa o

¹ Cf. Barthes ([1972] 1984).

² Cf. Cocteau ([1930] 2002).

³ Cabanès, A. *Moeurs intimes du temps passé*. (1910); citado por Norbert Elias ([1939] 1994, p. 81-82).

material (*de ouro*) e o aspecto do utensílio (*dois dentes*); já os venezianos, do século XI, visto que o ouro era-lhes comum nos objetos da corte, espantaram-se sobremaneira não com o metal precioso, mas com a própria existência do instrumento. Manifestação de um excesso de refinamento, a novidade, sob a forma de talher e de seu manuseio extravagante, foi alvo de severas repreensões eclesiásticas, que invocavam a ira divina: São Boaventura não titubeou em aviltar a dogaresa, quando ela foi acometida de uma grave doença que provocaria sua morte, afirmando se tratar de um castigo que Deus lhe infligira. Somente depois de transcorridos cinco séculos, é que os hábitos, as idéias e as crenças se transformariam o bastante para que o emprego do garfo fosse algo difundido entre a aristocracia: no século XVI, pelo menos a metade da comida caía antes de chegar à boca; e, no XVII, o garfo era ainda artigo de luxo, comumente feito de prata ou ouro, embora já houvesse algumas manifestações de desgosto, diante do uso das mãos nas refeições.

Da emergência de um talher ao desenvolvimento de ondas sonoras elétricas, do bom uso de instrumentos e maneiras da etiqueta no Antigo Regime à reprodução e à transmissão da voz humana à distância, no final do século XIX, muitas mudanças aconteceram e, depois delas, tantas outras ainda estariam por vir. Os desenvolvimentos de tecnologias materiais, no interior de um determinado funcionamento das instituições sociais e históricas⁴, apontam para a possibilidade, para o processo e para o produto de um longo percurso de recrudescimento da *civilité* e da individualização. Quanto à difusão do garfo, cujo corolário é o paulatino estabelecimento da utilização do prato individual, cabe afirmar que o lento processo de elaboração e de adoção de novos padrões de comportamento e de novas sensibilidades não consistia, conforme se poderia crer com base em nosso imaginário contemporâneo, em medidas higiênicas e salutares; antes, tratava-se da instauração de procedimentos que visavam a privar o olhar sensível dos espetáculos desagradáveis, oriundos da rusticidade dos hábitos, e que tencionavam construir uma *parede invisível* em torno dos indivíduos⁵. No que respeita ao

⁴ Conforme salienta Deleuze, ao comentar o estatuto das *máquinas* referidas por Foucault em *Vigiar e punir: Em suma, há uma tecnologia humana antes que haja uma tecnologia material. A tecnologia é, portanto, social antes de ser técnica.* (1986, p. 47).

⁵ Nos termos de Norbert Elias: *As pessoas que comiam juntas na maneira costumeira na Idade Média, pegando a carne com os dedos na mesma travessa, bebendo vinho no mesmo cálice, tomando a sopa na mesma sopeira ou prato fundo [...], essas pessoas tinham entre si relações diferentes das que hoje vivemos. E isto envolve não só o nível da consciência, clara, racional, pois sua vida emocional revestia-se também de uma diferente estrutura e caráter. Suas emoções eram condicionadas a formas de relações e conduta que, em comparação com os atuais padrões de condicionamento, parecem-nos embaraçosas ou pelo menos sem atrativos. O que falta nesse mundo **courtois**, ou no mínimo não havia sido desenvolvido no mesmo grau, era a **parede invisível** de emoções que parece hoje se erguer entre um corpo humano e outro, repelindo e separando, a parede que é freqüentemente perceptível à mera aproximação de alguma coisa que esteve em contato com a boca ou as mãos de outra pessoa, e que se manifesta como embaraço à mera vista de muitas funções corporais de outrem, e não raro à sua mera*

telefone, é provável que ele tenha contribuído para alterar ações e pensamentos. Se, em princípio, ele fora considerado um meio privilegiado de interação social, uma vez que seu uso possibilitava a comunhão do *nunc*, ele era também o promotor de um encontro sem contato, visto que elidia o *hic*. De certo modo, o telefone parece ter representado uma promessa não cumprida ou uma consumação pela metade, diante da expectativa e desejo da presença.

Quando se trata de conceber as relações entre práticas, representações e tecnologias, bem como os efeitos que delas decorrem, pensamos que a atitude mais plausível consista em problematizar as equações, tão difundidas quanto falaciosas, segundo as quais o surgimento de um novo instrumento técnico importante acarreta necessária e imediatamente a emergência de novos modos de pensar e de agir na sociedade. A História cultural ensina-nos, por exemplo, que o aparecimento da prensa e dos tipos móveis, na Europa do século XV, em conjunção com a supervalorização da escrita, nos séculos XVI e XVII, não implicou a extinção e nem mesmo provocou uma drástica mitigação das práticas sociais fundamentadas na tradição oral. De modo análogo ao que ocorre com o uso da *internet*, o telefone paradoxalmente inviabiliza, sem dúvida, mas também promove o contato pessoal. Não se trata, aqui, nem da alteração imediata e radical de uma prática, nem de sua imutabilidade absoluta. Uma vez que a complexidade da história não deve ser reduzida a simplificações grosseiras como o "absolutamente inédito" ou o "totalmente idêntico", torna-se necessário relativizar as origens e desconfiar das gêneses e questionar as permanências e criticar as imobilidades. Sabemos que antes do garfo, havia a faca, e, antes dela, a mão. Sabemos ainda que antes do telefone, havia a carta, e, antes dela, o tambor. Porém, os pensamentos e ações dos homens transformam-se consideravelmente, à medida que se relacionam com esses objetos.

A referência à história banal e ao episódio quase excêntrico fora, pois, uma espécie de pretexto para que pudéssemos ilustrar tanto o modo como consideramos as relações entre práticas, representações e instrumentos técnicos, quanto a maneira como concebemos a história. É sob essa perspectiva que pretendemos abordar o discurso político brasileiro contemporâneo, mais precisamente, aquele produzido em contexto eleitoral e transmitido pela televisão. E tendo em vista que nosso trabalho apresenta um escopo mais especulativo do que descritivo, o *corpus* que constituímos desempenhará, antes, a função de elucidar as reflexões a serem erigidas que a de servir de objeto a ser submetido a uma análise rigorosa e detalhada. Constituem o referido *corpus* os programas da última semana do segundo turno do Horário

menção, ou como um sentimento de vergonha quando nossas próprias funções são expostas à vista de outros, e em absoluto apenas nessas ocasiões. (ELIAS, [1939] 1994, p. 82).

Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) televisivo, referente à campanha presidencial de 2002, quando os candidatos eram Luís Inácio Lula da Silva e José Serra.

Tentando afastar as ilusões do *nunca visto* e do *sempre assim*⁶, abordaremos o discurso político-eleitoral televisivo contemporâneo, a partir dos postulados da Análise do discurso, derivada dos trabalhos do grupo em torno de Michel Pêcheux e de contribuições provenientes da obra de Michel Foucault. Com vistas a refletir sobre esse discurso político de nossos dias, concebemos os seguintes pressupostos que subsidiarão as considerações a serem aqui desenvolvidas: a) embora o atual discurso político televisivo não seja manifesto somente por meio de pronunciamentos do candidato, trata-se de um tipo de fala pública; b) falar em público é uma prática histórica e, por essa razão, apresenta algumas continuidades relativas e diversas metamorfoses, ao longo da história; c) o discurso político possui certas propriedades que o distinguem de outros discursos e que o caracterizam; d) a emergência e a utilização de um instrumento técnico, neste caso, a televisão, em conjunto com transformações históricas, políticas, sociais e culturais, promoveram várias mudanças no discurso político; e) o discurso político eleitoral televisivo apresenta novas formas semiológicas, formula-se em uma ampla gama de gêneros discursivos e explora as possibilidades abertas por sua circulação em um *medium* audiovisual; e f) uma abordagem discursiva que se detenha estritamente na linguagem verbal não será suficiente para interpretar a complexidade do discurso político contemporâneo. A concepção desses pressupostos conduziu-nos a avançar a hipótese de que muitos trabalhos em AD sobre o atual discurso político ainda não consideraram suficientemente suas novas formas, quando de sua transmissão pela televisão, nem tampouco exploraram satisfatoriamente sua dimensão histórica.

A partir do estabelecimento desses pressupostos e dessa hipótese, instituímos basicamente dois objetivos para o nosso trabalho. O primeiro consiste em refletir sobre o discurso político-eleitoral televisivo contemporâneo, buscando sublinhar algumas das transformações históricas da fala pública, que direta ou indiretamente incidiram sobre esse discurso político; visando a apreender algumas de suas propriedades, a fim de caracterizá-lo provisoriamente; e procurando ressaltar alguns aspectos de seus novos modos de formulação semiótica e de circulação histórica e social. Já o segundo, mais específico, resume-se a tentar avaliar o alcance das análises já realizadas sobre o discurso político, a partir do enfoque da Análise do discurso, e sugerir, mediante nossas próprias reflexões, algumas possibilidades teóricas e analíticas para o desenvolvimento de trabalhos ulteriores sobre o discurso político

⁶Cf. Bourdieu ([1996] 1997).

contemporâneo. Para tanto, empreenderemos uma reflexão epistemológica sobre a Análise do discurso, no interior da qual faremos um breve recenseamento de trabalhos em AD que trataram do discurso político e ao longo da qual apontaremos algumas contribuições advindas da História cultural, da Antropologia histórica e da Semiologia, para que a AD talvez possa potencializar sua capacidade heurística, em face das novas configurações do atual discurso político-eleitoral brasileiro. A essa conjunção entre uma perspectiva discursiva e alguns aportes provenientes da História cultural, da Antropologia histórica e da Semiologia, Jean-Jacques Courtine denominou “Semiologia histórica”⁷. Abordamos o discurso político televisivo contemporâneo, portanto, sob a égide da AD e inspirados pela Semiologia histórica e pelas disciplinas com as quais ela dialoga. Mediante uma rápida análise, que focaliza a produção de efeitos de verdade nos últimos programas do HGPE das eleições à Presidência da República, no ano de 2002, procuramos averiguar a viabilidade e avaliar a produtividade desse enfoque.

Considerando o último de nossos pressupostos, conforme o qual há um certo descompasso entre as transformações do objeto e o alcance interpretativo da teoria e do método que tentam compreendê-lo, vislumbramos a possibilidade de tentar diminuir essa distância, por intermédio das contribuições que a Semiologia histórica pode oferecer à Análise do discurso. Acerca desse descompasso, Courtine afirma, por exemplo, a existência de um *formidable décalage* entre os postulados althusserianos da “análise de classes”, que sustentavam a AD, e a efervescência política, social e cultural francesa, na década de 1960:

No exato momento em que Althusser escrevia, a classe operária à qual ele fazia referência já não existia mais. As reconfigurações econômicas, a transformação dos comportamentos políticos, a mudança da identidade operária que estavam então em gestão já tinham, sem que se o soubesse ou sem que se o quisesse ver, tornado a análise caduca. Do mesmo modo operava-se a maturação de novas formas de comunicação política que destituíam pouco a pouco o confronto verbal, o choque frontal dos aparelhos, a surdez monológica como sendo as únicas práticas legítimas da luta política. [...] E aqui, novamente, uma cegueira considerável: em pleno desenvolvimento do aparelho audiovisual de informação, às vésperas do reino das imagens, é à escola e às suas práticas de leitura que Althusser dá o papel de aparelho ideológico dominante. (COURTINE, 1989, p. 24-25)

⁷ A expressão – cujo advento data de 1985, ano da escrita dos dois artigos em que ela se manifesta inicialmente, *Language, Political Discourse and Ideology* ([1987] 2006a) e *L’homme dévisagé (Sémiologie et Anthropologie historique de la physiologie et de l’expression du XVIIème au XIXème siècle)* (1986; escrito com Claudine Haroche) – foi cunhada por Jean-Jacques Courtine e refere-se à perspectiva adotada em sua própria obra, desde a segunda metade da década de 1980, quando seus trabalhos sobre a genealogia e a epistemologia da AD e sobre o discurso político contemporâneo conduziram-no a uma certa inflexão de enfoque e de procedimentos em direção às perspectivas históricas e antropológicas, em princípio, em torno das práticas e representações do rosto, e, mais recentemente, dos modos de “pensar”, “sentir” e “fazer” do corpo. No item 3.2 do Capítulo III, trataremos de modo mais detalhado da Semiologia histórica.

Assim, quando Althusser afirmava ser a escola *o aparelho ideológico do Estado que assumiu a posição de dominante nas formações capitalistas maduras* (ALTHUSSER, [1970] 1985, p. 77), parecia desconsiderar, em alguma medida, a passagem da *sociedade disciplinar* para a contemporânea *sociedade de controle*⁸ que já o envolvia. No que tange particularmente ao discurso político, essa passagem não corresponde a um abandono absoluto de antigas práticas e representações, em favor da instauração exclusiva das novidades incondicionais, mas se trata inegavelmente do estabelecimento de uma relativa predominância de novas modalidades de ação e pensamento. Nesse caso, a transição de um tipo predominante de relações sociais para um outro: a) assinala, após a derrocada dos regimes autoritários e desde o recente crescimento do individualismo, o advento de uma conjuntura histórica mais democrática e dotada de novas sensibilidades, na qual se privilegiam certos comportamentos expressivos e certas estratégias argumentativas, que transformam o próprio estatuto dos interlocutores; e b) implica a emergência e a consolidação de novos *media*, que, por seu turno, permitem a constituição de textos em novas formulações semióticas, alterando consideravelmente a produção e a recepção discursivas. Observamos, então, um conjunto de reconfigurações históricas intrínsecas ou oblíquas de um dos objetos privilegiados da Análise do discurso que, praticamente, nasceu analisando-o e que, no entanto, parece nem sempre ter considerado, suficientemente e sem algum atraso, suas metamorfoses capitais⁹.

A reflexão sobre o discurso político contemporâneo, inspirada pela Semiologia histórica, impeliu-nos a considerar invariâncias e transformações da fala pública. No que respeita às continuidades, cremos que haja uma permanente utilização de recursos corporais, técnicos e semiológicos que, conjugados com a linguagem verbal, sempre foram mobilizados nas ocasiões de fala pública. Também acreditamos não ter havido grandes alterações quanto à separação entre fala pública e fala privada, considerando que a primeira caracteriza-se pela presença de um único e determinado falante que se dirige a um conjunto de ouvintes, em um contexto marcado por alguns protocolos e rituais de fala, e que a segunda consiste em uma

⁸ Para detalhes sobre a distinção apontada por Michel Foucault entre as sociedades *de soberania, disciplinar e de controle*, além dos textos do próprio autor, tal como Foucault ([1975] 1987), ver também Deleuze (1986) e Gregolin (2004). Voltaremos a considerar essa distinção em várias passagens de nosso trabalho.

⁹ Somente a partir da década de 1980 é que Michel Pêcheux começa a considerar as mudanças do discurso político contemporâneo, sugerindo que as atuais discursividades políticas estavam já, naquele período, definitivamente relacionadas com as mídias. *A língua de madeira* havia se transformado em *língua de vento* e as eleições assemelhavam-se cada vez mais a manifestações esportivas midiáticas. Pêcheux alude ainda ao *acontecimento televisual* e à *questão da relação entre a imagem e o texto*. Apontamentos e alusões importantes e fecundos, que, todavia, por sua própria natureza, não têm o alcance de ponderações aprofundadas e exaustivas. (Cf., por exemplo: Gadet & Pêcheux (1981); Pêcheux ([1983] 1997a); e Pêcheux ([1983] 1997c). Pretendemos observar, por meio de um conciso recenseamento bibliográfico, quando, como e em que medida essas indicações de Pêcheux ressoaram e influenciaram os trabalhos ulteriores em AD sobre o discurso político.

situação aparentemente mais informal, em que a comunicação coloquial tende a se apresentar menos tensa e mais descontraída, tendo em vista que o direito à fala está, em princípio, repartido entre todos os sujeitos que participam dessa ocasião. Já no que concerne às descontinuidades das práticas de falar em público, pressupomos que tenham ocorrido diversas metamorfoses no uso dos elementos lingüísticos, dos gestos, da voz e de diferentes instrumentos técnicos, na medida em que eles foram inseridos em diferentes quadros culturais ou em distintas épocas da história. Detendo-nos sobre certas especificidades contemporâneas desse tipo de fala pública que é o discurso político eleitoral televisivo, pensamos poder condensá-las no fenômeno da “espetacularização” da política, no interior do qual se inscrevem o suposto “fim das ideologias” e “começo” da despolitização, a dissolução das massas e o recrudescimento recente dos individualismos, a ampliação da esfera privada e a diminuição da pública, o surgimento e a consolidação das novas mídias, a aceleração dos ritmos e a redução dos espaços da vida, a incorporação de estratégias publicitárias pela fala política, as mudanças retóricas e as novas configurações semiológicas do discurso político-televisivo.

Essas transformações tornam-se ainda mais visíveis nas ocasiões em que a produção e a recepção da fala pública foram submetidas simultaneamente às metamorfoses históricas e às modificações técnicas. No discurso político-eleitoral televisivo articulam-se novos valores e sensibilidades, novos meios materiais de transmissão, novas cenas enunciativas, novas discursividades e táticas retóricas, novas dinâmicas e formulações semióticas. Sem perder de vista as modificações e especificidades dessa fala pública de nossos tempos, examinaremos nosso *corpus*, conforme dissemos, focalizando as estratégias nele utilizadas para a produção de efeitos de verdade. O discurso político apresenta um traço que lhe parece ser constitutivo, a saber, a ambivalência entre a confiança, que o legitima, e o descrédito, que o torna vítima de muitas suspeitas. É nessa ambivalência que o campo político adquire sua legitimidade constantemente questionada (BOURDIEU, [1989] 2001), da qual deriva o estigma de mentiroso que o persegue freqüentemente. A despeito de se tratar ou não de uma propriedade estrutural, a desconfiança que ronda o discurso político recebe novos contornos da “espetacularização” da política. Caberia-nos, portanto, perguntar: o que há de “novo” na “velha” pecha de mentiroso amiúde impingida ao discurso político? Em que medida algumas das representações acerca da televisão, de seus recursos técnicos e de suas imagens corroboram a indiferença, o descrédito e a suspeita sofridos pelo discurso político?¹⁰

¹⁰ Nossa preocupação não incide sobre a essência da verdade e da mentira no discurso político, nem sobre o direito (ou sobre sua interdição) reservado à classe política de mentir para a sociedade, quando se tratam de mentiras que lhe seriam salutares. Grandes e ilustres pensadores ocidentais, tais como Platão, Maquiavel e Kant,

Considerando a especificidade de nosso objeto, de nossa fundamentação teórica e de nossos pressupostos, hipótese e objetivos, dividimos nosso trabalho em quatro capítulos. No **Capítulo I**, esboçaremos algumas linhas gerais do que poderíamos chamar de uma “genealogia da fala pública”, a partir da qual pretendemos apresentar certas invariantes e algumas transformações no exercício de falar em público, ao longo da história. Para tanto, produziremos alguns instantâneos de momentos muito precisos, mas, segundo nossa interpretação, bastante significativos das práticas de fala pública, mediante um rápido sobrevôo por diferentes fases da história ocidental: em princípio, na Europa, indo da Antigüidade, passando pela Idade Média e chegando até a Idade Moderna; e, em seguida, no Brasil, partindo das primeiras pregações dos missionários europeus, no século XVI, até os pronunciamentos de Antônio Conselheiro e de Rui Barbosa, dois célebres, e distintos entre si, oradores de nosso século XIX.

Uma vez encerradas nossas observações sobre determinadas continuidades e descontinuidades da fala pública, passaremos, então, no **Capítulo II**, a tentar apreender algumas características do discurso político. As alusões a esse discurso pululam entre leigos e especialistas, mas, em boa parte dos casos, sem que haja grande interesse ou preocupação em tentar circunscrever o objeto do qual se fala. Na Análise do discurso, em particular, vimos serem repetidas, de modo freqüente e quase indistinto, referências ao sintagma “o político” para designar uma ampla gama de produções discursivas. Muitas vezes, tudo se passa como se todo e qualquer discurso fosse igualmente “político”, como se não houvesse diferentes modos e intensidades de controle do dizer, distintas formas de enunciação e de legitimação institucional e diversos investimentos de poder que atravessam os discursos que se produzem no campo político em relação a outros produzidos alhures. Evidentemente, isso não significa, contudo, que pressupomos a exclusividade das características às quais faremos referência. Somente uma lógica torta ou um pensamento voluntariamente tendencioso de um conhecedor dos princípios da AD faria corresponder à alegação das especificidades do discurso político uma ausência de procedimentos de controle, de legitimação e de poder presentes, de fato e a seu modo, em todos os outros domínios discursivos, até mesmo, nos mais cotidianos e descontraídos. Por essas razões e para tentar melhor compreender nosso próprio objeto de reflexão, empreenderemos uma sumária caracterização do discurso político.

Já no **Capítulo III**, realizaremos um breve recenseamento bibliográfico, no qual serão incluídos tanto trabalhos clássicos quanto estudos mais recentes que tenham se debruçado

por exemplo, já refletiram acerca dessas questões, que fogem de nossa alçada. Consideramos somente um aspecto de sua dimensão discursiva, ou seja, a constância de uma representação sobre o discurso político, de uma memória freqüentemente atualizada no cotidiano e insistentemente refutada por esse mesmo discurso.

sobre o discurso político e que tenham sido levados a cabo por autores franceses e brasileiros, fundamentados nos preceitos da Análise do discurso, desde os anos 1980 até nossos dias. Por meio desse recenseamento bibliográfico, buscaremos sustentar a idéia de que há um certo descompasso entre os ritmos da “vida” e da “ciência”, que representam metafórica e respectivamente as transformações sofridas pelo discurso político e muitos estudos desenvolvidos sobre ele, no interior da AD. Em seguida, tentaremos articular algumas contribuições da História cultural, da Semiologia e da Antropologia histórica aos postulados e procedimentos da Análise do discurso, e refletir sobre a pertinência do enfoque que congrega esses campos de saber – ao qual, conforme afirmamos, Courtine designou como Semiologia histórica –, quando se trata de interpretar as novas formas do discurso político contemporâneo.

As relações históricas entre práticas, representações e tecnologias de linguagem, que atravessam praticamente toda a tese, retornam de modo explícito na primeira parte do **Capítulo IV**. Nela, pretendemos traçar uma distinção entre dois dispositivos, o *disciplinar* e o *de controle*, e entre suas diferentes formas de atualização da fala pública no palanque, no rádio e na tevê. Sublinhando as diferenças existentes entre essas formas de se falar em público, nosso propósito consiste em mostrar comparativamente algumas características do discurso político transmitido pela televisão. Considerando as novas formas do discurso político contemporâneo, tais como suas formulações semiológicas sincréticas, a diversidade de gêneros discursivos em que ele se manifesta e a exploração da dimensão audiovisual da tevê, cremos que o próprio objeto indica-nos um modo possível e viável de se abordá-lo, de modo que não negligencemos as outras linguagens que concorrem com a língua e produzem textos sincréticos, nem desconsideremos o emprego estratégico de gêneros discursivos, tais como reportagens, entrevistas, debates, documentários, videoclipes, etc., tão distintos dos clássicos pronunciamentos monológicos dos políticos de outrora. Além disso, a tevê é um *medium*¹¹ que toca o olhar e a escuta, fato que contribui para a produção de efeitos de verdade, ainda que paire sobre as produções televisivas uma boa dose de desconfiança. Já na segunda parte do último capítulo, empreenderemos uma rápida análise dos HGPE televisivos das eleições presidenciais de 2002, justamente tentando apreender algumas estratégias do atual discurso político eleitoral, por meio das quais se tenta produzir certos efeitos de verdade de seu dizer e do que neles se diz.

Depois do anúncio de nosso objeto, de nossos pressupostos e de nossos objetivos, na iminência de encerrarmos nossa **Introdução**, somos acossados, ao mesmo tempo, pela vontade

¹¹ Utilizamos a noção de *medium*, conforme a conceituação de “suporte”, na obra de Roger Chartier ([1982-1986] 1990).

de efetivamente começar e por uma certa hesitação a fazê-lo. Foucault ([1970] 2000a) já nos ensinou sobre os perigos que rondam os começos... Se, como homens, somos impelidos a falar, também somos constrangidos a controlar nosso dizer. O sentimento que ora nos freqüenta não é, portanto, nossa exclusividade: antes do tempo, ainda no mito, onde quase tudo começa e termina, Prometeu já se afligia diante dessa dupla injunção.

CAPÍTULO I

FRAGMENTOS PARA UMA GENEALOGIA DA FALA PÚBLICA

A retórica é essencialmente republicana.
Nietzsche

*Falar mete-me medo porque, nunca
dizendo o suficiente sempre digo também
demasiado.*

Derrida

1.1. Antes do começo, algumas precisões

*Se não posso romper o silêncio sobre o que me afeta, tampouco posso guardar o silêncio! É, certamente, doloroso, para mim, tomar a palavra, mas também é doloroso calar-me: de todos os lados, aflição!*¹² Depois da angústia de um longo silêncio, a injunção, não menos incômoda, ao dizer. No mito, um dizer contundente é seguido, uma vez mais, de um longo e novo silêncio... Prometeu ouve Oceano, escuta o coro e silencia. E se o seu silêncio é longo, não é, entretanto, infindo. É preciso ainda e novamente rescindir o silêncio, retomar a palavra e defender-se, altivamente, dizendo dos benefícios feitos à humanidade (Cf. ÉSQUILO, [525-456 a. C.] 1999, p. 337).

Mas, Prometeu é um mito. Ele é e está em um tempo antes do tempo e em um espaço fora de lugar. Teseu, por sua vez, ainda que no universo trágico, está no tempo histórico e no espaço político. O silêncio e a fala do rei de Atenas são produzidos em um intrincado jogo de relações de força na história e produzem efeitos sobre essas relações. Pela voz de Teseu, instaura-se uma apologia à fala ilustre e cidadã, que se contrapõe à omissão anônima, sob a forma de um silêncio: *Não chegamos a lugar nenhum, se mantivermos a boca fechada.*¹³

¹² Ésquilo ([525-456 a. C.] 1999, p. 328 e 331).

¹³ Eurípedes ([480-406 a. C.], 1999, p. 1066). Ao longo de *As suplicantes*, observamos ainda outras passagens em que Eurípedes, pela voz de Teseu, discorre sobre a importância da fala pública na democracia, destacando, inclusive, a fórmula pela qual o arauto da *polis* abre a assembléia, em que participam e podem intervir todos os

Relacionados a essa defesa da alocução civil, no seio de uma representação idealizada da democracia, encontramos um recorrente motivo argumentativo e a correlata imagem que o orador constrói de si e de sua própria fala: somente uma imperiosa necessidade de servir ao bem comum o arranca do silêncio. Uma imposição ética e política obriga-o a falar. Ele não o faz por mero prazer. Também em Lísias, observamos a atualização desse motivo: *Quisera eu que um outro falasse em meu lugar...*¹⁴

O orador diz ou sugere que fala tão-somente em nome e pelo bem da coletividade, pela importância de sua opinião, pela impossibilidade de que outro o substitua... Em face da suspeita de que os interesses de quem fala possam ser apenas individuais e não públicos, torna-se necessário que o orador aja como se lamentasse a situação de fala. Por outro lado, seu silêncio é quase impossível ou, ao menos, bastante significativo. Enquanto para Teseu, embora ele incite a fala, calar-se na assembléia parece tratar-se simplesmente de uma atitude neutra do homem anônimo, para muitos oradores gregos, o silêncio deveria ser justificado e não interpretado como mera e inocente decisão de nada dizer, por não ter o que dizer. À incipiente distinção de Teseu, de acordo com a qual não há senão uma única espécie de fala (a útil e célebre) e um único tipo de silêncio (o anônimo e discreto), opõe-se e impõe-se uma ampla gama de matizes significativos no falar e no calar-se, cujo limite é um silêncio que fala e uma fala que silencia. Assim, diante do elogio à fala útil, preferível ao silêncio pernicioso, haveria um silêncio salutar, preferível a uma fala qualquer e, talvez, até lesiva.

Desenvolvendo esse princípio do silêncio edificante, Ésquines, compelido a tornar plausíveis suas ausências nas assembléias, contrapõe-se a Demóstenes, fazendo uma célebre defesa da intermitência de suas alocuções¹⁵:

Nas oligarquias, aquele que fala ao povo não é quem quer fazê-lo, mas aquele que tem o poder para fazê-lo; nas democracias, ao contrário, fala quem quer e quando lhe parece por bem. Falar de vez em quando significa fazer política, em função das circunstâncias e da utilidade dessa sua fala, enquanto não deixar passar um único dia sem falar denuncia um homem que o faz por profissão e somente para receber um salário. (ÉSQUINES, [389 a.C.-314 a.C.] *apud* MONTIGLIO, 1994, p. 25).

Demóstenes, por seu turno, reivindica o primado da fala, recusando ao homem político a liberdade de guardar seu silêncio: o imperativo de falar pelo bem comum deve sobrepor-se ao

cidadãos gregos: “Aquele que quiser tomar a palavra para expor seu ponto de vista, pelo bem do Estado, à comunidade, pode fazê-lo agora”.

¹⁴ Nessa e várias outras passagens de seus discursos, Lísias vale-se dessa estratégia retórica. (Cf LYSIAS, [440 a.C.-360 a.C.] 1967, p. 111 e 160).

¹⁵ Esta contraposição entre Ésquines e Demóstenes é devida ao texto de Montiglio (1994, p. 23-41).

direito de calar-se, seja por omissão seja por interesse inescrupuloso. *Eia, tomai e lede este meu decreto, sobre o qual Ésquines, muito de indústria, silenciou. e adiante Isto fiz eu, ó Ésquines, depois que o pregoeiro interrogou: 'quem quer falar?' [...] A esse tempo, estavas mudo na assembléia; eu me apresentava e falava.* (DEMÓSTENES, [384 a.C.-322 a.C.] 1965, p. 99). É provável que sempre haja a suspeita de indiferença, de passividade excessiva ou até mesmo de desonestidade sobre aquele que se cala e se omite. Nos séculos V e IV a. C., no espaço público grego, e mais particularmente em Atenas, a equidade do direito à fala concedido a cada cidadão (*isegoria*) e o exercício efetivo desse direito (*parrhesia*), em toda a sua extensão na assembléia, são condições necessárias para realização do projeto de uma democracia direta: diante da eventual inexistência da *isegoria* e/ou da impossibilidade de seu corolário, a *parrhesia*, tratar-se-ia do aniquilamento da condição de base desse projeto democrático e, por extensão, da atividade que o concretiza¹⁶. As posições de Ésquines e Demóstenes sobre o comportamento nas assembléias representam, respectivamente, um direito ao silêncio e um dever de fala.

Mas as aflições, poderes e perigos do dizer e do calar não estão reservados aos titãs, aos reis e aos inesquecíveis oradores. Também nós, humanos e mortais, usufruímos esse bem e padecemos desse mal. Por isso, depois de um longo silêncio, durante o qual se pressupõe que tenhamos realizado leituras e escutas produtivas, supostamente adquirimos um saber, conquistamos um direito de fala e somos impelidos por um dever-dizer. Conforme já anunciamos, começaremos por discorrer acerca da fala pública, para que possamos tratar mais adequadamente de algumas complexidades do discurso político contemporâneo. Tentaremos delinear alguns dos traços mais marcantes das práticas de fala pública, em diferentes períodos da história, focalizando as metamorfoses e as invariâncias das relações entre o orador, sua fala e seu público. Conforme já adiantamos, passaremos ligeiramente pela Antigüidade (Períodos Homérico, Clássico e Helenístico), pelo final da Idade Média européia e pelo início da Era Moderna ocidental¹⁷. Ao finalizarmos esse trajeto, lançaremos algumas notas do que

¹⁶ O direito à fala pública não se confunde, entretanto, com a ausência de controle sobre o dizer. Na *ágora*, eram numerosas as restrições consuetudinárias cujo objetivo era o de conter os excessos e perigos da liberdade de fala. Esses controles sobre a elocução pública eram, inclusive, explorados por alguns oradores e figuravam sob a forma de efeitos de silêncio em torno dos auto-elogios ou dos insultos: oradores que sugerem o “indizível” e que fazem das hesitações e dos silêncios um dizer eloqüentíssimo. Simulando calar-se sobre o que poderia ainda ser dito, ampliavam consideravelmente a potência do seu dizer.

¹⁷ Seguindo uma certa convenção historiográfica já consolidada (ainda que reconhecidamente problemática...), conservamos aqui, em função de sua comodidade e didatismo, a divisão da História em Antigüidade, Idade Média, Idade Moderna, Contemporaneidade. Nesse sentido, sublinhamos que os marcos cronológicos e suas denominações devem ser concebidos tão somente como pontos de referência, visto que não se pode atribuir aos processos históricos começo, meio e fim precisos e definitivos: cada momento da História tem seus antecedentes e seus desenvolvimentos posteriores.

poderíamos chamar de uma breve genealogia da fala pública no Brasil, comparando dois períodos de nossa história: o Colonial e a Primeira República. Interromperemos provisoriamente esse percurso e o retomaremos, de certo modo, no Capítulo IV, quando voltaremos a nos ocupar das diferenças entre as práticas de falar em público no palanque, no rádio e na televisão, durante o século XX. Nosso propósito será, então, o de tentar distinguir o tempo da integração política das massas e o período de sua dispersão, fomentada pela emergência e consolidação das novas tecnologias de linguagem que possibilitaram a transmissão da fala política à distância.

Tendo em vista esse nosso objetivo, compilamos fontes primárias e secundárias, de naturezas diversas: desde a *Iliada* e a *Odisséia*, da *História da guerra do Peloponeso* e de discursos de oradores gregos, passando pelas interpretações de especialistas que se debruçaram sobre as Idades Média e Moderna, até relatos de missionários e de viajantes do século XVI, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, manuscritos de Antônio Conselheiro e um pronunciamento de Rui Barbosa. Cremos, no entanto, que a heterogeneidade das fontes e sua natureza, por vezes, problemática (como as literárias, por exemplo), não inviabilizarão, nem mesmo prejudicarão substancialmente, a possibilidade de sugerir algumas das características mais emblemáticas da fala pública desses diferentes períodos considerados. Além disso, no que concerne ao final do século XIX – a época das “massas”, na qual tentaremos apreender alguns índices das relações entre o orador político e seu público, para que possamos, em seguida, contrastá-los com aqueles que caracterizam as falas públicas da segunda metade do século XX –, acreditamos dispor de fontes e de comentários especializados suficientes para o nosso fim.

1.2. Transformações da fala pública na História

1.2.1. Falar em público na Antigüidade

Entre os Períodos Homérico, Clássico e Helenístico, além das relativas continuidades de técnicas, práticas e representações históricas, existe uma tênue, mas bastante significativa

diferença no que se refere à fala pública¹⁸. Em se tratando da preocupação do orador em fazer silenciar o público ouvinte para que ele pudesse usufruir sua atenção e sua possível adesão, a mudança reside no modo como a fala do tribuno é interrompida pelas intervenções, comentários, glosas, elucidações ou discordâncias dos ouvintes. Tornava-se necessário, diante dos tumultos, alaridos e agitações iniciais ou constantes, impor ou, ao menos, solicitar o silêncio aos participantes das assembléias. Em certos casos, era preciso interromper antes que se fosse interrompido. Tratava-se de uma situação ideal concebida para uma eloquência perfeita. Já na *Iliada*, deparamo-nos com a representação de um orador que toma precauções contra as dificuldades de seu fazer persuasivo, pressupondo a indiferença ou, até mesmo, a hostilidade de seu público. Tomemos, por exemplo, a reação exultante dos gregos – que compunham a assembléia sugerida por Tétis e convocada por Aquiles para que esse último anunciasse tanto sua reconciliação com Agamenon quanto sua decisão de voltar à guerra –, provocada pela fala de Aquiles, impõe a Agamenon, que é quem tomará a palavra em seguida, cuidados e cautelas para que ele consiga falar e ser ouvido:

Logo que todos os homens da Acaia reunidos se acharam,
Alça-se Aquiles de rápidos pés e lhes diz o seguinte:
'Esta reconciliação, Agamémnone, fora mais útil
para nós dois, se levada a bom termo no dia em que fomos
pela Discórdia vencidos, por causa, tão-só, de uma escrava.
[...]
Mas passado é passado. O dever me concita, nessa hora,
ainda que muito irritado, a refrear o rancor do imo peito.
Da ira desisto; não me orna, em verdade, mostrar-me implacável
por muito tempo. Mas vamos! agora incitar te compete
para o combate os Aquivos de soltos cabelos nos ombros.
Quero encontrar, novamente, os Troianos e ver se ainda insistem
em pernoitar junto aos nossos navios; mas penso que muitos
hão de, aliviados, os joelhos dobrar, quando escapos se virem
da fúria insana da guerra e de nossa hasta longa e invencível'.
Isso disse ele; os Acaios de grevas bem feitas exultam
por ver o grande Pelida acalmado o rancor, finalmente.
Disse aos Aquivos, então, Agamémnone, rei poderoso,
sem avançar para o meio, do próprio lugar onde estava:
'Meus valorosos Aquivos, alunos do deus Ares forte,
é decoroso em silêncio escutardes-me agora; até mesmo
os oradores mais hábeis aparte importuno os perturba.
Como é possível que em meio ao barulho falar alguém possa,
ou ser ouvido, ainda mesmo dotado de voz retumbante?
Vou dirigir-me ao Pelida; mas quero que todos os homens
de Argos me escutem e, atentos, reflitam nas minhas palavras.

¹⁸ As interpretações que fizemos de algumas das características das falas públicas na Antigüidade inspiraram-se nos trabalhos de Nietzsche ([1896] 1999); Vernant (1962); Detienne (1981); Montiglio (1994); Chauí (2002). Foi também com base nas referências contidas nesses trabalhos que coligimos algumas fontes primárias fundamentais para o estabelecimento das nossas breves considerações acerca da fala pública na Antigüidade.

(ILÍADA, XIX, v. 54-84, grifos nossos)

A manifestação do silêncio e da passividade dos participantes nos espetáculos artísticos, reuniões ou assembléias é, relativamente, freqüente na *Iliada*, mas também o é na *Odisséia*. Vejamos algumas passagens que atestam a bem comportada recepção dos ouvintes homéricos:

a) quando Agamenon encerra sua proposta de abandonar a guerra: *'Ora façamos conforme o conselho; obedeçam-me todos:/ para o torrão de nascença fujamos nas céleres naves,/ pois é impossível tomar a cidade espaçosa dos Teucros.'* Isso disse ele; calados e quedos os outros ficaram./ Por muito tempo em silêncio mantêm-se os turvados Aquivos (ILÍADA, IX, v. 26-30);

b) na reunião dos pretendentes de Penélope, na casa de Ulisses: *Todos, em volta, escutavam silentes o aedo famoso,/ que lhes cantava o retôrno funesto [...].* (ODISSÉIA, I, v. 325-326);

c) na descrição da reação à fala de Telêmaco: *Isso disse êle, indignado; e, rompendo num pranto copioso,/ o cetro atira no chão. Todo o povo de dor é tomado./ Quedos mantêm-se os presentes; ninguém a objetar se atrevia/ às expressões de Telêmaco, prenhes de acerbo sentido.* (ODISSÉIA, II, v. 80-83);

d) na intervenção de Mentor, intercedendo em favor do filho de Ulisses e contra os pretendentes na assembléia convocada por Telêmaco: *Os pretendentes soberbos, não vou censurar, certamente,/ pelas violências que fazem, produto de instintos malvados,/ que êles as próprias cabeças arriscam pilhando a fazenda/ do valoroso Odisseu, na ilusão de que a casa não volta./ Mas contra o resto do povo não posso deixar de indignar-me./ Com serdes muitos, ficais em silêncio, sentados, sem verdes/ que aos pretendentes, por poucos, podêis impor vosso freio.* (ODISSÉIA, II, v. 235-241);

e) quando o narrador assinala tanto a reação dos féaces quanto seu comportamento durante a exposição de Ulisses, no momento em que esse último finalizara o longo relato de suas proezas, desde sua partida de Tróia até sua chegada às terras de Calipso, que se estende do Canto IX ao Canto XII: *Isso disse êle; os presentes calados e quedos ficaram,/ como que presos por mágico influxo na sala sombria.* (ODISSÉIA, XIII, v.1-2).

Poder-se-ia, entretanto, interpretar esses silêncios e omissões como decorrentes do caráter excepcional das situações em que eles se manifestam e não como característica propriamente dita da expressão em público. Contudo, seguindo o levantamento que fizemos nas duas grandes epopéias de Homero, constatamos que todas as referências a pronunciamentos, ainda que eles sejam de diversas ordens e de diferentes tipos, atestam não somente a alteração regulada dos turnos de fala, mas também o “bom comportamento” dos

ouvintes homéricos; tão-logo uma fala envolvida pelo ritual de tomada de palavra é iniciada, o público se mantém em absoluto silêncio. A participação “ativa” daqueles que ouvem se dá antes e depois, mas nunca durante um pronunciamento.

De modo análogo, mas não idêntico, os oradores da época clássica protegem-se contra os perigos da audiência. Nesse caso, trata-se de reiterados assaltos dos ouvintes e das constantes celeumas que consistem em uma real ameaça, diferentemente da pacata escuta à qual se dirigiam os oradores de Homero. Enquanto na *Iliada* e na *Odisséia*, de acordo com nosso inventário, os tumultos limitam-se à fase inicial da assembléia, antes do começo da intervenção do orador ou, ao seu final, e se apresentam sob a forma de reações favoráveis ou contrárias, de modo que basta ao tribuno adotar algumas prévias medidas retóricas¹⁹ para ser ouvido, no auditório de uma assembléia na qual fala Péricles, no Período Clássico, ou Demóstenes, no Helenístico, por exemplo, parece haver um barulho constante e cada um dos ouvintes pode interrompê-los a qualquer momento. Tendo sido iniciado o turno de fala de um orador, no Período Homérico, não há mais o risco de que ele seja interrompido por um outro, que lhe tomaria a fala: nas epopéias de Homero, as seqüências sem interrupção são freqüentemente binárias, tornando improvável o advento de intervenções polifônicas ou de ruídos democráticos. De certo modo, o “povo” homérico está alijado das deliberações, visto que assiste, sem interromper, a uma alternância de seqüências (proferidas por divindades e semi-divindades) sistemática e regulada²⁰.

Já em uma época em que a *doxa* superava a *alétheia* – tempo em que, pouco a pouco, em detrimento de um verbo inspirado, no qual a verdade presentificava-se como recitação,

¹⁹ Além da linguagem verbal, sob a forma de um pedido de silêncio feito pelo próprio orador ou da intervenção dos arautos, constam outros recursos retóricos. A tomada da palavra na *Iliada* e na *Odisséia* é normalmente precedida e/ou acompanhada da seguinte seqüência: o orador eleva-se de sua cadeira, pondo-se de pé, caminha até o centro da assembléia, toma e porta o cetro e eleva sua voz. Procedimentos para ser visto e ouvido que ratificavam a já extraordinária figura do tribuno. Entre as várias passagens em que observamos o uso desses procedimentos, podemos mencionar aquela em que Odisseu, antes de retomar a palavra, cala-se, após ter repreendido Tersites, e suscitado na multidão uma grande reação favorável: *A chusma assim se expressava. Odisseu, eversor de cidades,/ o cetro empunha, de pé. Sob a forma do arauto, ao seu lado,/ a de olhos glaucos, Atena, ordenava silêncio às fileiras./ para que todos os homens Acaios, de perto e de longe, suas palavras ouvissem e, após, orientar-se soubessem./ Cheio de bons pensamentos lhe diz, arengando, o seguinte: ‘Filho de Atreu, soberano, os guerreiros Aquivos desejam/ que ante o universo os homens mortais infamado tu fiques.’* (ILÍADA, II, v. 278-285, grifo nosso).

²⁰ Ver, por exemplo, algumas das passagens da *Iliada* e da *Odisséia*, nas quais se pode observar essa característica nas representações homéricas das relações entre o orador e seu auditório: *Iliada* (Cantos: I, II, VII, IX, XIX e XX) e *Odisséia* (Cantos: I, II, V, VIII e XXIV). Entretanto, ainda que haja um certo alijamento do “povo”, nas imagens da assembléia do período homérico – e é preciso que não nos esqueçamos da grande exclusão que permanecerá mesmo nos tempos clássicos da democracia de Péricles, na qual apenas uma parcela bastante limitada da população, de fato, participava da vida política da cidade (cf. SENNETT, [1994] 2003, p. 47-48) –, já existe uma intensa valorização da assembléia, como condição de “civilidade” e “cidadania”, conforme, por exemplo, a passagem em que Ulisses fala aos Féaces sobre a ausência de assembléias entre os Ciclopes (ODISSÉIA, IX, v. 105-108; 112-115).

como não-esquecimento daquilo que já havia sido vislumbrado em um inteligível transcendente, estabelece-se a sobreposição de um verbo leigo e humano, por meio do qual a verdade instaura-se sob a forma de decisões oriundas das discussões públicas –, começam a ser abertas as condições de possibilidade para o advento da filosofia e da política, mas também para o da sofisticada e da retórica. Noutros termos, trata-se da decadência da “fala-eficaz”, proferida por aquele que fazia porque falava de (e encarnava) um invisível sagrado, e da ascensão da “fala-diálogo”, pronunciada por aquele que faz porque fala de um visível político²¹. Segundo uma certa tradição da história da filosofia, esta última teria se separado da religião entre os séculos VII e VI a.C. Até esse período, entretanto, preservava-se a crença de que a eloquência era um dom divino-natural. Somente por volta do século V, surgiram os primeiros manuais de retórica, cuja emergência sugere o fato de que, a partir de então, tornou-se possível ensinar e aprender a arte da oratória. Do final do Período Homérico até o apogeu do Período Clássico, no interior do qual Péricles, entre os anos de 460 a.C. e 429 a.C., depois das reformas de Clístenes, consolidou e aperfeiçoou a democracia ateniense, passaram-se aproximadamente quatro séculos de história e ocorreram muitas transformações políticas, sociais, culturais e urbanas²².

Assim, a partir do auge da democracia grega, nos séculos V e IV a.C., as relações entre o orador e o público que participava das assembléias tornaram-se bastante “interativas”. Conforme havíamos dito, os tribunos gregos dessa época, mesmo com toda a potência oratória de um Péricles, tinham de tomar muitas precauções para evitar uma atenção demasiadamente difusa e para assegurar que seu turno de fala se mantivesse relativamente a salvo das constantes tentativas de interrupção. É preciso ainda que não se perca de vista o fato de que, no século V a.C., Atenas dispunha de dois tipos absolutamente diferentes de espaço de fala, a saber, a ágora e o teatro, onde, respectiva e preponderantemente, habitavam o *logos* e o *pathos*. Esses dois ambientes proporcionavam duas experiências distintas das práticas de fala pública:

Na ágora, múltiplas atividades transcorriam simultaneamente, enquanto as pessoas se movimentavam, conversando em pequenos grupos sobre

²¹ Marilena Chauí sublinha a relação entre as mudanças ocorridas e o nascimento da filosofia: *A filosofia nasce, portanto, no contexto da pólis e da existência de um discurso (logos) público, dialogal, compartilhado, decisional, feito na troca de opiniões e na capacidade para encontrar e desenvolver argumentos que persuadam os outros e os façam aceitar como válida e correta a opinião emitida, ou rejeitá-la se houver fraqueza dos argumentos.* (CHAUÍ, 2002, p. 44). Para mais detalhes sobre o deslocamento de um *logos* mágico-sagrado para um *logos* político, conferir Vernant (1962, p. 41) e Detienne (1981, p. 102).

²² Há entre essas duas épocas o chamado *Período Arcaico*, que se estende do final do século VIII a.C. ao início do século V a.C. Sobre esse período da Antiguidade grega, ver, Chauí (2002, p. 16).

diferentes assuntos ao mesmo tempo. Não havia nenhuma voz dominante. Nos teatros da velha cidade, as pessoas ainda ocupavam seus lugares para ouvir uma única e clara voz. Os sítios urbanos mais amplos apresentavam perigo para a linguagem, pois neles, em meio às atividades concomitantes e ininterruptas, as palavras se dispersavam entre murmúrios das vozes; a massa dos corpos em movimento nada percebia além de fragmentos do sentido que elas expressavam. No teatro, a voz singular assumia forma artística, através das técnicas de retórica. Os locais reservados aos espectadores eram tão organizados que amiúde a eloquência os vitimava, paralisando-os e humilhando-os com seu fluxo. (SENNETT, [1994] 2003, p. 47).

Em razão de nosso objeto de reflexão, interessamo-nos antes pelos tumultos da ágora (lugar privilegiado dos encontros, debates e assembléias públicas) do que por uma certa ordem “apassivadora” dos teatros; embora, eventualmente, esses recintos tenham sido utilizados para reuniões políticas, e ainda tenham sido tomados como modelos para a concepção e uso de sítios políticos como a Casa do Conselho, *Bouleuterion*, ou a colina de Pnice (cf. SENNETT, [1994] 2003). Nossa “predileção”, contudo, não implica a desconsideração da dimensão política das práticas culturais dessa época, como, por exemplo, a relevância das tragédias tanto pela temática de algumas delas quanto pela sua própria forma de apresentação. Face à *isegoria* e à *parrhesia*, diferentemente, portanto, das assembléias homéricas, as quais se caracterizavam pelo clima pacato e tranqüilo, o orador clássico vislumbrava os riscos de freqüentes ruídos, comentários e tumultos e pedia solicitamente a atenção e o silêncio de seu auditório para se fazer ouvir. Por vezes, era preciso que o tribuno interrompesse seu discurso, fizesse uma digressão fática, para que ele não fosse, seguidamente, interrompido. Na *História da Guerra do Peloponeso*, por exemplo, Tucídides, aludindo já na sua época aos rigores historiográficos e revelando como se deu a “reprodução” dos discursos que constam em sua obra, apresenta uma série de elogios à oratória, uma verdadeira apologia à palavra²³. As referências às assembléias, as “reproduções” dos discursos e os enaltecimentos à eloquência, sobretudo, a de Péricles e de Antifon, pululam na *História*, de Tucídides.

A fala pública e os valores democráticos a ela intrinsecamente relacionados estão presentes em quase toda extensão da *História da Guerra do Peloponeso*, mas são particularmente marcantes na cerimônia de enterramento dos atenienses mortos ao fim do primeiro ano da Guerra. Trata-se de uma das mais célebres passagens da *História*, na qual, não sem razão, Péricles foi o escolhido para encerrar o ritual fúnebre com um discurso,

²³ Sobre o método historiográfico de Tucídides, o modo como foram registrados os discursos que constam em sua *História* e a valorização da fala pública, ver Tucídides ([411 a.C.] 1986, respectivamente às páginas 27-28, 28 e 77-81).

conforme era o costume dos antepassados. Ao finalizar a descrição do rito, Tucídides acrescenta: *Após o enterro dos restos mortais, um cidadão escolhido pela cidade, considerado o mais qualificado em termos de inteligência e tido na mais alta estima pública, pronuncia um elogio adequado em honra dos defuntos.* (TUCÍDIDES, [411 a.C.] 1986, p. 96-97). E antes de dar voz ao próprio Péricles, Tucídides, tendo afirmado que havia sido ele, Péricles, o indicado, relata o modo como o mais renomado dos comandantes militares gregos tomou a palavra: *No caso presente das primeiras vítimas de guerra, Péricles filho de Xântipos foi escolhido para falar. No momento oportuno ele avançou para o mausoléu, subiu à plataforma, bastante alta para que sua voz fosse ouvida tão longe quanto possível pela multidão [...]* (TUCÍDIDES, [411 a.C.] 1986, p. 97, grifo nosso). De acordo com o relato de Tucídides, podemos observar que, embora se tratasse de uma ocasião em que não haveria debate de opiniões, de uma situação na qual o silêncio ouvinte se estabeleceria facilmente, dado o caráter solene-fúnebre das circunstâncias, há uma nítida preocupação em envolver o episódio pelo aparato ritualístico e de fazer com que o orador fosse visto e ouvido pelo auditório.

O respeito às circunstâncias funéreas e o silêncio dos mortos na Guerra não correspondem ao ambiente dinâmico das assembleias representadas em tantas passagens da *História da Guerra do Peloponeso*. Tomemos, por exemplo, duas das mais animadas dessas reuniões, a saber: a) a assembleia na qual os gregos de Samos, convencidos de que a aliança com o rei Darios seria a única solução a ser adotada para vencer os habitantes do Peloponeso, propõem o retorno de Alcibiades para que, por meio dele, essa aliança fosse estabelecida:

Ao mesmo tempo os emissários mandados de Samos com Píandros chegaram a Atenas e falaram diante do povo resumindo inúmeros argumentos, insistindo particularmente em que, se chamassem Alcibiades de volta e não mantivessem a mesma forma de democracia, poderiam ter o Rei como aliado e vencer os peloponésios. Quanto à democracia, muitos falaram contra a proposta, e os inimigos de Alcibiades aproveitaram a oportunidade para protestar em altos brados, dizendo que seria intolerável recebê-lo de volta após a violação pelo mesmo das leis da cidade. (TUCÍDIDES, [411 a.C.] 1986, p. 408, grifo nosso)

e b) o confronto verbal entre os enviados dos Quatrocentos e os soldados democratas que ficaram em Samos, em uma assembleia em que somente com muito custo Alcibiades conseguiu acalmar os soldados, fazendo-os desistir do atacar seus próprios conterrâneos na Iônia, onde seriam dominados pelos peloponésios:

Os emissários dos Quatrocentos, mandados na época mencionada anteriormente para apaziguar os soldados em Samos e dar-lhes explicações, chegaram finalmente de Delos quando Alcibiades já estava em Samos, e tentaram falar durante uma reunião da assembléia. Os soldados a princípio não quiseram ouvi-los, e ameaçaram de morte, aos gritos, os destruidores da democracia; a muito custo se acalmaram, afinal, e os ouviram. Os emissários declararam que a revolução havia sido feita não para arruinar a cidade, mas para salvá-la, e nunca para que Atenas fosse entregue ao inimigo [...]. Embora tenham dito tudo isto e ainda mais, não conseguiram persuadir os soldados, que continuavam irados e apresentavam seguidamente várias sugestões, particularmente a de embarcarem prontamente para atacar o Pireu. (TUCÍDIDES, [411 a.C.] 1986, p. 422-423, grifos nossos).

No que respeita ao Período Helenístico, as assembléias parecem ter se tornado ainda mais intensas e ativas, de modo que, conforme podemos observar em alguns excertos de discursos de Demóstenes, tornava-se necessário suspender a fala para solicitar ao auditório que não se dispersasse, que não interrompesse o orador e que não o apressasse:

Avant de vous prononcer, veuillez m'écouter jusqu'au bout; attendez pour prendre parti; et si les mesures que je propose vous semblent nouvelles, n'allez pas m'accuser de créer ainsi des retards. Il ne sert à rien d'avoir toujours à la bouche ces mots: "Vite", "Dès aujourd'hui". (DEMÓSTENES, [384 a.C.-322 a.C.] 1968, p. 40, grifo nosso)

Certes la délibération, par elle-même, est toujours ardue et difficile; mais vous, Athéniens, vous l'avez rendue bien plus difficile encore. Partout ailleurs, en effet, on a l'habitude de délibérer avant l'événement; vous, c'est après l'événement que vous délibérez. La conséquence, je l'ai toujours constaté, c'est que l'orateur qui critique les erreurs commises se fait un succès; on admire comme il parle bien; mais le parti à prendre, ce qui était proprement l'objet de votre délibération, vous échappe. N'importe: je pense – et c'est dans cette conviction que je prends la parole – que si vous voulez bien faire trêve aux cris et aux disputes pour m'écouter, – comme il convient quand la république, quand nos plus graves intérêts sont en jeu, – j'aurai à vous proposer un avis qui pourra améliorer nos affaires et même sauver ce qui a été abandonné. (DEMÓSTENES, [384 a.C.-322 a.C.] 1946, p. 9-10, grifo nosso)

Essas assembléias são tumultuadas e efervescentes porque o silêncio e a passividade são concebidos pejorativamente. Por outro lado, se nos fiarmos em um dado pouco representativo – visto que se trata do único que conhecemos – que sugere uma maior afinidade dos romanos com os oradores homéricos do que com os gregos que lhes eram contemporâneos, talvez pudéssemos encontrar alguns indícios de que alguns latinos valorizavam euforicamente a mudez de um auditório atento. No *Diálogo dos Oradores* [81 d.C.], de Tácito, Aper, antecipando-se a Maternus que defenderá os méritos da poesia,

endossará a tese segundo a qual, em detrimento dessa última, é a eloquência a atividade da linguagem que tem maior valor e por meio da qual se obtém prazer com o silêncio dos ouvintes:

Je passe aux jouissances que procure l'éloquence digne d'un orateur accompli; l'agrément n'en est pas d'un instant fugitif, mais presque de tous les jours et presque toutes les heures. [...] Ce n'est pas tout. Quel cortège de citoyens en toge quand tu sors! Quel spectacle imposant dans la rue! Quel respect au tribunal! Quel joie de se lever pour parler ou pour assister un ami au milieu d'un auditoire silencieux, où tous les visages sont tournés vers toi! (TÁCITO, [81 d.C.] 2003, p. 28-29, grifo nosso)

Ao invés de uma disciplina que instauraria uma pretensa escuta inteligente e fecunda, impõe-se a desordem ativa de uma assembléia constituída de iguais, na qual cada um daqueles que dela participam é instado a intervir efetivamente, dizendo aquilo que acredita ser útil à cidade. Mas, para tanto, era preciso um certo domínio de recursos da língua, do corpo e da voz, sob a pena de ser facilmente interrompido ou de não conseguir quase nada dizer. Não por acaso a *Retórica*²⁴, de Aristóteles, apresenta preocupações no seu Livro III em torno daquilo que os latinos (principalmente, Cícero e Quintiliano) chamarão de *actio*, ou seja, todo investimento retórico da *mise en scène* gestual, mímica e vocal do orador, quando de suas alocações em público. Nesse sentido, são bastante conhecidas as lendas relacionadas à preparação e aos ensaios de Demóstenes antes de seus discursos nas assembléias²⁵. Tendo em vista que a relação entre o orador e seu auditório poderia ser imaginada como uma luta entre duas emissões sonoras, buscando *pari passu* a audiência e a atenção, uma contra a outra, é absolutamente importante que o tribuno tenha, além do emprego dos expedientes retóricos, que datam já do Período Homérico, uma bela e potente voz. Ou, conforme afirma Montiglio: *En effet, nous savons qu'une voix faible et défectueuse empêchait sérieusement l'orateur de faire son entrée dans la vie politique.* (1994, p. 37).

²⁴ Aristóteles ([384 a.C.-322 a.C.] s.d).

²⁵ Segundo a tradição o grande orador ateniense custou muito a alcançar a perfeição refletida na **Oração da Coroa** lançou mão, para chegar a esse estagio final, dos recursos mais descontraídos. Ter-se-ia recolhido a uma caverna, com metade dos cabelos raspados para melhor resistir à tentação de deixar seu isolamento, e lá teria copiado oito vezes a **História da Guerra do Peloponeso**, vigorosa obra de Tucídides, historiador grego da geração anterior e seu modelo. Para corrigir os defeitos de articulação de certos sons punha pequenas pedras sobre a língua. Falava a princípio diante do espelho para aprimorar a gesticulação. Falava à beira-mar para conseguir tornar a voz mais forte que o ruído das ondas e capaz de sobrepujar o murmúrio do povo nas assembléias. Fez-se discípulo de um dos maiores atores da época (Neoptólemo), ao qual pagou uma fortuna a fim de dar à voz a empostação perfeita. (KURY, 1965, p. 8; "Introdução". In: DEMÓSTENES [384-322 a. C.] 1965)

1.2.2. Falar em público na Idade Média

Após essas nossas breves considerações sobre alguns dos diferentes tipos de relações que se estabelecem, por meio da fala pública, entre o tribuno e seu auditório nos Períodos Homérico, Clássico e Helenístico, passaremos, em seguida, a um ligeiro levantamento de algumas das características das práticas de fala pública na Idade Média²⁶. Em face desse longo período (que se estende do século V até o final do século XV e começo do século XVI), optamos por discorrer, rapidamente, sobre alguns dos traços mais marcantes da fala pública eclesiástica da Baixa Idade Média.

A linguagem era absolutamente importante no convívio nas cortes da Baixa Idade Média. Seu domínio valia a condição de seu usuário e, por essa razão, estar na corte era já, de algum modo, falar em público, empregando os recursos do verbo, do corpo e da voz. Porém, a fala pública por excelência do período medieval foi, sem dúvida, a pregação eclesiástica. No que se refere às relações entre o orador, o pronunciamento e o público na fala pública religiosa medieval, que buscava, em princípio, mas não exclusivamente, a conversão e a salvação, é preciso não perder de vista que ela se caracterizava pela intensificação de um paradoxo presente em quase toda ocasião de fala pública: ela estabelecia uma rígida divisão entre locutores e ouvintes, quando reunia os paroquianos e, ao mesmo tempo, instaurava, no próprio interior dessa reunião, uma estável divisão entre clérigos e leigos. Mas a enunciação da palavra sagrada tinha ainda outras peculiaridades: adaptando-se aos seus diferentes auditórios, os pregadores distinguiam, em suma e diferentemente no curso da história medieval, os sermões *ad clericos* e os sermões *ad populum*. Com base nessa distinção, Marie-Anne de Beaulieu propõe a instituição de uma cronologia dos desenvolvimentos de vários tipos de pregação que se desenrolaram ao longo da Idade Média. Assim, a autora discerne esquematicamente três períodos:

²⁶ Conforme se pode observar, diferentemente do exercício que fizemos para caracterizar *grosso modo* um aspecto da fala pública na Antigüidade, recorrendo a fontes “primárias” (a *Iliada* e a *Odisséia*, a *História da Guerra do Peloponeso* e alguns discursos de oradores gregos) e a interpretações que delas foram feitas, aqui, dadas as dificuldades de acesso às fontes, valer-nos-emos tão-somente de alguns consagrados comentários e de algumas recentes referências acerca da Idade Média. Cremos, porém, que a ausência de fontes primárias não inviabilizará o escopo de nosso trabalho em torno da época medieval, uma vez que pretendemos somente, como dito, ressaltar algumas das propriedades mais evidentes da fala pública desse período.

uma Alta Idade Média marcada por uma pregação mais voltada para os clérigos (séculos V-X); uma Idade Média Central (séculos XI-XII) no decurso da qual a pregação se diversifica; e uma Baixa Idade Média (séculos XIII-XV) que vê a emergência de uma verdadeira pregação popular, quer dizer, destinada ao povo, paralelamente ao aprofundamento da pregação aos clérigos. (BEAULIEU, 2002, p. 367)

Se na Antiguidade tardia a pregação desempenhava a função de preparar para a conversão, sendo que as prédicas eram um monopólio episcopal exercido no quadro do catecumenato e da missa, na Alta Idade Média, o batismo, conferido às crianças logo após o nascimento, e as atribuições políticas e administrativas do episcopado reconfiguraram os objetivos da pregação e seu próprio desempenho. Nesse período, dois indícios poderiam apontar para uma suposta popularização dos sermões, a saber, a proliferação dos homilários, entre os séculos VI e IX, e a aparição do púlpito, no século IX. No entanto, o púlpito era apenas encontrado em algumas poucas e privilegiadas igrejas episcopais e monásticas, e as pregações efetivamente *ad populum*, realizadas pelo baixo clero, eram bastante limitadas tanto no que se referia à sua regularidade quanto no que dizia respeito ao seu domínio doutrinal, restringindo os sermões a comentários e conselhos morais. Assim, a conjunção dos esforços, com vistas a “democratizar” as alocações religiosas durante a Alta Idade Média, não gozou de bons resultados, visto que *a pregação continuou a ser geralmente erudita, endereçada em latim aos clérigos. No curso deste período muito tumultuado, o povo permaneceu afastado da palavra sagrada* (BEAULIEU, 2002, p. 369).

Embora a pregação aos clérigos tenha se tornado cada vez mais erudita e a produção dos homilários tenha sido consideravelmente reduzida, uma relativa inflexão na pregação, no período que Beaulieu denomina Idade Média Central, pode ser vislumbrada, por exemplo, nas prédicas da figura monástica mais eminente dessa época: São Bernardo, que concebia e pronunciava seus sermões em latim, para os clérigos, e em língua vulgar, para o povo. Ultrapassando o quadro monástico, a pregação estendeu-se às escolas e às igrejas paroquiais: fiéis urbanos e rurais ouviam pregadores itinerantes, que, uma vez entregues à vida apostólica, haviam recebido autorização da Igreja para pregar. Entretanto, desde o fim do século XII, proliferaram os pregadores leigos que exerciam a função “sagrado-profana” de difundir a palavra de Deus sem o consentimento eclesiástico e, por vezes, mesmo à revelia da Igreja ou contra ela. Face à ausência de controle e ao conseqüente crescimento dos movimentos heterodoxos, o alto clero tornou a contenção da pregação leiga, popular e para o povo uma de suas fundamentais prioridades.

Somente entre os séculos XIII e XV, é que se pode falar de uma efetiva emergência da pregação popular. Na mais alta hierarquia eclesiástica, os papas regulamentavam e estimulavam as prédicas, delegando aos bispos a função de verificar a competência, o valor moral e a ortodoxia dos pregadores. Esses, por seu turno, deviam expor artigos de fé e combater heresias nas preces e nos sermões de domingo e dias de festa. É justamente nessas circunstâncias que surgem as Ordens Mendicantes e Dominicana que se tornaram rapidamente responsáveis pela promoção da pregação popular. Depois de ter sido autorizado pelo Papa Inocêncio III *a pregar a penitência em todos os lugares*, São Francisco de Assis ampliou essa autorização a outros clérigos, mas também a leigos. A extensão aos leigos do direito de pregar reintroduziu o problema da autoridade para difundir a palavra sagrada, fazendo com que, posteriormente, Gregório IX proibisse a pregação pública laica. Desde então, franciscanos e dominicanos apenas podiam pregar em igrejas ou praças públicas com a devida permissão do pároco e em horários pré-determinados, de modo que não houvesse concomitância entre as pregações do itinerante e do eclesiástico local.

Tendo se tornado uma questão cada vez mais especializada, exigindo uma longa formação e uma iniciação aos segredos do ofício, a pregação também passou a impor uma vida quase sempre itinerante ao orador. Essa exigência advinha do fato de que o pregador ideal deveria estar apto a pregar nas mais diversas circunstâncias, nos mais distintos lugares e para os mais variados públicos: desde cortes principescas, passando pelas universidades, concílios e colégios, até as mais simples paróquias. Nessas ocasiões, conforme sublinha Beaulieu, *os pregadores atraíam multidões consideráveis, transformando praças públicas e monumentos profanos em locais de pregação* (2002, p. 373). Já por volta do século XIII, houve uma verdadeira “fragmentação” e “democratização” dos públicos: os clérigos compuseram diferentes tipos de sermões que eram destinados aos príncipes, nobres, mercadores, burgueses, estudantes, camponeses, marinheiros, ou, ainda, aos casados, às mulheres e às crianças. A popularização dos sermões desenvolveu-se de tal modo, que

A pregação podia ser animada pelas intervenções dos ouvintes (questões, objeções), por representações imaginadas pelo pregador (mediante brados, diálogos fictícios, mimodramas e gestos) e pelo recurso aos *exempla* – anedotas exemplares, muitas vezes tiradas da vida cotidiana cujo tom oscilava entre o drama cristão e o efeito cômico do *fabliau*. (BEAULIEU, 2002, p. 374)

Não se pode, contudo, daí inferir que, a partir desse movimento de democratização, a pregação ao povo tenha crescido e se tornado cada vez mais freqüente. De fato, o que ocorre,

já no século XV, é a rarefação dos sermões simples, alegóricos e populares, e a conseqüente ascendência de uma predicação mais prolixa, sofisticada e erudita, que, ao invés de promover a participação popular, tão-somente pasmava e deslumbrava as gentes. Embora haja alguns poucos rastros da produção de efeitos junto à massa ouvinte, tais como os grandes ajuntamentos, as fogueiras das vaidades, as conversões e vocações, os elogios em crônicas, as novas devoções e a multiplicação das obras de caridade, ou, ainda, as anotações de alguns ouvintes, que as tomavam por admiração ou por ofício, parece não ser possível alcançar grandes conclusões em torno da recepção dos sermões, dado que, conforme o indica Beaulieu (2002, p. 376), a grande maioria dos ouvintes era silenciosa. Assim, no encontro de uma eloqüência erudita do orador com uma passividade do público, a pregação situava-se entre a oralidade e a escrita, no cruzamento entre a literatura latina e a vernácula, na intersecção entre a cultura ilustrada e a folclórica. Nesse encontro, um certo silêncio e passividade dos ouvintes eram condição necessária para compreender e guardar a palavra sagrada.

Em suma, é possível observar, nesse rápido sobrevôo por essas três fases da pregação na Idade Média, o deslocamento de uma concepção religiosa quase mágica acerca do ato de pregar, no interior da qual os oradores proferem aos seus públicos sermões enigmáticos, acompanhados de rituais e de gestos, que salvam do Inferno, para um projeto mais “democrático”, mas, ainda assim, consideravelmente intimidante e apassivador, visto como abono de salvação, sob a condição de que a pregação fosse memorizada, compreendida e, enfim, interiorizada. Entretanto, visto que objetivamos delinear um pouco mais precisamente algumas características da pregação do final da Idade Média, recorremos às considerações de Hervé Martin que incidem sobre o lugar de fala do predicador e sobre o público de seus sermões. Detemo-nos especialmente nesse tipo de fala pública da Baixa Idade Média, em função de sua relevância e representatividade como alocução dirigida a um grande público, e, ainda, em razão do necessário questionamento de alguns estereótipos freqüentemente aludidos, quando se trata de considerar as pregações desse período (MARTIN, 1994). Além disso, trata-se do desenlace de uma época, no qual um imaginário particular mitiga-se progressivamente, para ceder à predominância de uma nova “mentalidade”, no interior da qual o ato de falar em público será, provavelmente, concebido e praticado de outro modo.

Conforme havíamos dito, Martin, ao conceber *l'articulation entre un discours – la prédication, destinée à enseigner les vérités de la foi catholique – , un lieu de parole – la chaire, supposée universellement répandue – et un public – le peuple chretien, estimé homogène et unanime* (1994, p. 42), assevera que é preciso desvencilhar-se de idéias amiúde pré-concebidas em torno da consagrada, mas nem sempre exata, imagem de um predicador

sobre a tribuna, de um suposto sermão prolixo, confuso e inaudível, e de uma pretensa homogeneidade do auditório de crentes ouvintes. Nesse contexto entre os séculos XIII e XVI, existia, contudo, segundo o autor, uma *parole instituée* na qual era notável a interdependência entre locutores titulados (clérigos e religiosos abnegados), regras discursivas bastante coercitivas e sítios privilegiados de comunicação cristã. Considerando esses intrínsecos liames entre a fala sagrada, o local ocupado pelo pregador onde e quando ela se manifestava e o público ao qual era ela destinada, tratemos separadamente cada uma dessas ordens, em função de uma certa operacionalidade metodológica. Começemos, pois, pelos lugares (sagrados e profanos) de fala do orador. As pregações podiam ser feitas nas igrejas, nos monastérios e nos cemitérios, mas também nas praças, nas feiras, nas esquinas, nas pontes etc.

Nem todo pregador ou missionário da Baixa Idade Média discursava do alto de uma tribuna²⁷. Tomando como fontes algumas edições da Bíblia desse período, ilustradas com vinhetas, Martin (1994) salienta o fato de que, mediante a comparação entre os profetas do Antigo Testamento, os apóstolos do Novo Testamento e os clérigos contemporâneos, as representações ali contidas acerca das circunstâncias das pregações apontam para um simples e, de algum modo, informal encontro entre o enviado de Deus e seus congêneres, que eram, aparentemente, mais ou menos receptivos à palavra sagrada. Embora o locutor pareça sobrepor-se ligeiramente aos seus ouvintes, eles são representados praticamente como estando no mesmo nível, de modo análogo ao que ocorria nas intervenções sobremaneira espontâneas e informais dos primeiros discípulos franciscanos e dominicanos, que pregavam praticamente em todo tempo e lugar. Mas, poder-se-ia perguntar: e no interior das igrejas, o que ocorria? Como se dava a pregação? O orador pregava do alto de um púlpito ou de uma *chaire* ou praticamente do rés-do-chão, sobre um *ambon*²⁸?

As interpretações não são absolutamente consensuais. Alguns crêem que, no século XIII, a prática corrente, no que respeita às alocações clericais, era ainda a de se dirigir aos fiéis a partir do *ambon*, apesar da paulatina substituição desses *ambons* pelas *chaires*, ainda durante esse período. É justamente ao longo do século XIII que a *chaire*, inicialmente móvel e em madeira, e, posteriormente, construída junto a um pilar ou a uma parede, teria começado a

²⁷ De fato, o texto de Hervé Martin (1994, p. 23-41) refere-se à *chaire*, que se trata de uma tribuna elevada, fixada em um pilar ou na parede do templo, do alto da qual um pregador eclesiástico dirige seu sermão, suas instruções e/ou seus ensinamentos aos fiéis presentes na igreja.

²⁸ O *ambon* é uma espécie de tribuna, cuja forma consiste em uma protuberância arredondada, situada na entrada do coro das igrejas, na qual são realizadas as leituras e as pregações. Ver: <http://www.louvre.fr/llv/glossaire/> (visitado aos 19 de novembro de 2005). Ou, ainda, conforme Martin: *tribune ou pupitre placé au bord du choeur, d'où les clercs lisaient l'Écriture et instruisaient les fidèles*. (1994, p. 42). A diferença fundamental do *ambon* em relação à *chaire* consiste no fato de que, enquanto o primeiro situa-se ou no nível do chão ou em uma pequena elevação, a segunda é sempre consideravelmente alta e imponente (ver nota anterior).

substituir o *ambon*. Em contrapartida, outros parecem pensar que, desde essa época, as *chaires* já eram extremamente comuns, propagadas e, em alguma medida, até mesmo obsoletas. Os partidários desse posicionamento apóiam-se em fontes documentais, tais como alguns registros de visitas episcopais, realizadas antes de 1.300, nos quais as *chaires* são descritas como estando já frágeis e velhas, provocando medo nos pregadores de sobre elas permanecerem por muito tempo. Algumas já cheias de brotos e de pequenos arbustos pareciam constituir-se em um elemento banal e antigo do mobiliário das igrejas e já não mais despertavam grande interesse por parte dos clérigos.

Se, por um lado, não se pode afirmar peremptoriamente ter havido um aumento ou uma queda e, até mesmo, um certo abandono da *chaire*, por outro, parece possível que, nos séculos XIV e XV, a *chaire* tenha sido bastante utilizada:

A partir du XIVe siècle, et plus encore au siècle suivant, les peintres et les enlumineurs figurent couramment les orateurs en chaire, plongés à mi-corps dans une sorte de caisse en bois de forme carré, rectangulaire ou polygonale, montée sur le pied ou fixée au mur ou à un pilier de l'église [...] (MARTIN, 1994, p. 43).

Falar do alto de uma tribuna, mantendo a metade do corpo inclinado sobre os ouvintes, produzia o efeito de uma dominação do orador em relação ao seu público e conferia-lhe ou, antes, reforçava-lhe o estatuto de intercessor entre o divino e o profano, entre Deus e os homens. A “dominação” do auditório não é, no entanto, somente o corolário da utilização de um tom demasiado contundente, mas decorre de posturas corporais e de condutas gestuais tênues, conjugadas com uma entoação afável, benevolente e compassiva, diferentemente das alocações teológico-universitárias do *magister* que, embora fossem efetivadas do cimo de cátedras bastante semelhantes às *chaires* das igrejas, eram ásperas e peremptórias.

Nas ocasiões em que era preciso falar às “massas”, ao ar livre, preparava-se o espaço, construía-se ou adaptavam-se elevadíssimas tribunas (chamadas de *hourds*), concebidas para possibilitar e acentuar a *performance* de oradores consagrados. Há relatos que testemunham tanto a dificuldade de alguns pregadores, sobretudo dos mais idosos, de subir todos os degraus que conduziam ao topo dos *hourds* quanto os efeitos retóricos oriundos do desempenho sobre essas tribunas (cf. MARTIN, 1994, p. 43). Das “alturas”, emanava uma fala solene e incontestável, uma palavra santa dirigida aos cristãos que ocupavam – distintamente, conforme sua pertença a determinados grupos sociais – esses espaços muito bem adaptados às circunstâncias destinadas à fala pública eclesiástica. Cristãos unidos na escuta da fala sagrada, mas com o devido respeito às suas diferenças: enquanto alguns poucos

eclesiásticos do baixo clero permaneciam em pé, logo à frente dos *hourds*, a multidão ficava alojada em bancos dispostos atrás desses clérigos, e os nobres e notáveis eram instalados em camarotes situados nas laterais bastante próximas do *hourd*. A preparação desses espaços de pregação era bastante parecida com aquela realizada para a encenação teatral nas praças (aliás, outro grande meio de ensinamento religioso do século XV). A partir dessa semelhança entre a pregação e o teatro, Martin afirma que

Ce parallèle nous amène à penser que les auditeurs des homélies prononcées par les grandes missionnaires du XVe siècle n'étaient peut-être pas tellement plus nombreux que les spectateurs des jeux sacrés, que l'on a pu évaluer de façon assez précise. Il faudrait donc imaginer des publics de l'ordre de 4 à 5.000 individus tenus en haleine par les orateurs vedettes, et non des foules immenses de 20 à 30.000, comme on le répète complaisamment à la suite de chroniqueurs toujours portés à l'hyperbole. Cette évaluation prudente s'accorde d'ailleurs assez bien avec les "basses eaux" démographiques de la fin du Moyen Âge. (1994, p. 44)

Dos cimos das altas tribunas advém, pois, uma fala santa e solene, carregada de verdades, mas também cheia de mistérios, por vezes, impenetrável e inacessível aos plebeus. Não se trata tão-somente de uma simples paráfrase da Sagrada Escritura, como na homilia tradicional, mas uma enunciação sábia, erudita e rigorosa, por meio da qual os textos bíblicos são submetidos a uma sistematização estrita. Essa sistematização, bastante semelhante àquela utilizada na universidade, tem como um de seus objetivos responder às objeções que eram ou que poderiam ser formuladas contra a palavra cristã. Sendo considerados a relevância e o hermetismo dessas pregações, era preciso dar-lhes uma segunda vida, mediante seu registro: *assis au pied de la chaire, des tachygraphes ou reportatores s'efforcent de consigner les propos de l'orateur* (MARTIN, 1994, p. 44). A segunda vida – uma espécie de segunda interpretação da palavra divina ou um comentário escrito da fala que fala da fala escrita de Deus – possibilita a avaliação dos demais clérigos e a difusão do produto das *performances* oratórias à maioria do povo cristão. Ao invés de uma pura e simples oposição, a relação entre o oral e o escrito na pregação da Baixa Idade Média é bastante dinâmica: a oralidade sagrada de Deus, tornada escrita, manifesta-se em uma segunda escrita, que se tornará, por sua vez, uma fala a ser, mais uma vez, escrita. Oxímoro do verbo, mas também paradoxo da história: no período do Renascimento e da Reforma, muitíssimas coletâneas desses sermões medievais seriam “eternizados” pela recém-nascida imprensa.

Limitar-se a dizer que a pregação na Idade Média estava repleta de figuras, metáforas, alegorias e representações, das mais simples às mais herméticas, visto que, conforme

afirmamos, tratava-se de tentar dizer o inefável, de manifestar a infinitude e a inesgotável grandeza de Deus, é relativamente pouco instrutivo. Por isso, ao determo-nos na fala pública religiosa do final da Idade Média, consideramos, na esteira de Martin (1994), a ressonância de alguns ecos políticos no interior das alocações sagradas. A santa tribuna, além de ter sido o sítio de onde emanava a palavra de Deus, era também o lugar de onde provinham vozes políticas, muito bem articuladas à fala sagrada: de defesas públicas, apoios desvelados, reprovações explícitas a adesões sutis, endossos discretos e censuras dissimuladas. O clero francês, por exemplo, sustentava *le bon droit* de Filipe VI contra *la vanité des prétentions* de seu opositor, Eduard III, da Inglaterra, além de incitar o pagamento de impostos, sob o reinado de Charles V, a fim de sustentar a reconquista dos territórios perdidos para os ingleses; denunciava, ainda, os malefícios das guerras civis no interior do reinado da França e estimulava a expulsão dos ingleses.

Passados os tempos das maiores crises, tendo sido o reino francês liberado do jugo inglês, as predileções políticas na pregação tornaram-se mais discretas. Ainda assim, essas predileções surgem, não raras vezes, por meio de procedimentos retóricos de várias ordens: em última instância, os oradores religiosos são encarregados de missões cívicas, como se fossem funcionários do reino. É nesse sentido que, embora de modo relativo e parcial, alguns acontecimentos históricos passaram a substituir as lendas e anedotas emergentes de um *stock des récits exemplaires*, produzindo uma espécie de nova atitude na manutenção de um velho hábito, qual seja, narrar um fato e/ou uma fantasia, e, a partir deles, tirar uma lição. Desse modo, a pregação baixo-medieval não apenas considerou, mas também fomentou e anunciou as transformações históricas e políticas de seu tempo: *nous n'hésitons pas à dire que la prédication de la fin du Moyen Âge a pris acte, avec ses moyens propres, des changements politiques et en particulier de l'avènement de l'État moderne*. (MARTIN, 1994, p. 45). As propensões políticas, fossem elas em favor do ou contra o rei, manifestando ora a concordância ora a divergência entre a monarquia secular e o poder sempiterno, apresentavam-se, de modo breve, sob a forma de rápidas observações e comentários ou de concisas analogias, uma vez que o propósito capital das pregações concernia essencialmente o domínio moral e religioso.

Além de ser a voz de Deus na terra, de interpretar o mundo e a sua história, o sermão da Baixa Idade Média, constrói seu público, distribuindo-o em categorias, assinalando os lugares específicos que cada um dos grupos de ouvintes ocupará. Existe uma ampla gama de comportamentos que se pretende atingir: desde uma receptividade benevolente dos devotos, passando por uma certa indiferença inconstante dos cristãos não-fervorosos, e chegando até

uma hostilidade cerrada dos pecadores convictos. Poder-se-ia dizer que não se trata aí de uma especificidade da fala público-sagrada baixo-medieval, mas de uma propriedade intrínseca de toda e qualquer produção simbólica, a saber, a projeção de um enunciatório. Entretanto, o aspecto excepcional da alocação clerical desse período consiste no fato de que, ao invés de se limitar a uma exposição dissertativa, uma narração ou um conjunto de preceitos doutrinários, essa pregação interroga-se sobre seu público e o interpela explicitamente (em uma espécie de meta-enunciação), além de conceber as modalidades de sua recepção, com vistas a tentar produzir uma determinada interpretação: *Les prédicateurs des XIIIe-XVe siècles veulent contrôler l'amont et l'aval, ce qui renforce le 'totalitaire' de leur propos*. (MARTIN, 1994, p.46).

Daí deriva uma dúvida persistente e, talvez, um problema insolúvel: o público imaginado pelo orador corresponde ou não aos ouvintes “reais”? De modo análogo às referidas considerações de Beaulieu (2002) acerca da pregação na Baixa Idade Média, Martin (1994) salienta algumas diferenças fundamentais entre os sermões do final do século XI até meados do século XIII e aqueles dos séculos XIV e XV: enquanto, no primeiro período, havia alocações destinadas tanto aos fiéis, de modo geral, quanto, especificamente, aos agricultores, artesãos, mercadores, peregrinos, magistrados ou às mulheres, a partir do final do século XIV e do século XV, os sermões são produzidos quase que independentemente da peculiaridade do universo dos ouvintes. Trata-se, com efeito, de duas estratégias retóricas, isto é, a identificação, por meio da interpelação do outro, e o silenciamento, mediante a generalidade e o hermetismo. Qual delas é a mais eficiente? Aquela que toca na particularidade do mundo do ouvinte e que quase o chama pelo nome, ou aquela que indistintamente invoca os mistérios da fé e os segredos da palavra de Deus? O que mais afeta o público: o espelho ou o abismo? A imprecisão perpetua-se entre dois pólos que compreendem tantas e tão variadas nuances.

A tendência à generalização apresentada pelas predicções baixo-medievais não corresponde, contudo, a um absoluto desprovimento de referências sociais concernentes aos seus ouvintes. No quase indistinto público cristão, o ideal de um sujeito urbano, ora entre os *mediocres* (artesãos e mercadores, por exemplo) ora entre os *majores* (altos funcionários do reino, magistrados, grandes negociantes), se estabelece, em detrimento, sobretudo, do universo rural. Apesar dessa distinção entre *mediocres* e *majores*, de fato, o público privilegiado pelos clérigos era principalmente aquele formado por esses últimos. O modo como os sermões lhes eram dirigidos provocava-lhes, com efeito, e não sem razão, recepções bastante ambivalentes: ao medo, oriundo dos ataques retóricos virulentos e das agressões verbais deliberadas aos especuladores, aos magistrados desonestos, aos altos funcionários

exploradores, contrapunha-se a delícia proveniente da convivência entre o conhecimento desse público iniciado e a erudição dos doutores da igreja, e do sentimento de pertença ao grupo dos “bem-aventurados”, de que falam os Salmos.

Mas a fala sagrada entre os séculos XII e XVI não desperta apenas o medo do pecado e a delícia da identificação. Conforme dissemos, baseados em Beaulieu (2002), a partir do final do século XI até meados do século XIII, há um processo de “democratização” e de “segmentação” do público e ocorre uma certa permissividade para com interpretações heterodoxas e recepções ativas e mesmo divergentes, que se manifestavam sob a forma de intervenções, questões e objeções dirigidas pelos ouvintes aos oradores. Em contrapartida, desde o final do século XIII até o final do século XV e começo do XVI, desenvolve-se uma espécie de homogeneização do auditório e se produz uma certa orientação “totalitária” no controle da recepção e da interpretação da palavra de Deus²⁹. O crescente enrijecimento da fala pública sagrada, no que respeita à sua tentativa de dominar o modo de sua recepção pelo público a quem ela se dirigia, não acarretou, no entanto, um efetivo controle das interpretações, nem promoveu um acolhimento exatamente correspondente ao que fora idealizado. Baseado em fontes escritas e iconográficas, Martin sublinha a existência de uma ampla *gamme des attitudes possibles de la part du peuple chrétien et des différents publics*, que comporta *attention extrême, l'indifférence somnolente, le détachement critique ou même la franche hostilité* (1994, p. 49).

A despeito de haver espaço para um comportamento resistente por parte de alguns ouvintes em face das pregações que, entre os séculos XIII e XVI, lhes eram destinadas, mesmo diante do desenvolvimento das ações que ensejavam controlar a recepção e a interpretação dos sermões, é interessante ressaltar que a indiferença, a crítica ou a hostilidade da recepção eram enfrentadas, confrontadas e até punidas pelos clérigos. Diferentemente de Antônio Vieira, que, no começo do século XVII, atribuirá a responsabilidade pelo fracasso da pregação ao próprio pregador, por meio da metáfora *Semen est Verbum Dei* (LUCAS VIII, 11), os sacros oradores do final da Idade Média, em caso de malogro na produção dos efeitos pretendidos, acusavam seus ouvintes, valendo-se de alegorias e narrativas exemplares que representavam a relação entre o orador e seu público e aludiam freqüentemente à impermeabilidade do auditório face à palavra de Deus. Algumas ilustrações, segundo Martin

²⁹ O delineamento dessas características das pregações baixo-medievais, realizado por Beaulieu (2002), é bastante próximo, como já o ressaltamos, daquele erigido por Hervé Martin, que, por seu turno, afirma o seguinte: *Aux XIe et XIIe siècles, la parole sacrée a pu s'accommoder d'une certaine anarchie et faire place à une grande spontanéité. Tous ces caractères n'ont pas été abolis à partir des années 1200, mais il faut reconnaître que les documents des XIIIe-XVe siècles nous révèlent des mécanismes très élaborés et des stratégies très réfléchies, en-deçà de turbulences prophétiques superficielles.* (1994, p. 49).

(1994), parecem corroborar tanto essa resistência aos estratagemas retóricos das predicções quanto as réplicas e contra-actitudes dos clérigos, ao manifestarem desde leves altercações entre oradores e ouvintes, passando por contendas virulentas, e chegando até mesmo a expulsões dos pecadores mais renitentes.

Se não se deve ignorar as resistências e os conflitos, não se deve tampouco crer que eles fossem uma constante. De fato, a regra parecia ser a comunicação pacífica e sistematizada das mensagens divinas, de modo que as resistências explícitas limitavam-se à condição de exceção. Com base em uma série de representações pictóricas de dois grandes oradores, a saber, Vicente Ferreiro e João de Capistrano, Martin afirma que, apesar de alguns ouvintes desvalorizarem as admoestações ou, ao menos, parecerem estar distraídos, é possível que a grande maioria dos interlocutores fosse afetada decisivamente pela “verdade” contida nas santas palavras que emanavam da *chaire*. Em uma das telas analisadas por Martin (1994), a de Sebald Popp, de aproximadamente 1480, na qual se retrata uma pregação de João de Capistrano, o orador prega em uma praça, sobre uma *chaire* hexagonal; logo ao lado da tribuna, queima uma "fogueira das vaidades", onde são lançados tanto objetos de crenças condenáveis, como dados, cartas, amuletos etc., quanto adornos luxuosos, contrários à austeridade requerida pela fé católica.

Também foi por meio da "fogueira das vaidades", mas, nessa ocasião, por um motivo mais político que propriamente religioso, que um outro clérigo deu provas do poder de sua oratória. No final do século XV, em Florença, o padre Girolano Savonarola, que, conforme o relata Maquiavel, conseguiu convencer o povo florentino de que ele falava diretamente com Deus, tornou-se, ao longo da década que se estendeu de 1484 a 1494, uma das maiores referências em matéria de eloquência e mobilização pública (cf. SENNETT, [1974] 1988, p. 287-293). No último ano desse decênio, a cidade foi ameaçada pela invasão e dominação estrangeira e, nessas circunstâncias, Savonarola, insurgindo como representante da sociedade florentina, debateu com as autoridades estrangeiras e, em 1496 e 1497, conclamou os habitantes da cidade a desvencilharem-se de suas vaidades, queimando pinturas, livros e roupas profanos ou luxuosos. Entre a grande massa que aderiu às suas sugestões, estava, por exemplo, Botticelli, que lançou várias de suas pinturas às chamas purificadoras. Richard Sennett sublinha o fato de que o poder de mobilização da retórica savonaroliana residia na doutrina da transcendência, ou seja, na crença metafísica como fonte dos valores nos quais se assentavam os discursos de Savonarola:

Entre as massas da cidade, a crença na igreja e no imaginário religioso medieval permaneceu forte. O laço religioso era um dos poucos elementos que mantinham juntos os florentinos. Florença, no final dos anos de 1400, era uma cidade muito diversificada; muitos não-toscanos, isto é, não-cidadãos, viviam nela, alguns exilados de suas cidades-Estado de origem, outros que eram pessoas deslocadas que vinham para a cidade como refugiados de guerra. [...] Era para essa coleção de estranhos, cuja religião era o laço comum que os unia, que Savonarola falava. (SENNETT, [1974] 1988, p. 288)

Ao finalizar esta síntese da fala pública eclesiástica, na Idade Média, reiteramos algumas de suas características indelévels. Antes, porém, de mencionarmos essas características, ressaltamos que a grande predominância das falas clericais, em meio ao que há de fala pública na Idade Média, é devida principalmente à quase completa ausência de uma fala público-política, à quase inexistência de assembléias, em espaços públicos, que, por seu turno, deriva das configurações fortemente hierarquizadas do poder medieval. As pregações da Baixa Idade Média, embora tenham existido algumas pregações laicas, evidencia-se uma quase absoluta exclusividade da pregação de locutores iniciados, titulados, que, amiúde, falam do alto de um lugar definido e hierarquizado: do *ambon*, da cátedra de madeira, da *chaire* de pedra ou do *hourd*. Além disso, os sermões baixo-medievais, de algum modo, transformam-se de acordo com a diversidade de seus diferentes públicos: *grosso modo*, esses sermões são “democráticos”, “populares” e “segmentados”, entre os séculos XI e XIII, em razão da explosão demográfica urbana e da diversificação de setores da vida econômica e social; mas tornam-se, a partir do final do século XIII até meados do século XVI, em alguma medida, “totalitários”, “elitistas” e “homogêneos”, em função do enrijecimento das condutas eclesiásticas, na tentativa de controlar de modo mais ortodoxo os comportamentos e as interpretações de seus ouvintes.

1.2.3. Falar em público na Idade Moderna

Embora saibamos que nossas representações contemporâneas acerca da Idade Média estão plenas de estigmas herdados dos Modernos, seus “naturais” detratores, de modo que freqüentemente tenhamos construído simulacros grosseiros a seu respeito ou, ao menos, tenhamos hipertrofiado suas “trevas”, não podemos negligenciar as profundas mudanças por que passou o universo europeu, a partir do século XVI. No início da Idade Moderna, novas

configurações na economia, nas artes, nas ciências e nas tecnologias, na religião e na política instauraram-se baseadas em valores burgueses, humanistas, antropocêntricos e individualistas: o Capitalismo e a ascensão Burguesa, o Renascimento, as grandes descobertas científicas e os grandes “descobrimientos” marítimos, a Reforma protestante e a formação das monarquias nacionais absolutistas contribuíram decisivamente para a irrupção de agudas transformações ocorridas no imaginário moderno. Uma vez que não dispomos nem de tempo nem de capacidade para refletir de modo aprofundado sobre esses fenômenos e seus efeitos, tampouco nisso consiste nosso objetivo, cabe-nos somente tentar avaliar se essas transformações afetam, de fato, de que maneira e em que medida, a fala pública do início desse período.

Vimos que, no período medieval, apesar de usufruir uma série de poderes e prerrogativas, o rei era, de algum modo, mais um entre os demais senhores feudais que dispunham em seus feudos de administrações e exércitos próprios. Por essa razão, ainda na Baixa Idade Média, o soberano deu início a um longo processo de enfraquecimento dos poderes feudais gozados pelos nobres, por intermédio da apropriação de seus meios administrativos e da liquidação de seus exércitos particulares. Já no século XVI, o desenvolvimento dessas manobras reais resultava na consolidação de uma certa hegemonia monárquica dos procedimentos racionais e burocráticos de governo, promovidas tanto pelo restabelecimento de aspectos do direito romano quanto pela conjunção de suas forças com as da burguesia emergente. O direito romano: a) eliminava ou, ao menos, restringia consideravelmente os privilégios consuetudinários dos aristocratas, baseados no sangue e na tradição, de modo a fortalecer e a beneficiar a burguesia – na medida em que as leis passaram a ser extensivas a todos – que, por seu turno, apoiava o rei; e b) fundamentava o monopólio do poder monárquico ou imperial, na medida em que sua concepção e consolidação datam do Império Romano, ecoando, portanto, seus valores. Além disso, as constantes guerras religiosas que se seguiram à Reforma produziram um ambiente bastante propício à emergência e à consolidação do poder absolutista.

O Absolutismo, em consonância com a axiologia burguesa, apresenta-se como um dos fatores fundamentais para o desdobramento do processo de "privatização" dos modos de fazer e de pensar modernos, tendo em vista que o aumento do raio de ação estatal, cuja legislação e controle abrangem as decisões políticas e os comportamentos públicos, abriu espaço para o desenvolvimento de práticas individuais privadas. Ademais, a Reforma também contribuiu indubitavelmente para a instauração de mudanças significativas na mentalidade moderna rumo ao recrudescimento de um certo individualismo, haja vista o fato de que entre os fundamentos do protestantismo estavam: a relação direta entre Deus e o fiel, sem a

intermediação dos santos e dos sacerdotes; e a possibilidade de leituras e interpretações pessoais da Bíblia, prescindindo de uma explicação autorizada, porquanto cada uma delas estava já assistida pela presença do Espírito Santo. Conjuntamente, Absolutismo, ascensão burguesa e Reforma estabelecem uma certa preeminência do indivíduo sobre o “corpo” político coletivo e promovem práticas languageiras privadas: a leitura silenciosa, a escrita de cartas e de diários íntimos e o exame de consciência. É a partir dessa configuração histórica que se dá o início da assunção do **corpo**, das **normas** e da **expressividade** (burgueses), em detrimento do **sangue** e da **lei** (aristocráticos)³⁰: em suma, a tradição, a ordem de nascimento e a hierarquia do sangue começam a ser substituídas pela produtividade e pela linguagem.

Emblemático período de transição, o século XVI abre-se para a modernidade em meio à instauração e circulação de ideais pretensamente emancipatórios (o Renascimento, a Reforma e a ascensão burguesa concebem-nos e difundem-nos) e às constringentes práticas políticas (o poder é Absoluto): por um lado, o homem moderno é impelido a manifestar sua presença e ação no mundo, por outro, seu espaço de atuação pública é “absolutamente” cerceado. Residiria aqui a não necessidade e mesmo a impossibilidade de toda e qualquer “fala pública” nesse período? A conjunção desses dois imperativos contraditórios potencializará o âmbito privado, no interior do qual se engendrarão intrínsecas relações entre a afirmação da primazia do indivíduo e a incitação de sua expressão pessoal: desde então, e cada vez mais, o sujeito confunde-se com sua manifestação singular, com a revelação de seu íntimo e verdadeiro “eu”. Assim, a linguagem torna-se elemento constitutivo da identidade de cada homem e da relação dos homens entre si, e seu manuseio, diferentemente do caráter e da dimensão definitiva do “sangue” e do “nascimento” aristocráticos, pode ser ensinado e aprendido. Estar na sociedade civil urbana desses primórdios da Idade Moderna exigia o aprendizado de técnicas de expressão, mas implicava também a instrução em procedimentos de controle dessa expressividade.

Após termos apresentado alguns dos índices mais salientes dessas “origens” da época moderna, tentaremos responder direta ou indiretamente às questões que lançamos e que incidem sobre o escopo do nosso trabalho: as transformações ocorridas nesse período afetam e em que medida a fala pública? É possível existir práticas de fala pública, em um contexto político absolutista? De fato, seria improcedente pensar a existência da fala pública em um regime de governo dotado de poder absoluto, no sentido estrito de alocação oral, especificamente política, cujo conteúdo fosse composto por promessas, propostas, anúncio de

³⁰ Segundo Foucault, esse deslocamento marca a passagem de uma *sociedade de soberania* para uma *sociedade disciplinar* ([1975] 1987).

realizações de obras, denúncias e acusações de atos ilícitos que afetassem a coletividade, dirigida a um público detentor de poder decisório³¹. Entretanto, as práticas de fala pública podem se manifestar de vários modos e desenvolver várias temáticas: em função das conquistas políticas e religiosas da Reforma, da grande perda de poder aristocrático e da conseqüente composição de amplas cortes, os religiosos protestantes e católicos "redescobriram" e fomentaram o poder da oratória, enquanto os nobres encontraram-se enredados pela força da linguagem. As conversas na corte e as pregações eclesiásticas não são propriamente falas políticas, contudo, podem ser consideradas como manifestações da fala pública, na medida em que estavam envolvidas por intrincadas relações de força, dialogavam com vozes do poder real e podiam influenciá-lo direta ou indiretamente e, além de gozar de capacidade persuasiva junto às esferas decisórias, tinham muita ascendência sobre a sociedade, de modo geral.

Considerando a existência dos três grandes estratos sociais dessa época, a saber, o clero, a nobreza e o terceiro estado, é preciso sublinhar que eles relacionavam-se cada um à sua maneira com a linguagem ou, antes, com a “emergência da expressividade”, isto é, *ce processus par lequel le langage va peu à peu devenir la mesure de toute chose, donner sens aux conduites, pénétrer profondément l'intériorité subjective, et faire du corps le lieu expressif d'une voix intérieure* (COURTINE & HAROCHE, 1988, p. 32). O clero, a nobreza e a alta burguesia parecem ter sido mais diretamente afetados pela valorização atribuída à linguagem. Além de sua função comunicativa, a linguagem era ampla e deliberadamente utilizada por esses grupos privilegiados da sociedade em suas práticas culturais, com o intuito de explicitar e cristalizar as relações entre suas posições sociais e econômicas e seus gostos e estilos de vida, ainda que a imitação das maneiras dessas altas classes por aquelas que lhes eram “inferiores” fosse bastante freqüente. Paradoxalmente, a instalação de novos hábitos distingue e segrega, quando se impõe como modelo, mas também, em alguma medida, homogeneiza e congrega, quando se presta à reprodução. Uma vez que os trajes e os costumes, à medida que eram refinados, eram também, logo em seguida, copiados facilmente, tornava-se necessário imprimir um ritmo bastante veloz no estabelecimento e na renovação da moda: na extensão das relações entre o aparente e o essencial, as vestimentas eram

³¹ Tal afirmação, entretanto, não corresponde à inexistência de preocupações, medidas e cuidados linguageiros, "semióticos" e protocolares tomados pela corte e pelo monarca absolutista, e, sobretudo, pelo mais conhecido dentre eles, Louis XIV. Sobre a propaganda política desse monarca, ver a obra de Peter Burke ([1992] 1994), *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*, na qual se evidencia, em função da ausência de referências, que a oratória real não era uma das prioridades no amplo, complexo e eficiente conjunto de *meios de comunicação* utilizados pelo próprio rei, por seus ministros, conselheiros e artistas para *fabricar a imagem do Rei-Sol*.

consideradas, conforme afirmava Erasmo, como o *corpo do corpo* e sugeriam, pois, as *disposições da alma*. Contudo, a instauração das modas e suas rápidas renovações não se limitavam às roupas:

O luxo responde a uma necessidade de distinção social, em que as classes endinheiradas procuram ascender – copiando – e as camadas aristocráticas se resguardam dos intrusos – inovando. A moda, aliás, não se limita ao vestuário – está presente também no vocabulário e na pronúncia. No século XVI a corte francesa decide passar a pronunciar o ditongo oi como "oá", em vez de "ué"; a nova maneira, que terminou prevalecendo, durante muito tempo serviu de distinção ante os falares campônios e burgueses. Assim, é complexo o problema da imitação, na moda: se confirma a qualidade do "criador de moda", atestando sua superioridade social, ela também o induz a abandonar sua criação e a propor novas. A moda é questão de velocidade; tornar efêmero o belo. Os sinais de prestígio revelam-se não mais que sinais: ouropéis, despídos de substância; aparências que se desfazem quando o burguês as atinge; a sutileza do aristocrata, ante os que tentam alcançá-lo, está menos em criar signos do que em afirmar-se seu criador. Pois o que ele produz não são os meros objetos, mas o próprio produzir, o fazer-se reconhecer enquanto criador. (RIBEIRO, 1998, p. 13-14; grifos do autor)

A relevância da retenção e da expressão do verbo e do corpo, do domínio das boas maneiras, da renovação da moda, enfim, do desenvolvimento de correlações entre as instâncias visível e invisível, entre o exterior e o íntimo, entre o que se manifesta e o que se supõe ser, apontam para o deslocamento e para a difusão da noção de *civilité*, a partir do século XVI. Embora possamos pensar que já no século XII havia um conjunto de códigos de comportamento, presente nos meios em que a *courtoisie* cavalheiresco-medieval se fazia presente, estabelecendo regras práticas e simbólicas de convívio social, cremos que seja plausível não desconsiderar o fato de que no decorrer do século XVI, o uso do conceito de *courtoisie* diminui lentamente na classe (aristocrática) enquanto o de *civilité* torna-se mais comum e, finalmente, assume preponderância (ELIAS, [1939] 1994, p. 83). A passagem do mundo medieval para o moderno consiste, de fato e concomitantemente, em uma continuidade, em uma inflexão e em uma ruptura. Tal complexidade foi primorosamente sugerida por Norbert Elias em suas célebres reflexões acerca dos tratados de “civildade”, de modo geral, e do *De civilitate morum puerilium* (1530), de Erasmo, em particular:

Os trabalhos de humanistas sobre maneiras formam uma espécie de ponte entre a Idade Média e os tempos modernos. O tratado de Erasmo, o ponto alto de uma série de trabalhos humanistas sobre o assunto, apresentava também essa dupla face. Em muitos aspectos situa-se inteiramente na

tradição medieval. Mas, simultaneamente, este anuncia com clareza alguma coisa nova. [...]

A sociedade estava "em transição". O mesmo acontecia com as maneiras. Até mesmo no tom, na maneira de ver, sentimos que, a despeito de todo seu apego à Idade Média, alguma coisa nova estava a caminho. As pessoas encaravam as coisas com mais diferenciação, isto é, com um controle mais forte de suas emoções. (ELIAS, [1939] 1994, p. 83-84)

Em conjunção com as metamorfoses nas práticas e representações, com o advento de uma nova mentalidade e com o recrudescimento da sensibilidade, havia um "detalhe" técnico: enquanto a "cortesia" surgiu e estabeleceu-se em circuitos relativamente estreitos e em uma época pré-Gutenberg, a "civildade", com pretensões universalistas, adveio e difundiu-se "amplamente" por meio da proliferação de seus tratados impressos³². Promovendo tanto a distinção quanto a ascensão social, conforme mencionamos, a "civildade" moderna não se reduz a um conjunto de normas concernentes às boas maneiras praticadas nas refeições, antes, estendem-se aos cuidados, usos e costumes junto à mesa e à cama, ao esmero com a higienização e ao contato entre os sexos. Preponderantemente mais próxima de valores burgueses e protestantes do que de ideais aristocráticos e católicos, a "civildade", de inspiração erasmiana, embora dedicada à educação do príncipe, caracteriza-se pela possibilidade de seu ensino e de sua aprendizagem independentemente da condição social do iniciante e pelo amálgama de um saber, de uma ética e de uma estética na natureza de sua constituição. No que respeita à sua condição "democrático-pedagógica", é preciso ratificar que diferentemente da cortesia medieval, a civildade moderna define de modo universal quais são as maneiras e os costumes convenientes.

É vergonhoso para aqueles que são de alta nascerça não ter hábitos correspondentes à sua nobre extração. Aqueles cuja fortuna fez plebeus, pessoas de humilde condição, camponeses até, devem esforçar-se tanto mais para compensar com boas maneiras as vantagens que o acaso lhes recusou. Ninguém escolhe seu país nem seu pai: todo mundo pode adquirir qualidades e bons costumes. (ERASMO *apud* CHARTIER, [1987] 2004, p. 54)

A conveniência nas maneiras e nos costumes, que é perpassada por um saber, por uma ética e por uma estética intrinsecamente relacionados, apresenta estreitas articulações entre a civildade e a conversação, visto que a emergência e o desenvolvimento da primeira estabeleceram-se, em larga medida, na associação de uma "educação da linguagem" e do "domínio de si". Os laços sociais instauram-se a partir da expressividade e da contenção do

³² A publicação, as traduções, adaptações e as imitações do tratado de Erasmo confirmam-no (cf. CHARTIER, [1987] 2004, p. 51-52).

verbo e dos gestos. Ser e aparecer em público, agir e conviver socialmente pressupunha a boa aprendizagem e a eficiente utilização de algumas “artes de linguagem”: *art de parler, mais aussi art de se taire, art de converser, mais aussi art d'écrire, faits de modération dans le propos, de retenue dans l'expression; art de paraître en société, art de simuler ou de dissimuler quand la prudence l'exige* (COURTINE & HAROCHE, 1988, p. 24). O conhecimento e o manuseio dessas "artes" constituem um fator fundamental na instalação de relações sociais sutis e complexas nas cortes, mas também progressivamente alhures: tornava-se necessário conhecer e convencer, acreditar e enganar, agradar e governar, seduzir e dominar. Assim, a retenção, a continência e o governo de si transcendem uma dimensão meramente psicossociológica e atingem um nível propriamente político, na medida em que a ordem nas condutas incide sobre o governo dos outros. Por essa razão, podemos afirmar que os tratados de civilidade e conversação não eram abstrações de gabinete desvinculadas do cotidiano, mas consistiam em saberes, sob a forma de guias de conduta a serem utilizados na efervescência da vida "civil".

Tendo em vista que a civilidade manifesta-se nas ações, mas também na conversação, consensualmente se aceita a tese de que o convívio civil pressupõe o domínio de uma arte da linguagem em sociedade. Seu começo e seu fim assentam-se em práticas de linguagem: desde a concepção e escrita dos tratados, passando pela sua leitura e aprendizagem, até sua posterior e efetiva *mise en œuvre*, sob a forma de comportamentos, gestos e falas. Aliás, parece residir aqui um dos traços da própria natureza dos textos de civilidade, a saber, serem escritos para serem praticados: enunciada sempre aos moldes de um "dever-ser", a civilidade efetiva-se na anulação de seu discurso e na concretização de sua prática. Ou seja, é na dissipação da escrita que se dá a emergência do comportamento; na dissolução da obra, constrói-se a execução do gesto e na consumação do texto, produz-se o advento da fala. De fato, a civilidade modela a expressão sincrética de valores morais. Várias obras reiteram a definição de acordo com a qual a civilidade é uma *art de la parole en société*, de modo que estar pleno de civilidade é, entre outras coisas, saber dizer tão-somente o que convém, segundo um *calcul de si*, uma *medida do outro* e o *sentido da circunstância*:

Civilité et conversation sont donc des arts, c'est-à-dire des savoir-faire. Les arts sont en effet à l'âge classique des disciplines qui supposent un savoir, mais qui ne sont pas véritablement des sciences; qui réclament de qui les pratique prudence et sagesse, tact et intuition, puisque le savoir y est inséparable de l'éthique, de la conduite personnelle dans l'existence sociale: l'art suppose un calcul de soi, une mesure de l'autre, le sens de la circonstance. Dans cet exercice, l'usage du langage, le souci de l'expression

et le maintien doivent s'harmoniser avec l'élégance et la précision du verbe. Un savoir, une éthique, une esthétique du langage et du corps qui lient ainsi la civilité à la conversation. (COURTINE & HAROCHE, 1988, p. 25)

Não sem razão, Courtine & Haroche (1988) situam no século XVI o surgimento de um *paradigma da expressão*, concebendo-o como um fenômeno histórico estreitamente relacionado com a civilidade quinhentista e assentando-o em um remoto fundamento antropológico frequentemente sintetizado na máxima "O corpo fala". Para vislumbrarmos alguns dos primeiros registros escritos desse princípio antropológico, que lentamente desenvolveu a tradição de se instituir relações entre o superficial e o profundo, o mostrado e o escondido, entre, enfim, *le royaume de l'âme – caractères, passions, penchants, sentiments, émotions, une nature psychologique... – et domaine du corps – signes, traces, marques, indices, des traits physiques* (COURTINE, 2005a, p. 304), seria necessário remontar, ao menos, ao terceiro milênio antes de Cristo, quando da aparição dos primeiros tratados de adivinhação da Mesopotâmia. É a partir dessa invariante que se constituiu a especificidade histórica dos primórdios da era moderna, no interior da qual a linguagem e a expressão desempenharam importantíssimas funções e gozaram de um privilegiado estatuto, conforme o atesta a maciça publicação de manuais de retórica, de obras de civilidade, de "artes" de conversação e de silêncio, de tratados de fisiognomonia e de pintura.

Com vistas a realizar uma *história do rosto* na modernidade, Courtine e Haroche (1988) reportam-se, inicialmente, ao século XVI e apóiam-se em um conjunto de fontes composto por esses vários gêneros discursivos, privilegiando, porém, em princípio, os tratados de fisiognomonia. Conforme indicam os autores, a tradição fisiognomônica, que fora ignorada pelo Ocidente medieval até o século XII, inicia-se nesse momento a partir das traduções de tratados antigos gregos, romanos e árabes, e estende-se até o final do século XV. Já no interior das contradições do século XVI, surgem duas vertentes diferentes, mas não completamente distintas, de estudos fisiognomônicos: de um lado, a "metoposcopia", que é, de certo modo, uma extensão de um dos ramos da fisionomia astrológica árabe; e, de outro, a fisionomia cuja obra *De humana physiognomia* [1586], de Giambattista della Porta, é uma espécie de precursora e representante fundamental. Enquanto para a primeira, situada na *episteme das semelhanças*, ecoando a doutrina das *assinaturas divinas* (cf. FOUCAULT, [1966] 1999), as marcas faciais, que foram dispostas nos ossos e na carne do rosto pelos astros segundo a vontade divina, designam analogicamente o caráter e o destino dos homens; para a segunda, ainda herdeira de alguns desses princípios "simpáticos", porém já dotada de um enfoque mais racional, o rosto humano adquire profundidade e expressão. O surgimento

da tendência racional-naturalista, em detrimento do enfoque divino-astrológico, poderia ser concebido como a gradual passagem de uma "morfologia-sideral" das marcas celestes para uma espécie de "física-retórica" dos movimentos expressivos.

É interessante observar que a *história do rosto* segue, em sua própria organização, o princípio sobre o qual a obra foi concebida: *S'exprimer, se taire; se découvrir, se masquer: ces paradoxes du visage sont ceux de l'individu; ils constituent le point de départ de ce livre.* (COURTINE & HAROCHE, 1988, p. 10). Se na primeira parte, *L'émergence de l'expression*, privilegia-se a fisionomia e enfatiza-se o desenvolvimento da “expressão”, na segunda, *L'homme sans passions*, o foco recai predominantemente sobre a “conversação”, acentuando-se sobretudo o controle das “paixões”, ou seja, o gradual silenciamento do homem moderno. O advento da “conversação”, no século XVI, fenômeno preponderantemente burguês, relaciona-se à prática do comércio: troca de mercadorias, certamente, mas também comunicação entre os homens que as trocavam. Ao invés de uma reificação das relações humanas, o que se dava era, antes, uma *humanisation ultime de la matière*, fazendo com que cada homem fosse um bem para si mesmo. Porém, em um período em que a individualização construía-se na e pela expressão, o comércio e a conversação podiam provocar, em contrapartida, *une perte de soi-même*, enquanto, *à l'inverse, la solitude, le silence préserveraient l'intégrité de soi* (COURTINE & HAROCHE, 1988, p. 160). No imaginário burguês irão, por isso, conjugar-se o comércio e o "domínio de si", do mesmo modo que a conversação será associada aos "valores médios".

Na fortuna composta pelas diversas "artes de conversação" italianas, dentre as quais se destacam o *Corteggiano* (1528), de Baldassare Castiglione, o *Galateo* (1558), de Giovanni della Casa, e *La Civil Conversazione* (1574), de Stefano Guazzo, contemplam-se questões fundamentais concernentes às relações entre “interioridade/aparência”, “indivíduo/coletividade”, “privado/público”, “civil/político”, no interior das quais se debate a função da linguagem na expressão do "eu" e na constituição dos laços sociais (cf. COURTINE & HAROCHE, 1988). De modo paradoxal, diante das exigências de "domínio de si", de conveniência e medida, a esfera privada e a individualização ganham espaço nas práticas de conversação. A legitimidade dos valores médios assenta-se no reconhecimento da medida e da prudência, do esforço e da austeridade, como normas de comportamento desejável tanto pela burguesia quanto pela igreja, em contraposição aos ideais aristocratas: em detrimento do excesso e do luxo, estimula-se a busca por um bem-estar modesto. A partir daí, desenham-se dois tipos de "civildade", a aristocrata e a burguesa: *L'aristocratie tend à priser l'esprit brillant, mondain, poli, la grâce, l'ostentation, la dépense de soi, se souciant moins*

volontiers de la valeur de l'âme; la bourgeoisie, quant à elle, valorise la vertu, l'intégrité, l'effort, l'austérité, les qualités morales. (COURTINE & HAROCHE, 1988, p. 161).

O contraste e a complementaridade existentes entre as duas injunções, ao "comércio-conversaão" e ao resguardo da solidão e da intimidade, do ideário urbano-civil burguês são expostos na obra de Guazzo sob a forma de um diálogo: inicialmente, apresenta-se a perspectiva do partidário da solidão para quem a "conversaão" é concebida como sujeição ao outro, uma vez que se controlar, ouvir o interlocutor e estar atento às circunstâncias são imperativos da conversaão que desviam a concentração do sujeito sobre si mesmo para projetá-la alhures. Diante desses transtornos da conversaão, a solidão alivia e liberta, oferecendo abrigo e repouso, nos quais se torna possível encontrar-se consigo mesmo; em suma, uma apologia à solidão: *J'élargis ma liberté... que n'ayant icelle à rendre compte de soy à personne*, diz o primeiro protagonista do diálogo, de Guazzo. Já o segundo, ao contrário, fazendo um elogio da conversaão, sustenta que ela proporciona satisfação e contentamento; a solidão é concebida aqui como uma punição, visto que a natureza humana constrói-se e apraz-se em companhia de outrem, no comércio e na sociedade. Mas a essa simples separação que outrora opunha o homem em sociedade e o homem solitário, Guazzo, sendo homem de seu tempo, contrapõe algumas nuances que perpassam o interior do indivíduo na sociedade civil: por um lado, pode ocorrer de se estar sozinho, mas na companhia de Deus, da sensação de uma presença ou de uma voz que continua a ecoar; por outro, pode acontecer de se estar na companhia de uma multidão e, no entanto, sentir-se em uma angustiante solidão. Considerando essa complexidade, Guazzo declarava:

Je cognoy beaucoup de personnes, qui ont une certaine vertu de savoir avec les yeux, la face, gestes et autres signes extérieurs, à se montrer fort attentifs aux discours d'autrui et néanmoins ils pensent ailleurs de telle sorte qu'en une mesme point ils sont présents et absents et satisfont à un coup et aux autres et à eux-mêmes. (GUAZZO, [1574] *apud* COURTINE & HAROCHE, 1988, p. 180)

Em circunstâncias de conversaão, no comércio da sociedade urbana civil, mostrar o que não (se) é e/ou esconder o que (se) é não somente pode ser tolerado, como pode ser legítimo e até mesmo necessário. Mais ainda: a simulação e a dissimulação civis são, inclusive, consideradas "honestas". Práticas antigas reinvestidas de novos sentidos a partir da Baixa Idade Média e, de modo mais acentuado, no século XVI, a busca de um abrigo em si e a presença ausente no mundo social evidenciam as imposições de um processo de socialização, mas, sobretudo, de individualização das condutas. No tempo da conversaão, é

preciso cindir o espaço de si, oferecendo um seu pedaço ao "outro", ao mesmo tempo em que se reserva ao "eu" uma porção de intimidade. Essas paradoxais exigências modernas poderiam corresponder aos cruzamentos entre a fala e o silêncio, em uma fala silente e em um silêncio loquaz. Reforça-se, assim, uma certa ambivalência empírica e metafórica do corpo, na medida em que nele e por ele se traça um limite no qual se conjugam a proteção do abrigo e o perigo da exposição, e se reforça a correspondência entre seu interior e uma dimensão perene e anímica, e entre seu exterior e uma esfera efêmera e material. Desse modo, conforme dissemos, as oposições indivíduo/sociedade, interior/exterior, particular/coletivo habitam a complexa morada do indivíduo moderno que é impelido a mostrar-se e a esconder-se nos meandros desse “paradigma da expressão”.

A emergência dessa “expressividade” não possibilitou, entretanto, o análogo florescimento de uma grande e nobre oratória estritamente política. Caberia, pois, aqui, perguntar: quais eram, então, a concepção, o lugar e o alcance da tão prestigiada retórica do humanismo renascentista e dos seus famosos oradores? Os primórdios da retórica humanista datam do século XV, do chamado *Quattrocento* italiano, e inspiraram-se, sobretudo, nas precursoras idéias de Petrarca, mas também de Boccaccio, continuadas pelos chanceleres florentinos que, impulsionados pelo acesso a textos clássicos da retórica grega trazidos pelos bizantinos, consolidaram sua oposição à escolástica. Posto que o *trivium* não tenha sido profundamente alterado, dispondo ainda lógica e cronologicamente o ensino em gramática, retórica e dialética, o humanismo retórico, nas figuras de Lorenzo Valla e Baldassare Castiglione (Itália), Rodolpho Agricola e Erasmo (Holanda), Guillaume Budé (França), Thomas More (Inglaterra), Philippe Mélancthon (Alemanha) e Juan Luis Vives (Espanha), entre tantos outros, atribuía à prática retórica o estatuto de único lugar de criatividade e de meio por excelência da comunicação do saber e da verdade. Conjunção de ética, estética e pedagogia: ao referir-se a Agricola, Petrus Ramus enfatiza que foi ele o primeiro a estabelecer de modo fecundo o uso da competência lógica, fazendo com que *la jeunesse apprenne par l'exemple des poètes et des orateurs non seulement à parler avec pureté et à s'exprimer avec élégance, mais encore à réfléchir avec précision sur les questions à débattre et à en juger avec prudence*. (RAMUS, *Scholae in liberales artes* [1555] apud MARGOLIN, 1999, p. 200).

Que a linguagem é uma propriedade humana não foi uma descoberta daquele período, mas os mestres retóricos renascentistas, certamente, potencializaram-na, à medida que concebiam o homem como um ser de linguagem, fazendo de *l'homo loquens le principe même et l'expression de toute activité humaine* (MARGOLIN, 1999, p. 242). O posto ocupado e o estatuto adquirido pela retórica, quando alçada à dimensão do “essencialmente humano”,

podem ser observados a partir da diferença que separa as concepções ciceronianas de retórica e dialética daquelas que são as dos humanistas quinhentistas, a despeito de ser Cícero o maior mestre e inspirador intelectual dessa geração. Conforme Margolin (1999), Cícero, mas também Quintiliano, retomando uma tradição aberta por Platão e seguida por Aristóteles, postularão que a eloquência está para a filosofia, como a carne para os ossos e nervos, a saber, o desenvolvimento, o enriquecimento e o adorno de uma estrutura racional, de um esqueleto lógico que os originam, promovem e, por isso, ultrapassam-nos em importância. Essa tradição, que perdurará até os humanistas do *Quattrocento*, sofrerá uma profunda mudança, na perspectiva dos renascentistas do século XVI: o verbo não é somente o adereço das “idéias”, mas um instrumento imperfeito (porém, perfectível) das relações sociais próprias ao homem. Não se trata mais de verificar em que medida a retórica pode adequar-se à dialética (sinônimo de “lógica”, de “filosofia”), antes, enfatiza-se a relevância da eloquência como atividade humana essencial e absoluta, no interior da qual o ato de conhecer não é senão um aspecto.

Aos paradoxos e às várias querelas que caracterizam a configuração inicial do imaginário moderno, e, por extensão, das representações e dos usos da retórica – imperativos de criatividade X prescrições de imitação dos clássicos antigos; exigências éticas e religiosas X responsabilidades cívicas e sensibilidades individuais; retórica do *ethos*, na qual preponderava o respeito à verdade do mundo e a sinceridade do orador X retórica do *pathos*, em que prevalecia a eficácia da persuasão, sua capacidade de despertar sentimentos e emoções, e de mover os homens –, poder-se-ia acrescentar o descompasso entre uma propensão aos ideais universais e a adoção de meios supostamente “democráticos”, mas, de fato, bastante elitistas, para sua difusão, ou seja, um certo desencontro entre vontade e recurso: *d'une part, leur volonté* [dos humanistas renascentistas] *de communiquer au plus grand nombre, sinon à tous les hommes, ce message de vérité*, impelia-os a adotar o latim como língua cujo alcance transcendia a qualquer uma das línguas vernaculares e cuja essência estava impregnada dos valores antigos; *d'autre part, la conscience très nette qu'ils ont de s'adresser à une elite intellectuelle, et non pas au peuple chrétien*. (MARGOLIN, 1999, p. 245). A retórica humanista e, *a fortiori ratione*, a humanista cristã estava enredada por esse desacerto entre a força de um “espírito popular” e os limites de seu idioma preferido, de suas modalidades privilegiadas de formulação e de seus modos e espaços de circulação, a saber, o latim, a escrita e o âmbito privado.

Assim, em relação a esse ressurgimento da retórica no século XV, em círculos de erudição cujos integrantes se posicionam contrariamente às doutrinas e autoridades universitárias da época, recorrendo aos pensadores da Antigüidade a fim de estabelecer na

Europa uma *art de vivre 'civilement'*, torna-se necessário fazer algumas ressalvas. É preciso sublinhar que se tratava de uma retórica na qual a escrita é bastante utilizada e altamente valorizada em algumas castas da sociedade civil e na qual a oratória propriamente dita desenvolve-se somente nas esferas bastante circunscritas da Universidade e da Igreja. Tratava-se de uma retórica de poucos para poucos, ainda que movida por nobres interesses “democráticos”. A retórica humanista ou, de modo mais amplo, o “paradigma da expressão” advêm, justa e contraditoriamente, no mesmo momento em que pesados fardos metafísicos ainda sobrecarregam os ombros medievais e renascentistas e em que o modo de produção e o regime de governo em vigor não possibilitavam a efetiva existência de uma fala pública propriamente política.

Conforme se pôde observar até este ponto de nossos fragmentos para uma genealogia da fala pública, tratamos somente do Continente Europeu. Contudo, sabemos que, a partir do final do século XV, o mundo já tinha outros contornos e já se apresentava sob um novo formato: enquanto Homero e Virgílio haviam cantado o Mediterrâneo, Camões celebra a passagem pelo Atlântico em direção aos mares do Oriente. Tendo sido possibilitada pela conjunção entre novas técnicas e instrumentos, avanços científicos e uma moderna mentalidade, a expansão marítima havia conduzido os europeus da Península Ibérica às “Índias”, à América e à Ilha de Santa Cruz. Em seus primeiros tempos, cremos que a fala pública, no Brasil, tenha sido, sobretudo, objeto e realização dos jesuítas, mas também dos nativos, aos quais os missionários tiveram de “imitar” e pelos quais, posteriormente, seriam tomados como “modelo” de cultura.

1.3. Gênese da fala pública no Brasil

1.3.1. Falar em público nos primeiros tempos

Se a colonização abrange cultivo da terra, culto da memória e projeto de futuro, congregando presente, passado e devir, conforme a primorosa reflexão de Alfredo Bosi (1992), podemos dizer que, entre a “descoberta” e o início da década de trinta dos quinhentos, não houve efetivamente um fazer colonizador no Brasil. Entre a certeza de um comércio seguro e altamente rentável com o Oriente cheio de encantos e a possibilidade de uma

aventura incerta e dispendiosa em terras ainda desconhecidas, Portugal optou pela primeira alternativa. Talvez seja esse um dos principais fatores que determinaram o relativo desinteresse da Coroa portuguesa pela América. Durante esse período, ela limitou-se a enviar algumas expedições para investigar o litoral, a descobrir e coletar especiarias e a combater estrangeiros e piratas. A única atividade exploratória regular parece ter sido a extração do pau-brasil, autorizada por concessões outorgadas pela Coroa. Essa exploração, contudo, não deu origem à criação de estabelecimentos ou povoados, mas somente ao surgimento de algumas “feitorias”, construções que, servindo de depósitos e fortalezas, eram habitadas por poucas pessoas.

A partir de 1530, a postura do governo português relativamente à “Terra do Brasil” mudou bastante. A relação custo-benefício inverteu-se: o Oriente ficou caro e as terras americanas, “docemente” preciosas. Além disso, a França tentava estabelecer-se no Novo Mundo, forçando Portugal a implantar núcleos permanentes de ocupação e defesa. Navegar era preciso, mas também era preciso colonizar. O desafio era tornar fecundo e rentável um território cuja população não produzia excedentes comercializáveis na Europa. Para tanto, Portugal, tomando decisão e atitude pioneiras, trouxe para o Brasil mão-de-obra escassa, capital parcimonioso e maquinário precário; recursos nada abundantes, mas suficientes para o começo do cultivo da cana e para o início da fabricação do açúcar. Nesse processo de colonização, a grande expedição comandada por Martim Afonso de Sousa, em 1530, tornou-se um marco. Chegando às terras brasileiras, o agrupamento dividiu-se: enquanto parte dele foi para o norte, na tentativa de explorar a foz do rio Amazonas, os outros, seguiram para o sul, em busca do rio da Prata. Foi justamente esse segundo grupo que, segundo algumas versões da história, ao voltar de sua expedição, teria fundado em 1532 a primeira vila da América portuguesa, ou seja, São Vicente, na costa do atual Estado de São Paulo.

Embora haja registros, como os livros da Alfândega portuguesa, por exemplo, que indiquem a chegada do açúcar da ilha de Itamaracá a Lisboa, desde a segunda metade da década de 20, a grande produção parece ter começado, de fato, somente com o engenho de Martim Afonso, em São Vicente, a partir do ano de 1533. Conforme é sabido, em princípio, “engenho” designava apenas a fábrica de açúcar, mas, ao longo de alguns anos, a palavra passou a referir-se ao conjunto formado pela casa-grande, senzala, currais, oficinas e, evidentemente, pelo edifício onde se produzia o açúcar. Não eram poucos os privilégios de seus proprietários: os senhores de engenho eram agraciados com terras, isenções fiscais, títulos e honrarias. A despeito de todas essas prerrogativas, somente pessoas quase despossuídas de prestígio social e de capital financeiro arriscavam-se na colonização das

terras distantes. Tendo em vista que se cria ser necessário o estabelecimento de um plano administrativo que fomentasse o interesse pela colônia, em 1534, Dom João III dividiu o território em quinze zonas, chamadas de “capitanias hereditárias”, a serem governadas pelos “capitães donatários”. Por meio da “Carta de Doação” e do “Foral”, o rei concedia aos donatários um poder bastante grande: eles podiam distribuir terras aos colonos, nomear autoridades administrativas e judiciárias, escravizar e comercializar índios, fundar vilas, cobrar impostos etc. Contudo, os muitos direitos e vantagens gozados pelos donatários não foram suficientes para impedir o fracasso de sua grande maioria, frente às contingências e hostilidades do novo território.

Uma das razões desse insucesso consistia nas condições de isolamento em que se encontravam os núcleos das capitanias, fato que dificultava consideravelmente a defesa contra os índios que lutavam pela posse de suas terras e pela libertação da escravidão. Diante dos infortúnios e dos problemas enfrentados, a Coroa portuguesa concebeu o “Governo-Geral do Estado do Brasil” no ano de 1548 e o instaurou no ano seguinte, visando a centralizar a defesa do território e a administração da colônia. A sede desse Governo seria a capitania da Bahia de Todos os Santos e o primeiro Governador-Geral escolhido e a ser nomeado pelo rei, Tomé de Sousa. Já no ano de 1549, com o intuito de instalar seu governo, ele fundou Salvador, que se transformaria na primeira cidade da colônia. Após alguns anos, com o efetivo surgimento das primeiras vilas e cidades, criaram-se “Câmaras municipais”, compostas por três ou quatro vereadores, a quem cabia a administração local. A escolha desses vereadores não se dava por intermédio de eleições públicas e, por extensão, parece não ter promovido ocasiões em que se manifestasse uma fala pública especificamente política ou, ao menos, dela aparentemente não se tem registro; tampouco o estabelecimento de suas decisões parecia fazê-lo. Com efeito, em reuniões fechadas ao público que congregavam uma meia-dúzia de grandes proprietários de terra, conhecidos como os “homens bons”, nomeavam-se os vereadores e o juiz que presidiria a Câmara municipal. As primeiras manifestações regulares e periódicas de fala pública em terras brasileiras parecem ter ficado a cargo da Companhia de Jesus.

O fator econômico, segundo uma boa porção das interpretações históricas, é considerado o determinante em primeira e em última instância das navegações, dos “descobrimientos” e das colonizações. Mas, certamente, nem só de “condições materiais de existência” vive o homem: a maioria dos aventureiros que se lançavam ao mar, desde o final do século XV, estava imbuída de um forte sentimento religioso. Empreender as navegações e, posteriormente, colonizar as terras descobertas eram, sem dúvida, meios para reinos e homens buscarem riquezas, mas também era um modo de afirmação da fé cristã, mediante a qual seria

possível tanto converter as populações não-europeias ao cristianismo quanto assegurar a remissão de seus próprios pecados. No que toca, particularmente, à Espanha e a Portugal, sabemos que o ideal missionário era bastante acentuado, em função de suas longas batalhas travadas contra os “infiéis” muçulmanos. Daí derivava a preocupação em catequizar os “gentios” pagãos. Nos primeiros anos da década de 1530, essa preocupação aliava-se à Contra-Reforma católica, razão pela qual sete estudantes da Universidade de Paris, liderados por Inácio de Loyola, fundaram a *Societas Iesu*, em 1534. Cinco anos depois, dois desses sete fundadores da *Companhia de Jesus*, Francisco Xavier e Simão Rodrigues, partiram de Roma para Lisboa, a fim de promover as missões portuguesas. Em 1541, enquanto Xavier embarcava para o Oriente, Rodrigues permanecia em Portugal para instituir o Colégio de Jesus de Coimbra, onde seriam formados os futuros missionários. Entre eles, no ano de 1544, entrou na Companhia de Jesus o padre Manuel da Nóbrega que seguirá, na armada de Tomé de Sousa, para a missão do Ocidente, em 1549, quando da fundação do Governo-Geral (cf. LEITE, 1965, Cap. I).

Tratava-se da primeira missão jesuítica da América. Às terras espanholas, outros jesuítas somente chegariam dezessete anos mais tarde. Aos 31 de março de 1549, dois dias depois da chegada da frota de Tomé de Sousa, rezava-se a primeira missa da Companhia e, depois dela, ao longo dos anos, surgiram inúmeras outras ocasiões nas quais as pregações aconteciam. São justamente essas pregações que, conforme dissemos, consideramos como as primeiras expressões regulares e periódicas da fala pública no Brasil.

Evidentemente, não se tem notícias das práticas indígenas de fala pública antes da chegada dos europeus ao Continente Americano, por não haver delas registros escritos. Podemos, tão-somente inferi-las, no contexto brasileiro, a partir de sua continuidade registrada pelas cartas e relatos europeus, em geral, e portugueses, em particular. Decerto, sabemos também que muitas “assembléias” por aqui foram feitas, desde a chegada dos homens do velho Continente. Algumas passagens da *Carta de Pero Vaz de Caminha* já o indicam. Depois de terem avistado o *Monte Pascoal* e a *Terra de Santa Cruz*, e ainda os *homens que andavam pela praia*, aos 23 de abril de 1500, houve uma primeira “assembléia”: *E logo vieram todos os capitães a esta nau do Capitão-mor. E ali falaram. E o Capitão mandou em terra a Nicolau Coelho para ver aquele rio.* (CAMINHA, [1500] 1976, p. 45). Já as primeiras trocas lingüísticas entre índios e portugueses não acontecerão nesse primeiro contato:

Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. (CAMINHA, [1500] 1976, p. 45)

E, depois de uma primeira “troca de presentes”, arremessados uns aos outros, a volta às naus, sem que tivesse havido um efetivo diálogo verbal com os nativos: *E com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar.* ([1500] 1976, p. 45-46). Do conjunto das primeiras ocasiões de fala pública em terras brasileiras participam, por exemplo, a primeira missa, seguida de uma pregação, e a “assembléia” dos capitães que decidiu não ser necessário capturar alguns índios à força a fim de enviá-los ao rei ([1500] 1976, p. 50-51 e 52). A elas, seguiram-se muitas outras. Cremos, porém, que, conforme dissemos, somente com a chegada dos jesuítas, fato que sucedeu imediatamente o efetivo empreendimento colonizador, tivemos falas públicas constantes e regulares.

Durante os duzentos e dez anos em que os jesuítas permaneceram no Brasil, evidentemente, sua fala pública sofreu consideráveis transformações: a pregação é uma prática social e histórica que pressupõe uma relação circunstancialmente dinâmica entre pregadores e ouvintes, de acordo com os locais e as situações em que ela ocorre. Não nos interessa recensear todas as suas características nem tampouco pretendemos estender nossa reflexão a todo esse período. O teatro jesuíta, por exemplo, apesar de reconhecidamente ter sido um importantíssimo instrumento de evangelização, não será considerado. Limitar-nos-emos ao século XVI e tentaremos somente apresentar algumas observações gerais sobre certas propriedades dessas primeiras pregações nas terras brasileiras e sobre algumas de suas metamorfoses. Mesmo modesta essa empreitada revela-se árdua, em função da raridade de trabalhos que se tenham debruçado efetivamente sobre a oratória sagrada dos primeiros tempos do Brasil colonial. Frequentemente, deparamo-nos com estudos que contemplam a retórica brasileira do século XVII, em geral, e os sermões do Padre Antônio Vieira, em particular, abordando-os como excepcionais manifestações literárias e/ou políticas. Dada a abundância dessa literatura e, principalmente, dado nosso objetivo, não nos deteremos nesse período e nesse orador.

O primeiro dos entraves à pregação missionária era a língua³³. Por essa razão, enquanto aguardavam a tradução de algumas fórmulas de orações do português para o tupi –

³³ *Em conexão direta com a obra de conversão e evangelização dos Índios, se apresentavam os instrumentos de comunicação e catequese – gramáticas, vocabulários e catecismos – em várias línguas, sobretudo na que se dizia ‘brasílica’ e depois se chamou ‘geral’ (tupi).* (LEITE, 1965, p. 68). Essa conexão direta entre a conversão

tarefa que seria feita por Diogo Álvares, o Caramuru –, Manuel da Nóbrega e João de Azpilcueta, mais conhecido como padre Navarro, pregavam somente aos próprios portugueses: *Na primeira carta ao provincial de Portugal diz Nóbrega em 1549: ‘Eu prego ao Governador e à sua gente na nova cidade que se começa e o Padre Navarro à gente da terra’*. (NÓBREGA *apud* LEITE, 1965, p. 155). A “nova cidade” era Salvador, onde residiam Tomé de Sousa e um pouco mais de mil homens vindos em sua armada, e a “gente da terra” tratava-se de Vila Velha, na qual moravam aproximadamente cinquenta pessoas, povoado que já existia antes da fundação de Salvador. Nessas primeiras pregações só se falava e só se ouvia a língua portuguesa:

Pregavam em português, porque então ninguém da Companhia podia já saber a língua brasílica (tupi). Aos índios, as primeiras pregações foram por intérpretes e o fez logo Nóbrega, servindo-se de um menino mestiço de Vila Velha; nem também então podia haver outros meninos que soubessem já as duas línguas. (LEITE, 1965, p. 155)

Mas se um dos principais e mais nobres motivos da missão era a evangelização, seria preciso rapidamente aprender a língua dos nativos. Dedicaram-se com mais afinco a essa tarefa, o padre Navarro e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. E já no ano seguinte, em 1550, vindos de Lisboa na segunda expedição à Bahia, chegaram aqui meninos órfãos que, em conjunto com os pequenos mestiços de Vila Velha, aprenderam a língua tupi. Pais portugueses e mães índias geraram esses filhos “mamelucos” que *falando o tupi das mães, não desconheciam inteiramente o português dos pais* (LEITE, 1965, p. 39). Foram esses meninos mestiços os primeiros alunos do Colégio Meninos de Jesus. Juntos, os sete órfãos de Lisboa e os filhos de Vila Velha compunham um corpo de intérpretes que, utilizando o canto, decoravam breves pregações e as repassavam aos índios. O canto e a música foram instrumentos fundamentais de conversão: *se os meninos órfãos aprendiam a cantar em Lisboa e alguma vez se exibiram na Corte* (LEITE, 1965, p. 63), trazendo para o Brasil o que tinham aprendido, os nativos, por seu turno, eram grandes apreciadores da musicalidade. Além dos hinos litúrgicos, as missas, os sermões, os salmos e as orações “cantadas” em português e em tupi pareciam encantar os índios e a esse encanto os jesuítas não ficaram indiferentes:

Os gentios ‘em extremo são afeiçoados à música e cantares’, observaram os padres, e os pajés bem o sabiam antes dos Portugueses e dos Jesuítas. Mas

e a língua do “outro” já se expressa na primeira carta de Nóbrega a Simão Rodrigues, provincial da Companhia em Portugal: *Trabalhei em sua língua as orações e algumas práticas de Nosso Senhor e não posso achar que l’o saiba dizer, porque eles são tão brutos que nem vocábulos têm*. (NÓBREGA, [1549] 2002, p. 48-49).

logo os Portugueses e os Jesuítas aproveitaram essa inclinação. Na festa do Anjo Custódio de Portugal em 1549, a procissão foi ‘com grande música a que responderam as trombetas’; e a um padre que nela cantara pediam os índios que lhes cantasse assim, como fazia na procissão. Não compreendiam as palavras, seduzia-os a expressão musical. (LEITE, 1965, p. 64)

Ao canto e à música associava-se a dança. Diferentemente dos primeiros, essa última não era exatamente incentivada no ambiente escolar e advinha do lúdico convívio entre os meninos portugueses e nativos: *Fora do estudo, os meninos órfãos, na sua convivência e folguedos com os meninos brasis, também dançavam.* (LEITE, 1965, p. 65). Se a dança não era estimulada, tampouco era desaprovada por Nóbrega, visto que na maioria dos cantos, danças e maneiras dos índios ele via somente modos e costumes indiferentes e não opostos à fé e à religião cristã³⁴. De fato, a dança serviu não raras vezes para apaziguar a desconfiança indígena das aldeias mais reticentes e até mesmo hostis:

Peregrinando os meninos órfãos pela zona da mata ainda perigosa da Baía, contam eles próprios como numa aldeia de Índios ‘dançamos e cantamos ao seu modo, e os cantares na língua [tupi], e a mulher do Principal levantou-se a dançar conosco’. (LEITE, 1965, p. 65-66).

A alusão a esse episódio, incluída na correspondência enviada ao provincial português, indica a utilidade e a importância da dança na pregação. Posteriormente, às danças indígenas foram acrescentadas as portuguesas, ensinadas pelos padres aos meninos como meio de educação, entretenimento e arte.

A expressividade indígena, presente em sua música, canto e dança, mas também em sua maneira de falar em público, foi incorporada pelos padres portugueses em suas primeiras pregações:

O primeiro da Companhia que, como padre, pregou na língua dos Índios foi Navarro, o qual, naqueles contactos iniciais de captação, se acomodou ao modo de pregar gentio, em voz alta, quase de grita, gesticulando muito, batendo o pé, movendo-se à roda dos Índios, método que outros seguiram, incluindo Anchieta. (LEITE, 1965, p. 156)

Diferentemente do que acontecia nas missões enviadas ao Oriente, *onde vigoravam religiões sólidamente organizadas e dotadas de livros sacros, edificios architectónicos*

³⁴ Para detalhes sobre a heterogeneidade no discurso do Padre Manuel da Nóbrega, particularmente, no que se refere à presença de uma formação discursiva missionária e outra colonizadora, no *Diálogo sobre a conversão do gentio* [1558], ver o texto “Catequese e colonização no discurso jesuítico” (BRANDÃO, 2000).

grandiosos, sacerdotes instruídos, no Brasil, segundo a interpretação das fontes daquele período feita por Serafim Leite, os gentios estavam imersos *nos lindes da magia e do animismo, no estágio da religião do mito, não já na do livro*, de modo que a conversão concernia antes a um plano prático do que propriamente doutrinário, antes a uma mudança de costumes do que de fé (LEITE, 1965, p. 68). Sem que isso implique cessão às oposições simplistas e etnocêntricas entre a “razão gráfica” e a ignorância vocal, podemos evidentemente considerar os grupos indígenas de então como sociedades de tradição oral. As fontes apresentam direta ou indiretamente facetas dessa tradição: alguns documentos referem-se a certas peculiaridades da retórica indígena e atestam a grande propensão dos nativos às práticas da fala pública, conforme veremos adiante.

A conquista do “outro” da metrópole parece ter implicado concessões, adaptações e imposições. Sabemos, por exemplo, que os jesuítas eram bastante condescendentes em relação a vários costumes indígenas. Além disso, vimos que, em princípio, os padres, adaptando-se às maneiras de pregar dos índios, faziam-no aos gritos, exageravam nos gestos, “sapateavam” e moviam-se demasiadamente. Não tardaria, porém, a imposição quase hegemônica do estilo português nas pregações. Sem desconsiderar a importância atribuída à fala pública pela população local, composta por índios e não-índios, os jesuítas impuseram seus modos de falar em público. Súbita ou paulatinamente os hábitos e maneiras portuguesas se estabeleciam:

Mas, assim como o Governador Mem de Sá chamou ‘vilas’ às aldeias e nelas criou meirinhos à imitação das vilas portuguesas, por 1574 se introduziu nas aldeias dos Índios a maneira de pregar, ‘que se tem com os brancos, para que em tudo vão já perdendo os costumes dos seus antepassados e afeiçoando-se aos nossos’; nem faltava nas igrejas das aldeias e fazendas o seu púlpito, no qual os missionários das novas cristandades, que se iam formando e fortalecendo, **pregavam como em qualquer igreja paroquial portuguesa**. (LEITE, 1965, p. 156; grifo nosso)

Apesar da crescente imposição de feições portuguesas nas ocasiões de fala pública, as práticas de pregação continuavam a ser heterogêneas, tendo em vista as próprias diferenças existentes entre os pregadores, os públicos e as circunstâncias das prédicas. Se, por um lado, os nativos entendiam e aderiam aos pronunciamentos em língua e estilo português:

Os gentios aderiram logo aos padres, seguindo-os maravilhados do que viam e ouviam, visto que nas aldeias mais antigas do litoral da Baía, em 1584, todos os meninos falavam português e, feitos homens, preferiam que se lhes pregasse na língua dos seus mestres, porque até nisto não queriam os

Índios diferenciar-se muito dos Portugueses. (NÓBREGA, [1549] 2002, p. 48 e 50)

Ou, conforme dizia ainda o padre Manuel da Nóbrega, em sua primeira carta a Simão Rodrigues: *Todos estes* [“os índios desta terra”] *que tratam conosco dizem que querem ser como nós [...]. Estão espantados de ver a majestade com que entramos e estamos, e temem-nos muito, o que ajuda também.* (NÓBREGA, [1549] 2002, p. 48 e 50). Por outro, *nos lindes da civilização e da selva, na Amazônia e outras regiões, continuava a ser útil e necessária a língua tupi e até outras* (LEITE, 1965, p. 156). À divisão entre pregações em língua indígena e em língua portuguesa, outras separações podem ser estabelecidas. A retórica sagrada, nas terras brasileiras, parece compreender grosso modo as seguintes divisões, que amiúde se cruzam e se superpõem: pregações populares ou “eruditas”, faladas ou escritas, realizadas do rés-do-chão ou do alto de um púlpito³⁵.

Um outro fragmento da mesma carta de Nóbrega – *Se ouvem tanger a missa, já acodem e quanto nos vêm fazer, tudo fazem, assentam-se de giolos, batem nos peitos, levantam as mãos ao céu* ([1549] 2002, p. 48) – indica-nos tanto a afável recepção indígena da fala católica portuguesa quanto a contundente expressividade jesuítica. Contudo, a força expressiva do verbo, do corpo e da voz loyolista certamente não foi sempre recebida de maneira acolhedora e, menos ainda, de modo constantemente passivo. De fato, a finalidade fundamental de seus sermões era persuadir seus ouvintes. Mas, o que devemos entender por “persuadir”? Nas pregações, pretender-se-ia inculcar crenças e provocar e/ou modificar gestos e atitudes, valendo-se antes de apelos emotivos do que de convicção racional. A oratória sagrada no Brasil colonial poderia ser concebida tão-somente como uma prática de dominação das populações indígenas e mestiças que se imporia a comunidades benévolas e receptivas, mediante falas simplórias e piegas. Interpretações mais recentes dos sermões jesuítas (cf. LEITE, 1965) têm revelado, entretanto, que o propósito das intervenções jesuítas não era apenas o de promover a comoção, por meio de encenações verbais acompanhadas de exageros expressivos. Não raras vezes, embasados em uma gnosiologia aristotélico-tomista, os jesuítas primavam pela coerência intelectual de seus discursos e seguiam sistematicamente uma ordem lógica que subsidiava suas falas e seus gestos. Além dessa coerência argumentativa, tentava-

³⁵ Com efeito, ainda que os padres já começassem a pregar *como em qualquer igreja paroquial portuguesa*, no que diz respeito particularmente à conversão do gentio, os sermões em sua quase absoluta totalidade não eram nem eruditos nem escritos: *Centenares e centenares de jesuítas do Brasil pregaram sermões, poucos porém os deixaram escritos ou impressos.[...] de Anchieta, por exemplo, ficaram dois modernamente estampados, sem rasgos oratórios nem profundezas teológicas, mas exposição simples.* (LEITE, 1965, p. 157).

se ir do sensível ao inteligível, atingindo, a partir da sensibilidade, a compreensão intelectual do que seria o espírito.

Ademais, se, por um lado, os índios eram *gente que nenhum conhecimento tem de Deus*, conforme dizia Nóbrega, não possuindo *teologia nem textos escritos para base de discussão* (LEITE, 1965, p. 68), por outro, tinham eles costumes que não se coadunavam com os cristãos. A nudez e a poligamia, presentes na maioria das etnias, e a antropofagia, em algumas delas, eram absolutamente incompatíveis com o cristianismo. Porém, era o seu relativo nomadismo que se apresentava como um empecilho de primeira ordem ao falar em público missionário. À nudez, pedia-se que a cobrisse; à poligamia, educavam-se as futuras gerações; à antropofagia, condenava-se o homicídio que a precedia. Mas como fugir do contra-senso de falar em público sem “público” ouvinte? Por essa razão, Serafim Leite afirma que: *Um dos costumes dos Índios, que também dificultavam a pregação do Evangelho, era o seminomadismo em que viviam.* (1965, p. 69). Suas aldeias, formadas por *habitações precárias, duravam pouco: tão-logo envelheciam suas cabanas de palha e enfraqueciam suas terras cultivadas com a mandioca, os índios levantavam pouso, roçavam outro sítio na mata, aí erguiam novas cabanas e iniciavam novo plantio de mandioca* (LEITE, 1965, p. 69-70). Tratava-se de dispersões periódicas, em curto prazo, às quais os missionários não conseguiam acompanhar, dado o seu número reduzido, diante da vastidão do território e das populações.

A reunião do gentio não era condição suficiente para a conversão, mas era, sem dúvida, um fator necessário para a efetivação dessa finalidade; era um primeiro e decisivo passo rumo à cristianização, por meio da escuta da palavra de Deus. A despeito da conversão de alguns, a dispersão em que viviam os índios não favorecia a educação, a fé e a perseverança cristãs, à revelia dos padres. Tendo chegado a essa conclusão, Nóbrega viu na fundação das aldeias um expediente contra a debandada. O projeto de Nóbrega encontrou apoio no então Governador-geral Mem de Sá, conforme o afirmará mais tarde José de Anchieta:

Fez Nóbrega com o Governador Mem de Sá que usasse de força com os índios da Baía para se ajuntarem em aldeias grandes e igrejas para ouvirem a palavra de Deus, contra o parecer e vontade de todos os moradores, o qual depois se estendeu por toda a costa, que foi meio único de salvação de tantas almas e propagação de Fé. (*apud* LEITE, 1965, p. 70)

Se era preciso agrupar os indígenas, era também preciso, conforme dissemos, falar-lhes em uma língua que fosse por eles compreendida. Todo poder argumentativo e expressivo obviamente seria inútil frente a um público que não existisse ou que não acedesse ao código

das mensagens que lhe fossem dirigidas. A conversão teria mais êxito se feita em língua tupi ou “geral”: *Os jesuítas perceberam que não podiam doutrinar os brasis em português e que, com tradutores, os efeitos da catequese eram maiores.* (VILLALTA, 1997, p. 337-338). Além das pregações, orações e cantigas vertidas para o tupinambá, também as confissões passavam pela intermediação de um intérprete, quebrando inclusive o sigilo sacramental. A Língua Portuguesa tinha seu espaço cada vez mais reduzido, apesar dos esforços docentes dos jesuítas e de seu uso formal e administrativo nos documentos. No Período Colonial, e particularmente, em São Paulo, *a ‘língua geral’ tornou-se hegemônica, difundindo-se por todas as camadas sociais e irradiando-se do privado para o público.* Por isso, “público”, referente ao uso do português, conforme dissemos e o sublinha Luiz Carlos Villalta, não significava *que pertence a todos e/ou que está aberto a quaisquer pessoas*, mas correspondia, antes, a “oficial”:

O português era uma língua que existia no espaço público: era aprendido por aqueles poucos que freqüentavam a escola dos padres, utilizado nos documentos escritos e cerimônias, possuindo, assim, um caráter mais propriamente oficial do que público. No domínio público, contudo, precisava-se falar em tupi, sem o que parte da população nada compreendia. Por isso, até o início dos Setecentos, os pedidos das autoridades para que se enviassem à capitania somente vigários versados na língua dos índios. (VILLALTA, 1997, p. 339)

Fizemos já uma breve menção à expressividade indígena, quando aludimos à sua propensão ao canto e às danças, mas ainda não tratamos, de fato, da fala pública dos nativos. Curiosamente, ao tentar fazê-lo, ouviremos a voz mais ou menos “selvagem”, por meio da escrita civilizada européia. Nossa atenção se desviará, provisoriamente, das inúmeras notas e descrições das pregações jesuíticas, no Brasil quinhentista, apresentadas pelas cartas de missionários e viajantes, desde os primeiros tempos da colonização, para que possamos abordar um relato de 1593, do padre Fernão Cardim, que se detém mais na oratória indígena cristianizada do que na missionária. A narrativa de Cardim sugere peculiaridades da eloquência nativa, indica a inclinação indígena às práticas retóricas e, indiretamente, aponta uma das razões pelas quais os jesuítas atribuíam tamanha importância às pregações. Na aldeia do Espírito Santo, depois de terem sido recebidos pelos “principaes”, Cardim, o padre Christovão de Gouvea e o irmão Barnabé Tello foram conduzidos por esses índios até a igreja. A procissão seguia com música e dança; tendo chegado à igreja, os jesuítas fizeram as primeiras orações e o padre Gouveia pediu aos principais que interviessem em sua língua:

Feita a oração lhes mandou o padre fazer uma falla na língua, de que ficaram muito consolados e satisfeitos; aquella noite os índios principaes, grandes linguas, prégavam da vida do padre a seu modo, que é da maneira seguinte: **começam prégar de madrugada deitados na rêde por espaço de meia hora, depois se alevantam, e correm toda a aldêa pé ante pé muito devagar, e o prégar também é pausado, freimatico e vagaroso; repetem muitas vezes as palavras por gravidade;** contam nestas prégações todos os trabalhos, tempestades, perigos de morte que o padre padeceria, vindo de tão longe para os visitar, e consolar, e juntamente os iniciavam a louvar a Deus pela mercê recebida, e que tragam seus presentes ao padre, em agradecimento. (CARDIM, [1583] 1978, p. 177-178; grifos nossos)

Adiante, o relato de Cardim, depois de narrar a seqüência das celebrações do *Dia de Reis*, aos 06 de janeiro de 1584, entre as quais se incluíram missa e *fésta corporal* dos índios, volta a descrever as habitações. Antes, porém, de uma vez mais expor os modos de pregação indígena, Cardim fala da relação que os nativos têm com o fogo: *E como a gente é muita, costumam ter fogo de dia e noite, verão e inverno, porque o fogo é sua roupa, e elles são mui coitados sem fogo. Parece a casa um inferno;* acrescentando, logo em seguida, que *é tanta a conformidade entre elles, que em todo anno não ha uma peleja, e com não terem nada fechado não ha furtos* ([1584] 1978, p. 186). No que respeita às práticas de linguagem, ressalta-se a relação entre a autoridade do principal e seu domínio de técnicas e habilidades retóricas. Por meio de gestos e palavras, o principal encoraja o trabalho, impele à guerra e conquista o respeito.

Em cada oca destas ha sempre um principal a que têm alguma maneira de obediência, (ainda que haja outros mais somenos). Este exhorta a fazerem suas roças e mais serviços, etc., excita-os á guerra; e lhe têm em tudo respeito; **faz-lhes estas exhortações por modo de prégação, começa de madrugada deitado na rede por espaço de meia hora, em amanhecendo se levanta, e corre toda a aldêa continuando a prégação, a qual faz em voz alta, mui pausada, repetindo muitas vezes as palavras.** Entre estes seus principaes ou préadores, ha alguns velhos antigos de grande nome e autoridade entre elles, que têm fama por todo o sertão, trezentas e quatrocentas leguas, e mais. Estimam tanto um bom lingua que lhe chamam o senhor da falla. E sua mão tem a morte e a vida, e os levará por onde quizer sem contradição. (CARDIM, [1584] 1978, p. 186; grifos nossos)

A fala dos jesuítas parece ter, não raras vezes, conseguido incutir valores e conteúdos nas mentes nativas, mas não dá a impressão de ter tido o mesmo êxito na imposição de suas formas e expressões de pregação. A menção e a reiteração de Cardim indicam-nos identidades e diferenças: uns e outros, afeitos à comunicação, atribuem muitíssima importância às técnicas e práticas retóricas e à eloquência; fazem-no, porém, cada grupo ao seu modo. A fala

pública dos índios observados por Cardim inicia-se, dentro da oca, quando estão eles ainda deitados em suas redes. Depois, ao amanhecer, o principal levanta-se e percorre toda aldeia, falando em alto volume e de modo pausado e grave: efeito produzido pela lenta e constante repetição de algumas palavras. Percebemos ainda a inclinação indígena à fala pública, no período que segue imediatamente o fragmento supramencionado: *Quando querem experimentar um e saber se é grande lingua, ajuntam-se muitos para ver se o podem cançar, fallando toda noite em peso com elle, e ás vezes dois, tres dias, sem se enfadarem.* (CARDIM, [1584] 1978, p. 186).

Também Gabriel Soares de Sousa, em seu *Tratado descritivo do Brasil*, antes de uma certa estilização da célebre passagem de Gândavo, na qual a confusão entre as palavras e as coisas indica uma suposta desordem da vida indígena, refere-se à graça e beleza da fala nativa. Nesse mesmo seguimento, Soares de Sousa discorre ainda, por exemplo, sobre a unidade lingüística dos tupinambás, a ausência do *conhecimento da verdade* cristã e a sua receptiva escuta dos dizeres portugueses:

Ainda que os tupinambás se dividiram em bandos, e se inimizaram uns com os outros, todos falam uma língua que é quase geral pela costa do Brasil, e todos têm uns costumes em seu modo de viver e gentilidades; os quais não adoram nenhuma coisa, nem têm nenhum conhecimento da verdade, nem sabem mais que há morrer e viver; e qualquer coisa que lhes digam, se lhes mete na cabeça, e são mais bárbaros que quantas criaturas Deus criou. **Têm muita graça quando falam, mormente as mulheres; são mui compendiosas na forma da linguagem, e muito copiosas no seu orar;** mas faltam-lhes três letras do ABC, que são F, L, R grande ou dobrado, coisa muito para se notar, porque, se não têm F, é porque não têm fé em nenhuma coisa que adorem; nem os nascidos entre os cristãos e doutrinados pelos padres da Companhia têm fé em Deus Nosso Senhor, nem têm verdade, nem lealdade a nenhuma pessoa que lhes faça bem. E se não têm L na sua pronúnciação, é porque não têm lei alguma que guardar, nem preceitos para se governarem; e cada um faz lei a seu modo, e ao som de sua vontade; sem haver entre eles leis com que se governem, nem têm leis uns com os outros. E se não têm esta letra R na sua pronúnciação, é porque não têm rei que os reja, e a quem obedeçam, nem obedecem a ninguém, nem ao pai o filho, nem o filho ao pai, e cada um vive ao som de sua vontade [...]. (SOARES DE SOUZA, [1587] 1971, p. 302; grifos nossos)

E qualquer que lhes digam, se lhes mete na cabeça, afirma Soares de Sousa; *Se ouvem tanger a missa, já acodem e quanto nos vêm fazer, tudo fazem*, já dizia Nóbrega. Se nos fiarmos nos tratados e relatos sobre a terra e a gente do Brasil colonial – ressalvas feitas evidentemente às interpretações bastante parciais e ao otimismo demasiado dos viajantes e missionários europeus, em função de seus interesses –, poderemos dizer que as missões

amiúde obtiveram êxito, apesar de a escuta nativa não ser absolutamente passiva, conforme vimos acima. Exemplo desse sucesso missionário é narrado por Cardim na correspondência endereçada ao provincial em Portugal, padre Sebastião de Morais:

Os bons frutos oriundos das pregações que se estenderam de janeiro aos 20 de fevereiro de 1584:

[...] chegámos á casa, não sómente recreados, mas também mui consolados com o fructo que se colheu. Logo se distribuíram as pregações, sc. o padre Quirico Caxa dos domingos pela manhã em nossa igreja; o padre Manuel de Castro á tarde; estes dous padres e o padre Manuel de Barros, são os melhores prégadores que ha nesta provincia. Eu préguei os domingos pela manhã na Sé, aonde se achava maior parte da cidade. Das prégações de todos se seguiu grande fructo, seja Nosso Senhor com tudo louvado.

Muitas missões se fizeram por ordem do padre visitador nestes dois annos pelos engenhos e fazendas dos portuguezes; nellas se colheu copioso fructo e se baptisaram passante de tres mil almas, e se casaram muitos em lei de graça, tirando-os de amancebamentos, ensinando-lhes a doutrina, pondo os discordes em paz, e se fizeram muitos outros serviços a Nosso Senhor. Quando os nossos padres vão a estas missões são mui bem recebidos de todos, bem providos do necessário, com grande amor e caridade. (CARDIM, [1584] 1978, p. 194)

O sucesso dessas missões jesuíticas parece ser devido em ampla medida à propensão dos nativos às práticas de fala pública e à sua escuta receptiva, mas talvez não tivessem sido elas tão bem sucedidas se não fosse o talento retórico dos padres da Companhia de Jesus. Não nos esqueçamos que os jesuítas surgiram em um contexto no qual confluíam na mentalidade europeia da época resquícios das idéias arcaizantes e medievais vindas da Contra-Reforma e efervescência de princípios renascentistas do *Cinquecento*. O ideal evangelizador dos missionários jesuítas encontrou na redescoberta das fontes da Antigüidade Clássica, em geral, e de seus textos sobre retórica, em particular, um poderoso instrumento de conversão dos gentios e de recrutamento dos cristãos. O domínio de técnicas retóricas, principalmente, daquelas que concerniam à *actio* e à *pronunciatio*, foi fundamental para a *ars praedicandi* missionária e, além dela, já em uma dimensão profana, para uma nova configuração das relações entre os homens das cortes. No Brasil quinhentista, a competência retórica dos jesuítas e sua sensibilidade para com o estilo nativo de falar em público parecem ter sido fatores capitais na determinação do êxito missionário. Talvez, o encontro entre uma longa cultura letrada europeia e uma ampla e rica tradição oral nativa tenha sido o ensejo para o advento de uma eloquência mestiça, da qual somos herdeiros.

Mas, deixemos nossas possíveis raízes oratórias, situadas arbitrariamente no século XVI, e avancemos três séculos, saltando o desenvolvimento da colonização, o racionalismo

seiscentista, o Classicismo e o Barroco europeus e seus “ecos” brasileiros, a Independência dos Estados Unidos, as Luzes, a Revolução Industrial e a Francesa, a exploração mineral e a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a presença do corte portuguesa no Brasil, a Independência e o Império³⁶, para chegarmos a um outro período bastante interessante da história nacional, a saber, a Primeira República.

1.3.2. Falar em público no final do século XIX

Embora esteja repleta de datas, a história dos pensamentos e ações dos homens freqüentemente não se deixa subjugar pelos marcos cronológicos. Ao considerar alguns fenômenos históricos, talvez não fosse completamente equivocado estender a duração de um século ou antecipar o começo de um outro. Assim, quase indistintamente poderíamos conceber o final do século XIX como o início do XX ou considerar as primeiras décadas desse último como uma extensão do primeiro, quando pensamos em algumas práticas e representações desse período. Por essa razão, muitas de nossas considerações sobre a fala pública no final do século XIX tratarão indiscriminadamente de fatos, circunstâncias e processos que se estendem aproximadamente até a década de 1920 e se confundirão com algumas das observações que faremos, no Capítulo IV, acerca do falar em público nos palanques, durante os primeiros decênios do século XX.

No final do século XIX, o Brasil tem sua história política marcada pela proclamação da República. É praticamente consensual o fato de que nossa Primeira República foi, antes, uma espécie de alijamento da participação civil do que propriamente uma conquista popular. O ideal republicano parece ter tido menos força do que a insatisfação para com a administração de Dom Pedro II e do que o interesse de algumas elites em alcançar mais poder. A partir da clássica interpretação sobre esse período da história do Brasil, desenvolvida no

³⁶ Dado que nossos “fragmentos para uma genealogia da fala pública” não se pretendem “História”, cremos que o grande “salto” cronológico, transpondo três séculos, não inviabilizará nossos propósitos que consistem em apontar certas gêneses da fala pública ocidental, em geral, e da brasileira, em particular, indicando algumas de suas invariantes e de suas metamorfoses. Evidentemente, negligenciar épocas nas quais se produziram consideráveis transformações da fala pública, como o século XVIII da Revolução Francesa e da Inconfidência Mineira, por exemplo, acarretará algumas perdas significativas para um conhecimento mais sistemático das práticas de falar em público. Com vistas a tentar minimizar essa lacuna, sugerimos a leitura de Gumbrecht ([1978] 2003).

começo dos anos 20 por Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, no texto “Política e Letras”, Ângela de Castro Gomes afirma o seguinte:

Em primeiro lugar, vale observar que, para Alceu, o início do período data de 1870, sendo a Guerra do Paraguai seu divisor de águas. Isso porque, a partir de então, clarifica-se o “artificialismo do Império”, dominado pela figura arbitral de d. Pedro II, grande responsável por uma “formação às avessas”, em que inexistia política, povo, economia, artes e educação, embora existissem partidos, eleições, negócios e salões. [...] A República tinha sido, nesse sentido, uma decorrência da hipertrofia desse “artificialismo político”; o fruto de uma reação das “forças reais do país” que desejavam ascender ao poder e que lutaram para alcançá-lo. E esse era o principal fator para se compreender a tão provalada “indiferença do povo à Proclamação”. O Quinze de Novembro havia sido, de fato, muito mais uma data sinalizando para a Monarquia que partia do que para a República que chegava. Deodoro da Fonseca fora, nos mesmos termos, muito mais o marechal monarquista que afastara D. Pedro II do poder do que uma figura-símbolo da República. (CASTRO GOMES, 1998, p. 494)

O Brasil era já um país marcado pelos contrastes. A República reforçava a unidade nacional e até fomentava nacionalismos, mas os poderes regionais e os coronelismos foram consideravelmente fortalecidos, depois de sua Proclamação. A Constituição de 1891 instituía a “República Federativa”, como sistema institucional, o presidencialismo, como forma de governo, e o regime democrático representativo, como modo de participação popular no poder, mas o “voto de cabresto” e as fraudes eleitorais eram freqüentíssimos. Em suma, a emergência de novos ideais defrontava-se ainda com velhos hábitos, fazendo com que o antigo e o moderno convivessem lado a lado durante essa época da história brasileira. O fato de uma das principais características da vida política na Primeira República ter sido a quase ausência de participação democrática dos cidadãos, não significou a inexistência de movimentos sociais, no decorrer desse período. Tendo em vista que eram controlados pelos coronéis e pelas oligarquias, os partidos não se constituíam como veículos para essa participação popular. Assim, as insatisfações da sociedade não encontravam meios de expressão nem vias de acesso aos núcleos políticos de decisão.

Fosse no campo ou na cidade, o descontentamento social era amplo e constante. Nos centros urbanos, a industrialização incipiente produziu condições de vida e de trabalho extremamente precárias aos operários. Muitos trabalhadores, evidentemente insatisfeitos com essas condições, aderiram às idéias socialistas e anarquistas, trazidas e difundidas pelos imigrantes europeus. Por seu turno, na zona rural, o domínio dos coronéis era praticamente absoluto, mas não o bastante para impedir que grandes levas de trabalhadores rurais se

deixassem seduzir por líderes religiosos, que acenavam com promessas de uma sociedade justa e fraterna. Diante da impossibilidade de manifestar seus anseios por meios institucionais estabelecidos, a massa desamparada da zona rural chegaria ao extremo de entrar em confrontos armados contra as autoridades constituídas, com vistas a conquistar o que se lhes apresentava como um mundo melhor.

Entre os contrastes do Brasil, do século XIX, observamos a convivência de dois extremos na diversidade das práticas nacionais de fala pública. Trata-se de dois pólos, representados aqui por duas personalidades que lhes são emblemáticas, entre os quais parece se interpor uma considerável gama de estilos de fala, de públicos e de circunstâncias: de um lado, Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, considerado como um “orador bárbaro”, por Euclides da Cunha, de outro, Rui Barbosa, o Águia de Haia, concebido como “símbolo da eloquência brasileira” (cf. SODRÉ, 1959). A partir de algumas considerações sobre a produção e a interpretação dos pronunciamentos desses dois oradores brasileiros, pretendemos destacar certas características da fala pública, no Brasil, ao final do século XIX. Nosso propósito não é analisar os discursos de Rui Barbosa e de Antônio Conselheiro, mas se resume tão-somente em tomar a ambos como uma ilustração de dois casos da oratória nacional, mediante a qual tentaremos isolar algumas propriedades da fala pública daquele período. Para tanto, faremos alguns comentários sobre o discurso intitulado *Sobre a República*, de Antônio Conselheiro, e sobre o célebre pronunciamento *A questão social e política no Brasil*, de Rui Barbosa. Em razão de nosso escopo, por meio de uma separação metodológica, mas não teórica, focalizaremos, sobretudo, alguns aspectos de sua expressão semiológica e, eventualmente, alguns fatores de seu conteúdo.

Em *Os Sertões*, mais precisamente, no Capítulo IV, da parte que se intitula *O homem*, Euclides da Cunha, influenciado por valores políticos e científicos de seu tempo, tratou das prédicas de Antônio Conselheiro, concebendo-o como um produto de seu meio e dos anseios dos desvalidos que acabaram por segui-lo, como um falso apóstolo e como um gnóstico bronco. Mas, Euclides reconhece o poder que tinha Conselheiro de mobilizar as massas: *A multidão aclamava-o representante natural das suas mais altas aspirações*. Fazia-o por meio da consonância entre sua vida e sua oratória, visto que *tinha na atitude, na palavra e no gesto, a tranqüilidade, a altitude e a resignação soberana de um apóstolo antigo* (EUCLYDES DA CUNHA, [1901] 2000, p. 128). A partir de suas fontes, Euclides da Cunha afirma que, ao seu estilo ascético de vida, ao mistério que envolvia suas *frases breves e raros monossílabos* e à passagem pelos lugares, na busca por uma utopia, combinava-se sua aparência:

E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão, em que se apóia o passo tardo dos peregrinos (EUCLYDES DA CUNHA, [1902] 2000, p. 136)

Algumas passagens esparsas d’*Os Sertões* retratam certos aspectos da fala pública de Antônio Conselheiro. Porém, o longo fragmento, que reproduzimos, a seguir, sintetiza vários desses aspectos:

A sua entrada nos povoados, seguido pela multidão contrita, em silêncio, alevantando imagens, cruzeiros e bandeiras do Divino, era solene e impressionadora. Paralisavam-se as ocupações normais. Ermavam-se as oficinas e as culturas. A população convergia para a vila onde, em compensação, avultava o movimento das feiras; e durante alguns dias, eclipsando as autoridades locais, o penitente errante e humilde monopolizava o mando, fazia-se autoridade única.

Erguiam-se na praça, revestidas de fôlhagens, as latadas, onde à tarde entoavam, os devotos, terços e ladainhas; e quando era grande a concorrência, improvisava-se um palanque ao lado do barracão da feira, no centro do largo, para que a palavra do profeta pudesse irradiar para todos os pontos e edificar todos os crentes.

Ele ali subia e pregava. Era assombroso, afirmam testemunhas existentes. Uma oratória bárbara e arrepiadora, feita de excertos truncados das *Horas marianas*, desconexa, abstrusa, agravada, às vezes, pela ousadia extrema das citações latinas; transcorrendo em frases sacudidas; misto inextricável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e de profecias esdrúxulas...

Era truanesco e era pavoroso.

Imagine-se um bufão arrebatado numa visão do Apocalipse...

Parco de gestos, falava largo tempo, olhos em terra, sem encarar a multidão abatida sob a algaravia, que derivava demoradamente, ao arrepio do bom senso, em melopéia fatigante.

Tinha, entretanto, ao que parece a preocupação do efeito produzido por uma ou outra frase mais incisiva. Enunciava-a e emudecia; alevantava a cabeça, descerrava de golpe as pálpebras; viam-se-lhe então os olhos extremamente negros e vivos, e o olhar – uma cintilação ofuscante... Ninguém ousava contemplá-lo. A multidão sucumbida abaixava, por sua vez, as vistas, fascinada, sob o estranho hipnotismo daquela insânia formidável. (EUCLYDES DA CUNHA, [1902] 2000, p. 141-142)

Antes mesmo do grave e impressionante ritual de sua entrada nas cidades, a fama do Conselheiro já o precedia. Desde a década de 1870, *já tinha grande renome*, conforme afirma Euclides da Cunha ([1902] 2000, p. 138). Por essa e outras razões, sua aparição implicava, de certo modo, o desaparecimento das autoridades regionais. Aproveitando do ajuntamento popular promovido pelas feiras e outras cerimônias públicas, o peregrino e seus devotos atraíam a atenção da multidão com suas orações e invocações dirigidas a Deus, à Virgem

Maria e aos santos, proferidas na edificação rudimentar que se erguera na praça pública, em lugar estratégico. E quando era já grande o conjunto de pessoas que ali estavam, *improvisava-se um palanque ao lado do barracão da feira, no centro do largo, para que a palavra do profeta pudesse irradiar para todos os pontos e edificar todos os crentes.*

Como podemos observar, a descrição de Euclides da Cunha é rica em adjetivações disfóricas: o Conselheiro era *assombroso, truanesco e pavoroso*; sua oratória era *bárbara, arrepiadora, desconexa, abstrusa*; suas formulações continham *excertos truncados das Horas marianas, frases sacudidas* e formavam um *misto inextrincável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e de profecias esdrúxulas*. A essas formas verbais de sua fala pública juntava-se sua performance. Segundo Euclides, o fundador do arraial do Belo Monte, quando desempenhava a função de orador, era *parco de gestos, falava largo tempo* e não dirigia o olhar à multidão. Sua linguagem desordenada passava de pronunciamento a longas recitações melódicas. Para quebrar a monotonia da fala extensa e para realçar algumas seqüências, Antônio Conselheiro valia-se da voz e do olhar, proferindo uma frase de modo mais incisivo e, em seguida, emudecendo, ao mesmo tempo em que levantava sua cabeça e erguia os olhos para que a multidão abaixasse os seus.

A recepção da fala do Conselheiro é representada pelo abatimento: *a multidão sucumbida abaixava, por sua vez, as vistas, fascinada, sob o estranho hipnotismo daquela insânia formidável*. A passividade e o silêncio estão presentes tanto em seu séquito quanto no seu auditório; ambos, aliás, designados “multidão”, ambos, arrebatados pelo misticismo obscurantista do Conselheiro. Mas o que era considerado uma “multidão”, naqueles tempos? Euclides da Cunha cita um ofício, que data de novembro de 1886, dirigido ao Chefe de Polícia da Bahia, no qual se afirma o seguinte: *Nos dias de sermões, terços e ladainhas, o ajuntamento sobe a mil pessoas*. Se na década anterior ele já granjeava fama considerável, reunindo muitos seguidores, na posterior, com renome ainda maior, ele congregou em torno de si, no arraial que fundara, uma notável população. As fontes divergem quantos aos números: para alguns, eram cerca de mil homens, exceto mulheres e crianças, para outros, cerca de trinta mil indivíduos. Assim, possivelmente, seus pronunciamentos devem ter sido dirigidos a públicos compostos por alguns milhares de pessoas.

Sem dúvida, *Os Sertões* informaram-nos acerca de algumas das representações sobre as práticas de falar em público de Antônio Conselheiro, deram relevo e suscitaram o interesse pelos acontecimentos de Canudos. Ainda menos questionável é o magnífico valor literário da grande obra de Euclides da Cunha. Talvez pudéssemos perguntar, porém, qual é a pertinência de tomá-lo como uma fonte histórica e como uma produção historiográfica. Euclides inicia

seu trabalho monumental sob os auspícios de Taine e o encerra, ao final das “Notas à 2ª Edição”, sob a égide de Tucídides. Para evitar as meias-verdades, conforme apregoava o primeiro, e para assegurar a boa procedência das informações que veicula, como dizia fazer o segundo, Euclides anuncia que fala sobre o que conhece e acerca do que se pode atestar a verdade. Ele afirma ter possuído nas mãos fontes manuscritas das prédicas do Conselheiro. Por isso, ele poderia descrevê-las fielmente e sem maiores dificuldades:

Entretanto, quando nos últimos dias do arraial foi permitido o ingresso nos casebres estraçoados, salteou o ânimo dos triunfadores decepção dolorosa. A vitória duramente alcançada dera-lhes direito à devassa dos lares em ruínas. Nada se eximiu a curiosidade insaciável. Ora, no mais pobre dos saques que regista a História, onde foram despojos opimos imagens mutiladas e rosários de coco, o que mais acirrava a cobiça dos vitoriosos eram as cartas, quaisquer escritos e, principalmente, os desgraçados versos entrecortados. Pobres papéis, em que a ortografia bárbara corria parelhas com os mais ingênuos absurdos e a escrita irregular e feia parecia fotografar o pensamento torturado, eles resumiam a psicologia da luta. Valiam tudo porque nada valiam. Registravam as prédicas de Antônio Conselheiro; e, lendo-as, põe-se de manifesto quanto eram elas afinal inócuas, refletindo o turvamento intelectual de um infeliz. Porque o que nelas vibra, em todas as linhas, é a mesma religiosidade difusa e incongruente, bem pouca significação política permitindo emprestar-se às tendências messiânicas expostas. O rebelado arremetia com a ordem constituída porque se lhe afigurava iminente o reino de delícias prometido. (EUCLYDES DA CUNHA, [1902] 2000, p. 171)

Uma vez mais, Euclides da Cunha denigre o Conselheiro e as suas prédicas, ressaltando sua *ortografia bárbara*, os *ingênuos absurdos* e a *escrita feia*, que fotografava o *pensamento torturado*, e qualificando-as de *inócuas* e de reflexos do *turvamento intelectual de um infeliz*. Demoraria praticamente três quartos de século para que Ataliba Nogueira revelasse ao público os manuscritos de Antônio Conselheiro, quando da aparição de *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. Esses manuscritos passaram pelas mãos de Euclides, mas, segundo as fontes e interpretações de Nogueira, ele nunca os leu nem tampouco os considerou, visando a alguma reformulação ou ao acréscimo de algumas notas à sua obra. Retomando as críticas que Euclides da Cunha lançara aos pronunciamentos e aos versos atribuídos ao Conselheiro, Nogueira assinala-lhes os “erros” e afirma categoricamente que o escritor carioca não os conhecia efetivamente:

A única explicação é a verdade: o autor d’*Os Sertões* não conheceu nenhum manuscrito de Antônio Conselheiro e muito menos a obra que passamos a analisar. Este livro pertenceu à sua biblioteca, mas a dádiva de Afrânio Peixoto lhe foi feita nos últimos tormentosos meses de vida, em que toda a

sua atenção estava voltada para o concurso no Ginásio Pedro II, a sua posterior e difícil nomeação para a cátedra e, ainda, preocupado com o drama familiar.” (NOGUEIRA, [1974] 1978, p. 28-29)

Nogueira ressalta ainda que, por desconhecer os manuscritos, Euclides reiterava serem as *Horas marianas* e a *Missão Abreviada* as duas principais fontes para a composição dos discursos de Antônio Conselheiro. Segundo Nogueira, enquanto a primeira era apenas uma obra de devoção, a segunda poderia ter-lhe fornecido alguns elementos. Porém, o manancial da oratória de Antônio Conselheiro parecia ser, de fato, os *Práticos mandamentais*: *Era corrente àquele tempo outra obra, Práticos mandamentais, cujo conteúdo é análogo às prédicas do Conselheiro, mas de arranjo e redação diferentes* (NOGUEIRA, [1974] 1978, p. 29). Diferentemente do que se afirma com certa frequência, as prédicas não apresentariam maiores heterodoxias eclesiásticas; seriam, antes, *absolutamente ortodoxas*. Apesar de algumas imperfeições formais, existem em seus escritos coerência e raciocínio lógico inegáveis. Após sublinhar que os pronunciamentos eram instrutivos e persuasivos, Nogueira assinala que eles não eram perfeitos e acrescenta:

A forma por vezes claudicante; vários erros de linguagem despontam aqui e ali. É contudo escritor que transmite o seu pensamento, eleva o leitor, incute-lhe sentimentos bons e sentimentos religiosos. [...] Mas também é exato que nela não há de encontrar nenhuma das tolices ou credices ou infantilidades que se lhe atribuem, baseados em simples ‘papeluchos de algum ouvinte ignorante’ ([1974] 1978, p. 30)

De acordo ainda com essa perspectiva, não foram justos nem rigorosos aqueles que acusaram Antônio Conselheiro de fanatismo religioso e político. Nogueira impele-nos a respeitar suas convicções e a reconhecer sua inteireza moral, intelectual e física: *Nem insano, nem fanático. Homem excepcional, sim; embora extremamente simples. Amante de seu povo, para cujo serviço sofreu muito e para cujo bem e progresso foi chefe e condutor*. E embora Nogueira faça referência ao Conselheiro “escritor” e ao “leitor” de suas prédicas, então publicadas, ele não negligencia a aparência física e o desempenho oratório, fatores tão relevantes, nesse caso, quando da manifestação pública e oralizada desses escritos:

Antônio Conselheiro, alto, magro, idoso, de cabelos e barba respeitáveis, metido na sua túnica de zuarte, amparado no bordão, porte grave e impressionante, voz clara e palavra eloqüente, lembrava um daqueles veneráveis patriarcas do Antigo Testamento. Falava com autoridade e pregava boa doutrina.” (NOGUEIRA, [1974] 1978, p. 41)

Depois de termos feito algumas rápidas considerações sobre a oratória de Antônio Conselheiro, fundamentados nas obras de Euclides da Cunha e de Ataliba Nogueira, passaremos a abordar um dos discursos do Conselheiro. Trata-se de sua única prédica na qual se alude explicitamente já no próprio título à política, ainda que, de fato, o substrato seja religioso. Assim como em outros pronunciamentos, aqui também os temas políticos não são seculares, mas considerados à luz da instância sagrada. Desde a sua abertura, o sermão *Sobre a República* condena manifestamente esse regime de governo:

Agora tenho de falar-vos de um assunto que tem sido o assombro e o abalo dos fiéis, de um assunto que só a incredulidade do homem ocasionaria semelhante acontecimento: república, que é um grande mal para o Brasil que era outrora tão bela a sua estrela. [...] A república é o ludíbrio da tirania para os fiéis. Não se pode qualificar o procedimento daqueles que têm concorrido para que a república produza tão horroroso efeito!! (ANTÔNIO CONSELHEIRO [1897] *apud* NOGUEIRA, 1978, p. 175)

Visto que se trata de um discurso religioso (cf. ORLANDI, [1983] 1996; e FIORIN, 1988), o pronunciamento de Antônio Conselheiro tem o *Logos* divino como enunciador e como enunciado. Nele é a voz de Deus que fala por intermédio de seu representante terreno. Embora consista em um problema terreno e temporal, a República é concebida como desrespeito às determinações da esfera espiritual e sempiterna. Por essa razão, a voz de Deus organiza e atravessa todo sermão, sob a forma de inúmeras referências ao próprio Deus, a Jesus Cristo, além de cinco menções completas ao Evangelho (quatro ao de Mateus e uma ao de Lucas), a São Paulo e a São Tomás, entre outras. No dizer do homem é a palavra de Deus que se manifesta. O Conselheiro reconhece essas duas ordens, mas ressalta o fato de que ambas, a temporal e a espiritual, devem estar sob o jugo de Deus: *Todo poder é emanção da Onipotência eterna de Deus e está sujeito a uma regra divina, tanto na ordem temporal como na espiritual, de sorte que, obedecendo ao pontífice, ao príncipe, ao pai, a quem é realmente ministro de Deus para o bem, a Deus só obedecemos* (ANTÔNIO CONSELHEIRO [1897] *apud* NOGUEIRA, 1978, p. 176).

Além da apropriada utilização de recursos lingüísticos como a projeção enunciativa que caracteriza o discurso religioso, por meio da seleção e apresentação de um discurso sobre o qual sempre se retorna para fundar e para legitimar “novos” dizeres, também são bastante bem empregados mecanismos lógicos de argumentação. Valendo-se de relações lógicas como as de causa e conseqüência, de necessidade e contingência, o enunciador afirma o caráter essencialmente malévolo da República, circunscrevendo seus eventuais benefícios à ordem

dos acidentes. Por isso, mesmo que alguns de seus fins possam vir a ser positivos, seus princípios e meios serão sempre censuráveis, porque ilegítimos, e necessariamente comprometerão esses seus efeitos benéficos:

É evidente que a república permanece sobre um princípio falso e dele não se pode tirar consequência legítima: sustentar o contrário seria absurdo, espantoso e singularíssimo; porque ainda que ela trouxesse o bem para o país, por si é má, porque vai de encontro à vontade de Deus, com manifesta ofensa de sua divina lei. (ANTÓNIO CONSELHEIRO [1897] *apud* NOGUEIRA, 1978, p. 176)

Em algumas passagens, destacam-se também os usos estratégicos de perguntas retóricas. Conforme sabemos, esses simulacros de questões não buscam uma resposta, mas a produção de um efeito de realce, ou seja, não representam a manifestação de uma dúvida, mas consistem em um recurso para enfatizar o que se diz. Antônio Conselheiro recorre a esse expediente, por exemplo, quando enuncia: *Quem não sabe que o digno príncipe o senhor dom Pedro 3º tem o poder legitimamente constituído por Deus para governar o Brasil* (ANTÓNIO CONSELHEIRO [1897] *apud* NOGUEIRA, 1978, p. 176). Nesse caso, aliás, não se trata somente de realçar o enunciado, mas também de produzir um efeito de evidência do que é dito, isto é, o opinativo ganha ares de certeza manifesta. Em seguida, há no texto do Conselheiro, na passagem em que ele condena o casamento civil instituído pela República, uma seqüência repleta de perguntas retóricas:

Quem não se comove, quem não sente estremecer-se, ouvindo esta verdade?; Como pode dominar em vós a fé tão preciosa diante de Deus, se obedecdes a semelhante lei?; Como pode conciliar-se o afeto que deveis às vossas filhas, entregando-as ao pecado proveniente de tal lei?; Quem à vista destas verdades será tão falto de fé que não sinta penetrar-se de júbilo para sustentá-la ainda que sofra os maiores trabalhos? e Onde está a vossa fé? (ANTÓNIO CONSELHEIRO [1897] *apud* NOGUEIRA, 1978, p. 178-179).

Além dos efeitos próprios das perguntas retóricas, podemos observar o emprego de um outro recurso lingüístico a elas incorporado, a saber, a interpelação direta do auditório ao qual se dirige o Conselheiro. O enunciador tenta manipular sua assistência, provocando-a e orientando-a na direção de uma determinada conduta. Essa tentativa, em que se manifesta a interpelação imediata do interlocutor, é acompanhada ainda por uma modalização epistêmica, que salienta a firmeza do enunciador em relação àquilo que ele enuncia: *Afirmo-vos, penetrado da mais íntima certeza, que o Senhor Jesus é Todo-Poderoso e fiel para cumprir*

sua promessa (ANTÓNIO CONSELHEIRO [1897] *apud* NOGUEIRA, 1978, p. 178-179). O pregador dirige-se de modo direto tanto aos seus ouvintes e partidários quanto àqueles a quem critica. À medida que ele não apenas fala da República, mas também simula interpelar os republicanos, produz um efeito de franqueza e intrepidez: *Convençam-se, republicanos, que não hão de triunfar porque a sua causa é filha da incredulidade, que a cada movimento, a cada passo está sujeita a sofrer o castigo de tão horroroso procedimento* (ANTÓNIO CONSELHEIRO [1897] *apud* NOGUEIRA, 1978, p. 179-180).

Com vistas a finalizar nossos comentários sobre o texto de Antônio Conselheiro, focalizaremos agora a última passagem do pronunciamento à qual o próprio Conselheiro chamou de *Despedida*. Com efeito, consideraremos somente um aspecto dessa seqüência, que consiste na produção de efeitos dialógicos e desierarquizantes. Para tanto, transcrevemos abaixo um fragmento que julgamos ser representativo:

Como não ficarei plenamente satisfeito sabendo da vossa conversão, por mim tão ardentemente desejada. Outra cousa, porém, não é de esperar de vós à vista do fervor e animação com que tendes concorrido para ouvirdes a palavra de Deus, o que é uma prova que atesta o vosso zelo religioso. Antes de fazer-vos a minha despedida, **peço-vos perdão** se nos conselhos vos tenho ofendido. Conquanto em algumas ocasiões proferisse palavras excessivamente rígidas, combatendo a maldita república, repreendendo os vícios e movendo o coração ao santo temor e amor de Deus, todavia **não concebam que eu nutrisse o mínimo desejo de macular vossa reputação**. Sim, o desejo que tenho de vossa salvação (que fala mais alto do que tudo quanto eu pudesse aqui deduzir) me forçou a proceder daquela maneira. Se porém se acham ressentidos de mim, **peço-vos que me perdoeis pelo amor de Deus**. (ANTÓNIO CONSELHEIRO [1897] *apud* NOGUEIRA, 1978, p. 181-182; grifos nossos)

Depois da tentativa de sedução lançada aos ouvintes, o enunciador, sobre o qual, naquelas circunstâncias, recai uma série de representações positivas, tal como a de mentor espiritual e líder comunitário, constrói um *ethos* humilde, desprovido do direito de falar o que e como quiser à sua audiência. Em conjunção com a interpelação imediata do público, a reiteração dos pedidos de desculpas poderia ser interpretada como índice de uma paulatina transformação nas práticas de fala pública, cujas origens relativas datam da passagem do século XVIII para o XIX. No universo político, mas, sem dúvida, também alhures, os oradores deveriam tentar mitigar a hierarquia entre falante e ouvinte ou, ao menos, simular a diminuição das assimetrias entre quem falava e quem ouvia.

Possivelmente, algumas formas oitocentistas da fala pública brasileira foram tocadas direta ou indiretamente por ecos das Revoluções do século XVIII. Os oradores da Revolução

Americana eram herdeiros das tradições neoclássicas da retórica e, por isso, consideravam que o melhor estilo era aquele dos *gentlemen* eruditos, cujas referências vinham das artes e da literatura, visando ao afastamento de tudo que remetesse à linguagem vulgar. Esse era o único estilo que convinha ao debate público, que deveria ser cívico, civilizado e elegante. A oposição a esse tipo de oratória iniciou-se já no século XVIII e promoveu efetivamente, no século seguinte, a emergência de uma *democratic eloquence*, que representou tanto uma certa simplificação das formulações quanto uma relativa redução das distâncias entre o orador e seu público (cf. CMIEL, 1990). Evidentemente, também a Revolução Francesa deu sua contribuição à democratização da eloquência. Muitos revolucionários desconfiavam dos floreios retóricos e das performances oratórias, que, segundo eles, estavam mais propensos aos arrebatamentos emotivos do que ao raciocínio lógico rigoroso e esclarecido. Por essa razão, muitas vezes, em detrimento dos pronunciamentos em público, preferiam os manifestos escritos, e, em benefício da razão, privilegiavam a fala clara e simples, desprezando maiores sofisticações retóricas (cf. CHARTIER, 2002).

O lento surgimento de uma eloquência democrática não significou necessária e indistintamente a extinção dos requintes “aristocráticos” da oratória. No final do século XIX conviviam, na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, pelo menos, três estilos de fala pública: o simples, o rebuscado e o misto, que congregava elementos populares e refinados dos dois primeiros. Contudo, aparentemente cada vez mais despontavam nos pronunciamentos índices de conversação e de simetria entre os interlocutores. Particularmente, no que respeita ao Brasil, é possível entrever que, ao lado de uma certa simplicidade dos pronunciamentos do Conselheiro, estava o reconhecido refinamento cultural e oratório de um Rui Barbosa. O mesmo Rui que sobre o Conselheiro elaborou um belíssimo discurso, muitas vezes burilado, mas nunca proferido, instaurando um misterioso silêncio do Águia de Haia sobre o líder de Canudos e sobre suas maneiras de falar.

Em sua *História universal da eloquência*, mais precisamente, na seção em que se dedica à oratória parlamentar da Primeira República, Hélio Sodré abre a unidade destinada a tratar de Rui Barbosa com o seguinte enunciado: *O nome de Rui Barbosa está, para a eloquência brasileira, como o de Demóstenes, para a eloquência universal* (1959, p. 236). Em seguida, Sodré, reportando-se inicialmente a uma sessão da Câmara do Império, menciona alguns depoimentos de parlamentares contemporâneos de Rui Barbosa:

Falava ele, por exemplo, na sessão de 10 de julho de 1879, quando se referiu, modestamente, à sua pessoa. Imediatamente, Rodolfo Dantas, um

belo parlamentar aparteou-o: ‘Vossa Exa. é um dos mais distintos oradores desta Câmara e do país’. E Barros Pimentel, arrebatado: ‘Não há maior do que V. Exa.’. Então, tinha Rui, apenas, trinta anos de idade. Quase vinte anos depois, e já sob o regime parlamentar republicano, era Quintino Bocaiúva que, falando no Senado aos 12 de novembro de 1897, assim se referia a Rui: ‘Com a elevação do seu talento, com a sua eloquência arrebatadora e as fulgurações de um espírito nutrido por vasta erudição, ele tem o sublime e admirável privilégio de fascinar os seus ouvintes’. (1959, p. 236-237)

Os ideais e o estilo de Rui Barbosa aproximam-no, de certa maneira, dos *founding fathers* da Independência dos EUA. Como eles, Rui freqüentemente recorre às artes e à literatura, para delas retirar motivos a serem atualizados em seus discursos. Em um dos seus mais célebres pronunciamentos, o *A questão social e política no Brasil*, proferido no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, aos 20 de março de 1919, durante a campanha presidencial, Rui Barbosa, depois da saudação inicial, refere-se à figura do *Jeca Tatu*, concebida por Monteiro Lobato, na primeira metade da década de 1910. Em 1918, Lobato havia enviado a Rui Barbosa um exemplar da primeira edição de *Urupês*, obra no interior da qual se encontra o famoso texto sobre o Jeca Tatu. Após apresentar, por meio de citações, paráfrases e comentários, algumas características dessa figura lobatiana, tais como sua indolência, seu fatalismo e sua despolitização – *Para Jeca Tatu, ‘o ato mais importante da sua vida é votar no Governo’*. ‘*Vota. Não sabe em quem, mas vota*’ –, Rui afirma que o autor traçou uma *síntese da concepção que têm, de nossa nacionalidade, os homens que a exploram*:

Não sei bem, senhores, se, no tracejar deste quadro, teve o autor só em mente debuxar o piraquara do Paraíba e a degenerescência inata da sua raça. Mas a impressão do leitor é que, neste símbolo de preguiça e fatalismo, de sonolência e imprevisão, de esterilidade e de tristeza, de subserviência e hebetamento, o gênio do artista, refletindo alguma coisa do seu meio, nos pincelou, consciente, ou inconscientemente, a síntese da concepção, que têm, da nossa nacionalidade, os homens que a exploram. Se os mandachuvas deste sertão mal roçado, que se chama Brasil, o considerassem habitado, realmente, de uma raça de homens, evidentemente não teriam a petulância de o governar por meio de farsanterias, como a com que acabam de arrostar a opinião nacional e a opinião internacional, atirando à cara da primeira o ato de mais violento desprezo, que nunca se ousou contra um povo de mediana consciência e qualquer virilidade. (RUI BARBOSA, [1919] 1999, p. 368-369)

Com léxico e sintaxe sofisticados, como lhe era próprio, Rui Barbosa reitera, em seguida, a terrível imagem que teriam os governantes brasileiros de seu povo:

O que eles vêem, sucedendo à idade embrionária do colono, dobrado ao jugo dos capitães-mores; o que eles vêem, seguindo-se à época tenebrosa do africano vergalhado pelo relho dos negreiros, é o período banzeiro do autóctone, cedido pela catequese dos missionários à catequese dos politiqueros, lanzado ainda na transição mal-amanhada, e susceptível, pelo seu baixo hibridismo, das bestializações mais imprevistas. Eis o que eles enxergam, o que eles têm por averiguado, o que os seus atos dão por líquido, no povo brasileiro: uma ralé semi-animal e semi-humana de escravos de nascença, concebidos e gerados para a obediência, como o muar para a albarda, como o suíno para o chiqueiro, como o gorila para a corrente; uma raça cujo cérebro ainda se não sabe se é de banana, ou de mamão para se empapar de tudo que lhe embutam; uma raça cujo coração ainda não se estudou se é de cortiça, ou de borracha, para não guardar mozza de nada, que o contunda; uma raça, cujo sangue seja de sânie, ou de lodo, para não sair jamais da estagnação do charco, ou do esfacelo da gangrena; uma raça, cuja índole não participe, sequer, por alguns instintos nobres ou úteis, dos graus superiores da animalidade. (RUI BARBOSA, [1919] 1999, p. 369-370)

Rui sublinha, na seqüência, que essa seria a única explicação para o fato de os administradores do Brasil agirem como agiam. Somente possuindo uma representação tão depreciativa do povo ao qual governam é que os *manda-chuvas* do país poderiam continuar a reproduzir constantemente tantas ilegalidades e tamanhas iniquidades. Interpelando o auditório e valendo-se de um conjunto de perguntas retóricas, Rui Barbosa recusa veementemente essa imagem do Brasil e do seu povo: *Mas, senhores, se é isso o que eles vêem, será isto, realmente, o que nós somos? [...] Não. Não se engane o estrangeiro. Não nos enganemos nós mesmos. Não! O Brasil não é isso. Não! [...] Nada, nada disso é o Brasil.* (RUI BARBOSA, [1919] 1999, p. 370-371). Mas, se nada disso era o Brasil, o que seria ele, então? A recusa fora feita em uma seção intitulada *O Brasil não é isso*, já o item subsequente, no qual se fará sua afirmação, Rui o denominou *O que é o Brasil*. Trata-se, possivelmente, da passagem mais conhecida desse célebre discurso de Rui Barbosa:

O Brasil não é isso. É isto. O Brasil, senhores, sois vós. O Brasil é esta assembléia. O Brasil é este comício imenso de almas livres. Não são os comensais do erário. Não são as ratazanas do Tesouro. Não são os mercadores do Parlamento. Não são as sanguessugas da riqueza pública. Não são os falsificadores de eleições. Não são os compradores de jornais. Não são os corruptores do sistema republicano. Não são os oligarcas estaduais. Não são os ministros de tarraxa. Não são os presidentes de palha. Não são os publicistas de aluguer. Não são os estadistas de impostura. Não são os diplomatas de marca estrangeira. São as células ativas da vida nacional. É a multidão que não adula, não teme, não corre, não recua, não deserta, não se vende. Não é a massa inconsciente, que oscila da servidão à desordem, mas a coesão orgânica das unidades pensantes, o oceano das consciências, a mole das vagas humanas, onde a Providência acumula reservas inesgotáveis de calor, de força e de luz para a renovação das nossas

energias. É o povo, em um desses movimentos seus, em que se descobre toda a sua majestade. (RUI BARBOSA, [1919] 1999, p. 371)

Nessa sua definição do Brasil, podemos facilmente imaginar o delineamento dos gestos e a modulação da voz de Rui Barbosa, quando ele interpela a platéia, emprega e enfatiza os dêiticos. Talvez, algo próximo do que observamos na ilustração abaixo, que retrata um dos momentos do discurso proferido por Rui, em uma outra circunstância daquele mesmo ano de 1919.



Rui Barbosa discursa em comício no porto de Salvador, por ocasião da campanha presidencial. (MACHADO, 1999, p. 82)

O instantâneo acima é, antes, uma exceção do que propriamente uma regra. Rui Barbosa jamais foi concebido como um dos maiores oradores, senão o maior dentre eles, por causa de suas *performances* oratórias. O comparecimento de grandes públicos às situações em que Rui iria falar, possivelmente, era devido, sobretudo, à notoriedade de que ele gozava, ao refinamento de sua cultura e aos requintes de suas formulações lingüísticas. Entretanto, no que respeita ao seu desempenho retórico, Rui Barbosa deixava a desejar: ele era econômico nos gestos, não tinha uma voz poderosa, nem tampouco uma bela aparência. Media um metro e cinqüenta e sete centímetros, pesava quarenta e oito quilos, era prognata e ligeiramente encurvado. Considerando esses aspectos da aparência física e da *actio* retórica de Rui, Sodré afirma que ele:

Era pequenino, feio, pálido, fechava os olhos, quando falava, por causa de sua excessiva miopia. A voz era monótona – e orava com grande parquiza de gestos. Foi assim, no Império – e assim, continuou na República. Todavia, mais do que qualquer outro, possuía cultura e poder verbal. (1959, p. 237)

A despeito de sua inépcia vocal e gestual e da longa extensão de seus pronunciamentos, suas intervenções pareciam ser, em geral, bem recebidas. A prolixidade ainda não molestava boa parte das sensibilidades oitivas de então. Como tantos outros homens públicos de sua época, Rui Barbosa discursava, freqüentemente, durante horas a fio: *seus discursos, quase sempre longos, prolixos, intermináveis, despertavam interesse e admiração* (SODRÉ, 1959, p. 236). Mas, a escuta do final do século XIX e do começo do século XX já apresentava alguns índices de um certo desconforto em relação às falas demasiadamente longas. Conforme sugerem algumas anedotas sobre a destacada participação de Rui Barbosa na *Conferência da Paz*, em Haia, na Holanda, a comitiva inglesa o qualificava de *boring*, em função de suas intervenções demoradas e cansativas. Assim, enquanto seus admiradores o comparavam a Demóstenes, seus críticos o apelidaram de *Doutor Verbosa*.

A questão social e política no Brasil deve ter demorado, ao menos, algumas horas para ser proferido. O texto de cinqüenta páginas possivelmente fora considerado longo, mesmo para a época e para as circunstâncias. Era um discurso de campanha de um “anticandidato” que não primava exatamente pelo estilo direto e objetivo e que não abria mão de seus ideais liberais:

Rui, uma das inteligências mais respeitadas da República, seu primeiro ministro da Fazenda e por duas vezes candidato da oposição à Presidência derrotado nas eleições: em 1910, pelo militar Hermes da Fonseca; em 1919, pelo oligarca civil Epitácio Pessoa. Isso sem falar das batalhas em seu estado natal, a Bahia, onde também não teve grande sucesso. Uma espécie de anticandidato, admirado e criticado, como um D. Quixote a lutar pela utopia em que acreditava. O modelo do político liberal, bacharel formado segundo os modelos da tradição imperial e que se destacava por ser dono de uma cultura vista como excepcional embora, justamente por isso, mal adaptada ao país. (CASTRO GOMES, 1998, p. 491)

Em seu discurso, Rui Barbosa interpela reiteradamente os operários da audiência, mas, logo em seguida à sua interpelação, ele usa expressões latinas, léxico incomum e sintaxe rebuscada. Em síntese, seu pronunciamento era o anúncio de seu avançado plano de reformas sociais e econômicas, incluso em seu programa de governo, porém, as primeiras alusões e críticas aos projetos e ações recentemente implantados pelos militares e oligarcas que, então, governavam o país somente irão aparecer no texto de Rui praticamente depois de umas vinte páginas. E embora o período fosse propício aos balanços e projetos – visto que se tratava de uma época marcada por muitas agitações históricas, políticas e sociais, tais como o fim da Primeira Guerra, a Revolução Bolchevique, o abalo em certas crenças políticas, o ressurgimento de alguns nacionalismos e as reivindicações da sociedade, sob a forma de greves e outros movimentos sociais – e impelisse Rui Barbosa a empreender um recenseamento do que fora feito até então, para que, compreendendo melhor o que passou, se pudesse reorganizar as idéias e planejar o futuro, é inegável que ele se estende excessivamente nos detalhes minuciosos, nas longas digressões e nos exagerados floreios verbais. Segundo Sodré, Rui *preparava, cuidadosamente, todas as suas grandes orações, burilando-as, requintando-as, com os olhos fitos na posteridade* (1959, p. 239).

Acreditamos que estas breves considerações sobre a oratória de Antônio Conselheiro e de Rui Barbosa dão-nos alguns indícios acerca da eloquência desses dois oradores brasileiros e oferecem-nos uma via por intermédio da qual podemos acessar algumas das marcas que caracterizam certas práticas nacionais de fala pública, no século XIX. Por mais diferentes que sejam as falas do Conselheiro e de Rui, elas têm muito mais identidades entre si do que se as comparássemos com aquelas dos missionários do século XVI: a) os oradores do século XIX falavam a mesma língua que sua audiência; b) eles não tinham de fazer grandes adaptações ao estilo de fala do seu público, em função dele já possuir uma tradição oral consolidada e particular; c) não havia na Modernidade amplas diferenças entre os quadros culturais, no interior dos quais eram produzidas e interpretadas as práticas simbólicas, tal como era o caso entre os europeus e os nativos, no século XVI; e d) Antônio Conselheiro e Rui Barbosa não

despendiam copiosos esforços para reunir uma multidão que fosse vê-los e ouvi-los, ao passo que os jesuítas tinham no nomadismo indígena um dos seus maiores obstáculos para a pregação e a posterior conversão dos gentios. Porém, se, por um lado, entre as falas públicas que se praticavam no século XIX existiam identidades, por outro, havia também algumas diferenças e uma notável diversidade.

Da simplicidade eficaz de um Antônio Conselheiro à erudição grandiloquente de Rui Barbosa, interpunha-se um conjunto de estilos distintos, tais como o “refinado”, de Quintino Bocaiúva, menos rebuscado que o de Rui, mas tão tépido quanto o dele, e o “arreatador”, de José Joaquim Seabra e de Coelho Neto – para nos limitarmos aos oradores parlamentares mencionados por Hélio Sodré (1959) –, mais enérgico que a excêntrica performance corporal e vocal do Conselheiro, descrita por Euclides da Cunha. No Capítulo IV, faremos mais alguns rápido comentários sobre esses parlamentares brasileiros e suas maneiras de falar aos auditórios. Cremos, porém, que ainda caberia fazer aqui algumas breves observa es sobre certos aspectos da variedade de estilos da fala pública no século XIX, ressaltando, sobretudo, as origens relativas de traços que caracterizam o discurso político brasileiro contemporâneo, embora nem sempre sua procedência tenha sido “genuinamente” brasileira.

A heterogeneidade dos modos de fala pública comportava os estilos mistos. Sua presença, entretanto, foi sensivelmente mais marcante em sociedades cuja democracia, nessa época, estava já em um estado mais avançado do que a brasileira. Tratava-se, então, do advento da *democratic eloquence*, da qual fala Cmiel (1990) e   qual já nos referimos acima, ou seja, do desenvolvimento de maneiras de falar em público mais bem adaptadas   emergência das classes m dias, das trocas comerciais e das rela es políticas e sociais de uma sociedade democrática de massa.

Segundo Cmiel, por volta do final do século XIX, nos EUA, das salas de aula, passando pelos pronunciamentos públicos até as colunas do *New York Times* difundia-se um estilo simples, direto e cada vez mais despojado de adornos retóricos. As rígidas prescri es da *ars bene loquendi* e da *ars bene dicendi*, mas também, e, talvez, principalmente, os preceitos da *ars ornandi* paulatinamente perdiam sua força, em benefício de uma simplifica o das formas da fala pública que conduziria ao desenvolvimento do estilo dialógico, familiar e conversacional nos pronunciamentos políticos. Começavam, então, a ser mais freqüentes as falas públicas que mesclavam formas “nobres” e “pleb ias”, constituindo um modo “burguês” de falar em público. Considerando esse fenômeno discursivo nos Estados Unidos, Courtine afirma o seguinte:

Buscou-se, pois, ao longo do século XIX, um **idioma democrático** que traduzisse e favorecesse, ao mesmo tempo, a equiparação progressiva das condições numa sociedade de massa. Os usos públicos da linguagem se despojam pouco a pouco das formas discursivas tradicionais de autoridade e de hierarquia, quando são inventados os estilos intermediários (*midding styles*), isto é, os estilos de fala pública que misturam as formas populares e cotidianas com os usos lingüísticos mais refinados e elevados. ([1994] 2006a, p. 132)

Por sua vez, Jamieson (1988) trata dessas metamorfoses da fala pública, referindo-se, por exemplo, a dois fatos que envolvem o político republicano Charles Sumner, na segunda metade do século XIX. Em uma das ocasiões, Sumner é o protagonista, na outra, uma testemunha. No primeiro caso, Jamieson reproduz as reminiscências do jornalista James Burton Pound:

Charles Sumner was an aristocrat. He was my father's ideal. After I had got back from Kansas and visited my father's home in Wisconsin, father said to me: 'James, the Honorable Charles Sumner is going to speak at R -. We must hear him.' So we arranged to go. We walked nine miles to hear him speak. My father never spoke of him without giving him his title. He had enjoyed that speech intensely. I do not know whether I did or not. Father occupied a front seat with the intention of rushing up to the platform and greeting him by the hand when he was finished, but the Honorable Charles was too quick for him. He disappeared, got to his hotel, and nobody saw him. (POUND *apud* JAMIESON, 1988, p. 6)

E no segundo, antes de transcrever o elogioso depoimento de Charles Sumner sobre Abraham Lincoln, a autora afirma que, possivelmente, o eco de velhos postulados retóricos, segundo os quais a boa elocução deveria pintar quadros com as palavras por meio de descrições detalhadas que, em muitas circunstâncias atuais consideraríamos excessivas e enfadonhas, ressoassem nos ouvidos de Sumner, impelindo-o a descrever do seguinte modo o décimo sexto presidente dos EUA:

In person he was tall and bony, with little resemblance to any historic portrait, unless he might seem in one respect to justify the epithet given to an early English king. As he stood, his form was angular, with something of that straightness in lines so peculiar in the figure of Dante by Flaxman. His countenance had more of rugged strength than his person, and while in repose, inclined to sadness; yet it lighted easily. **Perhaps the quality that struck most at first was his constant simplicity of manner and conversation, without form of ceremony beyond that among neighbors.** (SUMNER *apud* JAMIESON, 1988, p. 57; grifos nossos)

Ainda que a própria Kathleen Jamieson não tenha feito nenhuma observação explícita nesse sentido, acreditamos ser possível vislumbrar uma certa continuidade entre a frustração que Sumner causara no pai de James B. Pound e a principal qualidade que o mesmo Sumner atribuía a Abraham Lincoln. Antes de apontarmos o ponto de contato entre essas duas passagens, destacaremos alguns fatores aos quais elas fazem direta ou indiretamente alusão. Na primeira, sublinham-se o respeito pelo aristocrata, sempre referido com o devido título que o precede e o identifica, o encantamento com a oratória e o engajamento com as questões públicas dos cidadãos, de modo que as nove milhas de distância que separavam a família Pound e o local em que se realizaria o pronunciamento de Sumner não representasse um impedimento para a audiência, o desejo de estar próximo do orador, de vê-lo de perto e de tocá-lo, e, finalmente, a decepção com a excessiva brevidade de sua intervenção e o súbito desaparecimento do homem público que discursava. Já no que se refere ao elogio de Sumner a Lincoln, ressaltam-se a consonância entre o aspecto físico de Lincoln e sua moral, o equilíbrio entre sua rígida continência e a fácil e repentina “iluminação”, e, enfim, as maneiras e o estilo conversacional, desempenhando a função e a fala pública como se estivesse tratando com os vizinhos.

Conforme dissemos, pensamos ser possível estabelecer uma determinada identidade entre a frustração decorrente da brevidade do pronunciamento de Sumner e os modos simples, informais e dialógicos da fala de Lincoln. Essa identidade consiste no fato de que ambos apontam para uma gradual, porém, significativa transformação nos estilos de fala pública. A sensível diminuição na duração de um discurso e a redução dos índices discursivos de superioridade autoritária do falante em relação aos ouvintes sugerem a progressiva constituição de uma eloquência democrática. O discurso político brasileiro de nossos dias apresenta muitas características cujos princípios parecem estar situados no século XIX, no qual vimos surgir, principalmente, em terras estrangeiras um “idioma democrático”. Tratava-se, desde então, de um tipo de declínio da grandiloquência e o paulatino desenvolvimento dos estilos dialógicos, conversacionais e até íntimos. Os preceitos do célebre escritor e professor norte-americano Dale Carnegie, produzidos no início do século XX, não diferem muito dos conselhos dados pelos profissionais do marketing político de nossos tempos. Depois de sustentar que os postulados retóricos de Dale Carnegie nos seus livros e lições sobre como falar em público representam a transição dos *orators* para os *speakers*, Jamieson reproduz o seguinte fragmento de uma de suas obras:

An entirely new school of speaking has sprung up since the Civil War. In keeping with the spirit of the times, it is as direct as a telegram. The verbal fireworks that were once the vogue would not longer be tolerated by an audience in this year of grace.

A modern audience, regardless of whether it is fifteen people at a business conference or a thousand people under a tent, wants the speaker to talk just as directly as he would in a chat, and in the same general manner that he would employ in speaking to one of them in conversation. (CARNEGIE *apud* JAMIESON, 1988, p. 55-56)

Observamos aqui uma das exigências aparentemente contraditórias da comunicação de massa *avant la lettre*, a saber, falar em público e ao público como se se tratasse de uma conversa privada. O surgimento do rádio e, principalmente, da televisão irá intensificar consideravelmente essa tendência no século seguinte. O paradoxo reside no fato de que é preciso estabelecer uma espécie de relação pessoal com uma multidão de centenas ou até de milhares de indivíduos, justamente porque, no advento das massas, a personalidade individual adquiriu um estatuto de categoria social bastante relevante. A intimidade começa a ganhar cada vez mais o espaço público, enfraquecendo os limites entre as esferas pública e privada. Apesar dos efeitos desierarquizantes do estilo conversacional na fala pública, Richard Sennett assinala a ocorrência de um apassivamento dos comportamentos públicos, tanto no domínio dos espetáculos artísticos quanto no das manifestações políticas. Segundo o autor, a partir da segunda metade do século XIX, instaura-se uma nova relação entre os atores, sejam eles artistas ou políticos, e os espectadores, estejam eles em um teatro ou em uma assembléia em praça pública³⁷. Essa nova relação prevê que os primeiros não podem mais ser interrompidos pelos últimos, conforme ocorria em outros tempos; estabeleciam-se, portanto, uma disciplina do silêncio e uma psicologização das relações sociais. Nos termos de Courtine:

O homem público se dirige diretamente a cada um, sob a forma de uma conversa privada. Parece-me que esta é a vertente discursiva do que Richard Sennett chamou de “o declínio do homem público”, para designar a transformação, no decorrer do século XIX, das relações entre a esfera pública e a vida privada. Seu equilíbrio oscila: a fronteira que, até o século XVIII, delimitava os dois domínios tende a se tornar menos distinta, toda a vida pública é pouco a pouco absorvida pelo espetáculo do eu e todas as relações sociais se psicologizam. ([1994] 2006a, p. 133)

Uma vez encerradas nossas observações sobre algumas facetas da diversidade de estilos e sobre algumas transformações da fala pública no final do século XIX, por ora, antes

³⁷ Nas palavras do próprio Sennett: *Desse modo, surgem ambas as identidades públicas produzidas pela personalidade em público: de um lado, um ator extraordinário; de outro, espectadores que podem ficar à vontade em sua passividade.* ([1974] 1988, p. 251)

de finalizarmos este Capítulo, gostaríamos de fazer algumas considerações acerca de dois fatores notavelmente influentes nas práticas do falar em público desse período. Trata-se de um fenômeno demográfico e de outro, técnico. O século XIX testemunhou um grande aumento populacional, o crescimento dos centros urbanos e o êxodo rural. Esses fatos, já bastante conhecidos pelos cientistas sociais, contribuíram para a modificação de alguns aspectos da fala pública. A população de Paris aumentou de 547.756 pessoas, em 1801, para 2.536.834, em 1896; a de Londres, de 864.845, em 1801, para 4.232.118 pessoas, em 1891. Por sua vez, a densidade demográfica brasileira também crescera abundantemente ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX: em 1872, a população brasileira era de 9.930.478 pessoas, já em 1920, o número havia subido para 30.635.605 de pessoas; no município de São Paulo, em um intervalo de apenas vinte e oito anos, a população passou de aproximadamente 30 mil habitantes, em 1872, para cerca de 240 mil pessoas, no ano de 1900³⁸. Em conjunto com o aumento grande aumento da população, o êxodo rural brasileiro, ocorrido em grandes levadas ao final do século XIX e no começo do XX, promoveu a concentração demográfica nas grandes cidades. No Brasil, ao conjugar-se com os imigrantes europeus e retirantes nordestinos, a população urbana cresceu vertiginosamente e viu nascer, em seu interior, as massas.

As massas, contudo, não se resumem aos números, mas compõem-se também das idéias e dos ideais de uma época. O nazismo, o fascismo, o socialismo e o anarquismo freqüentavam as mentes das multidões, amiúde caracterizadas por sua suposta *faible aptitude au raisonnement, l'absence d'esprit critique, l'irritabilité, la crédulité et le simplisme* (LE BON, [1985] 2003, p. 107). De Le Bon, passando por Freud, Gabriel Tarde, Serge Tchakhotine e pela Escola de Frankfurt, até Elias Canetti, entre tantos outros, muitos foram os pensadores que refletiram sobre o surgimento, as características e o funcionamento das massas. O conjunto dessas reflexões indica a importância do papel desempenhado pelas multidões na reconfiguração das relações sociais e psicológicas entre os indivíduos no espaço público. No que se refere à fala pública, as massas parecem ter representado um dos aspectos relevantes do auge e da decadência dos grandes oradores. No ajuntamento popular, o homem público encontrava sua própria razão de ser e seu espaço privilegiado; diante das multidões, ele podia valer-se de suas mais poderosas armas: seu verbo, seu corpo e sua voz. O contato

³⁸ Os dados demográficos referentes à população de Londres e Paris foram retirados de Adna Ferrin Weber (citado por SENNETT [1974] 1988, p. 167-168). Já os dados brasileiros foram encontrados no site do IBGE: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1872_1920.shtm ; e os da cidade de São Paulo, do site do município: <http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/historico/> , ambos visitados aos 22 de janeiro de 2007.

direto com a massa, em função de sua dimensão cada vez maior, requeria o domínio de estratégias lingüísticas e, praticamente, impunha uma *performance* enérgica, composta de gestos largos e de altos volumes vocais.

O contato entre o orador e seu público permanecia a ser direto, como nas assembléias gregas clássicas e helenísticas, mas, diferentemente delas, os comícios para as massas do final do século XIX freqüentemente não previam nem tampouco possibilitavam a permuta de papéis interlocutivos e a troca dos turnos de fala. Os tumultos da audiência e as constantes interrupções presentes nas assembléias helenísticas, no interior de um regime de democracia dirteta, raramente ocorriam nas ocasiões de fala pública oitocentistas, fossem elas realizadas em regimes democráticos representativos ou autoritários. Assim, na maioria dos casos e durante boa parte do tempo dos pronunciamentos, ao orador estariam assegurados o direito e o privilégio da fala, enquanto aos ouvintes estaria reservada a “prerrogativa” da assistência, da escuta e do silêncio. Talvez, em conjunto com uma série de outros fatores, a tentativa de compensar os prejuízos causados por esse “monopólio da fala” tenha sido um dos responsáveis pelo significativo aumento no emprego de recursos semiológicos que visavam aos efeitos de diálogo e de simetria entre o locutor e seu público.

Uma vez mais, retornamos às questões sobre a constituição de uma eloqüência democrática que proporcionou o desenvolvimento de estilos mistos, de formas breves e conversacionais, quase despojadas de excessivos adornos retóricos e de marcas autoritárias e hierárquicas. Tornava-se necessário diminuir a energia dos gestos e a força da voz. Para recompensar os ouvintes de sua quase completa destituição da fala, era preciso pacificar as palavras, o corpo e os brados. No que respeita, particularmente, à voz, observamos, então, o surgimento de uma espécie de “política da voz”, em meio a um certo paradoxo expressivo: como manifestar o consenso, empregando a potência vocal exigida pela fala pública no palanque, diante das multidões? E como expressar as discordâncias em um tom comedido e civilizado? Cabia, pois, a uma política da voz encontrar um meio termo no volume vocal para que ele pudesse tentar exprimir tanto o entusiasmo e o envolvimento do orador com seu público, quanto a simetria e a troca interativa entre quem falava e quem ouvia, valores tão caros aos princípios democráticos.

A produção dos efeitos sobre as massas diferia, conforme se tratasse de uma relação imediata, como a dos comícios, ou de uma relação indireta por meio dos informes, panfletos, cartazes etc. Segundo Tchakhotine ([1952] 2004, p. 345), Lênin e Hitler souberam agir no tempo das massas, arrebatando militantes e atraindo adeptos. Aliás, essa distinção, concebida pelo próprio Hitler, corresponde, respectivamente, ao que o ditador alemão chamava de

“organização” e de “propaganda”: a primeira, predominantemente oral, realizava-se nas assembleias do partido, nos comícios, no boca a boca de rua etc., com o intuito de conquistar partidários engajados com as causas e princípios do partido; já a segunda, preponderantemente escrita, manifestava-se sob a forma dos jornais, dos manifestos, dos panfletos etc., e tinha como objetivo seduzir os indecisos. Em conjunto com outras transformações históricas, políticas e sociais, a “propaganda” e os progressos tecnológicos contribuíram para a dispersão das massas e para o declínio dos oradores.

Embora no final do século XIX pudéssemos ainda observar, em algumas ocasiões, o homem público falar a centenas ou até mesmo a milhares de pessoas, valendo-se tão-somente de palanques improvisados, de seu corpo e gestos e de sua voz, pouco a pouco o desempenho retórico perdia espaço para a propaganda por escrito e para as práticas de fala pública intermediadas pelos instrumentos tecnológicos que, então, se desenvolviam. O número dos indivíduos atingidos pela publicidade estatal escrita, por um microfone nos imensos comícios e, sobretudo, pelas ondas do rádio era muito maior do que a quantidade de pessoas que, reunidas em um mesmo espaço, poderiam ver e ouvir o político em uma assembleia ou em um comício. Paradoxalmente, as massas se formavam e cresciam, mas se dissolviam no isolamento dos sujeitos que as compunham. Dispersas as massas, os oradores tradicionais deixariam cada vez mais de ter a importância de outrora e as maneiras de se falar em público seriam progressivamente modificadas. E ao mesmo tempo em que ocorria a dissolução das massas políticas, instaurava-se a emergência das tecnologias de comunicação de massa.

O século XIX foi pujante no que se refere ao advento de tecnologias de linguagem³⁹. Em certa medida, à frente de seu tempo, Johann Philipp Reis fez as primeiras transmissões de sons musicais por intermédio de fios, no ano de 1861. Em torno de seu invento, circula, inclusive, uma anedota: para ter certeza de que cada uma das palavras da frase proferida tivesse sido entendida, impedindo que o ouvinte pudesse tentar deduzir seu significado total e, a partir daí, os elementos que compunham a sentença, Reis teria dito *O cavalo não come salada de pepino*. Seu “aparelho telefônico” convertia sons em corrente elétrica e era capaz de reproduzi-los alhures. Vinte e um anos depois de Samuel F. B. Morse ter enviado a primeira mensagem à distância por meio do telégrafo, instalava-se, em 1865, o primeiro cabo telegráfico transatlântico. Já em 1876, Alexandre Graham Bell chamava seu auxiliar, que esperava em um cômodo relativamente distante daquele em que se encontrava Bell, valendo-

³⁹ Os dados e datas que se seguem são provenientes da obra de Briggs & Burke ([2002] 2004; particularmente, o Capítulo IV *Processos e padrões: Ferrovias, Navios, O correio, Telégrafos, Telefones, Radiotelegrafia, Cinema e Televisão, Gramofones, Conclusões*) e do site do Ministério das Comunicações: <http://www.mc.gov.br/>, visitado aos 25 de janeiro de 2007.

se do que seria o futuro telefone e dizendo o seguinte: *Senhor Watson, venha cá. Preciso do senhor*. Chamado ao qual Thomas August Watson teria respondido: *Senhor Bell, ouvi cada palavra que o senhor disse, nitidamente*. Entre os anos de 1877 e 1879, foram instalados no Brasil os primeiros telefones e David Hughes inventou o microfone de carbono. Nos primeiros anos da década de 1890, o padre brasileiro Roberto Landell de Moura realizou a primeira transmissão falada sem fios, utilizando ondas eletromagnéticas. Em 1895, o italiano Guglielmo Marconi realizou o que seria considerada a primeira transmissão de sinais sem fios e, onze anos mais tarde, o norte-americano Reginald Fessenden construiu o primeiro alternador de alta-freqüência e realizou a transmissão da voz humana pelo rádio.

Essas tecnologias não alteraram por si mesmas e imediatamente as práticas de fala pública no século XIX, mas, acompanhadas de outros fatores históricos, políticos e sociais e de seu próprio desenvolvimento, não demorariam muito para fazê-lo. O Conselheiro *hipnotizava* as multidões somente com um palanque improvisado e Rui Barbosa *despertava interesse e admiração*, mas também um certo enfado, com seus longos e burilados discursos, sem fazer nem mesmo uso de um microfone. Porém, três décadas depois, ao lado da imprensa, o rádio já seria um instrumento de comunicação fundamental para a propaganda oficial do Estado Novo e imporia certas transformações nos modos da fala pública, que seria transmitida por meio de suas ondas. Se, por um lado, existem, inegavelmente, algumas identidades e continuidades entre as práticas de falar em público empreendidas no palanque, no rádio e na televisão, por outro, decerto, há muitas metamorfoses da fala pública, à medida que ela seja realizada no interior de cada um desses lugares. Mas, essas são questões a serem consideradas em um outro momento. Retornaremos a elas, no Capítulo IV, depois de tentarmos esboçar uma provisória caracterização do discurso político, no próximo capítulo, e de ensaiarmos algumas reflexões sobre o que acreditamos ser uma possibilidade de ampliação da capacidade heurística da Análise do discurso, quando se trata de interpretar as novas formas do discurso político contemporâneo, no Capítulo III. Por ora, cremos que nos cabe encerrar estas considerações sobre a fala pública, respondendo à seguinte questão: em que medida estes “fragmentos para uma genealogia da fala pública” relacionam-se com e são necessários para o desenvolvimento de um estudo que se propõe a refletir sobre o discurso político brasileiro contemporâneo?

Acreditamos que a compreensão das práticas e representações contemporâneas requer o conhecimento, ao menos relativo de sua história, a fim de que possamos tanto evitar as falsas ou incompletas atribuições de novidade a fenômenos com passado, quanto afastar as ilusórias continuidades de objetos que supostamente jamais ou muito pouco teriam sofrido

transformações. Ainda assim, poder-se-ia objetar que o discurso político eleitoral contemporâneo transmitido pela televisão é apenas parcialmente manifesto por meio de pronunciamentos dos candidatos; logo, não seria necessária nem pertinente, nesse caso, a incursão pela historicidade das práticas de falar em público. A essa objeção, responderíamos que o próprio fato de o discurso político eleitoral televisivo de nossos dias ser constantemente entrecortado por vários tipos de intervenções, como, por exemplo, as de jornalistas, apresentadores, locutores e testemunhas, sob a forma de diversos gêneros discursivos, tais como entrevistas, debates, reportagens, documentários, videoclipes etc. consiste no resultado de um longo processo histórico que lhe imputou muitas metamorfoses, em função de fatores políticos, sociais, culturais e tecnológicos.

Conhecer algumas facetas da história da fala pública pode nos conduzir a interpretações menos intuitivas e estigmatizadas do discurso político contemporâneo. Ao focalizarmos alguns instantâneos dessa história, podemos observar identidades e diferenças. Por um lado, constatamos: a) a invariância da utilização de recursos corporais, técnicos e semiológicos que, articulados à linguagem verbal, sempre compuseram a fala pública, ou seja, em conjunto com o verbo, o corpo e a voz dos oradores, os locais de fala e os rituais que envolvem a tomada da palavra foram e continuam sendo mobilizados constantemente no exercício de falar em público; e b) a quase imutabilidade do procedimento que permite separar a fala pública da privada, conforme se trate, no primeiro caso, de um único e determinado falante que se dirige a um conjunto de ouvintes, e, no segundo, de uma situação tendencialmente mais informal, em que a comunicação coloquial apresenta-se, em princípio, mais distensa e descontraída, porque o direito à fala está aparentemente repartido entre todos os sujeitos que participam desse contexto. Por outro lado, percebemos: a) as alterações no uso da língua, dos gestos, da voz e dos instrumentos técnicos nas ocasiões de fala pública, na medida em que passamos de uma cultura para outra e de uma época para outra da história: aos oradores europeus, por exemplo, começar a falar deitados em uma rede, durante a madrugada, conforme faziam alguns nativos do Novo Continente, no século XVI, consistia em uma prática retórica, no mínimo, bastante estranha; e b) as metamorfoses da relação entre o orador e o seu público, em diferentes períodos: como um ouvinte, em uma assembléia homérica, poderia pensar em interromper Agamenon, Aquiles ou Ulisses, tal como faria um dos participantes de um debate público na era helenística? Tendo em vista a conjuntura política e os tipos de relações sociais no século XVI, como poderíamos desconsiderar que as conversas na corte tratavam-se de uma espécie de fala pública?

Sem que tivéssemos nos detido, ao menos, minimamente, em alguns aspectos da história da fala pública, provavelmente estaríamos ainda mais propensos a repetir muitos dos lugares-comuns sobre certas características, motivos argumentativos, estratégias discursivas e estigmas do discurso político contemporâneo. Em opiniões de leigos, mas também em muitas análises de especialistas, vimos surgirem afirmações acerca das seguintes especificidades do atual discurso político, como se elas lhe fossem exclusivas e sem passado: ele manifesta-se em formas breves, incorporadas da publicidade de mercado e impostas pelas mídias contemporâneas, sobretudo, pela tevê; nele há um predomínio do *ethos* e do *pathos*, em detrimento do *logos*; existe uma indiferença para com a política e, especialmente, para com o discurso político; há uma crescente assimilação da esfera pública pela vida privada e pelo capital; o discurso político está impregnado de mentiras, entre tantas outras. Essas afirmações não estão sempre e inteiramente equivocadas, mas, ao passarem ao largo da história, tendem a considerar apenas algumas facetas demasiadamente parciais e contingentes do fenômeno sobre o qual deveriam refletir de modo mais aprofundado.

Munidos de um certo saber acerca das continuidades e das discontinuidades da fala pública, que, por seu turno, incidem direta e indiretamente sobre o discurso político contemporâneo, passaremos, em seguida, a fazer alguns apontamentos sobre um conjunto de propriedades desse discurso, com vistas a estabelecer uma sumária e provisória caracterização a seu respeito.

CAPÍTULO II

SUMÁRIA CARACTERIZAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO

Appellavitque Adam nominibus suis cuncta pecora et universa volatilia caeli et omnes bestias agri [...].

Et vocavit Adam nomen uxoris suae Eva, eo quod mater esset cunctorum viventium.

Genesis, II, 20 e III, 20

Est-ce que nous sommes condamnés à l'adjectif? Est-ce que nous sommes acculés à ce dilemme: le predicable ou l'ineffable?

Barthes

2.1. Especulações sobre o "discurso político": entre o mito e o nome

Em alguns domínios da vida, nomear e qualificar são atos que podem exigir força e legitimidade daquele que os realiza e que podem suscitar efeitos de evidência e, por conseguinte, adesão. Dar um nome e atribuir um adjetivo é, nesse caso, tentar impor uma interpretação. E ao difundi-los e cristalizá-los, busca-se produzir o inequívoco. Por essa razão, algo aparentemente simples como a composição e o uso do sintagma “discurso político” pode apresentar, sob exame um pouco mais atento, uma complexidade considerável. Partindo desse pressuposto, faremos uma inflexão em nosso percurso, suspendendo provisoriamente nossas considerações sobre a fala pública, para passarmos a uma breve caracterização do discurso político. Essa passagem poderia, contudo, suscitar algumas falsas impressões. Dela poderia derivar a crença de que, enquanto aludíamos à “fala pública”, tratava-se de designar falas individuais indiferentes à *ordem do discurso*, ao passo que, em contrapartida, quando começamos a fazer menção ao “discurso político”, não estaríamos mais negligenciando essa instância condicionante e constitutiva de toda e qualquer produção simbólica. Essa crença

torna-se improcedente tão-logo aquele que a possui atenta-se ao fato de que há um sistema histórico regulador, dotado de variáveis conjunturais, que se estende a todas as épocas e a todas as falas, sejam elas públicas ou particulares: esse sistema possibilita e impõe alguns dizeres, repelindo e interditando outros tantos, ainda que seu funcionamento, alcance e intensidade não sejam absolutos e inexoráveis, nem ajam independentemente das especificidades históricas e contextuais.

Tomando o “mito” e o “nome” como motivos, pensamos em empreender aqui uma caracterização do discurso político, ao menos, por duas razões, que de algum modo se recobrem: a) não raras vezes, na vida cotidiana, em geral, e, até mesmo no âmbito de uma disciplina como a Análise do discurso, multiplicam-se as referências ao sintagma “discurso político”, sem maiores especificações, quanto às suas propriedades⁴⁰; e b) o qualificativo “político” é empregado para designar um largo e diversificado conjunto de atos languageiros, sem maiores distinções, quanto ao seu estatuto.

2.1.1. Os quatro elementos: mitologia da legitimidade

Embora os tenhamos evocado, tentemos nos afastar provisoriamente dos efeitos que rondam o nome para considerarmos um conjunto de características do discurso político, ao qual poderíamos chamar, de modo lasso, de uma mitologia da legitimidade. Na “Introdução” de suas *Mitologias* [1957], em tom assumidamente estrutural-marxista, Barthes afirma que *o mito é uma linguagem*, acrescentando, mais adiante, que ele consiste em *uma fala despolitizada* (2003, p. 11 e 235). E caberia à semiologia distinguir a história da natureza:

A semiologia nos ensinou que a função do mito é transformar uma intenção histórica em natureza, uma eventualidade em eternidade. Ora, este processo é o próprio processo da ideologia burguesa. Se a nossa sociedade é objetivamente o campo privilegiado das significações míticas, é porque o mito é formalmente o instrumento mais apropriado para a inversão ideológica que a define: a todos os níveis da comunicação humana, o mito realiza a passagem da **antiphysis** para a **pseudophysis**. (BARTHES, [1957] 2003, p. 234).

⁴⁰ Há uma série de indicações de certas propriedades do discurso político em Osakabe ([1979] 1999), Fiorin (1988) e Le Bart (1998). Já em Charaudeau (2005) e Cazarin (2005), encontramos algumas reflexões sobre a natureza do campo discursivo político e recusas explícitas a uma caracterização apriorística desse discurso.

Ao mito, cuja ação “despolitizante” corresponde a um apagamento da história, opõe-se a política (revolucionária) que opera por meio de uma fala transformadora do real. Em relação ao postulado de Barthes, tão ao gosto de sua época, segundo o qual a linguagem política, desde que efetivamente promotora de metamorfoses no mundo, é o impossível do mito, o grau zero da ilusão, seguimos por uma outra perspectiva e praticamente invertemos sua orientação. Vislumbramos a possibilidade de conceber todo e qualquer discurso político como um “mito”, considerando que, na sua busca pela legitimidade, ele pressupõe um conjunto de crenças que lhe dá sustentação. No discurso político, a simulação de um saber e de um poder visa a um fazer-criar e a um fazer-fazer, uma vez que ultrapassando o nível da convicção, deseja atingir o nível da ação. Por essa razão, o que Barthes, naquele tempo, considerava ser uma propriedade da fala política, cremos, hoje, que se trata, antes, de um de seus efeitos ou uma de suas crenças constitutivas.

Antes de retomarmos, então, as especulações sobre a denominação “discurso político”, faremos algumas considerações sobre certos aspectos “míticos” desse discurso, partindo de um breve e interessante “inventário”, produzido por Christian Le Bart (1998). Nesse sintético levantamento, as características arroladas do discurso político emergem de quatro crenças ou ilusões necessárias, sintetizadas em concisas proposições, que se coadunam, formando um programa, cuja finalidade é a busca pelo poder legitimado. Citaremos, abaixo, uma passagem que sintetiza esse inventário de Le Bart, para que, em seguida, passemos a comentá-lo:

Le discours politique contribue à légitimer l'ordre politique en nouant les fils d'une intrigue en quatre temps, dont la trame peut s'énoncer comme suit: 1/ La réalité sociale est transparente; 2/ L'autorité politique est légitime; 3/ Elle maîtrise les phénomènes sociaux; 4/ L'addition des citoyens forme une communauté. Patrons obligés du discours politique, ces quatre propositions révèlent en creux l'indicible, et probablement l'impensable politique: je ne comprends rien; je n'ai aucun droit à gouverner; je ne peux rien faire pour vous; vous n'êtes qu'une addition d'individus différents. (LE BART, 1998, p. 70-71)

Talvez, o avesso primeiro do discurso político seja a confissão da complexidade do mundo e a revelação da impotência política. Embora possamos observar, em uma longa duração da história, não poucas variações na força e no alcance do poder em diferentes governos – que apontam para uma significativa diminuição da autoridade dos governantes e para um lento processo de democratização –, sua negação pura e simples é inconcebível. Se fosse o caso, tratar-se-ia do anúncio de seu fracasso e da admissão de sua inutilidade. O discurso político simplifica a vida porque classifica as palavras e as coisas, as pessoas e os

grupos, e explica o mundo: *No discurso político, a certeza sobredetermina a possibilidade* (FIORIN, 1988, p. 145). Com base nos saberes pressupostos ou manifestos de seus locutores, os sujeitos, as instituições e os movimentos sociais tendem a ser distribuídos e organizados em taxionomias binárias e disjuntivas (legítimo/ilegítimo, verdadeiro/falso, moderno/arcaico, progressista/conservador...) que, em última instância, recobrem a cisão bem/mal. O complexo, o obtuso e até mesmo o ininteligível passam pelo crivo do saber e da experiência e, supostamente conhecidos, são postos no reflexo de um espelho. Em “As palavras do Sr. Poujade”, Barthes fornece-nos um eloqüente exemplo da tentativa de promover efeitos de identificação, por meio de um espelhamento enunciativo, ao sublinhar que os discursos do líder conservador dos anos 50, tanto em seu conteúdo quanto em sua expressão e lógica interna, apelam incessantemente ao universo imaginário pequeno-burguês dos comerciantes e artesãos franceses, aos quais eles eram dirigidos (cf. [1957] 2003). Mais próximo de nós, outro exemplo desse espelhamento são as tão célebres quanto criticadas metáforas populares de Lula.

Constantemente submetido a desconfianças, denúncias e acusações, visto que a origem de sua força é também o princípio de sua debilidade, ou seja, visto que suas *fides* e *auctoritas* advêm de onde brotam dúvidas, dívidas e descréditos, o campo político caracteriza-se por uma incessante busca de legitimidade:

O discurso político é um discurso de busca do poder. No entanto, deve ele afirmar um querer-ser e um saber-fazer do enunciador, ou seja, o político que busca o poder deve afirmar seu desejo de ser investido do poder e sua capacidade (saber) de satisfazer às necessidades e reivindicações dos atores sociais. (FIORIN, 1988, p. 144)

A persistência imutável dessa busca mostra-se, porém, adaptada a sensíveis alterações históricas quanto aos seus meios: ao longo da Idade Média, por exemplo, a usurpação de tronos conquistados mediante vitórias militares somente teve fim com as unções episcopal e pontifícia e com o princípio dinástico, adornados por sagrações e coroações cujo objetivo era o de consolidar e manifestar a legitimidade do novo rei (cf. LE GOFF, [1999] 2002, p. 398-399). Do sangue derramado ao sangue hereditário; do nascimento ao voto e do voto até os signos pessoais, muitas foram as vias de legitimação predominantes no decurso da história. Ora, considerando que, na contemporaneidade, é preciso legitimar não somente as instituições do campo político, mas também a função desempenhada ou a ser cumprida e, cada vez mais, a ocupação pessoal do cargo exercido ou a ser assumido, observamos uma intensificação das exigências e, por extensão, dos procedimentos de legitimação. Se, explícita ou

implicitamente, esses procedimentos estendem-se a toda classe política ou, ao menos, aos papéis públicos exercidos por aqueles que foram eleitos pelo sufrágio universal, eles não se limitam a isso. Com o advento de uma certa “personalização” da política, estabelece-se, em alguma medida, um apagamento das rivalidades público-institucionais, em proveito dos confrontos entre “personalidades”. Tudo se passa como se o âmbito privado e pessoal tivesse que se equiparar ou se sobrepor ao público e político.

Enquanto a justificação de um campo, de um segmento ou de uma função pública eletiva emerge de um “nós” – “Nós, políticos eleitos pelo povo...”; “Nós, da esquerda/direita...”; “Nós, candidatos a deputado pelo PXX...”; “Nós, governadores...” etc. etc. – que se apóia no Estado, no regime de governo, no escrutínio ou em uma pesquisa, em uma ideologia e/ou na notoriedade midiática, a legitimação do titular ou do candidato a titular de um cargo político pode manifestar-se como um “eu” que se fundamenta na autenticidade da pessoa e na verdade de seu *ego* profundo. A conjunção desses dois modos complementares de legitimação exige, ora na conquista ora na manutenção do poder, a adoção de medidas que visam tanto a afirmar a fundamentação de suas pretensões em ocupar seus postos e exercer suas funções, quanto a empreender uma boa “produção” e apresentação de “si”. Fabricar e expor o “eu”, reivindicação de uma paradoxal “privatização-publicização” da política contemporânea, são ações que apontam para o deslocamento relativo da fonte de legitimidade; passa-se da função pública aos atributos pessoais: “sinceridade”, “honestidade”, “simplicidade”, “generosidade” são elevadas à condição de valores essenciais daqueles que estão destinados a exercer cargos públicos. Sua suposta posse e exibição constituem um “eu”, ator político legítimo, e concorrem para a produção de efeitos de identificação, isto é, a proximidade confessada e ostentada com “o povo”. Os efeitos de identificação com o povo e mesmo de sua procedência do povo não correspondem à inscrição do político nos limites das capacidades populares. Diferentemente do povo, que pode, no máximo, ter alguma opinião, os políticos profissionais alegam ter um saber especializado e um poder suficiente para intervir na realidade social.

Com efeito, a legitimidade da instância e da classe política não é exclusivamente endógena. Em consonância com o discurso dos políticos estão tanto a arquitetura amiúde imponente dos lugares de poder e os rituais e protocolos das ações e decisões políticas, quanto uma série de discursos sobre os políticos: no discurso escolar, a instauração e a difusão da crença nos “vultos notáveis”, nos “grandes homens” da política regional, nacional ou mundial; no discurso midiático, a denúncia de suas fraquezas, mas também a reiteração de suas forças, mediante a ampla divulgação de seus atos e deliberações; no discurso social,

ONGs e movimentos sociais ratificam os poderes políticos, mesmo quando, ao revelarem suas faltas, atestam também sua potência de realização; e no discurso jurídico, por meio do qual o poder político fundamenta legalmente sua existência.

A partir de um mundo simplificado e legível e de uma legitimidade provisoriamente conquistada, torna-se possível gerir e transformar a sociedade. São esses, portanto, o saber e o poder que convergem para a consolidação da legitimidade sempre reivindicada pela classe política. Apesar de as realidades sociais mostrarem a miséria e a insegurança, o discurso político afirma sua potência interventora, mesmo quando se trata de advogar em favor de um “Estado mínimo” (ele pode/deve ser “mínimo”, mas não é desnecessário), e ratifica a cisão entre aqueles que sabem, podem e fazem e aqueles que não possuem essas capacidades. Competência e poder são, pois, presenças indeléveis nas promessas eleitorais, que asseguram pequenas e grandes mudanças na história de uma comunidade, ou nas auto-atribuições de responsabilidade ante à constatação/indução de eventuais metamorfoses positivas nas condições sociais de uma dada coletividade. Por meio dessas reivindicações, os locutores políticos estabelecem e explicitam relações de causalidade entre uma sua decisão/ação e o advento de supostas ou reais melhorias da vida comum. Sem nenhuma pretensão de exaustividade, identificamos duas variáveis dessas auto-atribuições causais comparativas, cujas intensidades podem oscilar razoavelmente, indo da sugestão velada à declaração explícita: a) no tempo: “Desde o começo de nossa gestão...” / “Graças ao nosso empenho/meu esforço pessoal, conseguimos/conseguir fazer em nossa cidade o que nunca havia sido feito...”; e b) no espaço: “Nosso Estado está mais desenvolvido que nossos vizinhos...” / “O Brasil, graças ao trabalho do nosso/meu governo, tem uma economia mais forte que aquela dos outros países da América Latina...” Essas duas variáveis, em verdade, não são independentes: o aqui não melhorou antes, mas somente agora...

Nessas auto-atribuições, trata-se da passagem da constatação ou da produção de uma realidade social, concebida como positiva, à avaliação institucional de um cargo ou de uma equipe ou ao balanço pessoal do titular de uma função. Uma vez mais, vemo-nos diante de uma das propriedades mais emblemáticas do discurso político, qual seja, falar de sua potência e calar sua debilidade. Decorre daí que a denúncia da impotência de um agente político realizada por seu adversário dirige-se não ao seu cargo, mas à incapacidade de desempenho de sua função: as críticas e os ataques incidem sobre seu titular, mas não sobre ela própria. Anunciar-se como sendo aquele que sabe e pode promover a elisão ou o abrandamento da insatisfação, que, de fato, lhe é estrutural e necessária, parece ser uma das características do discurso do campo político, visto que *si d'autres locuteurs peuvent en effet prétendre*

connaître ou expliquer le monde, si d'autres formes de légitimité existent et circulent, seuls les locuteurs politiques peuvent prétendre régir le social. (LE BART, 1998, p. 87). Assim, se outros discursos são capazes de elucidar as complexidades do mundo e de até mesmo declarar a impotência do universo político, e se há, ainda, outros tipos de legitimidade e intervenção sociais que não se restringem ao campo propriamente político, a reivindicação, velada ou explícita, de um certo monopólio do poder efetivo e eficaz de ação e decisão sobre a sociedade parece ainda consistir em uma das características dos discursos desse campo.

A última das proposições que sintetizam as ilusões necessárias do discurso político, a saber, *A soma de cidadãos forma uma comunidade*, recai sobre a constituição da identidade de seu ouvinte; o que, por sua vez, nos conduz a pensar também sobre a configuração identitária de seu locutor. Diferentemente de uma simples conversa entre duas pessoas singulares, o discurso político instaura uma troca simbólica entre dois sujeitos coletivos. Ele será sempre um tipo de fala pública. Em meio a um jogo de pronomes pessoais, talvez pudéssemos dizer que o discurso político é o domínio de um “nós”, face ao necessário apagamento de um “eu” privado e à imperativa elisão de um “tu” exclusivo. Mesmo diante de efeitos de personalização e até de intimidade, emergentes, por exemplo, da exposição de algumas facetas da vida privada de um candidato, de fechamentos em *close* sobre seu rosto em fotos ou na tevê e de enunciados como “Hoje, eu gostaria de falar com você, meu amigo... que sofre com o desemprego/com a insegurança...”, o “eu” e o “você” aqui não correspondem nem se limitam a duas individualidades. O locutor político, ainda que enunciando em primeira pessoa do singular, legitima sua fala por meio da referência latente a um “nós” que a possibilita, a permite e a perpassa inteiramente. Assim, no campo político, território da *polis*, do “interesse geral” e do “bem comum”, referir-se exclusivamente ao domínio individual e privado do “eu” é, no mínimo, estranho e, no máximo, interdito. A fala política se dá a partir da posição de um porta-voz, cujo discurso é a manifestação de crenças e desejos coletivos.

Se a voz de um locutor político deve ser a síntese de um coro que fala através dela, sua escuta deve sempre ser composta por muitos ouvidos. O representante de um grupo produz o grupo por ele representado, tornando-o ora um “nós”, ao qual ele pertence, mas no qual ele não se encerra, ora um “vocês”, ao qual ele transcende. O discurso político não fala a indivíduos, mas aos “parceiros do campo”, aos “companheiros trabalhadores”, aos “cidadãos de nosso município”, aos “desempregados”, aos “brasileiros e brasileiras” etc. Talvez, inclusive, essa fala possa adquirir feições distintas, segundo a posição de seu locutor, seja ele o titular de um cargo eletivo ou o pleiteante a uma função pública: enquanto o primeiro tenderia a produzir um discurso que se dirige à coletividade que ele governa, o segundo

estaria mais inclinado a explorar as segmentações sociais. Ao invés de uma recepção mais ou menos aleatória, o discurso político tenta imputar uma identidade aos seus interlocutores fundamentada em uma pertença ideológica; ou seja, procura-se estabelecer uma espécie de contrato de comunicação que define a posição política e social a partir da qual o discurso deve ser recebido. A audiência do discurso político é, portanto, amiúde convidada a esquecer as especificidades pessoais e a lembrar-se dos interesses profissionais, de classe, de gênero etc., em proveito da coletividade, em benefício do “bem comum”. Além disso, a instauração e a consolidação da identidade coletiva erigida pelo discurso político podem apoiar-se ainda na identificação de um “outro” e de um “alhares”, contrapondo ao “nós, que aqui convivemos...” um “eles, que lá estão...”. Para tanto, evoca-se um vizinho, rivaliza-se com um concorrente ou ataca-se um inimigo.

Pensamos que não seja absolutamente inválida a tentativa de vislumbrar algumas características e propriedades do discurso político, a partir da consideração de seus conteúdos. Por essa razão e em função de uma pequena dissimetria entre o seu e o nosso enfoque, relativizaríamos a seguinte afirmação feita por Patrick Charaudeau:

Tout énoncé, aussi innocent qu’il soit, peut avoir un sens politique dès lors que la situation le justifie. Mais il est également vrai qu’un énoncé apparemment politique peut, selon la situation, ne servir que de prétexte à dire autre chose qui n’est pas politique, au point même d’en neutraliser le sens politique. Ce n’est donc pas le discours qui est politique mais la situation de communication qui le rend politique. Ce n’est pas le contenu du discours qui fait qu’un discours est politique, c’est la situation qui le politise. (2005, p. 30)

Segundo nossa interpretação, o fato de que um enunciado ou, antes, um conjunto de enunciados possa eventualmente adquirir um “sentido político” não o torna efetivamente “discurso político”; tampouco um enunciado político (proferido por um político profissional, em circunstâncias públicas, cujo assunto fosse do interesse geral de uma dada coletividade a quem ele é dirigido) deixaria de sê-lo, mesmo que, por uma razão qualquer, tenha seu sentido político, de algum modo, neutralizado. No campo da política, funciona uma “ordem do discurso” que, além de condicionar as circunstâncias do dizer e os sujeitos que nelas podem assumir a condição de falantes, regula também o que pode ser dito.

Como vimos, na esteira de Le Bart, o discurso político sustenta e é sustentado por quatro ilusões necessárias. Reiteradamente ele: a) supõe uma visão transparente e ordenada da complexa realidade social; b) busca constantemente a legitimidade, repetindo por diversas vias e maneiras que o agente político cumpre uma missão atribuída pelo “povo” e destinada

ao “povo”; c) advoga uma certa hegemonia dos atores do campo político no que se refere ao governo e à gestão da sociedade; e d) esquece ou pretende fazer esquecer a diversidade das individualidades pessoais, em nome de “interesses gerais”. Entre essas quatro proposições fundamentais do discurso político existem relações de pressuposição e interdependência, sendo cada uma delas imprescindível à globalidade da sua trama. O apelo a essas crenças e a sua manutenção no campo político conduzem quase inevitavelmente a uma polêmica questão: os políticos compartilham efetivamente dessas crenças ou sustentam-nas sem que, de fato, acreditem nelas? A resposta foge dos limites de nossa alçada. Por isso, diríamos somente que acreditamos ser possível que boa parte dos políticos profissionais não seja inteiramente descrente em relação ao saber, à legitimidade e ao poder da política, nem tampouco desconsidere totalmente os benefícios e privilégios pessoais decorrentes da posição que ocuparão. Em todo caso, acreditando ou não nessas ilusões necessárias do campo político, os atores políticos participam, direta e indiretamente, da conservação do “mito” que os legitima.

2.1.2. Do ser pelo nome: pedaços de uma breve ontologia

Após essas notas sobre algumas facetas do discurso político, retomemos as questões que envolvem sua designação. Frequentemente, na vida ordinária, em geral, e mesmo no interior de uma disciplina como a Análise do discurso, faz-se referência ao discurso político, sem que haja maior interesse em tentar conceituá-lo. A raridade de considerações que apontem algumas fronteiras em torno do discurso político e que o caracterizem em trabalhos de AD parece derivar de pelo menos duas razões:

a) os discursos que circulam na sociedade são concebidos normalmente a partir de uma tipologia constituída, segundo o critério das instituições sociais. Existiriam, por isso, o discurso político, o discurso científico, o discurso jurídico, o discurso midiático, o discurso religioso etc.;

b) todos os discursos da sociedade são concebidos como “políticos”, de acordo com o princípio segundo o qual “Tudo é político”, porque se pressupõe a existência de um conjunto de relações de força sociais em meio ao qual os discursos são produzidos e interpretados.

Assim, “político” qualifica um grande e compósito conjunto de discursos que não se circunscrevem ao domínio institucional da política. Repetidas vezes, tudo se passa como se

não houvesse diferentes modos e intensidades de controle do dizer, distintas formas de enunciação e de legitimação institucional e diversos investimentos de poder que atravessam os discursos que se produzem no campo político em relação a outros produzidos alhures. No limite, poder-se-ia estender o qualificativo “político” de pronunciamentos oficiais, em público e altamente ritualizados, proferidos por políticos profissionais até conversas informais em família, circunscritas ao ambiente doméstico. O clichê “tudo é político”, que ultrapassa o domínio da AD, parece ter sido uma espécie de reação – sob a forma de um “retorno do político”, nascente na década de 70 – ao *linguistic turn*, predominante nos anos 60. Se, durante o auge do estruturalismo, as relações de parentesco, as mitologias, o inconsciente, a moda, a política, os objetos e as ciências foram inseridos no *campo do signo* (DOSSE, [1991] 1993) e concebidos como linguagem, a partir da paulatina derrocada do movimento estruturalista, no *canto do cisne*, dos anos 70, ou no *império do sentidos*, desde os anos 80 (DOSSE, respectivamente [1992] 1994; e 1997), estabeleceu-se, nas ciências sociais, uma tendência à “politização” de diferentes campos sociais da atuação humana. Nessa passagem, que longe de ser exclusivamente epistemológica, é também político-cultural, a instauração e difusão de uma nova concepção de poder e, por extensão, de política parece ter desempenhado uma função determinante.

Nesse sentido, a história do século XX parece ter contribuído para isso. Se a caracterizássemos euforicamente, poderíamos ver na “politização” o princípio e um resultado de suas conquistas: a diminuição de segregações explícitas nos regimes democráticos ou, ao menos, a ampliação da liberdade própria de uma época pós-vitoriana, desde o início do século XX; pós duas Grandes Guerras, pós levantes feministas e minoritários, pós Maio de 68, desde a segunda metade desse século; e, especialmente no Brasil, pós abertura política, que se seguiu à derrocada da Ditadura Militar, a partir do final dos anos 70. Em suma, tudo se passa como se, finalmente, tivéssemos conquistado o direito ao próprio corpo e à livre expressão. Não sem razão, a aquisição desses direitos e o seu exercício são freqüentemente concebidos como políticos, uma vez que envolveram e que ainda envolvem lutas em meio a um complexo jogo de relações de força, no qual tantos valores e hierarquias foram questionados.

Visto que a idéia de “política” apresenta-se amiúde estreitamente relacionada ao conceito de disputa, distribuição, exercício e manutenção do “poder”, a emergência de eventuais transformações na concepção desse último implica modificações substanciais na primeira. Desse modo, poderíamos aventar a hipótese de que a difusão vulgarizada dos postulados da “genealogia do poder” – no interior da qual Foucault asseverou a *onipresença do poder*, ao afirmar, por exemplo, que *o poder está em toda parte; não porque englobe tudo*

e sim porque provém de todos os lugares (FOUCAULT, [1976] 1999, p. 89), salientando a dimensão “microfísica” das relações que se estende por toda e qualquer ação sobre a ação dos outros – tenha contribuído para a instalação de um silogismo falacioso: “se a política é a atividade do poder; e se o poder é um multifacetado conjunto de relações de força que está em todo lugar; logo, tudo é política”. Se acatássemos esse raciocínio, inviabilizaríamos, de algum modo, a própria possibilidade de conceber uma especificidade “política” do discurso político. Uma vez que o discurso não é apenas *aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar* (FOUCAULT, [1970] 2000a, p. 10), poderíamos ser levados a crer que todo discurso é político; o que, em última instância, equivaleria a dizer que “O discurso político não existe”, visto que onde tudo o é, talvez nada mais o seja efetivamente. Tentaremos nos desvencilhar desse falso problema, lançando mão da distinção traçada por Rosanvallon entre “*le*” e “*la politique*”⁴¹:

En parlant substantivement du politique, je qualifie ainsi tant une modalité d’existence de la vie commune qu’une forme d’action collective qui se distingue implicitement de l’exercice de la politique. Se référer au politique et non à la politique, c’est parler du pouvoir et de la loi, de l’État et de la nation, de l’égalité et de la justice, de l’identité et de la différence, de la citoyenneté et de la civilité, bref de tout ce qui constitue une cité au delà du champ immédiat de la compétition partisane pour l’exercice du pouvoir, de l’action gouvernementale au jour le jour et de la vie ordinaire des institutions. (ROSANVALLON, 2002, p. 11)

Admitindo a diferença entre “o político” e “a política”, focalizamos um aspecto da dimensão discursiva desta última. Sem negar o fato de que todo discurso envolve um conjunto de relações de força que perpassam sua produção, circulação, recepção e efeitos, limitamos nossa análise à política; mais precisamente, detemo-nos em uma das facetas discursivas da política contemporânea ou do “campo político”, conforme o pensou Bourdieu:

⁴¹ Enquanto em francês não há um sufixo flexional de gênero no substantivo *politique*, cabendo ao artigo sua indicação, em português, além do artigo que já o aponta, o sufixo reitera essa função em “o político” e “a política”. Uma outra diferença lingüística reside no fato de que, em português, “político” é comumente empregado tanto como adjetivo que remete à política quanto como substantivo que designa o agente do campo político-partidário, ao passo que, em francês, *politique*, no masculino, é utilizado preponderantemente como adjetivo e muito raramente como substantivo para assinalar o político profissional. Para se referir a esse último, os francófonos valem-se de modo quase exclusivo de *politicien*. Assim, quando Rosanvallon fala do *politique*, diferentemente do uso geral e freqüente do adjetivo ou do escasso emprego do substantivo literário, ele o concebe como um “campo” e um “trabalho”: *Le politique tel que je l’entends correspond à la fois à un champ et à un travail. Comme champ, il désigne le lieu où se nouent les multiples fils de la vie des hommes et des femmes, celui qui donne son cadre d’ensemble à l’existence d’une “société” qui apparaît aux yeux de ses membres comme formant un tout qui fait sens. En tant que travail, le politique qualifie le processus par lequel un groupement humain, qui ne compose en lui-même qu’une simple “population”, prend progressivement le visage d’une vraie communauté. Il est de la sorte constitué par le processus toujours litigieux d’élaboration des règles explicites ou implicites du participable et du partageable qui donnent forme à la vie de la cité.* (ROSANVALLON, 2002, p. 9, grifo nosso)

O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. [...] Monopólio da produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais; estrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados à **fidelidade** indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão da **competência social** para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou actos políticos: o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem. (BOURDIEU, [1989] 2001, p. 164-166)

Reconhecemos em Bourdieu uma válida e bastante útil caracterização do “campo político”. Dela derivam, contudo, alguns efeitos que seria preciso afastar, tais como a condição excessivamente passiva daqueles que não integram esse campo e o aspecto demasiadamente globalizante e homogeneizante da determinação do campo sobre seus agentes.

Fundamentados em Bourdieu, poderíamos, portanto, falar aqui de um “campo discursivo político”. Assim, em uma atitude conceitualmente redutora, mas metodologicamente necessária, iniciaremos a demarcação das fronteiras do “discurso político”, a partir de sua procedência institucional: provisoriamente, consideramos “político” o discurso enunciado por um agente inserido no “campo político”, graças à posse de competências específicas derivadas da aquisição de um *habitus* que compreende um conjunto de saberes, uma capacidade retórica, um *domínio prático* do funcionamento desse e uma *submissão* a esse campo. Essa primeira delimitação parece, entretanto, carecer de uma relativização histórica e do acréscimo de outros fatores.

Evidentemente, não se pode encetar uma caracterização do discurso político ignorando a história e os diferentes regimes de governo que ela comporta. Sabemos que praticamente não existia “discurso político”, em sentido estrito, nas monarquias medievais ou no Absolutismo; tampouco não se trata do mesmo discurso político a intervenção nas assembleias da democracia direta grega e a fala de um político na inauguração de uma obra pública, em um comício ou em uma emissão televisiva, no contexto de uma democracia representativa. Características como o peso e o alcance da atividade discursiva no campo político variam ainda, na contemporaneidade, caso tenhamos uma democracia ou um regime autoritário: se, na primeira, o discurso goza de condições formais de um debate entre as

posições ideológicas, entre os partidos, entre os atores políticos/candidatos, entre os cidadãos/eleitores, no segundo, sua função parece limitar-se a uma modalidade unilateral de legitimação. Além disso, se nos detivermos nas atuais democracias, repletas de conquistas e liberdades reais e/ou imaginárias, deparamo-nos com o direito formalmente reconhecido (mas, de fato, circunscrito) e extensivo a todo cidadão de tomar a palavra, com vistas a contribuir para o debate das condições de vida e de governo de sua sociedade. Do exercício desse direito deriva uma ampla gama de enunciados cujo tema é a política e cuja incidência direta ou indireta sobre esse campo é inegável. O campo e o discurso políticos não são imunes às críticas, comentários e opiniões provenientes das instâncias cidadã e midiática que lhes são dirigidos, antes, são sua refutação, resposta e incorporação; mas não se confundem com eles.

Tocamos aqui, novamente, na questão da legitimidade, do alcance e da força do discurso político. Apesar de o direito à fala aparentemente estender-se a todas as esferas sociais, sem dúvida, as conversas ordinárias sobre política à mesa de um bar não desfrutam do mesmo estatuto que o pronunciamento oficial do Presidente da República, em rede nacional de televisão, no horário nobre: ambos podem ser, em um primeiro momento, “discursos” acerca de “questões políticas”, porém, cada um, de fato, possui peso, valor e legitimidade bastante distintos. Trata-se, aqui, de desigualdades reais do direito de fala nas democracias representativas que fazem do sufrágio universal a voz de todos os cidadãos. A voz e o voto exprimem-se mediante modos de manifestação relativamente rudimentares, apesar da tecnologia da urna eletrônica: um nome ou um número, um “X” numa lista, um “Sim” ou um “Não” em um referendo. A conquista da condição de “discurso político”, imputando, ao mesmo tempo, o que não é digno de tal designação, é o resultado de um jogo de relações de força que recobre e oculta outros a ele relacionados: lutas em torno das quais se define o que é “discurso” e o que é “conversa”, “análise” e “opinião”, “ciência” e “ideologia”. Uma vez que o discurso político adquire sua qualidade e eficácia em meio a um complexo processo ao cabo do qual ele assim será considerado, tornar-se-ia impropriedade limitar-se a um critério imanente aos enunciados, com vistas a definir sua pertença ou não ao âmbito político. Por isso, cremos que um fator exclusivamente “temático”/“conteudístico” não seja suficiente para a delimitação do discurso político, tal como aqui o concebemos; o que não significa, porém, que dele se possa abdicar indistintamente.

Daí decorre, conforme presumimos, a necessidade de investirmos, uma vez mais, no critério da “fonte” para o estabelecimento de nosso objeto de análise; seguimos, aqui, novamente, as preciosas indicações de Le Bart, para quem *Il vaut mieux ici adopter une attitude prudemment constructiviste, prendre le classement lui-même pour objet et constater*

que l'expression "discours politique" renvoie ordinairement aux seuls professionnels de la politique; donde deriva sua conclusão: sera donc ici défini comme politique le discours produit par les hommes (et les femmes!) 'politiques'. (1998, p. 6)⁴². Instaurar o fator "procedência" na circunscrição do que aqui entendemos como discurso político apresenta-se como condição necessária, mas não suficiente. Essa primeira investida conceitual suscita vários problemas, exigindo um maior rigor na sua definição, mediante a adoção de outros fatores a serem associados ao e/ou atravessados pelo primeiro. De modo análogo, mas sem perder de vista sua especificidade, ao questionamento de Foucault, acerca das noções de *obra* e *autor*⁴³, poderíamos perguntar se irrestritamente tudo o que fora dito ou escrito por um sujeito, que goza do estatuto de ator político, consiste em "verdadeiro" discurso político. A pergunta retórica, que de modo simples e fácil seria respondida negativamente, abre-nos, contudo, a possibilidade de aventar algumas intuições acerca do modo como os *gêneros do discurso*, as *posições enunciativas* e a fronteira "público-privado" podem incidir sobre a possibilidade de um discurso ser considerado discurso político.

Com efeito, os gêneros do discurso, as posições enunciativas e o limite entre as instâncias pública e privada não são fatores distintos, mas complementares e indissociáveis. Talvez pudéssemos, inclusive, conjecturar que os gêneros condicionam as posições assumidas pelo enunciador e que são eles próprios condicionados diferentemente pelas esferas pública e privada da atividade social e histórica. No que respeita aos gêneros, apesar de não ignorarmos a existência de uma série de desenvolvimentos empreendidos em torno de suas teorias pelos estudos lingüísticos e discursivos, cremos que a consagrada conceituação de Bakhtin ([1953], 2000) seja capaz de fornecer-nos subsídios suficientes para a elaboração de alguns breves comentários em torno das questões que abordamos aqui. Tendo conhecido grande fortuna, a noção de *gêneros do discurso* foi também (talvez, por isso...) vulgarizada; muitas são as interpretações que dela são feitas. Concebemo-la, aqui, a partir de um ponto de vista que nos permite enxergar, nos produtos, padrões flexíveis, mas, ao mesmo tempo, *relativamente estáveis*, e condicionamentos variáveis da produção discursiva: o gênero é um feixe no qual se articulam língua, conjuntura social e estrutura histórica, e um espaço onde se combinam ação

⁴² Transcrevemos aqui, em razão de sua pertinência, a nota que se segue ao trecho acima citado: *La délimitation de l'objet "discours politique" est, à ce stade, arbitraire (comme l'est toute définition préalable). De nombreux chercheurs parlent, non sans raison, du discours politique des intellectuels, des journalistes, des hommes d'Église... On peut choisir de considérer comme politique un discours du fait de sa source (c'est notre choix), mais d'autres critères sont recevables: le contenu (est politique un discours qui fait référence aux problèmes de gouvernement d'une société, ou bien qui se donne comme politique), les modes de diffusion (est politique un discours obéissant à certaines règles de publicité), ou encore les effets (électorales, par exemple).* (LE BART, 1998, p. 6)

⁴³ Sobre a reflexão do filósofo francês sobre essas noções, ver Foucault ([1969] 1992; [1969] 1997).

e coerção no encontro entre uso e circunstâncias. A partir dessas desiguais relações de interdependência entre produção discursiva, contexto social e história, os gêneros se estabelecem, se consolidam, condicionam discursos e produzem efeitos. Com vistas a nos situarmos diante do pensamento bakhtiniano, enunciado por ele mesmo, transcrevemos um célebre trecho que o sintetiza e representa:

A atualização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Esses três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no **todo** do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus **tipos relativamente estáveis** de enunciados, sendo isso que denominamos **gêneros do discurso**. (BAKHTIN, [1953] 2000, p. 279, grifo nosso)

Com base nessa concepção de gênero discursivo, constatamos facilmente que o discurso político não consiste em um gênero, mas se formula em um conjunto relativamente amplo de gêneros; porém, não em qualquer um. Ele se manifesta sob a forma de programas de governo, pronunciamentos, declarações, entrevistas, debates, panfletos, cartas abertas, *jingles*, documentários etc. Considerando essa heterogeneidade e as três instâncias dos gêneros (*estilo verbal*, *conteúdo temático* e *construção composicional*), seria possível vislumbrar o que eles têm em comum? Uma vez que concebemos o discurso político como uma prática simbólica produzida, no interior do campo discursivo político, em circunstâncias públicas, por um enunciador, legítimo ou em busca de legitimidade, que não se reduz a um “eu” pessoal, destinada a uma audiência, que não corresponde a um interlocutor individual, e cujo assunto em questão se refira direta ou indiretamente ao interesse comum de uma coletividade, acreditamos que seja o conteúdo temático a dimensão que se repete nesses diversos gêneros em que o discurso político se formula. Não pretendemos estender aqui nossas considerações sobre as regularidades de estilo verbal e de construção composicional dessa diversidade dos gêneros do discurso político. Contudo, reiteramos a pertinência de se recorrer aos gêneros nas tentativas de conceituação do discurso político, não apenas em função da importância do conteúdo temático, mas também graças à sua propriedade de refletir as *condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas da atividade humana*.

Como dissemos, o discurso político constitui-se em uma prática histórica e semiológica que se efetiva em diferentes esferas da instância pública. Observemos a extensão dessa afirmação, reiterando alguns comentários já feitos, mas, valendo-nos, desta vez, de um artifício mediador e didático. Retomemos os clássicos termos do esquema de comunicação, de Jakobson: *remetente, contexto/referente, mensagem, contato, código e destinatário*⁴⁴. O *remetente* e o *destinatário* de um discurso político são **públicos**, na medida em que nem a fala do primeiro nem a escuta do segundo são particulares, individuais e privadas. Se, por um lado, o direito ao dizer na política é fortemente controlado, requerendo de seus agentes saberes, poderes e legitimidade provenientes da pertença ao “nós” do campo político e ao “nós” da ideologia partidária, por outro, a recepção do discurso político é condicionada por um incessante trabalho de fixação identitária mediante o qual se tenta transformar individualidades em “cidadania”. Sujeitos que em diferentes âmbitos de suas vidas ordinárias são homens, mulheres, jovens, idosos, pais, filhos, cristãos, umbandistas etc., em se tratando da formulação do discurso político transmudam-se, na sua minoria, em políticos que falam, e, em sua maioria, em “cidadãos” que escutam. Em uma palavra, o discurso político afasta o “lírico” e o “patético”.

Dessas nossas últimas afirmações, poderiam derivar quatro equívocos que devem ser aqui evitados:

1) a suposta independência entre as instâncias pública e privada, como se entre elas não houvesse uma relação estreita e uma interpenetração constante;

2) a pretensa ausência de aspectos afetivos constitutivos da linguagem na produção e na recepção do discurso político; de fato, a oratória público-partidária pode valer-se até mesmo da confissão ou da denúncia de pecados sexuais e pode, ainda, promover arrebatamento e êxtase, porém, nem mesmo nesses casos tratar-se-á de uma conversa entre dois indivíduos particulares sobre seus problemas íntimos ou sobre suas realizações pessoais;

3) a falaciosa crença de que a recepção do discurso político é absolutamente passiva, visto que os “cidadãos comuns” nesse campo apenas têm o direito de escuta, mas não de fala; antes disso, as reações e respostas ao discurso político influenciam-no decisivamente. Além disso, sua recepção pode ser indiferente, desconfiada, rebelde e/ou reivindicadora;

4) a presumida impossibilidade do nome próprio na interpelação do enunciatário do discurso político; ora, diante da crescente incorporação de estratégias midiáticas e

⁴⁴ Jakobson ([1960] 2001). Visto que o referido esquema e seus termos são suficientemente conhecidos, bem como as críticas que os analistas do discurso lhe dirigiram, cremos que seja prescindível defini-los ou comentá-las aqui.

publicitárias pelo campo político, desde os anos 50, observamos que não raras vezes os políticos e suas equipes recorrem ao envio de cartas, cartões e panfletos político-publicitários aos endereços residenciais de seus governados ou potenciais eleitores, com vistas a manifestar votos de naturezas variadas e de anunciar a realização de obras públicas ou projetos sociais já efetivados ou a serem empreendidos⁴⁵.

À sua maneira, o referente (*do que se fala*), a mensagem (*o que se fala*), o contato (*canal, meio físico por meio do qual se transmite o que se fala*) e o código (*os sistemas semióticos por meio do quais se codifica e decodifica o que se fala*) também são **públicos**. A fim de explorar algumas nuances desse campo semântico, começemos pelo último desses termos, o código. Irredutíveis uns aos outros, visto que dotados de características específicas e de diferentes níveis de formalização, mas freqüentemente conjugados em suas manifestações, sob a forma de textos sincréticos, a língua, os gestos e as imagens são linguagens compartilhadas por uma comunidade e, por isso, conhecidas, ao menos parcialmente, pelos interlocutores em situação de troca sócio-comunicativa; nesse sentido, pode-se estender aos sistemas gestual e imagético o conceito originalmente concebido para a língua, qual seja, o de que se trata de *um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos; ou, ainda, simplesmente uma instituição social* (SAUSSURE, [1916] 2000, p. 17-24). O conhecimento compartilhado pelo locutor e pelo receptor de um conjunto de signos regidos pelas convenções sociais é imprescindível para a realização de uma atividade comunicativa e, evidentemente, por conseguinte, para a produção/interpretação de um discurso político: aqui, “público” significa “convencional” e “compartilhado”.

Quanto ao *contato*, evocamos sua dimensão pública, quando o concebemos como condição de possibilidade física para que o pronunciado torne-se ouvido. Para ganhar existência é preciso que o discurso político seja propagado e “publicizado” por um meio que proporcione o encontro entre a produção e a recepção discursivas. Poder-se-ia objetar que a necessidade de um *medium* empírico para conduzir a mensagem do *emissor* para o *receptor* não se constitui numa especificidade do discurso político, mas de toda e qualquer prática simbólica; entretanto, reiteramos o fato de que um conjunto de enunciados não pode ser considerado como discurso político, tal como aqui o compreendemos, se ele atinge um único indivíduo, mas não chega ao seu “público” pretendido. O critério numérico parece grosseiro, mas como ignorar, quando se trata de campanhas político-eleitorais, os índices do IBGE

⁴⁵ Sobre a intensificação da interpelação enunciativa empregada pela mídia, ver Curcino (2005 e 2006).

referentes à existência de bens duráveis e, entre eles, particularmente, a televisão? Como falar a apenas uma pessoa quando se trata do interesse de todos? De fato, o requisito para tornar possível a escuta pública de uma fala política não se reduz ao âmbito físico, mas nem por isso pode dispensá-lo. Os modos de transmissão e o alcance da circulação de um discurso são fatores importantes na constituição do discurso político. Diante da ausência dos meios, necessariamente ocorreria a elisão da mensagem e a impossibilidade de interpretação. É como se, em alguma medida, politizássemos os meios: o ar, os cabos elétricos, a página, as frequências ou as luzes ganham contornos “públicos”, visto que levam ao público os discursos políticos.

Sendo a política o espaço da administração e do governo da *polis*, do “interesse geral” e do “bem comum”, os *referentes* e as *mensagens* do discurso político também devem ser necessariamente **públicos**. A comunidade de cidadãos é a fonte de legitimidade do eleito. Dela origina-se o direito e o dever de agir em benefício da coisa pública; por ela e para ela são tomadas as decisões e empreendidas as ações políticas. Contudo, os atores da instância política não abdicam de sua condição de protagonistas no desempenho das funções, na adoção de medidas e na realização das ações que regem a sociedade. Mas, de fato, o que diz o discurso político e do que ele fala? Em que consistem suas *mensagens* e seus *referentes*? De modo explícito ou velado, o discurso político parece ser invariavelmente um discurso sobre ações e decisões: nele se fala do seu saber sobre o mundo, da legitimidade e do alcance de seu poder no governo e na gestão da sociedade, da identidade comunitária, enfim, fala-se das questões e dos negócios públicos. As *mensagens* por meio das quais esses *referentes* se manifestam emergem sob a forma de anúncios de melhorias realizadas ou a realizar, de denúncias e críticas do não-feito ou do feito indevidamente. Nessas mensagens, portanto, diz-se o que se fez, o que se faz ou o que se fará, ou os seus avessos e desvios, isto é, o que não se fez, o que não se faz ou o que não se fará. Nos termos de Charaudeau:

Le discours de l'instance politique ne peut donc que s'employer à **proposer** des programmes lorsqu'il s'agit de se présenter aux suffrages électoraux, à **justifier** des décisions ou des actions pour en défendre le bien-fondé, à **critiquer** les idées des partis adverses pour mieux renforcer sa position et **appeler** au consensus social pour obtenir le soutien des citoyens, le tout à l'aide de diverses stratégies de persuasion et de séduction. (2005, p. 43; grifos do autor)

Diante da impossibilidade de recorrer somente a critérios formais para o estabelecimento de uma caracterização do discurso político, com vistas a uma delimitação dos

atributos que o definiriam, limitamo-nos a alguns comentários sobre certos traços aparentemente constitutivos desse campo discursivo. Entretanto, uma vez que o escopo deste capítulo não se restringe a apresentar as razões pelas quais se pode justificar a denominação de “discurso político” conferida a alguns discursos, mas estende-se à formulação de algumas considerações acerca da especificidade de nosso objeto de estudo, refletiremos, a seguir, sobre algumas singularidades do “discurso político” com o qual aqui nos ocupamos. Para tanto, talvez pudéssemos concebê-lo no interior de um jogo de escalas, a partir do qual se iria de suas propriedades mais amplas e fundamentais até as mais precisas e acessórias.

Observamos as diferenças de estatuto e precedência entre a substância, ou seja, o “discurso”, e os atributos, isto é, “político”, “eleitoral”, “televisivo”, “contemporâneo”, e entrevemos, facilmente, as disparidades de natureza e força entre esses predicados. Considerando essas dissimetrias, focalizaremos o condicionamento mútuo e desigual das partes e a emergência de suas transformações no interior do conjunto: “o discurso político eleitoral televisivo contemporâneo”.

Se o problema das grandes dimensões desse conjunto pode ser relativamente atenuado mediante o recorte e a constituição de um *corpus*, é preciso ainda analisar os componentes desse estranho sintagma nominal composto de artigo definido, substantivo e quatro adjetivos. Quanto à substância, o “discurso”, trata-se de uma prática simbólica inscrita na história, que se modifica à medida que se produz no interior de diferentes campos discursivos. Considerada a “substância”, passemos imediatamente aos atributos. Embora mais comumente relacionado ao universo político-partidário, tomado isoladamente, “eleitoral” pode qualificar também processos, práticas e discursos que se constituem em outras condições de produção, tais como as eleições para reitor da universidade, para síndico do prédio, para diretor da escola, para capitão do time de futebol amador etc. Porém, o acompanhamento do adjetivo “político”, que o antecede em “discurso político eleitoral”, limita sua polissemia; mais, sabe-se tratar-se da dimensão discursiva de um contexto eleitoral no âmbito político-partidário. Poder-se-ia perguntar, no entanto, sobre o lugar e o alcance das eleições na instância política: considerando uma dada concepção de política, que consiste na luta pela conquista e manutenção do poder, o “eleitoral” não seria antes uma característica estrutural do campo político, uma sua propriedade invariante, do que simplesmente uma eventual conjuntura? A essa questão responderíamos que, conquanto haja uma espécie de extensão das circunstâncias eleitorais nas acusações de obstrução administrativa lançadas por quem é governo àqueles que são oposição e nas denúncias de improbidade e/ou má gestão difundidas pela oposição e dirigidas ao governo, os processos e, por conseguinte, os discursos eleitorais parecem não

somente enfatizar a concorrência partidária, mas também apresentam outras características que lhes singularizam. Ou seja, acreditamos que a conjuntura eleitoral consiste em um contexto particular, tendo em vista que estabelece, por exemplo, maior dinamismo e efervescência na competição entre os partidos e produz discursos e gêneros específicos.

Antes de tentarmos apontar algumas dessas características do contexto eleitoral e de comentarmos os atributos “televisivo” e “contemporâneo” conjugados no fenômeno da “espetacularização” política⁴⁶, somos levados a nos questionar, mais uma vez, se todo ato e discurso público dos atores políticos não seria “propaganda partidária” de si, em nome dos seus, e “debate” contra os adversários? No limite, poder-se-ia, aqui, colocar em xeque a própria existência de um período eleitoral. Entretanto, a reiteração das alusões que são feitas a esse período talvez possa ser interpretada como índice de sua efetiva realidade e de sua presença particular: na vida ordinária, fala-se freqüente e predominantemente em “ano que tem eleições”, em “época de eleição”, em “perto das eleições” etc.; na mídia, faz-se referência amiúde ao “ano eleitoral”, às “pesquisas de opinião” concernentes às eleições, à “agenda” dos candidatos ou pré-candidatos; e na instância jurídica, alude-se constantemente ao “período eleitoral”, que se inicia legalmente com a realização das convenções partidárias nas quais são escolhidos os candidatos ao pleito ulterior. O artigo 87, do **Código Eleitoral**, prescreve que *Somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por partidos*, acrescentando, em seu Parágrafo único, que *Nenhum registro será admitido fora do período de seis meses antes da eleição*; já o inciso segundo do artigo 93 afirma que *As convenções partidárias para a escolha dos candidatos serão realizadas, no máximo, até dez dias antes do término do prazo do pedido de registro no Cartório Eleitoral ou na Secretaria do Tribunal*. Assim, o limite cronológico último, legalmente estabelecido, para o início do período eleitoral seria o de 6 meses e 10 dias antes do dia das eleições.

Mas, a conjuntura eleitoral não se reduz às leis e às datas precisas de um calendário; ela é, antes, uma temporalidade e uma ambiência. A partir de representações ambivalentes que rondam a política, em geral, e as eleições, em particular, instaura-se ou intensifica-se um clima de suspeição e esperança quase nunca equitativamente distribuídas. Nesse ambiente, os agentes políticos, por meio de práticas e discursos, tentam apagar ou, ao menos, abrandar os ceticismos e os descréditos, e potencializar a confiança e as expectativas, anunciando suas competências e virtudes e evidenciando a ausência destas junto aos seus antagonistas. Se, em

⁴⁶ A expressão já bastante conhecida entre os cientistas políticos e especialistas em ciências da comunicação e publicidade, aqui se inspira nas constantes referências feitas por J.-J. Courtine ao *espetáculo político*, inicialmente em sua *Thèse d'État* (1989), e, posteriormente, em uma série de artigos reunidos em Courtine (2006a).

política, sempre é tempo de propaganda de si e de disputa com o outro, no período efetivamente eleitoral a propaganda e a concorrência intensificam-se e tendem a recrudescer cada vez mais à medida que se avança rumo às eleições. Em uma campanha eleitoral, os discursos se multiplicam: a ubiquidade da propaganda manifesta-se sob a forma de uma considerável diversidade de gêneros e de uma notável variedade de meios, e implica, ainda, uma análoga variação de modalidades de recepção. Desse amplo arsenal que é mobilizado visando a promover o encontro entre o candidato e o eleitor, escolhemos, não sem razão, o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. Sua importância e alcance parece-nos inegável e suas configurações e propriedades parecem-nos um lugar privilegiado para a observação da “espetacularização” da política.

Em nosso trabalho, consideramos o discurso político eleitoral contemporâneo no interior desse fenômeno da espetacularização. Sua natureza compósita e sua condição histórica impõem que o concebamos nos âmbitos de sua produção e recepção, nas modalidades de sua transmissão, e na temporalidade de sua emergência. A espetacularização da política, que não se reduz à política na tevê, mas que foi por ela bastante potencializada, consiste em um acontecimento recente de raízes históricas milenares, constituído, portanto, de relativas continuidades e de singulares irrupções. Trata-se, segundo cremos, de uma faceta incontornável para a compreensão da política contemporânea, de modo geral, e de sua dimensão discursiva, em particular.

A amplitude da espetacularização da política e, no seu interior, da transmissão do discurso político eleitoral pela televisão, não corresponde, contudo, à sua onipresença. Quando ressaltamos seu impacto não desconsideramos a existência de outras práticas discursivas e não-discursivas imprescindíveis ao desdobramento de uma campanha eleitoral; o que não significa tampouco que essas outras práticas “não-espetacularizadas” estejam absolutamente imunes à tendência de incorporação de estratégias midiáticas e publicitárias, às inflexões da história e às mutações e evoluções das sensibilidades. Não resta dúvida de que fora da tevê existe um conjunto de discursos e de gêneros discursivos. Faixas, cartazes, outdoors, comícios, panfletos, carreatas, corpo-a-corpo, cartas, sites, blogs e malas-diretas eletrônicas, camisetas etc., certamente, pululam durante uma campanha, reclamando insistentemente nossos olhos e ouvidos. Entretanto, a tevê, por meio da emissão do HGPE, parece ser o principal instrumento de contato entre os candidatos e os eleitores, mesmo quando se trata de uma propaganda consideravelmente despojada de recursos técnicos como

foi aquela de 1994, por exemplo⁴⁷. Por essas razões, optamos por refletir sobre o discurso político eleitoral contemporâneo transmitido pela televisão.

Em função da especificidade de nosso propósito, a saber, a elaboração de uma sintética caracterização do discurso político, procedemos como se a política fosse uma parte do todo “discurso”, ou, antes, como se à substância “discurso” se submetesse o atributo “política”. Talvez fosse interessante, uma vez que já apontamos alguns dos traços e aspectos do discurso político, tentar promover uma inversão de perspectiva, retomando a via que timidamente abrimos por meio do breve comentário dedicado à distinção “*la/le politique*”, de Pierre Rosanvallon. Seguindo essa via, sustentaríamos que se, inegavelmente, o discurso é constitutivo da política, ele não corresponde, entretanto, à sua inteireza; a ele, ela não se limita. Qual é, então, o lugar do discurso no campo político? Ou, mais fundamentalmente: De que modo a língua e a linguagem tocam a realidade das ações sobre as ações dos homens em sociedade?

A oposição entre o dizer e o fazer na esfera política remete-nos ao lugar-comum, segundo o qual “os políticos falam, mas não fazem nada”. Em face do caráter empreendedor que caracteriza as ações efetivas, *l’activité discursive jouit dans le champ politique d’une faible légitimité* (LE BART, 1998, p. 3-4). Essa separação entre os domínios da linguagem e da ação é, portanto, um dos pontos fundamentais do velho estigma de mentiroso que marca o discurso político. Em razão desse estereótipo, há uma busca constante do discurso político pela produção de efeitos de verdade, com vistas a refutar esse *lugar de memória* cristalizado no *interdiscurso*, conforme vemos e ouvimos cotidianamente, em vários domínios da sociedade e, entre eles, em uma instância privilegiada de produção e circulação dos discursos, a saber, a mídia. Com vistas a sustentar a imagem de quem revela a verdade sobre a política (cf. PIOVEZANI, 2003), a mídia pressupõe e reforça a presença constante da mentira como

⁴⁷ Sobre o “despojamento” tecnológico da campanha presidencial de 1994, Luis Felipe Miguel afirma o seguinte: *Com o objetivo expresso de reduzir a influência do poder econômico nas campanhas, o Congresso aprovou legislação (a Lei nº. 8.713, de 30 de setembro de 1993) que proibia a utilização de trucagens, imagens externas ou animações (art. 76, § 1º); além disso, era vedada a participação de convidados. No horário destinado à campanha presidencial, apenas os candidatos a presidente e a vice poderiam aparecer e falar. Os gastos com a produção diminuíram, dando aos candidatos mais pobres acesso aos mesmos recursos dos mais ricos – ou melhor, eliminando a utilização dos recursos de produção caros e sofisticados que os candidatos menos endinheirados não podiam pagar.* (2000, p. 121). Encontramos ainda nessa mesma obra a referência a duas pesquisas que comprovam a posição privilegiada e a importância do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral: *Um survey no Distrito Federal, em setembro de 1994, apresentou a propaganda na TV como, de longe, a mais difundida fonte de informação entre os eleitores (excluídos os noticiários de televisão): era assistida por 82% dos entrevistados, contra 69% para os debates entre os candidatos na TV, que vinham em segundo lugar. No mesmo mês, pesquisa Vox Populi em base nacional apontou que 67% dos eleitores já tinham assistido ao programa eleitoral pelo menos uma vez.* (2000, p. 123-124).

uma propriedade constitutiva do campo político, conforme atestam os enunciados de duas capas recentes da revista *Veja*:

POLÍTICO ARTIFICIAL.

O Brasil tem as campanhas eleitorais mais caras do mundo. Isso torna a corrupção inevitável e ajuda a eleger nulidades.

(nº 4, ano 40, 31 de Janeiro de 2007)

POLÍTICOS.

Pesquisa IBOPE.

O que os brasileiros pensam deles:

“Desonestos, insensíveis, mentirosos...”

(nº 35, ano 38, 31 de Agosto de 2005)

Por outro lado, as relações entre a fala e o ato, no universo político, poderiam ainda ser pensadas, a partir da perspectiva pragmática dos “atos de fala”, mais particularmente, a partir dos *atos performativos*. Sob esse enfoque, talvez pudéssemos formular as seguintes questões: Qual seria o lugar do dizer que é um fazer, quando é dito, no campo político? Além do poder do discurso e do poder pelo discurso, nesse âmbito da vida, a grande importância dos sistemas simbólicos, em geral, e da linguagem verbal, em particular, não corresponde, como dissemos, a uma redução sumária da política à fala política. Em contrapartida, poder-se-ia perguntar: existe realidade que não seja discursiva? Na política, o dizer é sempre um fazer?

Por ora, cremos que nos cabe somente colocar as questões; as respostas, se algumas delas nos vierem, serão dadas em um outro tempo e lugar, visto que, agora, acreditamos já ser tempo de tentar refletir sobre o tratamento que foi dado pela Análise do discurso ao discurso político, ao longo de sua história, e sobre possíveis contribuições que ela poderia buscar junto à Semiologia histórica, à História cultural, à Semiologia e à Antropologia histórica.

CAPÍTULO III

NOVAS FORMAS DO DISCURSO POLÍTICO: METAMORFOSES DISCURSIVAS E ATUALIZAÇÕES DISCIPLINARES

*On peut même aller plus loin: une méthode
excellente finit par perdre sa fécondité si
on ne renouvelle pas son objet.*

Bachelard

3.1 Alguns descompassos entre a vida e a ciência

Fugaz e irreversível, o tempo se nos apresenta intuitivamente como uma realidade suspensa entre dois nada, fluxo incessante de um devir irrepitível, sob o qual buscamos estabilidades e permanências. Inventamos a duração, visto que nos deparamos frequentemente com a impossibilidade de captar o instante: *Le temps pourra sans doute renaître, mais il lui faudra d'abord mourir. Il ne pourra pas transporter son être d'un instant à l'autre pour en faire une durée. L'instant c'est déjà la solitude...* (BACHELARD, [1932] 1992, p. 13). A vida cotidiana, em geral, e o domínio do saber, em particular, convivem com uma espécie de “falta” constitutiva: enquanto o conhecimento tem idade e geografia, origem e fim, a vida e o seu tempo não param. De alguma forma, tudo se passa como se, ao distinguirmos "a vida" d" a ciência", *grosso modo* separássemos, de um lado, contingências, acidentes, complexidades, nuances, incertezas, sutilezas e instabilidades, e, de outro, formalizações, sistematizações, sínteses, análises e simplificações. Diante do incontornável descompasso entre os ritmos da vida, que transforma seres e coisas, e da ciência, que se empenha em descrever e/ou explicar essas transformações, resta-nos, na condição de estudiosos, tentar minimizar o intervalo, diminuir a distância e preencher as arestas.

O fazer científico interpretativo é, pois, uma corrida contra o tempo; é, também, a imposição de uma escolha, diante de objetos heteróclitos. Não alcançamos o instante nem compreendemos o todo. Aliás, a inteireza, de certa forma, parece ser o avesso das descrições, interpretações e explicações científicas que, afastando alguns aspectos acidentais dos objetos, visam a torná-los mais simples. Jorge Luis Borges apresenta a inutilidade das totalizações em duas de suas célebres e primorosas alegorias: a de *Ireneo Funes, el memorioso*, que de tudo se lembra e nada sabe, e a do *mapa do Império que tinha o tamanho do Império e coincidia com ele ponto por ponto*, conjugando, assim, perfeição e nulidade. A despeito do caráter forçoso e constitutivo das escolhas teóricas e metodológicas, da imposição de uma certa perspectiva que recortará o objeto, os “cortes epistemológicos” ou o advento de uma “nova” disciplina emergem não raras vezes a partir de uma relativa *tabula rasa in qua nihil est scriptum* ou de um simulacro de suas predecessoras. A história da Lingüística disso nos dá alguns exemplos.

Entre as décadas de 1950 e 1970, surgiram campos e/ou conceitos no interior da ou em diálogo com a Lingüística: a *Discourse analysis*, de Harris, os *Speech acts*, de Austin, a *énonciation*, de Benveniste, a *Sociolinguistics*, de Labov, a *Analyse du discours*, de Pêcheux, a *Textlinguistik*, de Weinrich, a *Ethnography of communication*, de Hymes, entre outros⁴⁸. Cada um a seu modo, direta ou indiretamente, ao contar a própria história de seu advento ou ao anunciar a necessidade de sua emergência, tende a afirmar as falhas e lacunas de seus antecessores: Hymes, por exemplo, critica a noção de *competência lingüística*, de Chomsky, e propõe sua substituição pela de *competência comunicativa*. Mas parece ser Saussure, mais que Chomsky, o grande herói e, ao mesmo tempo, o maior vilão e a principal vítima dos ataques infligidos pelas lingüísticas da *fala*, do *texto* e do *discurso*. Se, por um lado, a opção pela *langue*, em detrimento da *parole*, foi freqüentemente concebida como a circunscrição necessária de um objeto para o estabelecimento de uma ciência autônoma, por outro, considerou-se que o *corte saussuriano* excluía as unidades transfrásticas, as variedades lingüísticas, o texto, as condições de produção, a história, o sujeito e o sentido. Por seu turno, o próprio Saussure, quando apresenta seu *coup d’oeil sur l’histoire de la Linguistique*, afirma que a ciência dos fatos da língua havia passado por *três fases sucessivas antes de reconhecer seu verdadeiro e único objeto*. Era, portanto, tarefa da Lingüística *delimitar-se e definir-se a si própria* (SAUSSURE, [1916] 2000, p. 7 e 13).

⁴⁸ Esta relação de domínios e noções não se pretende exaustiva, não se preocupa em ser fiel a uma cronologia estrita nem tampouco atribui exclusivamente aos nomes próprios que os seguem sua paternidade individual. Para nos limitarmos a dois exemplos que inviabilizariam tanto a cronologia quanto a exclusividade precursora, poderíamos pensar em uma certa “sociolingüística” russa (Marr e o Círculo de Bakhtin, cada um a seu modo) ou em uma espécie de “teoria da enunciação” *avant la lettre*, em Bally. Além disso, não mencionamos aqui a “semiologia”, de Barthes, e a “semiótica”, de Greimas, visto que trataremos delas adiante.

Não pretendemos nos enveredar por questões que tocam nesses estatutos de “precursor” e de “censor” ainda atribuídos pela maioria das “histórias” da Lingüística a Saussure, de onde decorrem os danosos efeitos de toda e qualquer endogenia, ou seja, freqüentemente, vimos a gênese da teoria saussuriana ser reconstituída no interior do próprio campo de saber da Lingüística e sob a forma de um “corte” instaurado nesse campo, tal como uma história contada por seu protagonista: *On a plus rarement envisagé son engendrement à partir de configurations de savoirs extérieures à la théorie de la langue, de problématiques insoupçonnées, de filiations sourdes, voire à partir des silences de Saussure lui-même.* (COURTINE, sd, p. 10). Mas, não permanecemos indiferentes face à profusão de “novas” leituras das “velhas” fontes ou da descoberta de “novos” escritos, em um *continuum* que vai de interpretações mais justas, porque menos reducionistas, até defesas incondicionais do “pai fundador”, com vistas a usufruir as prerrogativas de filho e herdeiro legítimo, que busca no passado respaldo para o presente e para o futuro; e talvez até pudéssemos tentar dar a Saussure o que nos parece lhe ser de direito. Não se trata de concebê-lo, seguindo uma ingênua epistemologia da descontinuidade absoluta, como o gênio solitário que tudo criou *ex nihilo*, nem tampouco como um mero repetidor de tudo aquilo que em seu tempo já era sabido. Com efeito, uma “ruptura” nem sempre coincide com o surgimento de algo totalmente inédito – a linguagem, em geral, e a língua, em particular, foram objetos de reflexão de vários domínios de saber, ao longo do século XIX, de modo que muitas das “novidades” endogenamente atribuídas ao CLG já freqüentavam o pensamento constituído no interior da psicologia e da sociologia daquela época –, mas pode consistir, como parece ser o caso de Saussure, em uma *síntese histórica*, que instaura uma nova problemática (cf. BACHELARD, [1971] 2006, p. 205).

Creemos poder estender, com algumas ressalvas, à emergência da Análise do discurso, o que dissemos a propósito da lingüística saussuriana. Tratava-se de uma perspectiva de pesquisa que surgia na França dos anos de 1960, no seio do movimento estruturalista, sob a forma de uma “síntese” entre uma certa lingüística, um certo materialismo histórico e uma pitada de psicanálise; “mistura” tão ao gosto daquele contexto francês. Se considerarmos o advento da Análise do discurso no interior da história da Lingüística – embora saibamos que a AD, em seus primórdios, não tenha se pretendido uma disciplina lingüística e, de fato, nem mesmo uma “disciplina” –, observamos que o projeto de sua constituição manifestava-se tanto como um reconhecimento da produtividade científica do e uma relativa adesão ao *corte saussuriano* quanto como uma sua tentativa de recusa e superação. Os postulados de Saussure haviam possibilitado focalizar o *funcionamento* lingüístico e não mais somente a *função* da

fala, viabilizando a descrição sistemática dos níveis fonológico, morfológico e sintático de diversas línguas tomadas individualmente, mas, em contrapartida, esses mesmos princípios estruturalistas não poderiam ser aplicados indistintamente à produção dos sentidos na sociedade. Para analisar as condições de possibilidade históricas do uso da língua, ou seja, o discurso, seria preciso romper com a “lingüística da língua” e, ao mesmo tempo, problematizar a noção de “fala”.

Porém, mais do que retificar as falhas e preencher as lacunas da Lingüística, a pretensão era a de construir uma máquina de guerra, *uma espécie de ‘Cavalo de Tróia’ destinado a ser introduzido nas ciências sociais para provocar uma reviravolta*, conforme dizia Paul Henry, em uma já clássica passagem de um de seus textos ([1984] 1997, p. 36). Era o *tempo das grandes construções*, a fase heróica de constituição de um campo de saber e de uma possibilidade de intervenção política. Por essa razão, analisar os discursos era desempenhar uma função decisiva na luta teórica e política: o analista cumpria um papel de *professor* e de *militante*, ensinando a fazer a leitura correta do mundo e da vida política e compreendendo a sociedade para nela operar uma transformação (cf. COURTINE, [1982] 2006a, p. 16-19). A Análise do discurso poderia ser considerada ainda como uma espécie de terapia psicanalítica que, produzindo o retorno dos recalques, descobertos mediante uma “leitura sintomal”, curaria o saber e a política. Relações estreitas unem a AD a uma conjuntura de grandes “acontecimentos discursivos”: as manifestações, gritos, panfletos e pichações nas ruas, em Maio de 68, se repercutiram nas letras e fotos dos jornais, e, ainda mais, no som e na imagem da tevê; além disso, as discussões em torno do projeto do “Programa Comum” da esquerda ocupavam corações e mentes francesas. Sua emergência se dá em meio a uma grande circulação de discursos políticos e seus primeiros desenvolvimentos coincidem exatamente com o momento de consolidação muito provisória da *Union de Gauche*. Nenhuma surpresa, portanto, quanto ao objeto de análise que seria privilegiado pela AD, em suas origens: o discurso político.

Desde esses primeiros tempos de “heroísmo” epistemológico e político até nossos dias, ocorreram não poucas transformações: práticas e representações do saber e da política, do mercado e da religião já não são mais exatamente as mesmas. E enquanto parte dessas metamorfoses ganhava forma, a Análise do discurso chegou ao Brasil. Sua introdução no contexto brasileiro se deu no momento em que, na França, a AD já iniciava o que se convencionou chamar de sua *terceira época*⁴⁹; sem abandonar seus princípios fundamentais, a

⁴⁹ Como não pretendemos retrair aqui a história da constituição e da série de reformulações da Análise do discurso, percorrendo um período que se estenderia de seu surgimento, na segunda metade da década de 1960,

“disciplina” já havia sofrido várias reformulações e passava, então, pelo último movimento de retificações, que se estenderia até 1983, promovido por Michel Pêcheux e seu Grupo. Uma vez mais, *as idéias* estavam *fora de lugar*. Mas, em si, tendo em vista nossa já longa tradição “antropofágica”, a desterritorialização não apresentou maiores problemas; talvez, aqueles que ocorreram – como, por exemplo, a ênfase sobre a teoria, em detrimento do método e da própria história do campo de saber “importado” – sejam devidos, sobretudo, às contingências da divulgação, da recepção e da apropriação do pensamento.

A partir de sua entrada no Brasil, depois de manifestações de desconfiança, resistência e reações adversas (que, se atualmente encontram-se mais enfraquecidas, de fato, ainda não se esgotaram...) a AD foi se estabilizando, se fortalecendo e se tornando uma disciplina bastante influente no cenário lingüístico das universidades brasileiras. Seu princípio “relativo” e indubitavelmente sua consolidação institucional, por aqui, aconteceram por volta do fim dos anos 70 e início dos anos 80, no momento em que a Professora Eni Orlandi ministrava suas primeiras aulas da disciplina, na Unicamp⁵⁰. No que respeita a esses primórdios, além da crescente onda das perspectivas enunciativas, sociolingüísticas, textuais, pragmáticas e discursivas vinda principalmente da Europa, mas também dos Estados Unidos, devemos ainda ressaltar que se tratava do período de enfraquecimento da ditadura imposta pelo regime militar, desde 1964. Sem essa debilidade do regime ditatorial, a implantação de um campo científico que congregasse lingüística com postulados marxistas teria sido praticamente impossível, em um país onde os estudos lingüísticos foram erigidos, sobretudo, a partir da superação de uma tradição filológica, em benefício de uma lingüística descritiva, estrutural e formalista orientada principalmente pela pesquisa e ensino do Professor Joaquim Mattoso Câmara Júnior, cuja formação se deu parcialmente nos Estados Unidos, onde ele se banhou nas águas do estruturalismo americano, derivado de Boas, Whitney, Bloomfield, Sapir e Whorf, e também tomou contato com o estruturalismo do Círculo de Praga, difundido por Jakobson, em Nova Iorque.

até à morte de Michel Pêcheux e à conseqüente dissolução do Grupo à sua volta, em 1983, apenas indicamos duas das clássicas versões dessa história: *A inquietação do discurso*, de Denise Maldidier ([1990] 2003) e “O professor e o militante: contribuição à história da Análise do discurso na França”, de Jean-Jacques Courtine ([1982] 2006a).

⁵⁰ Esse contexto político foi provavelmente o responsável pela interrupção daquilo que poderia ter sido um outro “começo” da AD, em terras brasileiras, no Rio de Janeiro, com o Professor Carlos Henrique Escobar, desde o início dos anos 70, conforme destacou a Professora Maria do Rosário Gregolin, durante uma recente conferência proferida na mesa de abertura *Percursos da Análise do discurso no Brasil* (composta pela Professora Maria do Rosário e pelo Professor Cleudemar Alves Fernandes), do II Seminário de Pesquisa em Análise do discurso, promovido pelo Grupo de Pesquisa em Análise do discurso (GPAD), da Universidade Federal de Uberlândia, cuja realização se deu entre os dias 31 de maio e 2 de julho de 2006.

Uma vez que sua própria concepção se originou de um conjunto de reflexões epistemológicas, dada a reconhecida inclinação de seu principal “fundador” à história das ciências, a AD foi constantemente marcada por reformulações e desenvolvimentos. Tanto na França quanto no Brasil, as tentativas de retificação teórica e de aperfeiçoamento metodológico foram permanentemente empreendidas, desde sua implantação. Conforme dissemos, não temos o propósito de recontar a totalidade dessa história, partindo da segunda metade da década de 60 até o princípio dos anos 80. Nosso intuito consiste apenas em indicar sumariamente alguns deslocamentos gerais da AD, ocorridos na França e no Brasil, desde o começo da década de 80 até nossos dias, e em apontar sinteticamente certas tendências atuais das análises que tomaram o discurso político como objeto. Histórias distintas promoveram *grosso modo* diferentes transformações na Análise do discurso dos dois lados do Atlântico, ao longo de um período de já quase três decênios.

Seguindo Courtine ([1991] 1999), podemos afirmar que, na França, a partir do início dos anos 80, a AD progressivamente *gramaticalizou-se*, ou seja, cada vez mais as análises se debruçaram sobre fenômenos estritamente lingüísticos, em detrimento de sua dimensão histórica. Com efeito, em nossos dias, talvez fosse mais preciso falar de tendências retóricas, pragmáticas e, no limite, interativo-conversacionais, se pensássemos no Dicionário de AD, de Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau, na recente publicação do número 09 da revista *Marges linguistiques*, organizado por Maingueneau, ou, ainda, nos trabalhos de Jean-Michel Adam, de Catherine Kerbrat-Orecchioni, Ruth Amossy, entre outros, amiúde considerados como sendo estudos em AD. Houve, sem dúvida, desde os anos 80, um certo distanciamento de boa parte dos analistas franceses da extensão histórica do discurso, conforme o salientam as recentes críticas de J-J. Courtine (2005b) e de J. Guilhaumou (2004). No Brasil, em contrapartida, parece existir ainda na maioria dos trabalhos uma tendência a conservar a investida histórica, ou, antes, política dos discursos, com uma espécie de preservação das posturas engajadas que caracterizavam a AD, desde o final dos anos 60. Esse gesto epistemológico e político, aliás, costuma parecer bastante ultrapassado a um certo olhar francês; tratar-se-ia de uma espécie de retardo frente à mudança de paradigma das ciências humanas ocorrida na França que ainda não teria chegado às terras brasileiras.

E o discurso político, como foi ele abordado pelos analistas dos dois países, ao longo desses últimos anos? Ele continua a ser o objeto de análise privilegiado da AD? As descrições e interpretações que sobre ele foram feitas demonstraram um bom e duradouro poder heurístico, considerando suas recentes e notáveis transformações? Cremos que por ora nos cabe ensaiar algumas respostas provisórias a essas questões, para que possamos avançar em

nosso trabalho. Antes, porém, de começarmos a fazê-lo, empreendamos um breve recuo até algumas das primeiras tentativas de análise do discurso político. Sua realização foi obra dos pesquisadores do Grupo em torno de Jean Dubois, na *Université de Paris X – Nanterre*, nos anos 60 e início dos anos 70. Nelas se pretendia descrever o “vocabulário político” de algumas circunstâncias e instituições. A Lingüística e a política já estavam articuladas, mas ainda não se podia distinguir claramente onde terminava a lexicologia e começava a Análise do discurso. Um colóquio, *Formation et aspect du vocabulaire politique français* (1968, *Laboratoire de Saint-Cloud / ENS*), uma revista *Cahiers de Lexicologie* e vários estudos apresentados nesse e em outros eventos, e publicados nessa ou em outras revistas atestam-no já em seus títulos⁵¹.

Nesse período, conforme dissemos, discutia-se a criação do “Programa Comum” das diferentes vertentes da esquerda francesa; o advento e os primeiros desenvolvimentos da AD, não estando alheios a essa discussão, eram ação e efeito daquela conjuntura política, cultural e intelectual. Assinado aos 26 de junho de 1972, pelo Partido Socialista, pelo Partido Comunista Francês e pelo Movimento dos radicais de esquerda, o Programa Comum, haja vista a “fusão” partidária, produzia uma “confusão” discursiva. A ambigüidade da política e a opacidade dos discursos contribuíram para a predominância de análises que contrastavam os discursos do PS e do PCF:

As análises contrastivas dos discursos socialista e comunista forneciam, assim, sob o resguardo de uma posição ‘científica’, um contraponto à ‘linguagem unitária’ da Esquerda: elas separavam, por meio de dispositivos técnicos, o que unia uma confusão possível em nível de leitura; elas redobravam ali os efeitos próprios da conjuntura política – marcada pela oscilação incessante entre o apelo do senso comum das palavras e a interpretação divergente que cada um podia fazer dela – vai e vem entre as tentações unitárias e sectárias que unem e dividem desde sua origem o movimento operário francês. (COURTINE, [1982] 2006a, p. 22)

Era o tempo da *prática de leitura não subjetiva* do discurso político. Referindo-se à *Analyse automatique du discours*, Denise Maldidier afirma que *o dispositivo da análise do discurso se quer um instrumento científico; ele é o primeiro modelo de uma máquina de ler*

⁵¹ Citaremos aqui apenas alguns desses trabalhos publicados na *Cahiers de Lexicologie*, entre os anos de 1967 e 1970: *Vocabulaire des textes politiques français: méthode d'inventaire*, de M. Tournier; *Remarques sur la préparation d'un vocabulaire d'initiation à la vie politique*, de D. Coste; *Deux siècles de vocabulaire politique: élaboration d'une nomenclature (1770-1969)*, de R. Laplace e M. Tournier; *Vocabulaire politique de la guerre d'Algérie*, de D. Maldidier; *Vocabulaire et typologie des familles politiques*, de A. Prost; e *Le vocabulaire du Congrès socialiste de Tours*, de J. B. Marcellesi. Além da *Cahiers*, duas outras revistas, com as quais Jean Dubois contribuiu decisivamente na fundação e na consolidação, a *Langages* e a *Langue Française*, foram veículos privilegiados de circulação dessas primeiras reflexões e análises sobre o discurso político na França.

que arrancaria a leitura da subjetividade ([1990] 2003, p. 21). Sobre os chamados *escritos doutrinários*⁵² dos Partidos, a Análise do discurso empreendia uma escrita científica: tratava-se de uma escrita sobre uma escrita que produzia o efeito de uma leitura sem sujeito (cf. COURTINE [1982] 2006a). A “imparcialidade” da leitura vinha da “neutralidade” metodológica que se baseava em um procedimento de descrição lingüística, sob a forma dos segmentos e classes da análise distribucional, intermediado por um dispositivo informático. Uma política de leitura dos textos políticos era instaurada, pressupondo, por um lado, as ambigüidades, opacidades e polissemias do discurso político inscritas em seduções, simulações e dissimulações, em suas mentiras e em seus segredos, e, por outro, a deficiência do olhar leitor, cujas causas e efeitos seriam supridos e suprimidos pela *prótese de leitura* oferecida pela AD. Essa ortopedia desambigüizaria o texto, transformaria sua opacidade em transparência e dismantalaria as ilusões por ele produzidas, de modo a restituir sua clareza perdida, a relembrar sua verdade esquecida e a revelar o seu real escondido.

Porém, não demorou muito para que os analistas, orientados pelas autocríticas de Pêcheux e pelas críticas de Courtine, concebesssem a pressuposição da ingenuidade leitora como uma sua ingenuidade. Tentava-se então passar da *leitura não subjetiva* para *une lecture où le sujet est à la fois dépossédé et responsable du sens qu’il lit* (PECHEUX, et al. 1984, p. 65). Além disso, a partir do final da década de 1970 e do início dos anos 80, o discurso político deixava de ser o objeto privilegiado e quase exclusivo da AD: passava-se do **discurso** (político) às **materialidades discursivas**, da “Análise **do** discurso” à “Análise **de** discurso”.

Evidentemente, a diversificação dos objetos de análise e a perda de uma posição de quase exclusividade do discurso político entre esses objetos da Análise do discurso não corresponde a um completo desinteresse em relação a ele. O discurso político continuou e continua ainda a ser freqüentemente tema de reflexões e matéria de análise no campo da AD, apesar das oscilações entre “retornos” e “refluxos” da política que marcaram o período que se estende das décadas de 1970/80 até nossos dias⁵³. Se o discurso político certamente continua a

⁵² *O campo de objetos empíricos da AD foi constituído a partir de escritos doutrinários. [...] Esses corpora, escritos de natureza doutrinária, são freqüentemente extraídos do discurso político francês contemporâneo, com uma predileção insistente pelos discursos dos partidos da esquerda francesa, algumas incursões no discurso pedagógico ou científico e nos trabalhos de historiadores.* (COURTINE, [1982] 2006a, p. 11). Em um texto que seria publicado dois anos mais tarde, Pêcheux afirmava que a Nova História e a Arqueologia de Michel Foucault conduziam a análise do discurso a se distanciar ainda mais de uma concepção classificatória que dava aos discursos escritos oficiais ‘legitimados’ um privilégio que se mostra cada vez mais contestável ([1984] 1999b, p. 9).

⁵³ Sempre limitando-nos à França e ao Brasil, poderíamos mencionar vários dos trabalhos sobre o discurso político que continuaram a ser produzidos, desde então. E no interior de um grande conjunto de estudos dessa natureza, poder-se-iam destacar:

- Osakabe [Argumentação e discurso político [1979] 1999];

ter um considerável espaço entre as preocupações da Análise do discurso, tanto no Brasil quanto na França, cabe-nos ainda indagar como esses estudos focalizaram a fala política e qual foi seu alcance interpretativo. Não examinaremos individualmente cada um dos trabalhos que listamos acima; antes, apontaremos somente algumas tendências gerais que caracterizam *grosso modo* as análises brasileiras e francesas do discurso político. Começemos por essas últimas: se, por um lado, seguindo a tendência à *gramaticalização*, algumas dessas análises francesas privilegiaram certos aspectos lingüísticos, tais como a quantificação lexical, os encaixamentos sintáticos e a lexicalização, em detrimento da dimensão histórica, por outro, acompanhando uma inclinação às ciências da informação ou às ciências sociais, respectivamente, alguns trabalhos detiveram-se quase exclusivamente nas facetas técnicas dos suportes midiáticos, enquanto outros praticamente limitaram-se às suas características institucionais. A variedade das abordagens parece, contudo, ser menor que a diversidade de gêneros discursivos estudados: pronunciamentos, programas de governo, debates, panfletos, entrevistas, *jingles* etc. já foram tomados como objeto de análise.

No que respeita aos trabalhos brasileiros sobre o discurso político, sem termos realizado um levantamento exaustivo, mas apenas um breve recenseamento dos estudos que consideramos mais representativos e relevantes, verificamos que essas análises debruçaram-se sobre *corpora* escritos ou orais, posteriormente, transcritos. E ainda que trabalhos recentes tenham se dedicado a analisar programas de governo, *jingles*, *slogans*, panfletos, horário eleitoral gratuito e debates, o gênero discursivo mais analisado pelos célebres estudos parece

-
- Courtine [*Analyse du discours politique* (1981), “Langage, Political Discourse and Ideology” ([1985] 2006a), *Corps et langage* (1989), “Les glissements du spectacle politique” ([1990] 2003), “Les dérives de vie publique: sexe et politique aux États Unis” ([1994] 2006a)];
 - Bonnafous [*Processus discursifs et structures lexicales: le congrès de Metz (1979) du Parti Socialiste* (1983), “L’analyse du discours politique” ([1997] 1999) e *Argumentation et discours politique*. et al. (Org.) e 2003b)];
 - Sériot [*Analyse du discours politique soviétique* (1985)];
 - Orlandi [“A fala de muitos gumes” ([1985] 1996)];
 - Fiorin [*O regime de 1964: discurso e ideologia* (1988)];
 - Guilhaumou [*La langue politique et la Révolution française. De l’événement à la raison linguistique* (1989)];
 - vários números da revista *Mots. Les langages du politique*;
 - Zoppi-Fontana [*Cidadãos modernos: discurso e representação política* (1997)];
 - Indursky [*A fala dos quartéis e outras vozes* (1997)];
 - Le Bart [*Le discours politique* (1998)];
 - Grupo Saint Cloud [*Présidentielle: regards sur les discours télévisés* (1995), *L’image candidate à l’élection présidentielle de 1995. Analyse des discours dans les médias* (1999)];
 - Mayaffre [*Le poids des mots. Le discours de gauche et de droite dans l’entre-deux-guerres* (2000), *Paroles de président. Jacques Chirac (1995-2003) et le discours présidentiel sous la Vème République* (2004)];
 - Coulomb-Gully [*La démocratie mise en scènes* (2001)];
 - Charaudeau [*Le discours politique: les masques du pouvoir* (2005)];
 - Cazarin [*Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula* (2005)].

ter sido o pronunciamento dos políticos profissionais. Cremos que tenha havido, nessas análises, uma certa predileção pelos discursos políticos de períodos de ditadura, sobretudo, da “Era Vargas” [cf. OSAKABE ([1979] 1999) e LIMA (1990)]; mas também, em uma perspectiva mais histórica do que propriamente discursiva, os trabalhos de CAPELATO (1999; entre outros)] e do Regime militar, que perdurou de 1964 a 1984 [cf. FIORIN (1988) e INDURSKY (1997)], mas também da época de transição das ditaduras para as democracias [ORLANDI ([1985] 1996) e ZOPPI-FONTANA (1997)]. Com efeito, o começo da abertura política possibilitava e impelia, haja vista o engajamento político que caracteriza a Análise do discurso, ao tratamento dos discursos desses períodos no Brasil. Embora a necessidade e a pertinência analítica dos estudos que o fizeram seja incontestável, acreditamos que exista ainda uma real possibilidade de alargar o domínio dos objetos de análise pertinentes e de avançar no tempo, com vistas a tentar melhor compreender o discurso político brasileiro mais recente, sob um viés discursivo.

À medida que pressupomos haver estreitas relações (que não são forçosamente “determinantes em última instância”, nem são tampouco mecânicas e diretas...) entre um sistema de produção e um regime de governo, de um lado, e a importância atribuída ao discurso político e as formas, funções e modos de circulação desse discurso, de outro, não podemos tomar o discurso que se constitui no campo político e que circula na sociedade independentemente dos contextos sociais e históricos de produção e de interpretação. Refletindo sobre a fala pública e sobre o discurso político, respectivamente, nos dois primeiros capítulos, tentamos sustentar que, nas monarquias medievais ou no Absolutismo, não havia “discurso político” *stricto sensu*; tampouco não consistem no **mesmo** discurso político pronunciamentos, em uma democracia direta, e a fala de um político profissional, no contexto de uma democracia representativa. Além disso, o alcance e o espaço do discurso no campo político oscilam, direta ou indiretamente, conforme tenhamos uma democracia ou um regime autoritário: no primeiro caso, a prática discursiva usufrui as condições formais de um debate entre as diversas posições ideológicas, no segundo, sua função tende a se limitar a uma modalidade unilateral de legitimação. Por essa razão, o discurso político brasileiro passou por metamorfoses quanto aos interdiscursos aos quais ele se filia, ao intradiscurso que o formula e aos suportes materiais por meio dos quais ele se manifesta e circula na sociedade contemporânea. Não pretendemos nos deter na relação entre essas três instâncias discursivas e as condições de produção dos discursos em tempos autoritários e democráticos, mas gostaríamos, contudo, de sublinhar algumas das notáveis transformações do discurso político de nossos dias.

Quais são essas mudanças sofridas pelo discurso político contemporâneo? Em que medida e de que modo a Análise do discurso as tem considerado em seus estudos mais recentes? Em uma palavra, poderíamos afirmar que as metamorfoses do discurso político estão condensadas no fenômeno da “espetacularização da política”, que, por seu turno, envolve fatores de diversas temporalidades históricas, como a queda dos regimes totalitários, o “fim das ideologias”, a despolitização e a dissolução das massas, a intensificação do individualismo, o predomínio do âmbito privado sobre a esfera pública, o advento de novas tecnologias que acelerou os ritmos da vida e diminuiu os espaços do mundo, a apropriação de estratégias publicitárias pela fala política, as mudanças retóricas e as novas configurações semiológicas do discurso político-televisivo. As alterações do discurso político derivam, promovem e consolidam transformações históricas e técnicas, de modo que nele se articulam novos valores e sensibilidades, novos meios materiais de transmissão, novas cenas enunciativas, novas discursividades e táticas retóricas, novas dinâmicas e configurações semióticas. Assim, quem hoje arriscaria a repetir, em tom peremptório, tão ao gosto do ambiente autoritário brasileiro da época, o enunciado do candidato a vereador de Porto Alegre, pelo ARENA, Adel Carvalho – *Faço minha campanha pelo rádio e em comícios. Televisão não dá votos.* – dito no final dos anos 1960, por ocasião das eleições municipais daquele ano (cf. revista *Veja*, nº 8, 30 de Outubro de 1968)?

Sem homogeneizar os contextos, sem acreditar cegamente nos marcos cronológicos e seguindo um certo consenso estabelecido por ampla literatura especializada, cremos poder afirmar que essas transformações deram-se efetivamente desde os anos de 1950, nos EUA, dos anos de 1960, na Europa, e, particularmente, na França, e a partir da segunda metade da década de 1980, no Brasil. Pensando no intervalo que separa a emergência da “espetacularização da política”, nesses tempos e lugares, e as análises dos discursos políticos que lhes sucederam imediatamente, parece ter havido, uma vez mais, um descompasso entre os ritmos da vida e da ciência. Na França, conforme sustenta Courtine (1989), no exato momento em que Althusser escrevia sobre e para a classe operária, essa classe, à qual ele se referia e à qual ele pretendia se dirigir, já não existia mais, e enquanto se dava um grande desenvolvimento das mídias audiovisuais, promovendo, por meio da incorporação de seus recursos retóricos, não poucas transformações no discurso político, várias análises, praticamente já caducas, insistiam em descrever e interpretar discursos de tempos passados e/ou persistiam em desconsiderar as novas formas de produção, formulação e circulação dos discursos políticos de então. No Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990, conforme dissemos,

as análises freqüentemente se debruçaram sobre os discursos dos períodos autoritários e relegaram a dimensão da circulação desses discursos a um segundo plano.

Tivemos de esperar até o início dos anos de 1980, para que Michel Pêcheux começasse a apontar as mudanças sofridas pelo discurso político. Em seus últimos textos, Pêcheux fala dessas metamorfoses, reiterando que o campo discursivo político estava, já naquele período, decididamente midiaticizado. A *língua de madeira* (dura e hermética) havia se transformado em *língua de vento* (flexível, cotidiana, mas quase nada referencial) e as eleições pareciam cada vez mais manifestações esportivas transmitidas pelas mídias. A diversificação dos objetos de análise, suas modificações e a constância da reflexão epistemológica já haviam imposto reformulações teóricas e metodológicas: já era o tempo da *heterogeneidade*, da busca por novas vias, distanciando-se de uma vulgata do marxismo althusseriano, tempo de novas *materialidades discursivas*, da emergência das noções de *memória discursiva*, de *acontecimento discursivo* etc. Mas, apesar das sugestões de Pêcheux, ainda não era chegado o tempo de considerar, de fato, o discurso político no tempo das mídias. Suas indicações parecem não ter ecoado, salvo raras exceções, nem rápida nem profundamente, nos trabalhos ulteriores da AD que tomaram o discurso político como objeto de reflexão e análise. Isso não significa, porém, que as análises posteriores tenham sido completamente indiferentes aos discursos mais recentes e às suas transformações.

Se seguirmos, na França, o percurso de publicação da revista *Mots - Les langages du politique*, ao longo das duas últimas décadas, constatamos a existência de uma inflexão quanto aos objetos e aos enfoques concernentes ao discurso político que considera o paradigma midiático. Pensamos, particularmente, nos números 20 (*La politique à la télévision*, 1989), 40 (*Écoutes, échos du politique*, 1994) e 67 (*La politique à l'écran: l'échec?*, 2001), consagrados às relações entre a política e as mídias e/ou aos suportes midiáticos, que, de certo modo e com algumas lacunas, ultrapassam a tendência estritamente lexicométrica (estatística sobre o vocabulário e, posterior, interpretação) predominante nos números anteriores. Embora percebamos essa relativa ultrapassagem, a articulação metodológica buscada e sugerida em um dos artigos mais conhecidos e referidos, “Discours et gestes: quelles méthodes?”, de Simone Bonnafous e Maurice Tournier (*Mots*, no. 67, 2001), mostra-se ainda problemática e irregular, tendo em vista que sua aplicação consiste em uma espécie de reduplicação, nas estratégias argumentativas e na gesticulação, dos resultados obtidos mediante o procedimento lexicométrico. A ênfase dada às mídias também revela, em muitos artigos, um relativo abandono das dimensões lingüística e histórica, próprio das abordagens oriundas das Ciências da Informação e da Comunicação. Por outro lado, algumas

das recentes obras sobre o discurso político, como por exemplo, *Le discours politique: les masques du pouvoir*, de Patrick Charaudeau (2005), além de não contemplarem o âmbito histórico em suas diferentes durações, praticamente ignoram alguns dos traços antropológicos da fala política e, sobretudo, minimizam a relevância dos *media* que participam amplamente da manifestação do discurso político contemporâneo. No contexto francês, não podemos negligenciar ainda a atual efervescência dos trabalhos lexicométricos de Damon Mayaffre (2000; 2004) que suscitam menos entusiasmo do que reticências e críticas de muitos analistas do discurso, em função do que consideram ser rápidas e fáceis interpretações dos dados quantitativos feitas em suas obras.

A título de exemplo, sem pretensões de exaustividade, gostaríamos de mencionar tão-somente três trabalhos brasileiros que recentemente se detiveram no discurso político nacional contemporâneo, a saber, o de Tavares (2002), o de Sargentini (2003) e o de Cazarin (2005). Esses estudos tomam, respectivamente, como escopo a construção da imagem discursiva de Marta Suplicy, por ocasião do debate televisivo do dia 27 de setembro, nas eleições ao Governo do Estado de São Paulo, de 1998; os discursos sobre o trabalho e o emprego da mídia e da Coligação que apoiava José Serra, quando das eleições presidenciais de 2002; e as diferentes posições-sujeito enunciativas do discurso de Lula, desde os tempos de sindicalista, nas greves do ABC, até a condição de candidato à Presidência da República, nas eleições de 1989/94/98. Os três trabalhos apresentam diferenças de fôlego e capacidade de aprofundamento que derivam de sua condição: uma dissertação de mestrado, um capítulo de livro e uma tese de doutorado. Eles compartilham, porém, uma abordagem discursiva que, apesar de algumas especificidades e nuances, focaliza tanto a filiação à memória discursiva que possibilita e condiciona a constituição dos discursos quanto os aspectos lingüístico-discursivos que caracterizam sua formulação. Trata-se de três análises cujas fundamentações teóricas e cujos procedimentos metodológicos estão muitíssimo bem assentados; além disso, esses estudos atentam-se à dimensão histórica e conservam o engajamento crítico e político. Porém, ao observarmos essas análises, bem como um considerável conjunto de trabalhos apresentados em eventos científicos, percebemos que as instâncias da história e da circulação dos discursos ainda não foram extensivamente examinadas em boa parte dos trabalhos brasileiros.

Os avanços das análises do discurso político e a intensificação de suas qualidades teóricas e metodológicas, a nosso ver, são incontestáveis. Entretanto, cremos que poderíamos avançar ainda mais se investíssemos mais vigorosamente nas sugestões de Michel Pêcheux ([1983] 1997) e, sobretudo, naquelas de Jean-Jacques Courtine (1989; [1990] 2003;

[1987/1989/1994] 2006a). Motivado pelas indicações de Pêcheux e pela ubiquidade da política espetacularizada, Courtine, depois de ter trabalhado, no final dos anos 70/começo dos anos 80, sobre um *corpus* de discurso político escrito – o discurso comunista endereçado aos cristãos –, conforme se fazia tradicionalmente em AD (COURTINE, 1981), vai deslocar seu enfoque teórico e alterar consideravelmente seus procedimentos analíticos em direção às perspectivas históricas e antropológicas, com vistas a melhor compreender as metamorfoses do discurso político contemporâneo. Ele assinalará igualmente que “fazer análise do discurso é aprender a deslinearizar o texto para restituir, sob a superfície lisa das palavras, a profundidade complexa dos índices de um passado” (COURTINE, 1989, p. 37). Além disso, na esteira de Courtine, podemos afirmar que não é possível fazer a mesma AD quando se trata de analisar o discurso político tradicional escrito e quando se trata de examinar o discurso político transmitido pela televisão, no qual, em consonância (às vezes, em dissonância) com a linguagem verbal, o corpo e a voz, as imagens e a tela participam constitutivamente da produção dos sentidos. Para dar conta da complexidade semiótica e dos recursos audiovisuais presentes nos discursos políticos contemporâneos, Courtine postulará a necessidade de uma “semiologia”:

[...] o discurso político passa por uma profunda transformação na enunciação, tornando-se um discurso curto, descontínuo e interrompido [...]. A intenção é menos explicar ou convencer, mas seduzir ou conquistar: formas didáticas da retórica de uma política clássica modelada pela máquina erudita são substituídas por novas formas, assujeitando os conteúdos políticos às exigências de práticas de escrita e leitura adequadas ao aparato áudio-visual de informação. [...] O texto político produziu e recebeu novas formas, diálogos, entrevistas, holofotes de televisão, videoclipes políticos. De agora em diante, o discurso político não pode mais ser dissociado da produção e recepção de imagens [...]. A mensagem política não é mais unicamente lingüística, mas uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso, que deixou de ser prioritariamente verbal. Essa é a razão pela qual para compreendermos e analisarmos essas mensagens complexas – e também para sermos capazes de lê-las e sabermos como resistir a elas – de agora em diante é insuficiente se referir somente a métodos de análise lingüística. A mutação dos modos de comunicação política exige a renovação de uma **semiologia da mensagem política** que permitirá sua **apreensão global**. (COURTINE, [1987] 2006a, p. 84-85; grifos nossos)

3.2 Contribuições transdisciplinares à Análise do discurso:

Por uma *Semiologia histórica* do discurso político contemporâneo?

Diante da sugestão de Courtine, poderíamos adotar, ao menos, duas posturas: a primeira, talvez, mais simples e mais cômoda – mas, ao mesmo tempo, mais estranha ao caráter estimulante de seu pensamento –, consistiria na tentativa de empreender uma aplicação direta da “semiologia” proposta por Courtine a um *corpus* definido e tirar daí o maior número possível de conclusões e resultados; já a segunda, de algum modo, mais complexa e trabalhosa, corresponderia a tomar sua sugestão como mote para multiplicar as questões e os problemas, e para, eventualmente, se possível, apresentar outras propostas. Optamos por tentar seguir o segundo caminho, ainda que ele apresente os inconvenientes de uma digressão.

Começemos pelo enunciado que encerra a citação: *A mutação dos modos de comunicação política exige a renovação de uma semiologia da mensagem política que permitirá sua apreensão global*. Em síntese, ele se assenta no pressuposto de que, diante de uma transformação do objeto, impõe-se uma reconfiguração da teoria e do método: se o discurso político se transformou, a análise do discurso político deve se renovar. O enunciado ainda atesta que, no caso da mensagem política, a reformulação de uma “semiologia” possibilitará sua “apreensão global”. Aqui estão implicadas tanto a existência prévia de uma semiologia quanto a possibilidade de se alcançar, por meio de uma abordagem semiológica renovada, a complexidade do objeto. A partir daí, poderíamos nos perguntar: que semiologia é esta? Desde quando ela existe e por quem ela foi concebida? O que significa exatamente sua renovação? Seu emprego acarretaria uma ampliação da Lingüística ou representaria uma dissolução do “real da língua”? Courtine estaria postulando a possibilidade de se apreender a totalidade complexa do discurso político contemporâneo? A afirmação da natureza compósita da atual fala política implica a ausência de complexidade de outros fenômenos da linguagem? Estas duas últimas questões são evidentemente retóricas, visto que, se a elas fossem dadas respostas simples e afirmativas, teríamos uma idealização ingênua e uma lógica torta.

Não se trata, segundo cremos, de fantasiar com a apreensão do todo, aos moldes da confecção de um mapa perfeito e inútil que cobriria toda a extensão do império, mas somente de indicar uma necessidade de inflexão no trajeto que tem conduzido freqüentemente à redução dos objetos de análise. A Análise do discurso, desde suas origens, ao postular a

intrínseca relação entre a língua e a história, manifestou sua predileção pela linguagem verbal e, particularmente, pelo texto político escrito, considerado então como vetor ideológico fundamental. Assim, seu futuro encontrava-se, de certa forma, já inscrito em seus primórdios, tendo em vista as sucessivas e progressivas restrições imputadas por ela ao seu objeto predileto: *Redução do histórico ao político, do político ao ideológico, do ideológico ao discursivo, do discursivo ao sintático* (COURTINE, [1992] 2006a, p. 56). Nessa crescente redução, Courtine não via o esgotamento da AD; sua constatação era, antes, o diagnóstico de uma falha que indicava a necessidade de mudanças:

O projeto de uma análise dos discursos que restitui à discursividade sua espessura histórica não está, entretanto, ultrapassado. Mas, ele deve ser repensado em função dos resultados aos quais ele conduziu, das dificuldades que ele encontrou, dos impasses nos quais ele se enredou. Parece-me, particularmente, que esse projeto poderá administrar a análise das representações compostas por discursos, imagens e práticas. A transmissão da informação política, atualmente dominada pelas mídias, se apresenta como um fenômeno total de comunicação, representação extremamente complexa na qual os discursos estão imbricados em práticas não-verbais, em que o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, em que a expressão pela linguagem se conjuga com a expressão do rosto, em que o texto torna-se indecifrável fora de seu contexto, em que não se pode mais separar linguagem e imagem. (COURTINE, [1992] 2006a, p. 56-57)

As críticas e sugestões de Courtine têm data e lugar definidos e são dirigidas a trabalhos específicos: seu diagnóstico resultou da leitura dos artigos reunidos na edição da revista *Langages* que homenageava Michel Pêcheux; o que não significa, contudo, que sejam necessariamente ultrapassadas e inúteis em toda sua extensão. Os autores dos trabalhos contidos nessa edição da revista são analistas do discurso franceses e sua publicação data de 1986. Seria, então, ainda necessário preconizar essa inflexão no trajeto da disciplina e sugerir a apreensão da complexidade de seu objeto, se considerarmos que, conforme vimos acima, os trabalhos franceses já contemplam, desde o final dos anos 80, as outras linguagens que se congregam à verbal no discurso político contemporâneo e os suportes midiáticos por meio dos quais esse discurso se manifesta materialmente e circula na sociedade, e que os trabalhos da AD, no Brasil, em muitos casos, não reproduzem a redução da qual falava Courtine? Sem dúvida, houve uma série de avanços nos estudos da AD, em geral, e nas análises do discurso político, em particular. A conquista desses aperfeiçoamentos não significou, porém, a completa extinção de problemas teóricos e metodológicos, nem tampouco corresponde à impossibilidade de novos desenvolvimentos: enquanto, muitos trabalhos franceses ainda

oscilam entre abordagens lingüísticas, pragmáticas e/ou sócio-interacionista e um enfoque “comunicacional”, de modo que em ambas as perspectivas adotadas a concepção de história continue a ser problemática, boa parte dos estudos brasileiros ainda confunde história com contexto social e apresenta indiretamente uma equívoca conceituação de texto. Voltaremos a essas questões logo adiante.

Retomemos, por ora, a outra “questão retórica”: A afirmação da natureza compósita da atual fala política implica a ausência de complexidade de outros fenômenos da linguagem? Esta, por sua vez, remete-nos àquelas sobre a semiologia: que semiologia é esta, da qual fala Courtine? Desde quando ela existe e por quem ela foi concebida? O que significa exatamente sua renovação? Seu emprego acarretaria uma ampliação da Lingüística ou representaria uma dissolução do “real da língua”? Evidentemente, nenhuma interação social pela linguagem poderia ser reduzida a um único aspecto, restringindo-a, por exemplo, somente ao funcionamento de um código. A produção simbólica, independentemente dos sistemas semióticos mediante os quais ela se formule, apresenta dimensões fisiológica, psíquica, social e histórica. E mesmo que nos restrinjamos às práticas discursivas, nas quais a linguagem verbal, atualizada em modalidade oral, é, em tese, predominante, constatamos ainda seu caráter multifacetado: nelas intervêm, inextrincavelmente, o funcionamento biológico e psicológico dos interlocutores, a conjunção da língua, manifesta pelos materiais paraverbais, com a linguagem corporal e a inscrição desse complexo conjunto simbólico em determinadas condições sociais e históricas. Por extensão, a produção e a interpretação do discurso político oral ou oralizado⁵⁴ também apresentam essa mesma complexidade, que se intensifica, consideravelmente, à medida que, a esse conjunto de fatores, se adiciona a transmissão desse discurso pela tevê.

⁵⁴ A distinção que sugerimos entre “oral” e “oralizado” fundamenta-se na predominância de uma certa ambiência discursiva, que atravessa toda produção simbólica, ora mais próxima da tradição oral, ora mais ligada à tradição escrita, recobrindo, inclusive, a própria diferença entre as duas modalidades lingüísticas, visto que essa “ambiência” não se confunde com o meio de manifestação, ou seja, com a substância sonora ou gráfica da expressão, por meio da qual a formulação lingüística, por exemplo, será atualizada. Pode ou não haver uma coincidência entre a “substância da expressão” e o ambiente discursivo – o que corresponde aproximadamente à distinção estabelecida por Marcuschi ([2000] 2005) entre “meio” e “concepção” –, de modo que no contínuo em que se distribuem as práticas discursivas existem tanto os casos prototípicos, como a “conversação espontânea”, que se dá geralmente mediante uma manifestação sonora em uma ambiência discursiva de oralidade, e o artigo científico, que freqüentemente conjuga expressão gráfica e ambiente de escrita, quanto os casos complexos, como o “bate-papo *on-line*”, cuja tendência é a articulação entre uma substância gráfica e uma ambiência de oralidade, e o “telejornal” ou mesmo a maioria das intervenções no HGPE, em que a expressão é sonora e o ambiente em que essa expressão se apresenta é aquele das práticas de escrita. Assim, constatamos que variáveis como o registro, do mais formal ao mais informal, e as variedades lingüísticas, as diversas “normas” (no sentido que Coseriu ([1952-53] 1979) atribui ao termo) incidem, direta ou indiretamente, sobre as modalidades lingüísticas, dependendo dos contextos sociais e históricos nos quais a produção discursiva se realiza.

A reunião desses diversos aspectos que envolvem toda interlocução oral era já considerada por várias disciplinas, ao longo do século XIX e, particularmente, em sua segunda metade, quando se concebia a enunciação como espaço material de fala e lugar psíquico e social de relação do sujeito falante consigo mesmo e com outrem (cf. CHISS & PUECH, 1999). O interesse pela linguagem, concebida, por um lado, como “ato” e, por outro, como ligação entre sujeitos, promoveu o desenvolvimento de várias perspectivas de pesquisa. A fisiologia e a acústica (a partir desta última, aliás, surgiria uma ampla tecnologia sonora) exploravam as condições propriamente materiais do ato de fala: pretendia-se analisar os movimentos articulatórios, reproduzir os sons e transmitir a voz humana. À psicologia interessavam as faculdades e funções mentais envolvidas na fala consciente dos sujeitos, mas também as manifestações verbais que se davam à sua revelia, tais como as alucinações, os automatismos e a glossolalia (cf. COURTINE, sd.). Nessa mesma época, a sociologia postulava e buscava precisar o conteúdo do famoso axioma *A língua é um fato social*; tentava-se ainda apontar identidades e diferenças entre a língua e as demais instituições sociais⁵⁵.

É nesse contexto que Saussure anunciará a necessidade do advento de uma “semiologia”. Seu anúncio será conhecido e difundido pelo mesmo *Curso de lingüística geral* que servirá de fundamento para a emergência da Lingüística estrutural. Enquanto esta última conhecerá um rápido sucesso, já no final da década de 1920, no Leste Europeu, conquistando um grande desenvolvimento, a semiologia terá de esperar por volta de meio século para ganhar contornos relativamente definidos, fosse ela designada “semiótica”, como nos trabalhos de Greimas, ou “semiologia”, como nos textos de Barthes. Ambas – repetindo temas e crenças, tais como o desvendamento de segredos e mistérios, a busca pelos precursores, a determinação da gênese e das filiações, o apontamento de atrasos e antecipações – reivindicam o legado de Saussure e situam-se na ascendência mais ou menos direta do pensamento saussuriano, ao qual atribuem a emergência da autonomia de um objeto, da positividade científica de uma teoria e de um método, e da possibilidade uma análise sistemática de tudo o que se nos apresente sob a forma de signo. Se as tendências enunciativas, textuais, sociolingüísticas, pragmáticas e discursivas, face às duas faces de Saussure, a do “pai fundador”, que possibilitou a concepção da disciplina, e a do “pai censor”,

⁵⁵ De fato, no final do século XIX e no começo do XX, o pensamento sobre diversos aspectos sociais da língua e da linguagem estava amplamente disseminado pela Europa: além de notáveis lingüistas, como Bréal e Meillet, e de eminentes sociólogos, como Durkheim e Mauss, poderíamos mencionar Bakhtin, com sua concepção social e “dialógica” da vida e da linguagem, e Tarde, com sua reflexão sobre a “conversação”, entre tantos outros que, a seu modo, conceberam e trataram de fenômenos da *socialité conversationnelle*, para retomarmos uma expressão cunhada por Chiss & Puech (1999) para caracterizar tanto a efervescência das interlocuções na virada do século XIX para o XX quanto as abordagens científicas de então que tentavam compreender alguns de seus aspectos.

que interditou seu pleno desenvolvimento, tenderam a enfatizar as interdições e as exclusões saussurianas, a despeito do reconhecimento de suas conquistas científicas, a semiótica e a semiologia parecem ter realçado a fundação e a sua filiação a ela, embora tenham proposto várias ampliações. Segundo uma certa interpretação, o contexto em que emergiram esses dois campos de estudos da linguagem estava propício à reivindicação da herança de Saussure, que permitiria, inclusive, a ultrapassagem das fronteiras da Lingüística:

Si la sémiologie concentre ainsi sur elle toute l'intensité de la référence à Saussure (et son ambivalence...), ce n'est pas par hasard, mais bien en raison de la voie qu'a prise la paradigmatization du saussurisme à partir des années 50. Lorsque s'est achevée la réception de Saussure, celle qui avait commencé dans les comptes-rendus du C.L.G. et qui s'était poursuivie, de manière problématique dans l'oeuvre de linguistes isolés ou dans celle de linguistes coalisés en fonction d'intérêts qui dépassaient largement la personne et l'oeuvre du savant genevois, la place devenait libre alors pour une «re»-découverte de Saussure au-delà des frontières de la discipline et à travers un certain nombre de personnalités-relais particulièrement et naturellement sensibles à la thématization saussurienne du "sémiologique". (CHISS & PUECH, 1999, p. 62)

De acordo com essa hipótese de Chiss & Puech a reclamação do legado e a inscrição na descendência de Saussure, mas também de Hjelmslev, nada têm de essencialmente pejorativo⁵⁶. Desde os primeiros ecos e reações ao CLG uma série de *topoi* será estabelecida e algumas de suas passagens rapidamente se tornarão clássicas e quase obrigatórias, bastando que se comentasse sua profundidade, seu alcance e interesse, para que já se começasse a reproduzir uma lembrança legitimante. Assim, do mesmo modo como são constitutivos da produção científica os condicionamentos sociais e institucionais, também o são as filiações teóricas e a formação de uma memória e de um horizonte disciplinar. Trata-se de um duplo movimento discursivo dos campos de saber que promove tanto a tomada de consciência de si e sua auto-representação quanto sua própria constituição, mediante um trabalho de memória, cujas ambivalências não são contingentes, mas necessárias. O pensamento de Saussure constituiu para a Lingüística e, posteriormente, para algumas Ciências Humanas, a partir da

⁵⁶ No texto "Teoria Semiótica: a questão do sentido", Cortina & Marchezan (2004) não reivindicam uma filiação simples e direta de Saussure, antes, apresentam uma série de sóbrias considerações acerca dessa *herança saussuriana e hjelmsleviana*, esclarecendo que, apesar de seguir e aprofundar muitos dos princípios saussurianos, a semiótica não se resume a uma sua mera repetição: *A semiótica tem, assim, suas preocupações já situadas no Curso de Lingüística Geral, embora seus procedimentos metodológicos não constituam uma transposição do modelo saussuriano do signo lingüístico, uma vez que consideram não os sistemas de signos, mas os processos de significação; para tanto, já na sua trajetória inicial, com Semântica estrutural, a semiótica acompanha as propostas de Hjelmslev.* (CORTINA & MARCHEZAN, 2004, p. 396). Além disso, o texto reflete sobre as bases e as reformulações epistemológicas da semiótica francesa, traçando um panorama que vai de suas fundações até seus mais recentes desenvolvimentos.

segunda metade do século XX, por um lado, um campo e uma perspectiva de pesquisa e, por outro, um *domínio de memória* e um objeto de saber a ser transmitido e transformado (cf. CHISS & PUECH, 1999). Na década de 1960, especialmente na França – antes de uma certa “travessia”, ocorrida no final dos anos 70 e começo dos anos 80, que conduziria ao que François Dosse (1997) chamou de *humanização das ciências humanas* –, sabemos que o *diabo* do estruturalismo, derivado de uma certa leitura de Saussure, estava *na rua, no meio do redemoinho*. Com ele, a semiologia e a semiótica de então firmavam um pacto por meio do qual passou a lhes ser permitido quase tudo conceber como linguagem e analisar como sistema de signos ou processos de significação.

Na Lingüística, mas também na semiótica, de Greimas, e na semiologia, de Barthes, observamos o reconhecimento de um paradigma e o estabelecimento de sua consolidação. A partir dos sólidos fundamentos de uma tradição de pensamento será possível promover filiações, delimitações, ultrapassagens, ampliações, inflexões e afastamentos. O nome de Saussure torna-se então um *lugar de memória*, faz lembrar e esquecer, e consiste amiúde em uma espécie de origem absoluta, garantia de unidade e última legitimação dos estudos lingüísticos, semióticos e semiológicos. Ao repetir um movimento que continua, modifica e, por vezes, censura, mas que não renega totalmente sua causa, os estruturalistas do século XX produziram um certo paroxismo, com seus vetores institucionais e epistemológicos, que se manifestou sob a forma de uma “ultrapassagem por adesão” ou, talvez, antes, uma “adesão por ultrapassagem”. Nos termos de Chiss & Puech, os trabalhos de Benveniste e de Jakobson são exemplos dessa *référence comme intégration critique créatrice d'un socle de mémoire homogène commun, permettant d'autant mieux infléchissements et dépassements qu'il est assuré de sa solidité*. (1999, p. 68; grifos dos autores).

É à semiologia ou à semiótica, derivada da Lingüística estrutural, que se refere Courtine? Inscreve-se ele em uma filiação que remonta a Saussure e que passa por Hjelmslev, Greimas e Barthes, entre outros? Acreditamos que não exatamente⁵⁷. Ao propor sua “Semiologia histórica” (ver nota 7), já na segunda metade da década de 1980, Courtine não podia, de fato, desconhecer nem ser totalmente indiferente à tradição lingüística, semiótica e semiológica estruturalista que havia se consolidado, desde o final do século XIX até os anos

⁵⁷ Além das razões explicitadas na seqüência do texto, nossa resposta relativa se deve a dois motivos: a) se pensarmos que a “semiologia”, em Saussure, não diz respeito somente à ciência à qual, englobando a própria Lingüística, caberia estudar o funcionamento de outros sistemas semióticos, além da língua, mas refere-se também à natureza social e “histórica” dos signos, quando postos em circulação na sociedade, então poderíamos dizer que o projeto de Courtine não é absolutamente estranho à semiologia saussuriana, afastando-se, de fato, apenas da semiologia e da semiótica estruturais; e b) apesar de algumas reticências e críticas ao conjunto da obra de Barthes, Courtine não considera que desse conjunto não se possa aproveitar algumas de suas sagazes intuições.

de 1970. O conhecimento e a não-indiferença, entretanto, não significam necessariamente adesão. Lembremo-nos que já em “AAD 69”, Pêcheux estabelecia uma diferença fundamental entre as tendências estruturalistas que concebiam, por exemplo, mitos, relações de parentesco, moda, alimentação, mobiliário e “fala” como linguagem, como sistemas semióticos, enfim, como textos, cujo funcionamento poderia ser considerado e apreendido como um conjunto imanente de regras de combinação e associação de signos, e a perspectiva discursiva, que ele então instaurava, segundo a qual as manifestações verbais articulam-se a partir do encontro entre a língua e a história, ou seja, no discurso. Pêcheux concebe o discurso como condição de possibilidade e determinação de todo e qualquer dizer. Com sua proposta, Courtine pretendia, antes, estender o alcance da visada discursiva do que postular uma continuidade da perspectiva semiótica ou semiológica estrutural.

Para tanto, Courtine acrescenta ao substantivo “semiologia” o adjetivo “histórica”. Não se tratava, decerto, da mera criação de um sintagma atraente. A intensificação do enfoque lingüístico, em detrimento da abordagem histórica que lhe deveria ser inerente, a insistente obsessão nas análises da AD pelos textos doutrinários escritos e as transformações do discurso político impeliram Courtine a empreender uma inflexão teórica e metodológica em seus trabalhos. Analisando retrospectivamente o conjunto de sua obra, Courtine ressalta que seu interesse em compreender as recentes metamorfoses das discursividades políticas o conduziu a refletir sobre as relações entre o corpo e o discurso e sobre a presença do corpo no discurso nas novas formas da fala pública. De início, seu projeto estava duplamente circunscrito: interessava-lhe o campo político e a época contemporânea. Entretanto, a própria historicidade dos objetos com os quais ele se defrontava ao pensar sobre o atual discurso político o encaminhou às considerações acerca das práticas e representações da expressividade, emergentes na Idade Moderna, a partir do século XVI. Nos primeiros movimentos em direção a essas ampliações e reformulações de perspectiva, subjazia a persistência em seguir e desenvolver o postulado, tão caro à Análise do discurso, segundo o qual a produção simbólica é indissociável da dimensão histórica.

O olhar minucioso das objetivas que perscrutam o corpo, produto da conjunção entre novas sensibilidades e recentes tecnologias, tornou-se um dos elementos do espetáculo político que se coaduna perfeitamente com o ideal democrático da transparência corporal: as aparências expressas na pele apresentam e revelam as intenções essenciais que habitam corações e mentes dos homens políticos. Mas esse jogo, em que se articulam essências e aparências, não se limita à esfera política nem tampouco tem seu início na contemporaneidade. Com efeito, as relações entre o que se guarda na alma e o que se mostra

no corpo recobrem os mais variados domínios da vida, remontam às origens da humanidade e se transformam conforme os diferentes contextos históricos em que funciona e se manifesta: trata-se de uma invariante antropológica que se molda às variações da história. Conforme vimos no Capítulo I, quando abordávamos a fala pública no século XVI, um enunciado simples e célebre exprime essas relações, a saber, “O corpo fala”. Com vistas a interpretar seu alcance e a apreender suas transições, detendo-se inicialmente na moderna expressividade do rosto, em conjunto com Claudine Haroche, na obra *História do rosto* (1988), Courtine inspira-se e filia-se principalmente não à semiótica ou à semiologia estrutural, mas ao *paradigma indiciário*, de que fala Ginzburg ([1986] 2003). É, sobretudo, a partir desse *paradigma* que Courtine concebe a “Semiologia histórica”.

Mais do que uma “história do rosto”, o livro de Courtine & Haroche é uma genealogia da expressão moderna, da crescente sensibilidade dos sujeitos em relação à expressividade do corpo e, particularmente, do rosto, que, a partir do século XVI, serão concebidos como signos de sua identidade individual. Uma vez que se busca compreender os elos entre a dimensão expressiva e o movimento de constituição das subjetividades, torna-se necessário tentar identificar e interpretar, além dos traços imóveis sobre os quais recaía o olhar da antiga semiótica medicinal, os instáveis signos que se manifestam na superfície do corpo. O “paradigma indiciário” apresenta-se como uma via produtiva para a realização de um trabalho dessa natureza, visto que ele consiste na re-atualização e reformulação de uma longa e remota tradição no interior da qual se encontra um conjunto de saberes populares, técnicas, artes e disciplinas que trabalham a decifração dos signos corporais. O fundamento desse trabalho de percepção, interpretação e adivinhação pressupõe *le lien entre un homme extérieur et un être intérieur, entre ce qui, du sujet, est perçu comme superficiel et profond, montré et caché, visible et invisible, manifeste et latent*. (COURTINE, 2005a, p. 304). Sob a égide dos desenvolvimentos do paradigma indiciário, a Semiologia histórica manifesta-se como uma possibilidade de conhecer e entender as diversas práticas e representações da expressividade do corpo, em diferentes contextos históricos. Por essa razão, Courtine & Haroche afirmam que

Le travail de Ginzburg ouvre en outre la perspective d’une **sémiologie historique**. Il comporte des éléments et des suggestions qui permettent de retourner aux origines mêmes de la sémiologie, dans ces pratiques de déchiffrement du corps humain et de ses signes [...]. Et de redonner ainsi vie à un projet sémiologique qui a dérivé vers une sémiotique an-historique et formelle préoccupée de la seule dimension textuelle des signes. (1988, p. 19; grifo dos autores)

Sobre os encontros entre o domínio do corpo, onde se inscrevem física e visivelmente signos, marcas, traços e índices, e a instância da alma, na qual habitam psicológica e invisivelmente emoções, sentimentos, paixões e moral, já se debruçaram livros de adivinhação, tratados de medicina, manuais de retórica, artes de conversação, obras de fisiognomonía, regras de “boas maneiras”, costumes e civilidade, entre outros campos de técnicas e saber. Segundo Ginzburg, a intuição entre o visível do corpo e o invisível do ser já se apresentava nas caçadas dos primeiros homínídeos, no momento em que eles aprenderam a reconstituir as formas e movimentos das presas escondidas por meio de suas pegadas, dos galhos quebrados, de seus pêlos e odores. O homem então *aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas.* (GINZBURG, [1986] 2003, p. 151). Desde então, o pensamento humano, em geral, e as práticas científicas, em particular, potencializaram seu poder de abstração e seu alcance de formalização. O século XIX assistiu ao advento do paradigma indiciário, ou do que talvez pudéssemos chamar de uma *episteme semiológica*, para retomarmos uma expressão de Chiss & Puech (1999), no interior do qual se deu a emergência da Lingüística moderna, cujo ideal, esforço e capacidade de abstração e formalização conduziram-na, ao longo do século XX, ao posto de modelo de cientificidade para outras ciências humanas.

A Lingüística estrutural surge nas fronteiras do paradigma indiciário, mas rompe com ele já no próprio momento de sua concepção. Diante da dispersão de objetos que podem ser analisados sob o prisma indiciário, a Lingüística estabelecia um único e autônomo, descrevendo-o objetiva e cientificamente. E enquanto a intuição guiava as interpretações dos índices, as deduções pululavam nos postulados e nas análises lingüísticas. Ao longo do século XX, viriam o reconhecimento pelas conquistas científicas e as cobranças pelas exclusões fundamentais:

Mas pode o paradigma indiciário ser rigoroso? A orientação quantitativa e antiantropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância. Só a lingüística conseguiu, no decorrer deste século, subtrair-se a esse dilema, por isso pondo-se como modelo, mais ou menos atingido, também para outras disciplinas. (GINZBURG, [1986] 2003, p. 178)

Nesta passagem do texto de Ginzburg, observamos a ratificação da cientificidade alcançada pela Lingüística. Mas, na seqüência imediata de seu artigo, o historiador italiano sublinha que o tipo de rigor requerido e aplicado pelas análises do funcionamento interno dos sistemas lingüísticos é não só inatingível mas também indesejável, quando se trata de formas de saber e de interpretação dos signos em circulação nas diversas esferas da experiência cotidiana. Nessas ocasiões, o rigor flexível do paradigma indiciário mostra-se ineliminável (GINZBURG, [1986] 2003, p. 178-179). A semiologia e a semiótica estruturais, concebidas no bojo dos desenvolvimentos da Lingüística da língua, não se mostraram muito afeiçoadas à intuição e às efetivas práticas simbólicas empreendidas pelos sujeitos sociais, em diferentes contextos históricos, mas privilegiaram freqüentemente a precisão metodológica nas análises de objetos, dos quais se pressupunha não raras vezes autonomia e imanência. Alguns excessos de formalização parecem ter esquecido as dimensões sociais e históricas presentes no surgimento da semiologia, no final do século XIX, quando ela se contrapunha ao paradigma biológico que outrora dominava os estudos sobre as línguas.

A concepção da semiologia, em Saussure, antes de ser o resultado de uma soma, assemelha-se mais ao saldo de uma subtração. Apesar de essa Semiologia não ignorar fatores sociais e “históricos” da circulação dos signos, não se tratava propriamente de adicionar à língua e aos outros conjuntos sógnicos os fatores extralingüísticos implicados na interlocução, mas justamente de afastar esses últimos, para que as análises pudessem se concentrar no funcionamento dos sistemas semióticos. Por extensão, em detrimento de uma perspectiva interdisciplinar, o CLG repele outros campos de saber, como a fisiologia, a psicologia e a sociologia que, como vimos, também se interessavam pelos fenômenos da linguagem, ao longo do século XIX. Segundo o “Curso”, o princípio sobre o qual se assenta a semiologia dos signos lingüísticos, ou seja, o caráter arbitrário, que, no caso da linguagem verbal, regula a associação entre uma imagem acústica e um conceito, estende-se à gênese de qualquer signo e como tal deve ser considerado. A Lingüística inscreve-se na Semiologia, mas é a primeira que lhe servirá de “modelo” (cf. SAUSSURE, [1916] 2000, p. 82).

A arbitrariedade do signo, concebida como “ideal do procedimento semiológico” e fundamento exato de toda semiotização, contrapunha-se ao paradigma das ciências naturais: em uma palavra, os signos são elementos da cultura e não produtos da natureza. Mas o corpo humano é um organismo natural. Que estatuto, então, devem ter os signos corporais? Como traçar uma fronteira rigorosa entre as linguagens que se originam no corpo e as linguagens que se transmitem pelo corpo? Se o signo é um artefato cultural, o corpo significante deveria ser concebido como meio e produto das convenções sociais, passível de transformação

quando exposto às contingências da história: *o tempo altera todas as coisas; não existe razão para que a língua escape a essa lei universal* (SAUSSURE, [1916] 2000, p. 91). Ainda que os significantes e significados do corpo pudessem ser inscritos na história e na cultura, tratar da semiose corporal poderia fazer com que reflexões e análises derivassem para as abordagens naturalistas, estabelecendo, eventualmente, o retorno dos fenômenos da vida biológica, cujo alcance era necessário conjurar, quando o que estava em jogo era a dimensão simbólica. Além disso, considerar o corpo poderia dar margem à proliferação e à dispersão semiótica, tornando difícil a instauração da ordem, a apreensão das unidades e a fixação dos limites disciplinares. Por essa razão, vimos o estruturalismo prolongar e radicalizar o gesto saussuriano que estabelecia um objeto próprio, autônomo, puro e idealmente dessubstancializado. Se, por um lado, as linguagens do corpo inscrevem-se nas preocupações semiológicas, por outro, a concepção da língua saussuriana pressupõe a exclusão da substância corporal da expressão: o corpo e a voz tornaram-se estranhos e exteriores à língua.

A Lingüística e a Semiologia saussurianas afastaram as substâncias do corpo, em benefício da forma dos signos em sistema. Mas o corpo como suporte de signos e como corpo falante não foi ignorado pelos saberes do século XIX. Sob uma nova positividade científica, muitas disciplinas reformularam antigos saberes sobre as linguagens do corpo. Além do interesse sobre a linguagem como um ato, como integrante do funcionamento psicológico e como troca simbólica entre os sujeitos sociais, a frenologia, a antropometria, a anatomia comparada e a antropologia criminal preocupavam-se em identificar nas marcas e nos signos corporais índoles criminosas, personalidades degeneradas, mentes perigosas e almas mal-intencionadas. Seguindo um certo consenso na literatura especializada, afirmamos no Capítulo I que o surgimento das massas populacionais nas sociedades democráticas do século XIX, diferentemente do que ocorria no Antigo Regime, período em que a identificação e a distinção dos estratos sociais eram manifestas, dificultou o gesto de reconhecer e apontar a quais classes socioeconômicas pertenciam os numerosos indivíduos que transitavam pelas ruas das grandes cidades. Se, por um lado, as sociedades democráticas apagavam uma série de índices físicos tradicionais e embaralhava os velhos códigos das sociedades de castas, mascarando as hierarquias, por outro, elas suscitavam inquietudes e promoviam novas ameaças, quando as maneiras, os gestos e as expressões tornaram-se praticamente indistintos. Diante dos supostos riscos e perigos de não se saber “quem é quem”, as novas “ciências” do século XIX, que pressupunham e reliam à sua maneira a correspondência entre o “dentro” e o “fora” do corpo, conheceram então enorme sucesso, visto que consistiam na promessa de identificação precisa e objetiva da maldade interna e invisível que se representava em uma

morfologia de carne e osso. A história mostrou seus equívocos e conseqüências: preconceitos, hostilidades e guerras.

Interessar-se atualmente pelo corpo, pelos gestos e pela voz, elementos constitutivos das práticas discursivas orais ou oralizadas, não implica necessariamente a repetição dos erros e das crenças do passado, nem a legitimação da “ciência” da alma e da “polícia” das identidades, nem tampouco o completo abandono ou a dissolução do *real da língua*. A linguagem, como dizia Saussure, é um fenômeno heteróclito e a interação social que por meio dela se estabelece entre os homens apresenta uma vasta gama de fatores, cuja apreensão analítica global parece ser inexequível. Cremos, porém, que a constatação da complexidade e da heterogeneidade não representa o reconhecimento e a declaração de uma absoluta impotência teórica; antes, trata-se aqui de admitir e postular a necessidade das resoluções parciais e provisórias a serem obtidas pela aceitação dos limites interpretativos das disciplinas, reportando-se e remetendo a outros campos de saber, e/ou por eventuais recomposições disciplinares. Conforme observamos acima, a consolidação das abordagens comunicacionais, pragmáticas e discursivas instaurou-se mediante a produção de um simulacro dos estudos da linguagem predecessores e de auto-apresentações de uma outra Lingüística: a lingüística dos usos contra a lingüística das estruturas; a lingüística do sentido contra a lingüística formal (cf. CHISS & PUECH, 1999, p. 115). Assim, tentava-se construir um efeito de ampliação: frente ao monológico, o dialógico, à ordem, o contingente, ao abstrato, o concreto, enfim, à autonomia e pureza da língua, o conjunto de fatores presentes na interação social pela linguagem. Essa tendência ao alargamento poderia acarretar na ruína do próprio objeto da Lingüística.

A consideração da variedade e da dispersão constitutivas da interação social pela linguagem parece inviabilizar a formalização estrita da língua, mas o próprio conceito de “real da língua” aponta para a impossibilidade de seu fechamento completo e de sua formalização absoluta, visto que a *alíngua* é, em toda língua, o registro que a consagra ao equívoco. [...] o real da língua tem a particularidade de que ele não se reconhece de maneira unívoca, e a ‘regularidade’ pode ser tomada antes como a máscara do que como o signo disso. (MILNER, [1978] 1987, p. 15 e 20; grifo nosso). Por outro lado, os limites impostos pela complexidade da interação à formalização lingüística não impedem que se concebam modelos formais das interlocuções. Se considerarmos, entretanto, que a Semiologia histórica, postulada por Courtine no intuito de interpretar práticas e representações históricas e culturais de expressão que congregam códigos e canais, inspira-se no *paradigma indiciário*, para o qual o rigor formal não é atingível nem desejável, então podemos concluir que a formalização minuciosa

do sistema lingüístico ou da expressividade corporal não será uma busca nem uma conquista. Courtine reivindica, antes, a capacidade heurística da intuição e do “rigor flexível” característicos do paradigma identificado por Ginzburg.

Poder-se-ia levantar algumas objeções a essa postura, afirmando que sua adoção implicaria a descaracterização das especificidades disciplinares e que, além disso, já existem desenvolvimentos de áreas da Lingüística, como a Análise da Conversação, por exemplo, que tratam tanto dos elementos verbais quanto dos materiais para e não-verbal (cf. KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006). À primeira dessas críticas, talvez pudéssemos responder que a transversalidade disciplinar requerida pela complexidade da interação social justifica e até torna necessária a tentativa de constituição de novos objetos de pesquisa em vários domínios das ciências humanas, que, no mínimo, desde o século XIX, interessam-se pela linguagem. Novos objetos e outras perspectivas poderiam lançar *à la tradition linguistique des questions qui ne sont pas cachées ou oubliées mais qui l’ont toujours agitée. Il n’y aurait donc pas tant à se protéger de ces décentrement qu’à évaluer leur pouvoir transformateur dans l’histoire des théories du langage* (CHISS & PUECH, 1999, p. 117).

Já em relação à segunda contestação, acreditamos que se poderia replicá-la, por meio dos seguintes argumentos: a) estudos como os da Análise da Conversação, da Pragmática e da Sociolingüística tendem a enfatizar os dados contextuais da interação verbal, sem inscrevê-los efetivamente na história que os compreende; e b) boa parte das análises que se filiam a essas disciplinas e que trabalham com as noções de “comunicação” e de “interação” ainda insiste na centralidade ou quase exclusividade da linguagem verbal, concedendo aos elementos corporais, gestuais e vocais a condição de acompanhamentos opcionais. Em face desse estado de coisas, em que inegavelmente muitos desenvolvimentos científicos foram conquistados e no qual outros tantos avanços ainda podem ser obtidos, cremos que seja necessário fundamentar nossas interpretações das práticas discursivas em postulados que nos permitam evitar tanto as limitações dos modelos formais de análise lingüística e as lacunas dos modelos sócio-interacionistas que consideram o corpo e a voz material facultativo do discurso, quanto as deficiências das abordagens “pré-científicas” dos signos do corpo. Encontramos esses postulados na Semiologia histórica, que, por seu turno, congrega pressupostos da História cultural, da Antropologia histórica e da Semiologia. Acreditamos que as contribuições que nela buscamos podem representar aos estudos discursivos, em geral, e às análises do discurso político contemporâneo televisivo, em particular, algumas possibilidades de desenvolvimento.

Derivado do reconhecimento de que corpo fala, os gestos significam e o rosto diz o que as palavras calam, deu-se o advento de várias abordagens que focalizam as questões

relacionadas à “comunicação não-verbal” que se promove pelo e com o corpo. Segundo Courtine (1989), esses diferentes enfoques sobre a comunicação corporal podem ser *grosso modo* agrupados em três conjuntos: o primeiro reúne os trabalhos que “calam” a linguagem do corpo e que concebem a dimensão silenciosa dos gestos, o emudecido discurso das posturas corporais e a reservada expressividade do rosto, seguindo preceitos etológicos que tentam encontrar semelhanças entre as condutas humanas e animais; o segundo grupo concentra as análises micro-sociológicas, cujos objetivos são assinalar um sentido às formas e ações do corpo nas trocas sociais e examinar os gestos ritualizados das práticas cotidianas; e o terceiro bloco congrega as perspectivas antropológicas que insistem em tentar estabelecer nas manifestações corporais uma codificação universal da emoção ou a detecção dos índices de verdade ou de mentira. Esses distintos pontos de vista assemelham-se entre si por se tratarem de semiologias das linguagens do corpo que negligenciam a historicidade da expressão:

Le corps, le visage sont des objets historiques et culturels dont les perceptions sont liées, dans le registre de l’expression, aux représentations langagières, aux transformations de celles-ci. Et à suivre les mutations des régimes du corps como système signifiant se dégage, au point où le projet d’une histoire des mentalités croise celui d’une sémiologie générale, la perspective d’une **sémiologie historique**. Celle-ci est l’une des formes qui peut revêtir la rencontre des préoccupations des historiens qui se sont donnés le corps pour objet, et de ceux parmi les linguistes qui ne considèrent pas le projet d’une sémiologie, inscrit dans la définition originelle de leur discipline, comme utopique, caduc, désormais étranger au champ de leur investigations. (COURTINE, 1989, p. 88-89; grifo nosso)

Em que consistem precisamente essas contribuições que a Análise do discurso poderia buscar na Semiologia histórica? E, mais precisamente, quais seriam os benefícios promovidos por esse diálogo disciplinar para as análises do discurso político contemporâneo transmitido na televisão? Cremos que, com base em subsídios a serem fornecidos pela Semiologia histórica, a AD poderia tanto restituir e refinar sua concepção de história quanto problematizar e aperfeiçoar a noção de texto, utilizada em muitos de seus trabalhos. No que respeita à história, é preciso reconhecer inicialmente que uma certa tendência dos estudos lingüísticos transfrásticos em conceber a produção dos sentidos como resultado das relações entre texto e contexto tem sido, não raras vezes, praticamente reproduzida em vários trabalhos da Análise do discurso: a história, nesse caso, passa a ser entendida como sinônimo de situação de interação⁵⁸. Além disso, recentes estudos que se filiam à AD ou que, ao menos,

⁵⁸ Os incontestáveis desenvolvimentos da Lingüística textual, da Semiótica francesa e das teorias pragmáticas e enunciativas, em geral, que não mais concebem a noção de “contexto” somente como o co-texto (segmentos que

anunciam essa filiação ainda repetem fórmulas de Michel Pêcheux - abandonadas ou repensadas por ele mesmo ou por outros integrantes de seu grupo, ao longo das reformulações de sua obra -, que praticamente reduzem a história às *condições de produção* do discurso: *Em outras palavras, um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas*, por isso, Pêcheux postulava que *é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referir-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir do um estado definido das condições de produção* ([1969] 1997a, p. 77 e 79; grifos do autor)⁵⁹.

A “exterioridade” constitutiva do discurso parecia ser, antes, de natureza sociológica que propriamente histórica, visto que estava circunscrita ao conjunto de fatores do contexto social que determinava a projeção de imagens produzidas pelos interlocutores acerca de si, do outro e do referente, que, por sua vez, Pêcheux afirma corresponder ao “contexto”, à “situação” em que o discurso é produzido: *Convém agora acrescentar que o ‘referente’ (R no esquema acima, o ‘contexto’, a ‘situação’ na qual aparece o discurso) pertence igualmente às condições de produção* ([1969] 1997a, p. 83). No mesmo ano em que era publicada a *Análise Automática do Discurso*, os debates sobre uma nova concepção de história agitavam as ciências humanas. No seio do estruturalismo, Michel Foucault afirmava: *a lingüística acaba de dar às ciências sociais possibilidades epistemológicas diferentes das que ela lhes oferecia até então*. E, em seguida, acrescentava:

De fato, é verdade que o ponto de vista da lingüística estrutural é sincrônico, mas o ponto de vista sincrônico não é a-histórico e, com mais forte razão, não é um ponto de vista anti-histórico. [...] É preciso admitir que a história é tanto o simultâneo quanto o sucessivo. (FOUCAULT, [1969] 2000b, p. 162 e 165).

precedem e sucedem um enunciado) e como a situação imediata de interação, mas também como o entorno social, político e cultural, no qual se inserem os interlocutores, parecem não conseguir impedir que, dentro e fora de seus domínios, muitos trabalhos façam corresponder “contexto” e conjunto de circunstâncias restritas da interação.

⁵⁹ A ascendência da obra de Althusser sobre Pêcheux, nesse período, indica-nos que, se a dimensão histórica era concebida na AD como *condições de produção*, então a história correspondia à sua reprodução e, no limite, à sua própria elisão: *Como o dizia Marx, até uma criança sabe que uma formação social que não reproduz as condições de produção ao mesmo tempo que produz, não sobreviverá nem por um ano. Portanto, a condição última da produção é a reprodução das condições de produção*. (ALTHUSSER, [1970] 1985, p. 53). As várias críticas recebidas por Althusser referentes à sua concepção marxista de história como *luta de classes*, que reproduz as condições materiais de existência, conduziram Pêcheux à formulação de uma tentativa de defesa e salvamento da tese althusseriana, tratando para tanto das *condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção* ([1975] 1997b, p. 143-149; grifos nossos). Inegavelmente, porém, desde as primeiras formulações de Pêcheux, a substituição dos conceitos de “contexto” e “situação”, então utilizados por várias vertentes lingüísticas, pelo de “condições de produção” implicava a consideração de aspectos sociais e institucionais que ainda não haviam sido satisfatória e suficientemente considerados pela Lingüística da época.

Também em 1969, Foucault publicava a *Arqueologia do Saber*, livro no qual as reflexões sobre a história são onipresentes. Se, por um lado, a obra de Foucault reconhece, reivindica e reverbera a historicidade das relações sincrônicas, por outro, recusa e critica o recobrimento dos acontecimentos pelos recortes de longa duração, sublinhando que sua *Arqueologia não tenta tratar como simultâneo o que se dá como sucessivo; não tenta imobilizar o tempo e substituir seu fluxo de acontecimentos por correlações que delineiam uma figura imóvel*. (FOUCAULT, [1969] 1997, p. 193).

1969 seria ainda o ano da reedição de um conjunto de artigos de Fernand Braudel - entre os quais, figura, por exemplo, o famoso “História e ciências sociais: a longa duração” -, reunidos sob o título de *Escritos sobre a história*.

“História e ciências sociais” era concebido como a aplicação dos princípios estruturalistas à história e, por isso, tornou-se muito apreciado pela geração intelectual francesa da década de 1960: Barthes cita-o em seus *Elementos de Semiologia*; e ainda que Foucault preferisse se referir a Pierre Chaunu, proponente da *história serial do terceiro nível* (que reúne as dimensões mentais e afetivas), o pensamento braudeliano está disseminado em sua obra, recebendo louros e duríssimas críticas. É a Braudel que normalmente se atribui a concepção das diferentes durações da história: a estrutura, a conjuntura e o acontecimento. Mas a essa atribuição deve ser feita a seguinte ressalva: de fato, o próprio Braudel ([1958] 1990) afirma que a idéia das múltiplas temporalidades já figurava nas obras de Ernest Labrousse e Georges Gurvitch, entre outros, ou seja, antes da publicação, em 1949, de um de seus livros maiores, o *Mediterrâneo*. A distinção entre a longa, a média e a curta duração, que, respectivamente, correspondem ao que Braudel designava como *tempo geográfico*, *tempo social* e *tempo individual*, já era comum aos historiadores, entretanto *permanece uma conquista pessoal de Braudel combinar um estudo na longa duração com o de uma complexa interação entre o meio, a economia, a sociedade, a política, a cultura e os acontecimentos* (BURKE, [1990] 1997, p. 55).

A reflexão sistemática de Braudel sobre as diferentes temporalidades denunciava os problemas em torno da concepção de tempo da história tradicional e das ciências sociais. Em relação à primeira, o historiador francês afirmava: *A história tradicional, atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao acontecimento, habituou-se desde já muito à sua narração precipitada, dramática, de pouco fôlego* (BRAUDEL, [1958] 1990, p. 9); quanto às segundas, coube a Braudel tentar ensinar-lhes que, por mais lentas que sejam suas transformações, as estruturas estão sujeitas às mudanças da história. Mas os desenvolvimentos da historiografia não se encerram com Braudel; antes dele, Marc Bloch e Lucien Febvre já haviam questionado

as deficiências das análises históricas que reduziavam a complexidade da história ao poder de homens notáveis e de grandes nações, desconsiderando forças e fatores estruturais, coletivos e individuais que atravessam, condicionam e transcendem os grandes eventos; e, depois dele, muitos outros historiadores viriam apontar falhas da história social e econômica que privilegiava as estruturas e a longa duração, conceber novos objetos e propor novas abordagens e novos problemas.

A história da historiografia abriga, em função da sua própria condição de objeto histórico, complexidades no tempo, nos domínios e nas fronteiras. Mesmo a tentativa mais despreziosa de caracterizar a história e a linhagem de historiadores que sucederam a “era de Braudel” não deveria simplesmente opor “o social” e “o econômico”, de ontem, às mentalidades e à cultura, de hoje, visto que, embora privilegiasse os fatores sociais e econômicos, a história das estruturas e da longa duração, não ignorava a dimensão “sociopsicológica”, nem os objetos e fenômenos culturais. Essa consideração não impede, porém, que possamos observar uma significativa transformação de perspectiva. A seguinte passagem do texto de Burke sintetiza com justeza essa complexidade:

Como vimos, na geração de Braudel, a história das mentalidades e outras formas de história cultural não foram inteiramente negligenciadas, contudo, situavam-se marginalmente ao projeto dos **Annales**. No correr dos anos 60 e 70, porém, uma importante mudança de interesse ocorreu. O itinerário intelectual de alguns historiadores dos **Annales** transferiu-se da base econômica para a ‘superestrutura’ cultural, ‘do porão ao sótão’. ([1990] 1997, p. 81)

Esse deslocamento da ênfase que recaía sobre o âmbito socioeconômico para a atenção que privilegiava a esfera cultural tem seu início, portanto, justamente em um momento em que a obra de Braudel despertava o interesse das ciências da linguagem, da filosofia e da sociologia. A mudança ocorreu dentro e fora dos *Annales* e deu origem a uma considerável diversidade de abordagens e perspectivas. Com muitas identidades - de modo a tornar sua demarcação uma tarefa árdua e, talvez, até inexequível, haja vista que elas muitas vezes se recobrem e se interpenetram -, mas também com diferenças e particularidades, surgiram a *Nova história*, a *História das mentalidades*, a *História cultural* e a *Micro-história*. Para nos limitarmos a apenas duas diferenças básicas entre, por exemplo, a História das mentalidades, de um lado, e a História cultural e a Micro-história, de outro, começemos por observar a crítica lançada por Roger Chartier aos trabalhos da História das mentalidades:

Nas suas grandes linhas gerais a história das mentalidades construiu-se aplicando a novos objectos os princípios de inteligibilidade utilizados na história das economias e das sociedades, como sejam a preferência dada ao maior número, logo à investigação da cultura tida como popular; a confiança nos números e na quantificação; o gosto pela longa duração; a primazia atribuída a um tipo de divisão social que organizava imperativamente a classificação dos factos de mentalidade. ([1982-1986] 1990, p. 15)

Embora se trate aqui de uma versão endógena da história, uma vez que Chartier, um dos expoentes da História cultural, caracteriza e interpreta a História das mentalidades a seu modo, cremos poder considerar o fragmento como uma segura indicação das divergências de pontos de vista entre essas duas tendências da historiografia contemporânea. Diante da preferência da História das mentalidades pela longa duração, a História cultural problematiza a hierarquia, a articulação e a imbricação das diferentes temporalidades. Como seria possível pensar e explicar as abruptas e sub-reptícias emergências de novas formas de pensar, fazer e sentir, no interior do tempo longo e quase imóvel das mentalidades? Por outro lado, a História cultural censura a maneira como a História das mentalidades relaciona os grupos socioeconômicos e os níveis culturais. Segundo essa crítica, o que ocorre nesse caso é uma tentativa de operar a reconstituição de sistemas de pensamento e de comportamentos culturais, a partir de uma divisão social e econômica previamente estabelecida: as distinções produzidas pela sociedade e pela economia imporiam distanciamentos culturais, aos quais se buscariam interpretar *a posteriori*. A compósita e desigual repartição das competências, dos bens e das práticas culturais tornou-se uma questão básica e incontornável para as reflexões e estudos da História cultural: um indivíduo está sempre atravessado por múltiplas ordens (o gênero, o meio de origem, a sexualidade, a geração, a profissão, as crenças religiosas, a ideologia etc.) que quase nunca o condicionam do mesmo modo e na mesma medida; uma análise da sua atuação em sociedade não pode ignorar esse princípio.

Depois dessas nossas breves considerações sobre alguns dos recentes debates no campo da História e sobre alguns de seus atuais desenvolvimentos, gostaríamos de colocar as seguintes questões: o que desses debates e desenvolvimentos foi efetivamente incorporado e trabalhado pela Análise do discurso? A AD tem uma consistente e satisfatória concepção de história, considerando que uma de suas fórmulas mais repetidas é justamente *o discurso é a articulação da língua com a história*? Seria problemático afirmar categoricamente que a Análise do discurso passou ao largo dos avanços da historiografia contemporânea, uma vez que encontramos, desde a publicação de *História e Lingüística*, de Régine Robin ([1973] 1987), uma série de considerações sobre os trabalhos dos *Annales*, enfatizando a importância

atribuída por seus historiadores à linguagem e recobrando um trajeto que vai de Febvre, passando por Dupront, Duby e Mandrou, até Vouelle. Ademais, sabemos que Régine Robin, Jacques Guilhaumou e Denise Maldidier estiveram à frente do desenvolvimento de uma *analyse du discours du côté de l'histoire*. No início dos anos de 1980, Courtine (1981), sob a égide da arqueologia de Foucault e das diferentes durações da história de Braudel, e sintonizado com os então recentes debates sobre os *lugares de memória* na história, concebeu a noção de *memória discursiva*. Também datam dos primeiros anos da década de 1980, os textos de Michel Pêcheux, em que observamos os nomes e as influências de Ariès, Le Goff, Nora, Ginzburg e de Certeau.

Além disso, a seu modo, a Análise do discurso representou uma notável metamorfose na abordagem da história no interior dos estudos lingüísticos, na medida em que, diferentemente de uma certa “Lingüística” do final do século XIX, que focalizava as mudanças lingüísticas produzidas pela evolução cronológica das línguas, e da Lingüística estrutural moderna, que tendia a apagar a história, detendo-se na imanência dos sistemas lingüísticos, a AD sublinhou a historicidade dos usos da língua. Não se tratava, nesse caso, de conceber os fatos e conteúdos da história refletidos nos documentos textuais, conforme costumava ser feito pela história tradicional, mas de considerar que a produção e a interpretação discursivas inscrevem-se na história, ou seja, que os discursos e textos que os recortam e manifestam são objetos históricos. É justamente por sustentar que não existem práticas, pensamentos, objetos em si e fora da história, além ou aquém dos discursos, que Paul Henry afirmava, ao final de uma incursão histórica e epistemológica que refletia sobre o lugar da história nas ciências humanas, não haver *‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências* ([1984] 1997, p. 51-52).

Se alguns clássicos trabalhos franceses em AD focalizavam a dimensão ideológica e política dos discursos e refletiam sobre questões que concerniam às concepções de história até a primeira metade da década de 1980, depois dessa época, vimos a Análise do discurso consolidar-se e institucionalizar-se no interior do campo das ciências da linguagem, em geral, e da Lingüística, em particular, e, a partir dessa consolidação, observamos a intensificação de um enfoque que, em detrimento do âmbito histórico, privilegiava a dimensão lingüística da discursividade. Atualmente, um conjunto relativamente amplo de estudos produzidos na França reclama a pertença à AD, mas desenvolve reflexões e análises que mais se aproximam das teorias enunciativas, pragmáticas, argumentativas e textuais. E nem mesmo a louvável tenacidade de Jacques Guilhaumou em produzir uma obra, da década de 1970 até nossos dias,

na qual se busca articular constante e indissolúvelmente a língua e a história, parece ter conseguido amenizar a progressão da AD francesa em direção às tendências lingüísticas sócio-interacionistas ou comunicacionais. A quase ausência e a debilidade das discussões sobre o lugar da história na Análise do discurso praticada hoje na França podem ser vislumbradas ainda por meio da observação de um índice bastante significativo, a saber, o verbete “história”, do dicionário de AD, organizado por Charaudeau e Maingueneau. A entrada, escrita por Guilhaumou, é antes a descrição de um percurso pessoal e um lamento pelo não reconhecimento do seu trabalho do que propriamente uma exposição sobre as concepções de história em Análise do discurso.

No Brasil, alguns trabalhos não negligenciaram as reflexões da “Nova história” nem deixaram de tentar absorver delas algumas importantes contribuições à AD. E de modo análogo à emergência e ao fortalecimento de estudos da Análise do discurso que enfatizam a interface da AD com a Lingüística ou com a psicanálise, privilegiando, respectivamente, recursos e aspectos da língua e do inconsciente, deu-se o desenvolvimento de análises e reflexões nas quais se realça a dimensão histórica e/ou se estabelece diálogos interdisciplinares entre a AD e as novas tendências da historiografia contemporânea. Assumindo os riscos do esquecimento e da omissão implicados neste gesto, mencionaremos somente dois casos de estudos brasileiros que tematizam a história e trabalham sua presença e alcance nos discursos. Inicialmente, limitamo-nos a fazer aqui uma simples alusão ao Projeto *História das idéias lingüísticas no Brasil*, desenvolvido atualmente por meio de um esforço interinstitucional entre pesquisadores brasileiros, sobretudo da UNICAMP, da USP, da UNESP, da UFMG, da UFSM e da UNISUL, e europeus, principalmente, do *Laboratoire d'histoire des théories linguistiques* (principalmente, da *ENS de Lettres et Sciences Humaines de Lyon* e da *Université de Paris VII*). Trata-se, de fato, de um macro-projeto no interior do qual estão abrigados quatro projetos e um conjunto bastante diversificado de pesquisas que explicita ou pressupõe concepções de história bastante consistentes. Em seguida, discorreremos brevemente acerca de um grupo e de um projeto de pesquisa, cujos trabalhos temos acompanhado mais de perto, no bojo dos quais as reflexões sobre a história, como disciplina e conceito, têm sido fundamentais.

Já o segundo caso de estudos em AD que promovem um intenso debate sobre o papel desempenhado pela história na produção e interpretação dos discursos consiste no Grupo de Estudos de Análise do discurso de Araraquara (GEADA), coordenado pela Professora Maria do Rosário Valencise Gregolin, na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP. Embora a institucionalização do Grupo tenha se dado em 1998, as leituras, discussões, orientações e

trabalhos realizados ou dirigidos pela Professora Gregolin, que se caracterizam pelas discussões sobre as bases epistemológicas da Análise do discurso e sobre a presença e o alcance da obra de Michel Foucault na AD, remontam, pelo menos, ao início da segunda metade da década de 1980. Desde o ano em que o GEADA institucionalizou-se até nossos dias, está sendo desenvolvido o projeto *Discurso, História, Memória: a constituição de identidades*, no qual seu diversificado conjunto de pesquisadores busca investigar os procedimentos discursivos de constituição de identidades, focalizando três domínios de produção e circulação de discursos, quais sejam, a mídia, documentos históricos do século XVI ao XX e o contexto escolar. As reflexões sobre as concepções de história, as contribuições de Foucault para a AD, a sintonia com os desenvolvimentos da historiografia contemporânea e sua operacionalização nos estudos da Análise do discurso estão direta ou indiretamente presentes na maioria de seus trabalhos (cf, por exemplo, GREGOLIN, 2003).

A despeito da constância e da força das considerações acerca da história presentes em alguns dos clássicos trabalhos franceses de Análise do discurso, produzidos ao longo das décadas de 1970-80, e em alguns estudos brasileiros, desenvolvidos a partir do início dos anos de 1980 até nossos dias, acreditamos que seja possível e desejável avançar em direção a uma conceituação mais consistente de história, em boa parte das atuais pesquisas em AD na França e no Brasil. E embora admitamos que talvez não seja errôneo considerar que, a depender do objeto de análise e dos objetivos a serem alcançados, alguns estudos, mais que outros, poderiam sofrer menores perdas em suas capacidades interpretativas, se não superassem essa carência teórica, tendemos a crer que a maioria dos trabalhos em AD se beneficiaria bastante, se assim o fizesse. Ademais, pensar sobre a história e ter dela uma sólida concepção, fazendo-a trabalhar e considerando-a em suas diferentes temporalidades e escalas de observação, quando da interpretação dos discursos não significará necessariamente fazer História e não mais Análise do discurso. Por essas razões, fundamentados nos postulados da Semiologia histórica, de Courtine, visamos a uma certa reabilitação da densidade histórica que atravessa toda e qualquer discursividade, com vistas a inscrevermos nosso objeto de reflexão e análise na intersecção de múltiplas durações da história e a considerarmos, mesmo que sumariamente, a historicidade das memórias que ele atualiza, dos recursos que ele emprega, quando de sua formulação, e da forma do objeto cultural por intermédio do qual ele se manifesta materialmente e circula na sociedade.

Dizíamos acima que, a partir da Semiologia histórica, muitos trabalhos de AD talvez pudessem sofisticar sua concepção de história e aperfeiçoar sua noção de texto. Uma vez que já empreendemos algumas considerações referentes à presença e ao alcance da história nas

reflexões da Análise do discurso, passaremos agora a fazer alguns breves comentários sobre a conceituação de texto, no interior desse campo de saber. Não pretendemos, contudo, reproduzir aqui um conjunto já bastante desenvolvido de reflexões, debates e resultados sobre o estatuto da noção de “texto” em AD: já em 1969, Pêcheux afirmava, conforme transcrevemos anteriormente, que *é impossível analisar um discurso como um texto*; e mais recentemente, enquanto Orlandi reiterou a condição do texto como *uma unidade imaginária, enquanto manifestação material concreta do discurso, afirmando que do ponto de vista de sua apresentação empírica, um texto é um objeto com começo, meio e fim; mas se o considerarmos como discurso reinstala-se imediatamente a incompletude* (2001, p. 12; 2006, p. 22). Conceber a incompletude do texto, sob o viés discursivo, não significa, antes, o contrário, que se possa negligenciar impunemente a textualidade, como se as alterações nas formas e nos tipos de textos não implicassem mudanças no conteúdo de um discurso. O texto não foi banido da AD, visto que seu funcionamento e materialidade apresentam-se como condição de possibilidade para o acesso e a interpretação dos discursos, mas sua concepção, na perspectiva discursiva, foi sensivelmente alterada. Tampouco é nossa intenção levar a efeito quaisquer ponderações acerca das diferentes concepções de texto, de acordo com as diversas teorias lingüísticas, explorando algumas de suas eventuais identidades e acentuando suas manifestas disparidades. Indursky (2006) incumbiu-se dessa tarefa em um artigo recente.

Ao mencionarmos a tentativa de empreendermos aqui uma espécie de retificação ou, antes, uma certa ampliação na noção de texto, nosso propósito consiste menos em criticar as definições já correntes em Lingüística, desde os anos de 1960, na Europa, e do começo da década de 1980, no Brasil, do que propriamente em reafirmar alguns aspectos dos conceitos já desenvolvidos e em apontar certos fatores relativos à formulação semiótica e à historicidade da circulação material e institucional dos textos. Se, na vida cotidiana, muitas vezes, quando se fala em texto, pensa-se logo em uma produção simbólica formulada em linguagem verbal e atualizada na modalidade escrita, para os especialistas das ciências da linguagem, é praticamente consensual em nossos dias que a maioria dos textos manifesta-se sob uma forma plurisemiótica, materializando-se em um, dois ou mais meios de expressão. Tomando por base a conceituação de texto proposta por Fávero & Koch, ainda no início dos anos de 1980,

o termo texto pode ser tomado em duas acepções: texto, em sentido lato, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano (quer se trate de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura etc.), isto é, qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos. Em se tratando da linguagem verbal [...] o texto

consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. ([1983] 2000, p. 25)

observamos, se postergarmos as diferenças de perspectiva teórica entre a AD e a Lingüística textual, que se trata de uma definição clara e bastante satisfatória. E no momento em que a comparamos com aquela trazida por uma obra tão recente quanto a de Adam (2005), não conseguimos identificar nenhuma deficiência significativa; a diferença mais marcante entre as concepções de texto apresentadas pelas duas obras se resume na ênfase dada por Adam ao aspecto material do texto, em contraste com uma certa abstração que freqüenta a concepção de Fávero & Koch ([1983] 2000): *Les textes sont des objets concrets, matériels, empiriques. [...] Chaque texte se presente comme un énoncé complet, mais non isolé, et comme le résultat toujours singulier d'un acte d'énonciation. C'est, par excellence, l'unité de l'interaction humaine* (ADAM, 2005, p. 28-29). No que respeita à textualização em linguagem verbal, as autoras afirmam que ela pode se apresentar em modalidade oral ou escrita, independentemente de sua dimensão, e no que se refere aos textos, de modo geral, atestam que eles podem se manifestar em diversas linguagens.

Por essa razão, acreditamos que, se é possível tentar estabelecer algum tipo de ampliação e refinamento no conceito de texto, ele consistirá justamente em rever certas questões relativas à sua formulação e à sua circulação. Frequentemente, deparamo-nos com expressões e enunciados ditos ou escritos por alguns estudiosos da língua e da linguagem em que se expressam algumas confusões entre sistemas semióticos e unidade textual, em se tratando de textos sincréticos, e entre código e canal, em se tratando de textos plurisemióticos transmitidos por mais de um meio de expressão: “Os efeitos de sentidos são produzidos pelo texto verbal e imagético”, “A mídia produz mais imagens do que textos verbais”, “Linguagem sonora” “Este texto é multimodal porque, além da linguagem verbal, há ainda os gestos e a voz” etc. Esses embaraços e enganos tornaram-se, para nós, ainda mais evidentes, à medida que, pensando sobre as intuições e sugestões provenientes da Semiologia histórica, contemplávamos nosso objeto de reflexão e análise. O discurso político contemporâneo veiculado pela tevê manifesta-se em textos cuja formulação se dá em duas ou mais linguagens – a verbal, a imagética e, eventualmente, a gestual – e cuja manifestação material se instaura por meio de dois canais, o sonoro e o visual. Uma vez consideradas essas suas características, a seguinte generalização talvez não seja totalmente equivocada: os textos televisivos são sincréticos, mas também multicanaís; formulam-se conjugando dois ou mais sistemas sígnicos e são transmitidos por via sonora e visual.

Apesar da obviedade dessas constatações, muitos trabalhos de lingüística, em geral, e de Análise do discurso, em particular, têm delas se esquecido ou as têm ignorado, constante e insistentemente. Em função dos inconvenientes que decorrem de deslizos, esquecimentos ou desconhecimento, acreditamos que não seja inválido lembrar algumas importantes distinções, já consolidadas nos estudos lingüísticos, e tentar estabelecer outras que, talvez, possam ser úteis e produzir alguns efeitos: a) entre “código” e “contato” (cf. JAKOBSON, [1960] 2001), para que não mais confundamos as linguagens, de um lado, e os canais físicos, ou seja, os meios de expressão, mediante os quais as formulações semióticas se manifestam materialmente; b) entre sistema sgnico e unidade textual, de modo que não mais fragmentemos a integralidade do texto, conforme a quantidade de linguagens pelas quais ela se formula; c) entre “ambiência discursiva” e “substância da expressão”, para que possamos diferenciar um certo “tom” que caracteriza toda e qualquer produção e interpretação simbólica e o *medium* no qual o discurso se materializa e pelo qual ele é veiculado; e d) entre gênero do discurso e suporte de textos (cf. CURCINO, 2006), para que nos seja permitido metodologicamente diferenciar os *tipos relativamente estáveis de enunciados* que condicionam a formulação discursiva e os objetos culturais empregados para sua transmissão.

Creemos que as distinções supramencionadas contribuem direta ou indiretamente para que possamos obter alguns avanços nas reflexões e análises que empreendemos nesta tese e naquelas que realizaremos alhures sobre o discurso político contemporâneo. Além disso, outros trabalhos em AD, que se debrucem sobre outros campos discursivos ou sobre outras questões e fenômenos do texto ou do discurso, talvez possam encontrar nelas um auxílio para eventuais desenvolvimentos teóricos ou analíticos, incorporando-as, modificando-as, problematizando-as ou recusando-as, com base nas especificidades de seus objetos. Para tanto, sugerimos aqui uma provisória conceituação de texto, na qual tentamos conjugar – em detrimento de referências explícitas sobre os fatores de textualidade, tendo em vista nossa orientação teórica, nossos objetivos e a improdutividade dessa empreitada, se fosse por nós levada a cabo – a constituição, a formulação e a circulação dos discursos⁶⁰. Nesse sentido, o texto poderia ser então concebido como uma unidade simbólica que se formula em uma, duas ou mais linguagens, sob a forma de um dado gênero de discurso, produzida em determinadas condições históricas de produção e materializada em um suporte, que lhe dá corpo e a transmite por um ou mais canais.

⁶⁰ Considerando os conceitos de *interdiscurso* e *intradiscurso*, concebidos por Pêcheux, e os *eixos vertical e horizontal* do discurso, pensados por Courtine, bem como as questões sobre a transmissão da discursividade, Orlandi (2001) postulou a tricotomia: *constituição, formulação e circulação*.

A textualização de um discurso implica, pois, a constituição interdiscursiva que condiciona *o que se pode e se deve dizer*, a formulação intradiscursiva, que atua sobre o modo do dizer, e a circulação sócio-histórica e material dos discursos, que concerne à mobilização de uma ou mais substâncias da expressão, inscritas em um objeto cultural inserido na economia das instituições sociais. A partir dessas ponderações, detendo-nos, sobretudo, em uma das facetas da formulação do discurso político contemporâneo televisivo, acerca do qual refletimos, acreditamos poder afirmar sem maiores dúvidas que os textos em que sua discursividade se formula são sincréticos. Em face da constatação indubitável desse sincretismo semiótico, surgiu-nos uma dúvida sobre as abordagens lingüísticas que freqüentemente incidem sobre ele. Por essa razão, antes de passarmos às últimas considerações deste item de nosso estudo, gostaríamos de tentar explorar um certo pressuposto, a nosso ver, ainda não suficientemente observado pela literatura lingüística que conhecemos, inscrito sub-repticiamente em boa parte das reflexões e análises sobre a multimodalidade semiológica, em se tratando de textos nos quais uma de suas linguagens é a verbal. Trata-se do que convencionamos chamar de uma concepção “verbocêntrica” presente em muitas das considerações sobre os textos plurissemióticos.

Essa concepção verbocêntrica da maioria das abordagens lingüísticas torna oportuna a questão: nelas os textos são considerados efetivamente sincréticos? Sabemos que, por razões científicas e institucionais, há uma tendência dos campos de saber, das disciplinas e das ciências de tentar isolar um objeto de análise, ao qual quanto maior for a autonomia atribuída, maior será a possibilidade de se empreender descrições e, eventualmente, explicações, cada vez mais formais. Não deveríamos, portanto, repetir críticas e censuras já anacrônicas às tentativas da Lingüística de conceber e descrever formalmente um objeto autônomo, em detrimento dos usos que o atualizam e produzem, nem tampouco deveríamos lamentar a impossibilidade de até hoje tê-lo feito de maneira absoluta. Por isso, nossas considerações são, antes, comentários sobre um aparente pressuposto e apontamentos sobre um pretenso paradoxo, do que uma crítica sobre mais uma das supostas exclusões da Lingüística estrutural. A despeito da eventual presença de uma sobriedade, cremos que, em linhas gerais, o tom relativamente enfático parece prevalecer na seguinte passagem, de Kerbrat-Orecchioni:

É, no mínimo, paradoxal constatar que, apesar de as conversações serem antes de tudo objetos de linguagem, a lingüística só tenha vindo a se interessar por elas tardiamente, e sob a pressão de investigações conduzidas fora de suas fronteiras. Mas o fato é este: até um período recente, a lingüística se ocupava essencialmente desse sistema abstrato que é a língua, apreendida a partir de exemplos produzidos para a circunstância; e quando

ousava enfrentar o discurso, geralmente se tratava de discursos escritos e “monolôgicos” (produzidos por um único e mesmo falante). Apenas bem recentemente é que se assiste à reabilitação do empirismo descritivo e se reconhece a necessidade de conceder prioridade às produções efetivas ([1996] 2006, p. 23)

As ponderações de Kerbrat-Orecchioni e nosso próprio sobrevôo por algumas paragens da literatura lingüística incitaram-nos a pensar que, de modo análogo ao advento do paradoxo segundo o qual houve uma certa “negligência” da Lingüística para com as trocas comunicativas reais, estabeleceu-se nos estudos lingüísticos uma desigual distribuição de papéis e relevância, conforme a qual se coloca, de um lado, o suposto caráter essencial da língua e, de outro, a pretensa condição facultativa de todos os demais elementos que a ela se conjugam, quer sejam eles outros sistemas semióticos ou as substâncias da expressão que os materializa. Inquestionavelmente, as abordagens que tinham como noção central a “comunicação”, na década de 1960 e durante alguns anos na de 1970, e a “interação”, a partir da segunda metade dos anos 70 até nossos dias, contribuíram decisivamente para que o “extralingüístico” fosse de algum modo incorporado às preocupações das ciências da linguagem, promovendo, inclusive, significativas mudanças de perspectiva epistemológica. Porém, essa “incorporação” tem significado, várias vezes e até hoje, um evidente predomínio do verbo, em detrimento do corpo e da voz, como se a complexidade do dizer pudesse ser esclarecida por meio da repartição entre a necessidade do funcionamento do código lingüístico e a contingência dos outros elementos e fatores. Constatamos a hegemonia da perspectiva verbocêntrica já na própria designação dos materiais da conversação: *material verbal, paraverbal e não-verbal* (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006, p. 36; grifos nossos). Ao apontarmos a tendência verbocêntrica, não pretendemos relegar a língua a um segundo plano ou recusar sua importância; antes, desejamos tão-somente reiterar o fato de que o discurso não é feito só (como se isso fosse bem pouca coisa...) de verbo.

O respeito a um princípio científico tão simples quanto incontornável – a saber, a emergência de novos objetos e/ou as transformações sofridas pelos objetos “tradicionais” impõem a adoção de novas perspectivas de pesquisa ou a ampliação daquelas já conhecidas – fez com que Courtine instaurasse, no mínimo, duas consideráveis inflexões na trajetória de seu pensamento, ao longo dos últimos trinta anos: observamos, inicialmente, a passagem de uma análise do discurso político, que tomava como *corpus* discursos comunistas escritos e focalizava a presença constitutiva da memória discursiva na enunciação política e seus efeitos inscritos na formulação lingüística dos “enunciados divididos”, para reflexões e análises histórico-discursivas sobre a fala pública contemporânea, em geral, e sobre a

“espetacularização” do discurso político, em particular; e, em seguida, o deslocamento desses estudos sobre a fala pública e o discurso político contemporâneos para seus trabalhos, filiados à História cultural e à Antropologia histórica, acerca das práticas e representações do rosto e do corpo. Enquanto se debruçava sobre as transformações da fala pública e do discurso político de nossa época, Courtine constatou o caráter eminentemente sincrético de seus textos e os condicionamentos que as novas mídias e tecnologias de informação exerciam sobre eles; além disso, também percebeu que, em conjunto com a multimodalidade semiótica dos textos e os aspectos relacionados à sua circulação, fatores históricos de diferentes durações interferiam decisivamente na produção e interpretação das novas discursividades políticas. Considerando a conjunção desses aspectos históricos, sociais, técnicos e simbólicos, Courtine tentou conceber não exatamente uma disciplina, mas uma perspectiva teórica que contemplasse essa conjunção em seu funcionamento conjunto; ele postulava, então, a possibilidade de fazê-lo por meio de um enfoque ao qual, como dissemos, denominou “Semiologia histórica”.

Os deslocamentos da obra de Courtine, de uma Análise do discurso político para uma Semiologia histórica da fala pública contemporânea e da expressividade moderna, e dessa última para uma História cultural das práticas e representações do corpo, certamente poderiam ser caracterizados como um progressivo afastamento e, no limite, como uma recusa dos princípios da AD. Contudo, acreditamos que também se possa interpretá-los como uma tentativa de lhe dar um novo fôlego e uma espécie de segunda vida, sob a forma de um oxímoro: uma continuidade alterada ou uma reformulação conservadora. Ainda que preferamos a segunda interpretação à primeira, as questões em torno da continuidade ou da descontinuidade na trajetória de pensamento de Courtine interessam-nos menos do que as possibilidades que ele nos aponta para a instauração de novas questões e para uma eventual conquista de novos desenvolvimentos na reflexão, descrição e compreensão do discurso político contemporâneo. Não se trata, portanto, de repetir seus passos, mas de tomá-los como índices que talvez possam nos guiar por novos caminhos; não se trata tampouco, conforme foi o seu caso, de não mais fazer Análise do discurso, mas de tentar ampliar sua capacidade heurística, explorando a força e o alcance de seus próprios princípios. Entre esses últimos, encontra-se, aliás, a constante reflexão epistemológica, característica marcante dos trabalhos do grupo de Pêcheux, que já promoveu tantas reformulações de conceitos e métodos, no intuito de desenvolver seu potencial de interpretação.

Com vistas a tentar compreender certos aspectos do discurso político brasileiro contemporâneo, fundamentamo-nos em preceitos da AD, em indicações e intuições de Pêcheux sobre a “mídiatização” do discurso político e em postulados e sugestões da

Semiologia histórica, preconizada por Courtine, sobre as transformações da fala pública contemporânea, mas também em alguns pressupostos conceituais da “arqueologia” e da “genealogia”, de Foucault. Esse conjunto de reflexões sobre as quais nos apoiamos permite-nos depreender algumas facetas do atual discurso político transmitido pela tevê e aventar algumas hipóteses acerca de seu funcionamento. Diante da complexidade das recentes discursividades políticas – que envolve novas configurações semióticas, em sua formulação, e novas mídias e dinâmicas, em sua circulação, condicionadas pela história e pelas atuais relações sociais –, cabe-nos não mais separar as palavras das imagens e da expressividade corporal, nem desconsiderar os meios e os fluxos da transmissão discursiva, nem tampouco negligenciar os fatores históricos e sociais que os atravessam e determinam a constituição dos discursos. Torna-se necessário, portanto, focalizar a conjunção de linguagens no discurso político, mas também o corpo e a voz de seu orador, a proximidade e a distância do olhar e da escuta que o recebem, e a atomização dessa recepção que se coaduna perfeitamente com o processo de despolitização, promovidos pelas atuais condições técnicas e históricas. A heterogeneidade desses fatores impele-nos, inclusive, a questionar a própria viabilidade e o alcance da Semiologia, tradicionalmente compreendida como estudo dos sistemas de signos. Em função de sua estreita relação com a Lingüística, cremos que talvez jamais lhe tenha sido dada uma acepção tão ampla.

Hjelmslev não ignorava as novas formas, os novos meios e modos de circulação do discurso político que já se insinuavam desde a década de 1940. O lingüista dinamarquês postulava, contudo, uma abordagem estritamente lingüística dessas mutações discursivas. Segundo Hjelmslev, havia não apenas motivos teóricos, como a aproximação entre a Lógica e a Lingüística, por exemplo, que deveriam *estimular o lingüista a empreender um estudo da forma semântica*, mas existiam também *razões práticas para isso*:

com os modernos meios de comunicação postos à nossa disposição, o sistema de signos, a linguagem e a forma do conteúdo converteram-se numa força cuja aplicação nenhum governante poderá negligenciar. Hitler afirmou que poderia moldar a vontade das massas de modo a fazê-las mover-se como bem entendesse, e nem ele nem ninguém com semelhantes intenções poderia desconhecer a importância dos signos e símbolos para a realização de seus objetivos. O **rádio**, agora em combinação com a **televisão**, que **amplia consideravelmente o efeito da palavra falada, é um importante instrumento da política**. Quem tiver o desejo e a habilidade de servir-se de tais aparelhos pode influir na vontade das massas não apenas mediante **os usos de palavras e gestos**, mas também mediante símbolos como a suástica ou a foice e o martelo, ou por meio de orquestras de metais e trompetes [...]. A propaganda é capaz de explorar a língua como nunca se fez antes: é capaz de transformá-la, de adaptá-la às suas necessidades, e aquele que pretender

tornar-se um ditador faria bem em estudar semântica. A linguagem está constituída de tal forma que novos signos podem ser formados constantemente a partir dos componentes do signo, e como a relação entre forma e substância e entre conteúdo e expressão é arbitrária, a forma do conteúdo lingüístico e o sistema semântico lingüístico podem – desde que tenha habilidade e conhecimento – ser manipulados; e não só se podem criar novas palavras com novos sentidos, como ainda novos sentidos ou sentidos distorcidos podem ser imperceptivelmente incorporados a velhas palavras. Tais perigos têm aumentado porque os meios técnicos de comunicação não são afetados por fronteiras: os signos, os *slogans* e a propaganda estão difundidos por todo o mundo. (HJELMSLEV, [1959] 1991, p. 107-108; grifos nossos)

Já a Semiologia histórica, concebida e, em seguida, “abandonada” por Courtine⁶¹, parece nos oferecer a oportunidade de tentar superar algumas das limitações dos enfoques lingüísticos ou semióticos tradicionais. Além disso, conjugando-a com alguns preceitos da “arque-genealogia” foucaultiana – com a qual ela compartilha muitos pressupostos, mesmo porque sua própria concepção ascende de um conjunto de reflexões no interior do qual o pensamento de Foucault tem um lugar privilegiado –, podemos sustentar a hipótese de que os saberes e poderes, que possibilitam e controlam o discurso e se inscrevem na própria discursividade, condicionam uma ampla extensão do dizer e do fazer. Lembremo-nos que, na *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, [1969] 1997), o discurso consiste no conjunto de enunciados inseridos em uma formação discursiva. E para que uma seqüência simbólica possa ser considerada um enunciado, não se restringindo a uma frase, a uma proposição ou a um ato de fala, é preciso que ela possua um *referencial*, um *sujeito*, que ela esteja inscrita em um *campo associado* e que tenha uma *materialidade* substancial e institucional. Assim, descrever os enunciados ou depreender as relações que se estabelecem entre eles requer a consideração desses quatro aspectos. As formações discursivas nas quais se inserem os enunciados regulam o que neles se diz, a modalidade enunciativa desse dizer e o regime de sua circulação.

⁶¹ Não encontramos nos atuais trabalhos de Courtine referências à Semiologia histórica, do mesmo modo como já não mais ocorrem menções à AD. A inscrição dessas suas mais recentes obras no campo da História cultural e da Antropologia histórica não significa, como dissemos, o absoluto abandono dos princípios discursivos: *para me manter cuidadosamente afastado dessas formas de análise sem memória, ou seja, sem discurso, inscrevi meu trabalho no domínio da História cultural, quer se tratasse daquela do campo da fala pública, ou daquela das práticas e das representações do corpo. Porque os discursos continuam a ser um material essencial e sua interpretação, um risco crucial do trabalho do historiador. Considero que as noções de formação discursiva e de memória discursiva, tais como podemos ainda apreendê-las a partir dos trabalhos de Pêcheux, mas também de Foucault, e sem que forçosamente tenhamos necessidade de opor essas perspectivas uma à outra, não perderam em nada de sua pertinência. Se deixei, tecnicamente, de fazer AD, isso se deve ao fato da amplitude, da heterogeneidade e da disseminação extremas dos corpus que tornam necessário o trabalho histórico sobre a longa duração. As exigências documentárias e interpretativas desse último tornam insustentável uma exploração dos materiais essencialmente fundada sobre critérios lingüísticos formais. Mas, em contrapartida, jamais deixei de conceder a maior atenção às transformações dos processos discursivos no trabalho histórico, e, com relação a isso, aprendi enormemente por meio da minha estreita colaboração com Michel Pêcheux.* (COURTINE, 2005b, p. 31).

Ao refletirmos sobre o discurso político contemporâneo, considerando os princípios, desenvolvimentos e indicações da AD, da Semiologia histórica e do pensamento “arqueogenealógico”, de Foucault, observamos uma conjunção bastante harmônica entre o apagamento de porções significativas de sua memória, o hibridismo e brevidade de suas configurações semióticas, os modos e meios de sua circulação e as formas de recepção que nele são projetadas. Embora haja algumas distinções entre o programa de propostas da coalizão de centro-esquerda, que apoiava Lula, e o da aliança de centro-direita, que sustentava Serra, nas eleições de 2002, de fato, os discursos, de ambos os candidatos, no HGPE, parecem ter sido modelados insidiosamente por essa espécie de nova ordem econômica e política da globalização. Por essa razão, talvez nem mesmo uma boa análise que se propusesse a investigar as especificidades e os entrecruzamentos das formações discursivas de cada um desses candidatos, focalizando atentamente os recursos lingüísticos utilizados, pudesse alcançar a complexidade de fatores que aqui estão em jogo. Não questionamos, de modo algum, a importância e o mérito de tal abordagem, mas acreditamos que algumas de suas eventuais limitações já estarão inscritas no seu próprio ponto de partida. Não se trata, porém, de aqui de pressupor a simplória lógica do “quanto maior, melhor”; trata-se, antes, de tentar não abordar um fenômeno multifacetado, detendo-se tão-somente em um de seus aspectos, como se outros não fossem de fundamental importância.

Sem que nossa intuição signifique necessariamente a condenação ou a recusa de um conceito, pressentimos, senão um esgotamento, ao menos, uma certa insuficiência no alcance interpretativo da noção de formação discursiva, em muitos trabalhos em AD, e isso, invariavelmente, quando neles ocorre o desafortunado encontro entre um objeto compósito e uma abordagem simplificadora. A heterogeneidade dos fatores e a diversidade dos aspectos que o discurso político contemporâneo congrega não poderiam, segundo cremos, ser satisfatoriamente compreendidos por meio da descrição de uma, duas ou mais formações discursivas. Além disso, esses fatores e aspectos estão estreitamente articulados à força motriz dos valores e princípios das sociedades democráticas capitalistas de nossos tempos, que, por seu turno, atravessa, condiciona e pretende controlar as diversas instâncias das discursividades contemporâneas. Para apreender e compreender as novas formas do atual discurso político, cremos que seja preciso concebê-las no interior do fenômeno da espetacularização da política, que por seu turno, se insere no funcionamento da lógica democrática capitalista. Com vistas a tentar alcançar esse objetivo, o procedimento mais pertinente nos parece ser o de trabalhar com um enfoque que contemple a constituição, a formulação e a circulação do discurso político contemporâneo, sem perder de vista a organização de privilégios e restrições de nossa

sociedade livre e consumista que produz e é produzida pelas recentes discursividades com as quais nos defrontamos cotidianamente.

Cabe, pois, a essa abordagem ampla e abrangente (mas também, por isso, necessária e constitutivamente lacunar), interpretar a força, o alcance e os meandros do funcionamento dessa nova ordem mundial que condiciona nossas práticas e representações, nosso fazer e nossos discursos, e ao qual, inspirados em Courtine (2006c), designamos **ordem da liquidez**. A liquidez representa, ao mesmo tempo, a velocidade dos fluxos monetários do capital, a produção frenética de novas necessidades de bens e serviços de consumo e a aceleração da circulação de informações, incessante e rapidamente tornadas obsoletas, mas também aponta, é preciso reconhecê-lo, para uma certa flexibilidade e, no limite, até mesmo para a derrocada de antigas e rígidas hierarquias, ainda que elas possam ser eventualmente uma extensão dissimulada do mercado. Em estado líquido, o dinheiro, a cultura e o discurso não enfrentam a resistência de muitas fronteiras; por isso, aceleram-se os ritmos da vida, aumenta-se a produção material e cultural e intensifica-se o consumo. Como tantos outros setores sociais e culturais da vida moderna, a fala pública e o discurso político foram, de certo modo, incorporados pelo insaciável apetite do mercado, e se tornaram produtos de consumo. Sem negligenciar então a força da propaganda, o discurso político, tornado mercadoria simbólica, apropriou-se do conjunto de estratégias discursivas da publicidade.

Muitos pensadores já refletiram sobre essa aceleração dos ritmos temporais, sobre a diminuição das distâncias e dos limites espaciais e sobre suas implicações nas práticas e representações sociais: Foucault assinalou a passagem de uma *sociedade disciplinar* para uma *sociedade de controle*; Zygmunt Bauman, por sua vez, opôs a uma *modernidade sólida*, uma *modernidade líquida*, à qual ele próprio, na esteira de tantos outros, já chamou de *pós-modernidade*. A partir dessa imagem, de Bauman, de uma *modernidade líquida*, Courtine aponta uma série de transformações da fala pública que derivam da liquidez da vida atual:

Concebemos seus efeitos no campo da fala pública. Lá onde as “formações discursivas”, de ontem, acumulavam enunciados e saber nos estratos solidamente empilhados de uma memória das palavras, os discursos, desde então, portadores de sua própria data de validade, se encontram submetidos à regra universal do “descartável”: de onde deriva sua volatilidade, sua deterioração precoce, a aceleração de sua reciclagem, a transformação rápida das fórmulas e dos programas, de ontem, em refugos, de hoje. Lá onde o debate público podia, às vezes, deixar entrever horizontes políticos longínquos, as promessas de curto prazo visam à satisfação instantânea do consumidor-cidadão: a argumentação se degrada em fórmulas ou se dispersa em imagens, o sentido comum se fragmenta na multiplicidade das esperanças e dos desejos. O homem público, enfim, não pára mais de cair,

segundo a justa predição de Richard Sennett: despojado do que ontem produzia sua legitimidade histórica, dá-se o ponto de partida da grande “marcha das celebridades, cada uma delas surgindo de qualquer lugar somente para recair, de modo cada vez mais abrupto e profundo, no esquecimento”. As celebridades, de acordo com a precisa fórmula do historiador Daniel J. Boorstin, são “essas pessoas conhecidas por serem célebres”. Efeito do que poderíamos chamar de *people-isation* da vida política. (COURTINE, 2006c, p. 6)

As novas formas do discurso político manifestam-se na memória de curta duração, nas breves formulações sincréticas, com seus efeitos dialógicos e desierarquizantes, nas modalidades enunciativas personalizadas e nos ritmos dinâmicos de sua circulação. Essa conjunção de fatores atesta o “estado líquido” das discursividades políticas contemporâneas, cujo funcionamento se fundamenta na efemeridade, na fluidez, na volatilidade, na fragmentação e no esquecimento, tão apropriados aos ritmos e movimentos velozes do mercado e do consumo. A ordem da liquidez controla desde nosso modo cada vez mais apressado de passar e de não mais ficar nos espaços públicos, até a produção e a interpretação dos discursos que nos rodeiam; trata-se de uma espécie de máquina, cega e silenciosa, que nos faz ver e fazer, dizer e calar (cf. DELEUZE, 1986). No *diagrama* capitalista de controle, ou seja, nos mecanismos e modos de funcionamento das relações de poder de nossos tempos que abstratamente nos prescrevem o factível, o visível e o enunciável, abriga-se a ordem da liquidez, responsável pelos agenciamentos concretos de nossas práticas e discursos. E quando o enunciável torna-se enunciado, é possível ver nele a historicidade de sua enunciação: na esteira de Foucault ([1969] 1997), podemos afirmar que todo enunciado diz algo e o faz de certo modo, por um determinado meio. Nos enunciados das discursividades políticas contemporâneas, observamos a produção de discursos sem ideologia, isto é, de discursos que materializam *a ideologia do apagamento da ideologia* (cf. COURTINE, 2006c), a formulação multissemiótica fragmentada, atualizada em gêneros, fórmulas e expressões que primam pela brevidade, e os *media*, nos quais eles adquirem substância material e por meio dos quais eles circulam em sociedade, que aceleram os ritmos de sua transmissão, potencializando a comunicação, mas, ao mesmo tempo, tentando dispersar e alienar seus interlocutores.

A ordem da liquidez instaura sua *ordem do discurso* e ela, por seu turno, conforme dissemos acima, condiciona não apenas *o que pode e deve ser dito*, mas também **como** esse dizer será dito e por **onde** ele circulará, por meio de uma substância da expressão e, eventualmente, de um suporte material que a estende e modifica. Em suma, poderíamos afirmar que toda e qualquer formulação real passa necessariamente por um “processo de substancialização”, que lhe dá consistência física e existência empírica; mas, em certas

circunstâncias, essa formulação substanciada pode ainda passar, simultaneamente, por um “processo de materialização”, quando sua transmissão for intermediada por um suporte técnico material. Tentamos sustentar aqui que a produção dos efeitos de sentido não passa incólume por esses processos, visto que o conteúdo não é uma constante absolutamente independente das formas, substâncias e matérias por meio dos quais ele ganha corpo e vida simbólica, empírica, social e histórica.

Ao longo do percurso que vai de sua emergência, passando por muitos desenvolvimentos, até sua consolidação, parece ter havido um certo deslocamento de focalização do discurso na AD: em princípio, a ênfase recaía sobre o *eixo vertical*, sobre a ideologia que o discurso materializava, reproduzia e à qual ele se filiava, em detrimento de uma consideração mais acurada sua formulação lingüística; em seguida, surgiu uma preocupação em articular o interdiscurso ao *eixo horizontal*, ao *fio do discurso*. Nesse trajeto, podemos identificar *grosso modo* duas reformulações da concepção de língua e duas transformações quanto ao tipo de relação entre a língua e o discurso: de *base autônoma*, condição de possibilidade para o discurso, para *base relativamente autônoma*, condição de possibilidade do discurso que o toca eventualmente, em determinados pontos, e para *real da língua*, condição para a produção discursiva estreitamente articulada com o discurso que incide constantemente sobre ele. Conforme podemos observar no advento e nas tentativas de sofisticação dos conceitos, a Análise do discurso focalizou, inicial e preferencialmente, a constituição (concebendo, para tanto, as noções de já-dito, ideologia, interdiscurso, formação discursiva, heterogeneidade constitutiva, memória discursiva, arquivo), passando a considerar, posteriormente, a formulação discursiva (produzindo os conceitos de fio do discurso, intradiscurso, pré-construído, discurso relatado, heterogeneidade mostrada) e suas relações com a ideologia, com o interdiscurso, com a memória, enfim. Se houve um considerável desenvolvimento das análises no que respeita à constituição do discurso e alguns avanços inegáveis na consideração de sua formulação, acreditamos, porém, que a instância da circulação discursiva continua a ser uma espécie de prima pobre na maioria dos estudos da AD.

O trabalho de superação dessa “insuficiência” não deve implicar a produção de uma “falha” ainda maior, como se passando a considerar a circulação dos discursos, tivéssemos que necessariamente desconsiderar sua constituição e formulação. Não preconizamos um tipo de “política afirmativa” em favor da circulação, haja vista as sucessivas exclusões que a vitimaram. Do mesmo modo como os desenvolvimentos conceituais e analíticos sobre a formulação não significaram o abandono da constituição discursiva, mas indicaram a

interdependência entre as duas esferas, a incorporação da circulação não corresponde ao empreendimento de um trabalho que pressupõe sua exclusividade, antes, consiste na tentativa de compreender mais uma faceta dos fenômenos discursivos, ou seja, sua *apta actio*. A proposta não é nossa nem nova: Foucault já a sugere em sua “arque-genealogia”; e, nos domínios da Análise do discurso *stricto sensu*, Maingueneau ([1984] 2005) e Orlandi (2001) já desenvolveram suas e suscitaram algumas outras reflexões e análises nesse sentido. Evidentemente, o fato de a questão das relações entre essas três instâncias do discurso já ter sido considerada não significa que ela tenha sido suficientemente trabalhada nem tampouco esgotada. Para tentar fazê-lo, a nosso modo, conforme já reiteramos, buscamos contribuições na História cultural, na Antropologia histórica e na Semiologia, seguindo postulados e sugestões disseminadas em um conjunto de textos de Courtine, produzidos sob o signo de uma perspectiva de trabalho à qual ele denominou de Semiologia histórica.

Inspirar-se na Semiologia histórica e seguir suas indicações não significa recusar-se a fazer Análise do discurso nem sequer significa afastar-se dela, descaracterizando-a e privando-a de suas virtudes. Quando Courtine concebeu essa semiologia, ele propunha, de acordo com um princípio fundamental da AD, uma forma de pensar a articulação entre as dimensões simbólica e histórica que considerasse efetivamente a complexidade de cada uma dessas instâncias e contemplasse, de fato, a relação constante e compósita que existe entre elas. Com efeito, a Semiologia histórica teve uma vida curta: seu nascimento se deu na virada da primeira para a segunda metade da década de 1980 e sua morte ocorreu cerca de cinco anos mais tarde. Com uma única exceção (COURTINE, 1991), nos textos de Courtine do começo dos anos de 1990, ela já não aparece mais. Sua proposta, como dissemos, era uma tentativa de dar uma segunda vida, à sua maneira, à AD, mas seu desaparecimento não correspondia ao esgotamento dessa crença nem ao enfraquecimento desse desejo:

O projeto de uma análise dos discursos que restitui à discursividade sua espessura histórica não está, entretanto, ultrapassado. Mas, ele deve ser repensado em função dos resultados aos quais ele conduziu, das dificuldades que ele encontrou, dos impasses nos quais ele se enredou. (COURTINE, [1992] 2006a, p. 56).

Por essa razão, à questão *Por uma Semiologia histórica do discurso político contemporâneo?*, que se apresenta no subtítulo do item 3.2 deste Capítulo, poderíamos indistintamente responder de modo afirmativo ou negativo, sem que isso implicasse a desistência de um projeto que nasceu com a propósito de interpretar e compreender os sentidos que circulam na sociedade.

Inscrevendo-nos na filiação desse projeto, tentaremos dar, a nosso modo, uma modesta contribuição para conservar sua força, renovar sua vitalidade e ampliar seu alcance. Para tanto, no capítulo seguinte, pretendemos realizar alguns breves exercícios de análise sobre os HGPE do segundo turno das eleições presidenciais de 2002, entre os então candidatos José Serra e Lula, focalizando a produção de certos efeitos de verdade. Se, com exceção do discurso que se apresenta como ficcional, por princípio, todo discurso pretende persuadir seu destinatário de que é “verdadeiro”, alguns, mais do que outros, deverão buscá-lo com maior insistência, a fim de afastar as representações pejorativas que pesam sobre si. A constante busca pela construção desses efeitos apresenta-se, conforme dissemos no Capítulo anterior, como uma espécie de réplica a *lugares de memória* cristalizados no interdiscurso, “o discurso político é mentiroso”, “os políticos só falam, mas não fazem nada” etc., que derivam do funcionamento do próprio universo político e de nosso contexto histórico, mas também, em alguma medida, da mídia por meio da qual o discurso político é transmitido. Nossa hipótese é a de que os efeitos de verdade no discurso político televisivo não são produzidos tão-somente pelos elementos verbais e pelos recursos lingüísticos, como, por exemplo, com a utilização das modalizações, mas instauram-se na conjunção entre diferentes linguagens, que compõem uma textualidade na qual as prioridades temáticas da circunstância apresentam-se em novas configurações semióticas, formuladas em determinados gêneros do discurso, e na ampla exploração das possibilidades técnicas oferecidas pela sua circulação na tevê. Tendo em vista essa nossa hipótese, começaremos pela tentativa de estabelecer sinteticamente algumas diferenças entre três dispositivos de fala pública contemporânea: o palanque, o rádio e a televisão.

CAPÍTULO IV

DA ESCUTA E DO OLHAR. A ESPETACULARIZAÇÃO DA POLÍTICA: SONS E IMAGENS NO DISCURSO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO

*Entre la figure que tu as et les paroles que tu craches,
l'accord est parfait!*

Ésquilo

*Cum sit autem omnis actio in duas divisa partes, vocem
gestumque, quorum alter oculos, altera aures movet, per
quos duos sensus omnis ad animum penetrat affectus.*

Quintiliano

4.1. Dispositivos de fala pública: o palanque, o rádio e a tv

As máquinas e utensílios não se reduzem a meros instrumentos técnicos e materiais; eles são sociais e históricos. Ao tentarmos sublinhar algumas das características distintivas desses três dispositivos de fala pública, não focalizaremos exclusivamente a dimensão técnica, mas buscaremos articular os aspectos práticos e materiais às condições históricas e sociais de sua emergência e utilização. Conhecemos algumas conseqüências da fabricação e manuseio de ferramentas na constituição cognitiva e cultural dos primeiros hominídeos: antes do *Homo sapiens moderno*, existia o *Homo habilis*. Porém, mais do que simples pedaços de matéria trabalhada, os utensílios e máquinas podem ser o signo de uma sociedade, não porque a determinem por via única e inelutavelmente, mas porque expressam, de algum modo, as formas sociais que foram capazes de lhes dar origem e uso. O emprego do garfo à mesa é um índice do *processo civilizador*, enquanto o uso do telefone sugere tanto a ampliação da

comunicação quanto o isolamento individualista contemporâneo, como se fossem metáforas dos tempos.

O gesto de falar em público hoje mobiliza um amplo conjunto de técnicas e instrumentos. Mas as primeiras tecnologias da fala surgiram a mais de 400 000 anos, quando nossa capacidade articulatória começou a prosperar. Para se desenvolver, a linguagem tomou nosso corpo e o transformou em uma máquina de falar, adaptando elementos e funções de nossa anatomia e de nossa fisiologia respiratório-digestiva à produção articulada dos sons e dos gestos expressivos. No outro extremo da cadeia de transmissão dos sinais sonoros e visuais, a escuta e o olhar tornaram-se mais sensíveis e sofisticados, ao longo de milhares de anos. Em tempos remotos, a produção dos sons vocais e a sobrevivência eram já indissociáveis não somente porque a primeira dependia de estruturas e atividades indispensáveis à conservação do organismo, mas porque, de modo análogo a outros mamíferos, os primeiros humanos provavelmente abaixavam a laringe, que em repouso situava-se em uma posição mais alta, para produzir vocalizações mais graves e simular uma maior dimensão corporal, no intuito de impressionar e afastar inimigos e predadores.

Dominar uma linguagem articulada complexa e sofisticada exige o controle dos movimentos da língua e da emissão do ar proveniente dos pulmões. A faculdade de linguagem e o seu desempenho na vida humana, ainda que dependam dela, não se restringem, porém, à dimensão biológica. Além de ter proporcionado notáveis avanços cognitivos que se manifestam na fácil utilização de símbolos complexos e abstratos, a linguagem possibilita a troca de experiências, de sentimentos e de informações e regula as relações entre os sujeitos de uma comunidade. Graças a essa poderosa ferramenta de interação social, o homem pode tentar convencer, seduzir, desprezar, censurar, narrar, testemunhar e mentir. A linguagem funda-se no e funda o diálogo que organiza a vida dos homens em sociedade. Partindo desse pressuposto, talvez seja interessante distinguir aqui o âmbito antropológico da dimensão histórica: se a capacidade de expressão é “necessária”, o modo de se exprimir é “contingente”. Limitando-nos somente à atividade da fala e à da escuta que lhe é correlata, constatamos que, excetuando os casos de distúrbios e deficiências, os homens falam e ouvem, mas o dizer e o exercício de sua interpretação variam conforme as culturas, as sociedades e a história. Em tese, parece-nos que esse princípio poderia, com alguma reserva, ser estendido às mais diversas circunstâncias de fala e escuta públicas.

Por meio de um exercício esquemático, tentaremos apresentar um panorama da fala pública contemporânea, isolando três dispositivos que a possibilitam, condicionam e agenciam, a saber, o palanque, o rádio e a televisão. Esses dispositivos consistem em uma

espécie de modelo predominante que congrega fatores técnicos, sociais e históricos, e não correspondem, por isso, a uma hegemonia absoluta de coerções impostas pelas tecnologias de linguagem. Observando as significativas transformações pelas quais passou a fala pública, durante um período relativamente curto, como a extensão do século XX, pensamos ser possível reuni-las *grosso modo* em três fases distintas, de acordo com o instrumento de comunicação predominante em cada época, com o intuito de ressaltar os traços que as diferenciam, no que respeita às relações entre o orador e os ouvintes que nelas se estabelecem.

Como vimos no primeiro capítulo, a segunda metade do século XIX conheceu o surgimento de inúmeros inventos relacionados à promoção da comunicação e, particularmente, à transmissão da voz humana à distância. Mas, conforme também já reiteramos, o advento das tecnologias freqüentemente não corresponde a uma imediata mutação das práticas e das representações sociais. Antônio Conselheiro hipnotizava as multidões, com seu débil, descuidado e misterioso aspecto físico, que se associava convenientemente à sua oratória simples e à sua performance retórica quase excêntrica, enquanto Rui Barbosa impressionava as gentes, apesar de sua aparência raquítica e disforme, com sua prolixa grandiloquência. Para ambos, os instrumentos *hi-tech* de seu tempo pouco ou nada valeram. Os palanques, dos mais simples aos mais faustosos, eram ainda o lugar privilegiado da fala pública, no qual o orador amiúde não contava senão com seu verbo, com seu corpo e com a sua voz, para manifestar seu discurso, durante os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX.

Alguns traços da fala pública desse período relacionam-se mais diretamente com seu contexto histórico, ao passo que outros parecem ser estruturais à prática oratória sobre as tribunas. Tomemos uma passagem da *Arte Retórica*, de Aristóteles, como ponto de partida para nossa tentativa de apreender algumas das características invariantes da fala no palanque:

O estilo que convém nas assembléias do povo assemelha-se, e em muitos pontos, ao **desenho em perspectiva**; quanto mais numerosa é a multidão dos espectadores, mais afastado deve ser o ponto donde se olha. Pelo que, a exatidão dos pormenores é supérflua e causa mau efeito tanto no desenho como no discurso. No entanto, a eloquência judiciária requer maior exatidão, sobretudo quando nos encontramos diante de um só juiz, pois em tal caso não podemos usar senão em pequena escala dos meios da Retórica. [...] Daí resulta que os mesmos oradores não agradam indistintamente em todos os gêneros; onde se recorre mais à ação, a exatidão é menos necessária. Ora, a ação é necessária, quando é preciso falar, e sobretudo quando é preciso falar alto. ([384-322 a. C.], s.d., III, 12, p. 205-206; grifo nosso)

Com efeito, Aristóteles discorre sobre o estilo de cada gênero, distinguindo entre *o estilo escrito e o dos debates*, entre *o estilo das assembléias e o dos tribunais*. Segundo o filósofo, a comparação entre esses dois estilos revela que

os discursos escritos parecem acanhados nos debates, ao passo que os discursos dos oradores parecem obras de profanos quando os tomamos nas mãos e os lemos. De onde se infere que os discursos que se prestam à ação oratória, quando esta é suprimida, não surtem o mesmo efeito e parecem demasiado simples ([384-322 a. C.] s.d., III, 12, p. 205).

Mas, se o estilo escrito tende a ser mais exato, enquanto o das discussões apresenta-se como mais dramático, a *performance* de uma boa leitura em voz alta ou de uma interpretação dramática talentosa pode dar vivacidade à escrita. O cotejo entre a fala nas assembléias e nos tribunais apresenta uma equação paradoxal: quanto maior for o público ouvinte, menor deve ser a sofisticação dos argumentos e a riqueza de seus detalhes, enquanto se se trata de uma platéia de poucos e/ou de um ouvinte privilegiado, deve-se primar pela exatidão e rigor argumentativos. Desse modo, de acordo com o Estagirita, a manifestação oral, que se inclina à interpretação dramática, deveria ter seus traços performáticos minimizados, quando o auditório não fosse composto pelas multidões, e ampliados, quando assim o fosse.

A analogia entre a fala nas assembléias e o “desenho em perspectiva” (de fato, *skiagraphia*, ou seja, imagem de sombras e cores, disposta de tal modo que a torna indistinta, se observada de perto, e simuladora, se vislumbrada de longe) remete-nos, ao menos, para duas direções que parecem se cruzar: Aristóteles aparentemente aconselha, nessas ocasiões de fala, o privilégio dessa dimensão à qual os latinos chamariam de *actio*, em detrimento da lógica argumentativa (*inventio e dispositio*) e de sua formulação (*elocutio*), e supostamente denuncia as ilusões e mentiras produzidas pelo discurso político. Não pretendemos explorar aqui o cruzamento dessas duas direções. Limitar-nos-emos tão-somente a um breve comentário em nossas “Considerações finais”. Por ora, tentaremos apenas destacar algumas das propriedades que caracterizam a produção e a recepção da fala nas assembléias. Embora saibamos que não eram muitos os que efetivamente participavam dessas assembléias na ágora, se considerarmos a população geral das cidades gregas de então; tratava-se, mesmo assim, de uma “multidão de espectadores”, se a compararmos com o público de um tribunal e até mesmo de boa parte dos teatros daquela época.

A amplitude dos gestos e a intensidade da voz são requeridas pela co-presença dos interlocutores no tempo e no espaço. Se a fala, de um lado, e o olhar e a escuta, de outro, são

simultâneas, a distância que os separa pode ser relativamente grande; daí a importância da *performance*. Aqui, as linguagens verbal e corporal são transmitidas por um meio audiovisual quente, por meio do qual se manifestam os acalorados debates, característicos de uma democracia direta e, por isso, tão propensa ao *dia-logos*. As altas temperaturas advêm do fogo da eloquência (metáfora freqüentíssima para a oratória, desde aqueles tempos) e do calor dos corpos masculinos, conforme a orientação ideológica que se subsidiava em um postulado da medicina de Hipócrates (cf. SENNETT, [1994] 2003). As assembléias têm sexo e sexualidade “ortodoxa”: sendo fêmeas, só os homens podem possuí-las ou por elas serem possuídos. Mas essas propriedades das assembléias gregas do começo do Período Helenístico, aqui sinteticamente mencionadas, poderiam ser estendidas, de um modo simples e direto, à fala pública sobre os palanques, nos primeiros anos do século XX, em nossa tentativa de caracterizá-las?

Evidentemente, nas ocasiões de fala pública nos palanques do início do século XX, a interlocução é sonora e visual e seus integrantes compartilhavam de um mesmo tempo e espaço, mas a distância que separava o falante dos ouvintes havia aumentado bastante em relação àquela que os afastava em outros tempos. As razões desse aumento são físicas e demográficas: na ágora grega nem sempre existia espaço para as altas tribunas, enquanto os palanques novecentistas tendem a ser consideravelmente elevados; o auditório das assembléias helenísticas não excedia a algumas centenas de cidadãos, enquanto as platéias do século XX agrupavam milhares de pessoas, em função, dentre outros fatores, do notável desenvolvimento populacional, ocorrido já no século anterior. Por essa razão, a largura dos gestos e o volume da voz intensificaram-se ainda mais para melhor expressar, em estilo predominantemente monológico, pronunciamentos longos, inclinados à irreversibilidade e às hierarquias das democracias representativas ou, ainda pior, dos regimes autoritários. A dinâmica e os tumultos participativos das assembléias gregas, iluministas ou inconfidentes contrastam com as tendências a uma passividade que caracteriza a assistência pública contemporânea, cujas origens, segundo Sennett ([1974] 1988), remontam ao século XIX: distintamente do arrebatamento – conseguido por Savonarola, no século XV, e por Antônio Conselheiro, no XIX –, com base na transcendência de uma dimensão divina, o político oitocentista impunha sobre seu público uma *disciplina do silêncio*, fundamentada na imanência da percepção psicológica do político, da sinceridade e autenticidade de seus sentimentos pessoais, de seu carisma individual e da intimidade de sua vida pública, visto que esse político *havia se tornado um intérprete de apresentações públicas, fíavel, que tocava o público, e uma personalidade de autoridade* (SENNETT, [1974] 1988, p. 277). Trata-se de

uma *psicologização da esfera pública* e de uma *personalização* dos discursos políticos⁶², ou seja, tudo se passa como se, nas *tirantias da intimidade*, os assuntos públicos envolvessem sempre e prioritariamente sentimentos pessoais. Ademais, a energia da expressão corporal, a força da voz, de um José Joaquim Seabra, e/ou o poder verbal, de um Rui Barbosa, em circunstâncias públicas repetiam a divisão social de papéis, conforme os gêneros, e, por extensão, faziam da fala pública um reduto masculino.

Se o falar em público nos palanques ao ar livre consistia em uma forma bastante disciplinada, *a fortiori ratione*, seria fortemente controlada a fala pública realizada em espaços fechados, no interior dos quais havia uma regulamentação explícita sobre as intervenções e a audiência. Cremos que um lugar privilegiado para se observar o funcionamento das práticas de fala e escuta públicas seja justamente o **parlamento** nacional. De fato, quando afirmamos que nosso objetivo neste Capítulo seria o de sintetizar algumas diferenças entre a fala pública no palanque, no rádio e na televisão, pensávamos em nos limitar, no que se refere ao palanque, aos pronunciamentos realizados em espaços abertos. Por essa razão, em princípio, não haveria motivos para que nos detivéssemos na fala parlamentar da Primeira República. Pensamos, porém, que sua consideração pode contribuir significativamente para a reflexão sobre certas especificidades dessas formas de fala pública que focalizamos aqui.

Para tanto, tomamos, uma vez mais, como referência a *História universal da eloquência*, de Hélio Sodré (1959), particularmente os capítulos sobre a oratória parlamentar brasileira, durante o período que se estende de 1890 até 1930. Depois de algumas ponderações sobre o nível da eloquência brasileira da Primeira República, Sodré afirma:

Até 1930, quando foram dissolvidos pela revolução, tanto a Câmara quanto o Senado sempre contaram, no seu seio, com muitos brasileiros ilustres, entre os quais se destacaram, como expoentes da arte de falar, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa e César Zama, Seabra, Epitácio Pessoa e Assis Brasil, Pedro Moacir, Barbosa Lima e Irineu Machado além de Nilo Peçanha, Coelho Neto e Moniz Sodré. (1959, p. 232-233)

⁶² Sobre os processos de psicologiza o e personaliza o do domínio público, em geral, e da política, nos EUA, em particular, além da obra de Sennett, ver também os trabalhos de Courtine, especialmente ([1994] 2006a). No final do século XIX e começo do XX, no Brasil, o estilo monológico e as formas discursivas tradicionais de autoridade e hierarquia parecem ainda predominar. Os *midding styles*, ou seja, os estilos de fala pública nos quais se mesclam formas populares e cotidianas e usos ling sticos mais sofisticados, aparentemente apenas se tornarão amplamente utilizados no Estado Novo. Antes disso, porém, nos movimentos sociais da Primeira República, em geral, e nos movimentos operários, em particular, as falas públicas de trabalhadores dirigidas a trabalhadores – tal como as anarquistas, por exemplo, que, instaurando uma rela o simétrica entre enunciatador e enunciat rio, pretendiam denunciar as condi es de explora o vivida por eles e incit -los   mobiliza o (cf. SARGENTINI, 2000, p. 228) –, provavelmente não se manifestavam por meio de uma retórica empolada e repleta de floreios.

Seguindo o modelo que organiza toda a obra, Sodré faz considerações individuais sobre o estilo e a *performance* de cada um daqueles oradores que ele menciona, trazendo trechos de seus pronunciamentos, comentários de terceiros ilustres acerca da oratória desses parlamentares e algumas reações do auditório que os via e escutava. A fim de não nos estendermos demasiadamente, nos referiremos tão-somente a Bocaiúva, Rui Barbosa, César Zama, Seabra e Coelho Neto. Num primeiro momento, vamos dividi-los em dois grupos, segundo o critério de seu estilo e desempenho retórico, e, em seguida, reagrupá-los, de acordo com as reações que seus discursos promoviam. Poderíamos inserir em um primeiro conjunto Bocaiúva e Rui Barbosa, considerando que ambos destacavam-se pela agudeza de raciocínio, pela elegância oratória, pela cultura geral e pelo poder verbal, mas não por sua desenvoltura retórica corporal. Sodré assinala que

Bocaiúva não era um tribuno sempre arrebatado, na exteriorização de suas idéias. Era um orador de outro jeito. Um orador à sua maneira – sereno, espontâneo, elegante e que, falando, ostentava aquelas mesmas qualidades de equilíbrio e moderação, que o immortalizaram como jornalista (1959, p. 233).

Quanto a Rui Barbosa, conforme já referimos no Capítulo I, ele não se destacava pela boa aparência e pela *actio* retórica, mas pela força de seu raciocínio, pelo refinamento de suas formulações e por sua cultura enciclopédica. A seu respeito, lembremos que Sodré afirma o seguinte:

Fisicamente, Rui perdia para qualquer um deles. [...] Era pequenino, feio, pálido, fechava os olhos, quando falava, por causa de sua excessiva miopia. A voz era monótona – e orava com grande parquiza de gestos. Foi assim, no Império – e assim, continuou na República. Todavia, mais do que qualquer outro, possuía cultura e poder verbal. (1959, p. 237)

Por outro lado, César Zama, Seabra e Coelho Neto poderiam ser postos no grupo dos que se destacam pela força de sua expressividade vocal e corporal, em detrimento da grande sofisticação verbal, que caracteriza Bocaiúva e, sobretudo, Rui Barbosa. É, aliás, referindo-se a esse último que Sodré apresenta César Zama:

E que dizer de César Zama? Certamente, que não logrou possuir nem a vastíssima cultura, nem o poder verbal de Rui Barbosa. Mas, era um tribuno admirável – fluente, espontâneo, arrebatador. [...] Por isso mesmo, pode-se

dizer que Zama estava para Rui, como Ésquines para Demóstenes (1959, p. 239).

No que se refere a Seabra, o mais performático entre eles, Sodré sublinha que:

Toda a sua grande eloquência está, inteira, em sua própria personalidade. É que as palavras mais simples, as frases mais corriqueiras, as afirmações mais triviais cresciam, consideravelmente, quando rolavam de seus lábios. Seabra não tinha profundidade de pensamento, nem agudeza de argumentação. Mas sabia, como autêntico domador de auditórios, através dos gestos largos e da voz potente, semear o entusiasmo e o arrebatamento. (SODRÉ, 1959, p. 243)

Sodré cita três passagens de pronunciamentos de Seabra, sendo que dois desses pronunciamentos foram proferidos fora das dependências da Assembléia Nacional. O primeiro deles data de 1895 e foi realizado por ocasião da formatura da turma de Direito da Faculdade de Recife, da qual Seabra foi o paraninfo; já o segundo, pronunciado em 1930, ocorreu por ocasião de um determinado comício. Depois de transcrever um fragmento do primeiro discurso⁶³ de Seabra, Sodré comenta:

Reparem bem os leitores. Tais palavras, em si mesmas, não têm nada de importante. Mas, proferidas por Seabra, não podiam deixar de entusiasmar. Quando o tribuno disse que lá fora, na praça pública, é que devia revelar ao povo os seus sentimentos, pronunciou a frase com um acento de tão profunda sinceridade e com tamanha força de expressão que, imediatamente, graças a um raciocínio repentino, todos vislumbraram o que seria o poder daquela eloquência, frente às grandes massas populares. (1959, p. 244)

Já a passagem do segundo pronunciamento é precedida por um comentário e por uma contextualização de Sodré, responsáveis pela restituição do tom anedótico do episódio:

Dentre os traços físicos característicos do grande tribuno baiano, destacavam-se as suas mãos – esguias, bem talhadas, imensas. Nos seus instantes de arroubo oratório, Seabra as agitava violentamente, dando a impressão de que eram bandeiras. Num dos comícios de propaganda da Aliança Liberal, em 1930, Seabra, já velho, mas ainda rijo, falava arrebatadamente de uma tribuna improvisada, quando desfechou, sem querer, sobre a mesma, forte murro, fazendo-a desmoronar. Houve um desconcerto geral e ameaças de risos. No entanto, o velho tribuno, sem se

⁶³ *Ao povo, às diferentes classes de meu país que honraram com a sua presença esta solenidade, não é hoje propriamente o dia de falar-lhes – e nem esse seria o lugar oportuno. Lá fora, na praça pública, na imprensa, é onde devo dizer-lhes o que sinto (os aplausos abafam a voz do orador) certos, porém, que sempre estarei ao lado da liberdade e do povo (prolongados aplausos e vivas).* (SEABRA [1895], citado por SODRÉ, 1959, p. 244).

perturbar e com viva sagacidade, aproveitou-se imediatamente da ocorrência para, dela, retirar um efeito oratório magistral:

‘Assim como – disse – pelo peso de minha mão se desmoronou esta tribuna, assim também há de desmoronar-se, pelo peso de nosso ideal, o governo que oprime o nosso país e o nosso povo.’ (SODRÉ, 1959, p. 244-245)

Sobre Coelho Neto, comparando sua desenvoltura retórica com aquela apresentada por José de Alencar, que, como ele próprio, fora escritor e parlamentar, Sodré afirma que o orador republicano foi tão virtuoso quanto o imperial. Mas a similaridade entre ambos acabava por ser desequilibrada em favor de Coelho Neto, graças à sua voz: *Em verdade, Coelho Neto revelou-se superior a José de Alencar pelo menos no encanto da voz – voz que, na frase de João Neves, ‘detinha o mistério das seduções’.* (SODRÉ, 1959, p. 263). Logo abaixo, segue um outro enunciado, atribuído a João Neves, sobre a voz de Coelho Neto:

Se compunha bem, ainda improvisava melhor. Pronunciava os vocábulos não apenas com a acentuação tônica exata, senão que dispunha de uma espécie de prosódia do sentido. Nos seus lábios, Pátria, Liberdade, Poesia e outros sinônimos de luta, grandeza e majestade tinham, como há de ser raro, sonoridades desconhecidas. (SODRÉ, 1959, p. 263).

Diante da bela voz de Coelho Neto, da expressão corporal de Seabra e da espontaneidade de Zama, mas também da perspicácia verbal de Bocaiúva e Rui Barbosa, como reagia a assistência? Fundamentados nas descrições e indicações de Hélio Sodré, podemos afirmar que – diferentemente dos acalorados debates sobre o abolicionismo e o regime de governo, realizados no parlamento imperial e protagonizados por José Bonifácio, Joaquim Nabuco e Visconde de Ouro Preto, por exemplo, nos quais reinavam um certo tumulto promovido pelos incessantes apartes, adendos e objeções⁶⁴ – as reações às falas proferidas pelos parlamentares republicanos eram consideravelmente passivas, apresentando a tendência de se resumirem a silêncios, aplausos e/ou aclamações. Para sustentar nosso argumento, não recensearemos todas as passagens que o confirmam, mas apenas transcreveremos algumas curtas referências às reações da platéia parlamentar. Sobre Bocaiúva, Sodré afirma o seguinte: *E falando sempre de improviso, sem consultar esquemas*

⁶⁴ Na sessão do dia 11 de junho de 1889, Ouro Preto, depois de já ter sido interrompido, tentava expor um seu projeto que previa a liberdade de culto e a temporalidade do senado. Enquanto o fazia, *Pedro Luiz, em aparte, declarou: ‘É o começo da República’.* Mas *Ouro Preto, com sinceridade e convicção, imediatamente replicou: ‘Não; é a inutilização da república. Sob a monarquia constitucional representativa podemos obter, com maior facilidade e segurança, a mais ampla liberdade.’* E como, no recinto da Câmara, se generalizassem os apartes, alguns veementes, obrigando o presidente a fazer soar os tímpanos, *Ouro Preto bravo, altivo e sincero, proferiu mais as seguintes palavras, lembrando o velho Cayrú: ‘Não se incomode V. Exa., senhor presidente, esta tempestade não me assusta.* (SODRÉ, 1959, p. 231).

*ou anotações, conseguia impressionar profundamente, inclusive arrancando palmas das galerias. (1959, p. 236). Quanto a Seabra, ressalta-se esse fragmento: [...] ergueu-se o jovem tribuno – e tanto bastou para que a emoção geral mais se intensificasse. Garboso, com seu olhar vivo e penetrante, esperou que se fizesse religioso silêncio. [...] Ditas por Seabra, causaram, estas palavras, a mais viva impressão (SODRÉ, 1959, p. 243). Por fim, Sodré, depois de citar um excerto do discurso sobre o projeto de demolição do antigo edifício, onde funcionava a Câmara, relata uma pequena *mise en scène* de Coelho Neto – sem ser interrompido, o orador faz uma pausa. Olha em torno - e prossegue: –, para, em seguida, depois de um outro trecho do discurso de Coelho Neto, acrescentar: *O silêncio é absoluto e sente-se que a Câmara inteira está emocionada, diante da fluência e do encanto da palavra do orador. Mas, de repente, quebrando o silêncio, surge uma estrondosa salva de palmas* (SODRÉ, 1959, p. 264).*

Aqui, dois comentários se impõem: a) afirmar que os apartes não eram freqüentes e nem notavelmente ativos e contestadores, não significa dizer que eles não existiam. Porém, a maioria dessas intervenções era consensual e devidamente regulada e controlada. Não se podia simplesmente interromper o parlamentar que detinha o turno de fala sem lhe pedir direta e diligentemente para fazê-lo ou sem solicitar a intermediação do presidente da Assembléia, para que ele próprio o requeresse; e b) o apaziguamento dos debates deve-se, em conjunção com uma série de outros fatores, à passagem de um regime imperial relativamente permissivo para um regime republicano mais austero, sobretudo, durante os anos da República da Espada. Com efeito, essa transição entre os dois regimes de governo consiste em um processo complexo que articula especificidades brasileiras e fatores exteriores e anteriores que as envolvem; ele possui, portanto, múltiplos aspectos que se inscrevem em temporalidades de duração variável. Não nos cabe discuti-los aqui. Ressaltamos apenas que a importância progressivamente atribuída às práticas de linguagem, conforme tende a ocorrer nos regimes republicanos, em detrimento da nobreza do sangue e da estirpe, valorizados, por sua vez, nos regimes monárquicos, deu-se tardiamente no Brasil.

Após termos elencado algumas características da fala pública sobre os palanques, no início do século XX, passaremos, em seguida, a considerar certas propriedades dessa fala, quando de sua transmissão pelo rádio. Antes, porém, mencionaremos brevemente alguns usos políticos do rádio como meio privilegiado de veículo da propaganda estatal e dos pronunciamentos oficiais, no começo do século XX, e algumas críticas dessa utilização. Podemos conceber as apreciações de pensadores como Adorno & Horkheimer, de um lado, e Hjelmslev, de outro, como índices da importância do rádio para os poderes políticos e da

força de seu impacto sobre a expressão pública, a partir da década de 1920, na Europa e na América do Norte, e da década de 1930, em quase todo o mundo, inclusive, no Brasil. Para os frankfurtianos, a indústria cultural promovia a incorporação das estratégias publicitárias pelos discursos dos regimes autoritário, desenraizava o uso da língua da experiência que antes lhe dava fundamento e encontrava no rádio um instrumento privilegiado para fazê-lo:

Na rádio alemã de **Flesch** e **Hitler**, os estereótipos podem ser notados no alto-alemão afetado do locutor, quando este declama para a nação um “Boa noite” ou “Aqui fala a Juventude Hitlerista” e mesmo “O Führer”, com uma entoação imitada por milhões. Essas expressões rompem o último laço entre a experiência sedimentada e a linguagem, laço este que durante o século dezenove, ainda exercia, no interior do dialeto, uma influência conciliatória. [...] O locutor de rádio não precisa mais falar de maneira pomposa. Aliás, seria esquisito, caso sua entonação se distinguisse da entonação de seu público ouvinte. Em compensação, a linguagem e os gestos dos ouvintes e espectadores, até mesmo naquelas nuances que nenhum método experimental conseguiu captar até agora, estão impregnados mais fortemente do que nunca pelos esquemas da indústria cultural. (ADORNO & HORKHEIMER, [1944] 1985, p. 155-156)

Quando os pensadores alemães publicaram *A dialética do esclarecimento*, a implementação e a utilização política do rádio já estavam consolidadas. Em meados dos anos de 1920, a Itália e a França tornaram o rádio monopólio estatal, enquanto o Japão homologava leis que proibiam a veiculação radiofônica de publicidades comerciais. Em 1939, o governo alemão interdita a audiência de emissoras estrangeiras e, no ano seguinte, as rádios nacionais passam a transmitir somente programação de caráter ultra-nacionalista, já sob o jugo do nazismo de Hitler. Nos sombrios dias de junho de 1940, as ondas do rádio encarnavam tanto a cessão de Philippe Pétain quanto a resistência de Charles de Gaulle. Aos 17 de junho daquele ano, Pétain anunciava pelo rádio o armistício com os alemães e a implantação de um novo regime na França. E aos 18, o General de Gaulle iniciava uma série de pronunciamentos na *BBC*, de Londres, no intuito de mobilizar a resistência francesa, inicialmente, contra os ataques alemães e, quatro dias depois, contra a sua efetiva ocupação. Na voz de de Gaulle, criou-se um *lugar de memória* nos corações e mentes francesas: *Quoi qu'il arrive, la flamme de la résistance française ne doit pas s'éteindre et ne s'éteindra pas. Demain, comme aujourd'hui, je parlerai à la Radio de Londres.*

Os políticos brasileiros não poderiam permanecer por muito tempo indiferentes à emergência dessa poderosa ferramenta de comunicação de massa. Já aos 7 de setembro de 1922, o discurso do então presidente da República, Epitácio Pessoa, em comemoração ao centenário da Independência, foi veiculado pelo rádio. Tratava-se da primeira transmissão

oficial pelo novo meio de comunicação. Mas o apogeu da exploração do rádio como veículo de comunicação política somente seria atingido na próxima década, durante o Estado Novo. O tipo de governo instaurado por Vargas não correspondia exatamente a uma extensão do nazismo ou do fascismo, porém, é inegável que as experiências totalitárias alemã e italiana tenham inspirado o regime autoritário brasileiro, principalmente, no que concerne à propaganda estatal. Na literatura especializada, o fato de o totalitarismo ter dispensado muito tempo e dinheiro na intensificação das emoções por meio dos veículos de comunicação é consensual. De fato, o conjunto dos instrumentos que materializavam e transmitiam suas ideologias era mais amplo e compreendia *literatura, teatro, pintura, arquitetura, ritos, festas, comemorações, manifestações cívicas e esportivas*, de modo que todos esses elementos podiam *entrar em múltiplas combinações e provocar resultados diversos* (CAPELATO, 1999, p. 168). Ademais, a variedade dos meios institucionais de comunicação (imprensa, rádio e cinema) e dos gêneros discursivos (livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio, sobretudo jornalísticos, musicais, políticos, radionovelas, filmes, documentários etc.) era considerável. Apesar dessa diversidade, não seria errôneo afirmar que os meios mais utilizados pelo Estado-Novo para divulgação da propaganda política foram a imprensa e o rádio (cf. CAPELATO, 1999).

Com efeito, assim como ocorria na Itália fascista, também no Estado-Novo a imprensa foi, durante a maior parte do tempo do varguismo, mais importante do que o rádio. Isso não significa, porém, que o rádio tenha sido concebido como um meio de comunicação menor ou que ele não tenha efetivamente desempenhado um papel de extrema relevância na tentativa de legitimar o novo poder, junto à sociedade brasileira, em geral, e de conquistar o apoio das classes trabalhadoras, em particular. De modo análogo à criação do Ministério da Informação Popular e da Propaganda, criado na Alemanha e entregue ao comando de Joseph Goebbels, em 1933, o governo de Vargas, desenvolvendo o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, antes vinculado aos Ministérios da Educação e da Justiça, concebeu e instituiu o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), em 1939, dando-lhe autonomia e ligando-o diretamente ao poder executivo. Com o DIP, a propaganda política atingiu um nível de produção e organização sem precedentes no país. Se a propaganda é constitutiva do exercício do poder político independentemente do regime de governo instaurado em uma sociedade, não é menos verdade que nos regimes totalitários sua força tende a se tornar muito maior. O controle dos meios de comunicação e a utilização de estratégias publicitárias de persuasão conjugam-se com o monopólio dos aparelhos repressivos, criando uma hegemonia que congrega a força física à simbólica.

Mas qual era, de fato, o uso que o Estado-Novo fazia do rádio? Segundo Capelato (1999), a principal utilização política do rádio durante o governo Vargas era a de reproduzir pronunciamentos do presidente e dos ministros, mensagens e notícias oficiais. Para tanto, além da programação já consolidada, na qual se incluíam programas humorísticos, musicais, transmissões esportivas, radiojornalismo e radionovelas que, direta ou indiretamente veiculavam valores nacionalistas, foram criados os programas *A Voz do Brasil* (1935) e *Repórter Esso* (1941). Além disso, em muitas praças de cidades do interior, foram instalados alto-falantes, no intuito de se conquistar uma maior audiência e, por extensão, uma maior legitimidade para o governo. Essa iniciativa era justificada pela insistência no fato de que as mensagens do rádio deveriam chegar até o homem do interior do Brasil e contribuir, assim, para a integração nacional. Por outro lado, diante de uma certa diversidade da programação, os pronunciamentos políticos não eram a sua parte mais esperada e apreciada pela população. Contudo, ainda que não fossem exatamente uma preferência ou uma unanimidade, os discursos dos políticos no rádio despertavam um considerável interesse. Mas como eram esses pronunciamentos? Considerando que um de seus principais e mais declarados objetivos era o de divulgar os novos direitos sociais e trabalhistas ainda desconhecidos pelos próprios trabalhadores que eram seus beneficiários, conforme reiteravam os membros do governo, a fala de Vargas e de seus correligionários deveria ser simples e clara⁶⁵. Em seus pronunciamentos, o presidente *usava* slogans, *palavras-chave*, *frases de efeito e repetições ao se dirigir às massas* (CAPELATO, 1999, p. 171).

Uma vez que já fizemos uma rápida alusão a alguns casos de uso do rádio pela classe política, retomaremos aqui nosso propósito de apontar certas características da fala pública transmitida por esse instrumento de comunicação. Os pronunciamentos no rádio podem ser ou não simultâneos à escuta, ou seja, podem ou não compartilhar do “mesmo” tempo, mas necessariamente a produção e a recepção das mensagens radiofônicas serão feitas em diferentes espaços. E enquanto a fala pública nos palanques é veiculada por um meio audiovisual, no rádio ela é transmitida por um canal exclusivamente sonoro. Desses dois fatores, derivam “perdas” e “ganhos”: a *actio* reduz-se à *pronunciatio*, isto é, a expressividade corporal do orador, no rádio, limita-se à sua voz, cujas propriedades são amplamente

⁶⁵ Evidentemente, a diversidade dos discursos e de seus efeitos não se encerra nessa generalização apressada. Somente a título de exemplo, poderíamos nos referir ao trabalho de Osakabe, que, analisando alguns discursos de Vargas, do período 1930 a 1937, constatou três diferentes tipos de estratégias argumentativas: *No caso dos discursos observados, o ato de argumentar parece estar fundado em três atos distintos que guardam entre si uma relação aproximada à relação do tipo implicativo: um ato de **promover** o ouvinte para um lugar de decisão na estrutura política; um ato de **envolvê-lo** de forma tal a anular a possibilidade da crítica; e um ato de **engajar** o ouvinte numa mesma posição ou mesma tarefa política.* ([1979] 1999, p. 110; grifos do autor).

ressaltadas; os ouvintes estão distantes do falante e dispersos uns dos outros, mas podem chegar a um número impensável para um mesmo espaço; esse notável aumento do público ouvinte também tende a conduzir a uma considerável ampliação de sua heterogeneidade, de modo que a projeção da imagem do outro a quem se fala torna-se mais complexa; o conforto de receber o discurso em domicílio contrapõe-se às grandes dificuldades de reversibilidade dialógica, ou seja, a possibilidade de troca de papéis entre o locutor e o interlocutor é mínima. A chama, essa recorrente metáfora empregada para caracterizar a dinâmica e enérgica retórica das interlocuções face a face passa a ser concebida como uma espécie de água morna, quando se começa a observar a quase total irreversibilidade da fala pública transmitida pelo rádio e a mitigação da grandiloquência.

Com as crescentes ondas da “interatividade”, a irreversibilidade tornou-se um problema cada vez maior. Soluções recentes foram propostas e experimentadas e parecem amenizar, mas não eliminar os inconvenientes. De modo análogo à participação pública na imprensa por meio das “cartas do leitor”, é possível telefonar para a rádio, com vistas a tentar interferir na programação e mesmo dialogar ao vivo com o locutor ou com os convidados dos programas. Em um caso, como no outro, reconhecemos, porém, o controle e a prévia seleção que regulam as intervenções que terão efetivamente espaço para manifestação. A quase impossibilidade de diálogo efetivo na fala pública radiofônica contrasta com a progressiva emergência de um estilo conversacional e dialógico que já se delineava antes do rádio, mas que com ele sofre uma considerável aceleração. Assim, observamos, uma vez mais, que o advento de uma tecnologia não instaura por si mesmo uma transformação de práticas e representações; é inegável, porém, que os instrumentos e técnicas prolongam e intensificam processos históricos já em curso. Conforme vimos no Capítulo I, a grandiloquência verbal e corporal já havia começado a “declinar” paulatinamente, desde o século XIX, em função das transformações nas mentalidades, dos avanços democráticos e do recrudescimento do controle das sensibilidades individuais em público. Na imagem de Jamieson (1988), tratava-se da passagem da *flame oratory* ao *fireside chat*. As falas de Franklin Delano Roosevelt no rádio são concebidas pela autora como um índice desse deslocamento do *orator* ao *speaker*:

FDR's fireside chats suggested a new model of communication: one person in the private space of his living room chatting with millions of other individuals in theirs. Could such discourse properly be labeled public address? Some argued that the mass media's small families and solitary viewers were not a public in any traditional sense. Moreover, conversing privately with families through publicly accessible channels did not seem to

approximate address. Its 'public' turned private and its 'address' turned conversation, 'public address' joined bustles in the linguistic attic. Correspondingly, instead of being called orators, those who addressed audiences were now called speakers. (JAMIESON, 1988, p. 55)

O “orador”, termo durante muito tempo honrado e prestigiado, começa a perder seu crédito e a ganhar a pecha de verborrágico e demagogo; os discursos devem se tornar mais breves, simples e claros. Em última instância, a própria noção de “fala pública” poderia ser questionada, quando se trata de um pronunciamento político que passa a se apresentar como se fosse uma conversa pessoal e, não raras vezes, até mesmo íntima, recebida não mais por um público em um espaço público, mas pelas famílias ou indivíduos, no conforto de suas casas, isoladamente.

Em algumas interpretações desse fenômeno, vemos desesperos precipitados e entusiasmos ingênuos: por um lado, ressurgem os recorrentes temas que rondam a degeneração generalizada, manifesta no declínio da retórica e da eloquência, no desaparecimento das tribunas e palanques, indicando a degradação e, no limite, o fim dos discursos e dos debates políticos, e na extinção das distinções entre o âmbito público e privado, que, ao final das contas, de algum modo, vai desencadear na deterioração da moral e dos bons costumes; por outro lado, há os que aí vêem o começo de uma nova era democrática, sem hierarquias e autoritarismos, na qual os longos monólogos peremptórios foram substituídos pelas breves formas dos diálogos amenos, enfim, as sociedades democráticas liberais serão o *fim da história*, conforme a célebre e polêmica fórmula de Fukuyama. Fechar os olhos para as novas formas de poder e sua construção simuladora de efeitos dialógicos ou não reconhecer os insuficientes, mas reais desenvolvimentos democráticos parece-nos ser duas faces de uma mesma moeda, cuja cara é cega e a coroa, muda.

Embora a produção e a recepção da fala pública no rádio fossem geralmente produzidas em um espaço fechado e definido, ou seja, os pronunciamentos políticos, por exemplo, eram realizados nos prédios das emissoras ou, eventualmente, em gabinetes devidamente equipados, e recebidos nas residências familiares, a circulação das mensagens radiofônicas era mais difusa do que se poderia pensar, em um primeiro momento. Lembremos de que, já nas décadas de 1930 e 1940, a programação era ouvida não apenas nas casas de família, mas nas fábricas, no comércio e em alto-falantes instalados ao ar livre, em praças públicas, fosse na Alemanha, de Hitler, ou no Estado-Novo, de Vargas. E apesar da força e da constância dos usos políticos do rádio, eles não poderiam esgotar a amplitude de seu alcance, justamente em um período da história que ficaria conhecido como “A Era do Rádio”. Durante

essa época, as poderosas vozes de locutores, cantores e personalidades políticas encantavam a audiência e tornavam-se verdadeiras celebridades. A potência vocal, aliás, era signo de uma distinção entre os gêneros: as tonitruantes vozes masculinas freqüentavam o âmbito político e a instância cultural, já as doces e belas vozes femininas limitavam-se à segunda esfera. Além disso, no que respeita particularmente à propaganda política, vimos que muitos governos nacionais dispunham de um arsenal de comunicação composto por vários meios de difusão e por vários gêneros discursivos. Entre eles, o rádio e a imprensa tinham funções importantíssimas no interior do dispositivo responsável pelo empreendimento das ações sobre as ações dos outros.

Comparada com o rádio, a televisão intensifica algumas de suas propriedades e apresenta uma série de características distintas. E mesmo um aspecto comum a ambos os meios de transmissão, tal como a quase impossibilidade da troca dialógica, por exemplo, pode ser interpretado como se se tratasse de diferentes fenômenos ou como se fosse um mesmo fenômeno que se diferencia, à medida que se inscreve em dois sistemas distintos. É de acordo com essa segunda perspectiva que Moniz Sodré, em *O monopólio da fala* ([1977] 1999), aponta uma diferença entre o rádio e a tevê, quando concebe essa última:

O que   televisão?

Do ponto de vista das necessidades imediatas do mercado capitalista, o primeiro ponto observável dessa engenhoca tecnológica, capaz de hipnotizar cotidianamente centenas de milhões de pessoas com imagens cinéticas,   a sua mais absoluta superfluidade. Realmente, a televisão não surgiu para responder uma ‘necessidade’ real de comunica o por imagens. O rádio também não, de certo modo. Mas a técnica radiofônica propiciou o contato entre regiões distantes, culturas diversas, fazendo emergir formas comunicacionais que já se impunham diante da pressão dos descobrimentos e expansões posteriores   Revolui o Industrial.

A televisão, ao contrário, não veio atender a nenhuma espera específica e preexistente da comunica o social. Surgiu diretamente do meio técnico, como resultado da crescente autonomia dos bens eletrônicos (do mercado) com rela o às reais carências humanas. A televisão   uma técnica, um eletrodoméstico, em busca de necessidades que a legitimem socialmente. A ela se associaram, nas últimas décadas, várias outras inova es (vídeo-teipe, vídeo-cassete, gravadores, reprodu o eletrostática, computadores) que, combinadas com anteriores meios de informa o e entretenimento (jornal, rádio, cinema) e com dispositivos técnicos de comunica o e contato (telefone, teletipo), nos permitem falar de um sistema de interven o crescente do Estado, e de amplia o de seu poder, no âmbito do livre circuito da comunica o social. (SODRÉ, [1977] 1999, p. 14)

Uma vez que Sodré concebe a televisão não apenas como um *medium* ou um simples instrumento técnico responsável pela transmissão de mensagens, mas a considera como um

elemento de um “sistema” que regula práticas e representações sociais e condiciona a circulação dos sentidos na sociedade, acreditamos que sua concepção apresenta alguns pontos de contato com aquela que desenvolvemos aqui. Por essa razão, procuramos não negligenciar as muitas e pertinentes indicações de Sodré, sem que isso implicasse nossa comunhão com todos os seus pressupostos. A obra de Sodré é produto de seu tempo e empreende uma abordagem que é própria das idéias de sua época, não havendo nisso nada de pejorativo. No que nos concerne, não ignoramos o Estado, mas não pressupomos sua *intervenção crescente*; vislumbramos uma certa ampliação do poder no âmbito do livre circuito da comunicação social, mas não a concebemos que esse poder se concentra e/ou deriva predominante ou exclusivamente do Estado. A nova ordem mundial contemporânea, sem dúvida, condiciona os tipos de relações sociais e tem na tevê um lugar privilegiado para sua materialização e para sua ampla circulação. E se é verdade que os aspectos técnicos e materiais da televisão não esgotam de per si sua força e alcance, também é verdade que algumas de suas propriedades tecnológicas foram fundamentais para que a tevê adquirisse todo esse seu poder. Examinemo-las, então, e tentemos, a partir desse exame, indicar algumas conseqüências para a produção e a interpretação da fala pública transmitida pela televisão.

Assim como no rádio, na tevê a fala pode se dar ou não no “mesmo” tempo que a escuta, mas será forçosamente realizada em um espaço e recebida em outro lugar. No que respeita aos canais de transmissão da fala pública, a televisão aproxima-se mais do palanque do que do rádio, visto que, como nas tribunas, os meios são de natureza visual e sonora. A distância que separa os pólos de produção e de interpretação da fala altera a transmissão pelos canais: o falante só vê uma câmera e não seu interlocutor, enquanto o ouvinte não vê o corpo do locutor, mas somente uma sua imagem; tampouco é a voz original do falante que se escuta, mas uma substância da expressão sensivelmente alterada pela passagem por um meio. Além disso, o espaço e, amiúde, o tempo que separam os interlocutores tendem a fazer com que as trocas de papéis entre o falante e o ouvinte se transformem na irreversibilidade dos lugares de emissor e receptor. É justamente nisso que consiste o *monopólio da fala*, tal como Sodré o concebe, ou seja, o monopólio é a impossibilidade da real e efetiva interlocução, tendo em vista que *é praticamente absoluto o poder de quem fala sobre quem ouve, pois, na relação instituída pelos modernos meios de informação, falar é um ato unilateral. Sua regra de ouro é silenciar ou manter à distância o interlocutor* (SODRÉ, [1977] 1999, p.25).

Apesar de uma ou outra restrição que se poderia fazer à obra de Sodré, não desconsideramos alguns dos importantes apontamentos presentes em *O monopólio da fala*. Pensamos particularmente em dois deles – os efeitos de real e o alcance do *medium* –, tendo

em vista sua importância no funcionamento de nosso objeto de reflexão. O discurso político na tevê simula a realidade de seu dizer e a sinceridade do que diz: sua enunciação se passa por uma interlocução autêntica ou, antes, por uma interlocução realmente natural e espontânea, e seus enunciados, por um conjunto de declarações sinceras. Sodré nos mostra que, justamente em fun o de seu verdadeiro estatuto ser *o da expropria o da palavra do público*, a televisão tenta “compensar” esse alijamento causado por ela mesma, produzindo efeitos de real, ao apresentar um mundo que se presentifica na tela do aparelho. O dispositivo pretende dissimular o processo de produ o, simulando traços de verossimilhança em seu produto. Trata-se, portanto, da cria o de efeitos de proximidade e de simultaneidade em rela o   experiência da percep o realizada pelo telespectador; efeitos construídos com base em uma “retórica do ‘ao vivo’”. Nos termos do próprio Sodré:

a televisão, tendo de simular um diálogo em contato familiar com seu público, apóia-se numa **retórica do direto**. O que aparece no vídeo pretende ser apreendido como **simultâneo ao tempo do espectador**. Mesmo quando a a o transmitida declara-se passada com rela o ao presente do telespectador, a retórica do direto persiste, seja através da interven o dos apresentadores, seja através dos recursos f ticos empregados na filmagem. ([1977] 1999, p. 70-71; grifos do autor)

De certo modo,   como se toda a programa o televisiva fosse um pouco de jornalismo, na medida em que a tela re-presenta o vivido, ou seja, faz crer que ela torna presente o que acontece “lá fora” do vídeo no mesmo tempo do espectador. A força retórica das mensagens na televisão fundamenta-se nesse mostrar, nesse fazer ver, que tem em um código analógico como o das imagens na tevê um instrumento essencial. Mais do que uma representa o, capaz de ser feita por todo símbolo, em fun o de seu caráter vic rio, as imagens em movimento da televisão buscam produzir a autentica o de um mostrado que se passa por vivido, real e verídico. Assim, mais do que a fotografia, o conjunto de imagens na tevê consiste em *um certificado de presença* (BARTHES, [1980] 1984, p. 129). O efeito que elas produzem não   somente o de restituir o que ali não está, mas o de demonstrar que o que se vê existe efetivamente e ocorre agora. Para um discurso que muito freqüentemente   taxado de mentiroso e que, por isso mesmo, deve tentar se livrar desse estigma ou, ao menos, tentar minimizar esse estereótipo, tal como   o caso do discurso político, os recursos da televisão e os efeitos que eles produzem são absolutamente bem vindos. Mas, sabemos que se, por um lado, a tevê trouxe vários benefícios para o discurso político, como a ampla circula o e a possibilidade de produ o de efeitos de verdade, por exemplo, por outro lado, sua pecha de

mentiroso parece ter aumentado consideravelmente, depois que ele passou a ser transmitido pela televisão.

Embora duas das características mais desejáveis dos meios de transmissão sejam sua fidelidade e sua discricção na veiculação dos conteúdos das mensagens, e por mais que muitas interpretações científicas não tenham dado a eles a devida atenção, os *media* insistem em aparecer, possibilitando e, ao mesmo tempo, inviabilizando a comunicação perfeitamente bem-sucedida. A tevê não é apenas o instrumento técnico nem suas mensagens se resumem a determinados conteúdos. Com efeito, as propriedades materiais da televisão funcionam no interior de um determinado contexto histórico, a partir do qual se instauram um modo de relação social – em que vigora uma “não-comunicação” – e um “tipo de discursividade”. Diferentes aspectos envolvidos nos meios e nos modos de difusão dos discursos não deveriam ser considerados como se fossem exteriores aos conteúdos veiculados. Em algumas circunstâncias, os conteúdos podem inclusive ser quase negligenciados, em benefício das formas, substâncias e matérias nas quais eles se formulam, ganham existência empírico-histórica e circulam na sociedade, projetando em si como devem ser recebidos e interpretados. Em suma, talvez pudéssemos dizer que nas mensagens televisivas a ênfase freqüentemente desliza do referente e do significado para o significante, de modo que os sentidos sejam produzidos em um jogo de auto-referências e re-envios permanentes.

Em consonância com fatores históricos e sociais, a televisão é parcialmente responsável por uma certa homogeneização dos discursos políticos contemporâneos. A despeito de algumas diferenças entre os programas de governo, as formas e os conteúdos dos discursos de diversos partidos políticos têm se assemelhado cada vez mais, sem dúvida, em função dos valores democráticos, mas também em razão de sua adaptação ao modo de difusão televisivo. Em certas ocasiões, temos mesmo a impressão de assistir a uma espécie de “despolitização”, visto que as ações e os conteúdos políticos parecem valer menos do que a expressão condicionada pelo meio. É o que afirma Sodré, ao considerar dois dos mais clássicos debates político-eleitorais transmitidos pela tevê:

A televisão é decididamente despolitizante. Considere-se, por exemplo, a função do **medium** nos debates entre Nixon e Kenedy ou entre Giscard d’Estaing e Mitterrand. O que ali estava em jogo não eram realmente os conteúdos políticos dos diferentes discursos dos candidatos, mas o **desempenho** de cada um deles em face do código televisivo. O **medium** tecnológico ganha, de fato, tamanha autonomia com relação à situação vivida, humana, dos sujeitos, que consegue mesmo impor-lhes as suas razões técnicas. O **medium** não é aí um simples mediador entre informante e público, mas um espaço autônomo capaz de criar modelos próprios, que

neutralizam o sentido político das ações e dos discursos. O público tende a pôr na balança o charme, a regularidade plástica, a segurança dramática dos candidatos, ao invés de suas plataformas políticas. É fato conhecido a nítida vantagem de Kenedy sobre Nixon na tevê, o mesmo acontecendo com Giscard d'Estaing face a Mitterrand. (SODRÉ, [1977] 1999, p. 105)

Na tevê, a política como espetáculo parece ter atingido um nível possivelmente sem precedentes. O auge da espetacularização da política não significa evidentemente sua eficácia persuasiva, nem tampouco o fim definitivo da esfera pública, mas indica o refinamento de suas técnicas e estratégias, e aponta para uma certa descaracterização. Assim, se não existe a manipulação perfeita e eficaz, há, ao menos, um notável aumento e um desenvolvimento considerável dos expedientes que almejam sua obtenção. Os procedimentos técnicos e os estratagemas de manipulação foram aperfeiçoados desde os primeiros programas de condução da população, na *idade das massas*, considerados por Le Bon ([1895] 2003), passando pelas teorias da propaganda que se multiplicam entre a Primeira Guerra e a Guerra Fria, até as atuais campanhas políticas eleitorais, com seu amplo leque de efeitos especiais. Para construir esses efeitos, observamos uma crescente produção de clipes publicitários que envolvem a mensagem política em uma lógica comercial, de pequenas frases que substituem os discursos e programas bem fundamentados, de *talk-shows* políticos nos quais, ao invés de se tomar novas iniciativas, tenta-se evitar um passo em falso. Aqui, a política apresenta-se como uma arte de falar sem quase nada dizer. Ademais, assistimos a uma multiplicação das chamadas “campanhas negativas” que se caracterizam mais pelos ataques aos adversários do que pela promoção da plataforma de um candidato: o triunfo nas eleições tende a ser, antes, a derrota do concorrente do que a vitória de um projeto de governo.

Duas campanhas do final dos anos de 1980 parecem ser bons exemplos dessa tendência. Segundo várias interpretações da literatura especializada, em 1988, a população norte-americana estava menos seduzida por Bush e suas propostas do que desencantada com Dukakis. Além da falta de carisma e da aparência tecnocrática, esse último havia sido vítima de uma intensa campanha negativa. No Brasil, nas eleições presidenciais de 1989, a derrota de Lula é frequentemente atribuída a dois fatores: por um lado, Lula era considerado um sindicalista corporativista, cujos interesses se resumiam a defender a classe trabalhadora, conforme se depreendia de seu emblemático bordão daqueles tempos, “Trabalhador vota em trabalhador”; por outro lado, assistiu-se ao lançamento de três factóides (fatos artificialmente produzidos pela mídia), em um momento decisivo da campanha: a entrevista da ex-namorada de Lula que o acusava de ter incentivado o aborto de sua filha; as insinuações de que o PT seria o responsável pelo seqüestro do empresário Abílio Diniz; e a polêmica e tendenciosa

edição do último debate presidencial realizada pela *Globo* e transmitida pelo *Jornal Nacional*. Sem prestígio político em âmbito nacional e sem um programa consistente, a campanha de Collor praticamente se limitava a repetir à exaustão que ele era moralizador, o “caçador de marajás”, e a atacar seu principal adversário, ao longo daquela eleição, principalmente no segundo turno.

O papel decisivo da mídia, em geral, e da televisão, em particular, nas eleições presidenciais brasileiras, a partir de 1989, tornou-se manifesto. Essas eleições apresentaram duas peculiaridades: tratava-se da tão esperada eleição direta para Presidente da República, depois de três décadas de regime militar e era uma “eleição solteira”, ou seja, não havia eleições legislativas acontecendo conjuntamente, de modo que os candidatos à Presidência da República estavam constantemente expostos na mídia. Com o restabelecimento da democracia e com o progressivo desenvolvimento do marketing político no Brasil, o uso da tevê no HGPE passou por uma série de transformações e aperfeiçoamentos. Entre as inovações estabelecidas, poderíamos mencionar a tentativa de mimetismo entre a programação normal da tevê e os programas televisivos dos candidatos no HGPE, por meio da simulação de telejornais, *talk-show* e, até mesmo de telenovela, como fez Paulo Maluf. Já no programa do PT, por exemplo, foi veiculada uma paródia de publicidade de sabão em pó, na qual se propunha que o eleitor-consumidor (de fato, tratava-se de uma eleitora, uma dona de casa, o que já produz alguns efeitos...) experimentasse uma nova marca, para substituir, depois da experiência, o da “embalagem collorida e engomadinha” por aquele que “rende muito mais”. Depois de iniciado o HGPE na televisão, Lula dobrou seu percentual de votos nas pesquisas, passando de 7% a 15%; foi essa progressão que o levou ao segundo turno daquela eleição. Isso não significa que a propaganda eleitoral televisiva foi a única responsável por esse aumento das intenções de voto, mas torna inegável sua importância naquele contexto.

A sofisticação do marketing político no Brasil, a partir do final dos anos 1980, instaurou ainda uma considerável intensificação da tendência à psicologização da esfera pública e do discurso político. Cada vez mais seriam buscados os traços da personalidade individual e coletiva dos eleitores, com vistas a tentar isolar um comportamento político do eleitorado; cada vez mais serão construídas imagens psicológicas dos homens públicos, em geral, e dos candidatos políticos, em particular, alheias às plataformas políticas bem definidas, instaurando uma crescente despolitização dos agentes políticos na progressão das políticas da personalidade. A ênfase e, no limite, a raiva e a revolta deram o tom para essa campanha: Collor esbravejava contra os marajás, enquanto Lula vociferava contra a burguesia. Um outro paradoxo inscrito na prática do discurso político na tevê liga-se estreitamente a esse último: a

tevé proporciona uma grande aproximação do olhar do eleitor sobre o candidato, mas constrói, ao mesmo tempo, um distanciamento entre os pólos da produção e da recepção do discurso político (cf. Courtine [1990] 2003). A nitidez do rosto e a clareza da voz do candidato na televisão, que deveriam revelar sua personalidade e suas mais profundas intenções, são freqüentemente concebidas como uma encenação mentirosa. Por essa razão, poderíamos considerar que a proximidade midiática entre o político e o eleitor produz, de certo modo, uma “política sem contato”.

De modo análogo ao surgimento da chamada *Lei Falcão*, que vigorou de 1976 até as eleições de 1982 e que limitava a campanha eleitoral televisiva à exposição de uma foto do candidato e à leitura de seu currículo, realizada por um locutor (cf. MIGUEL, 2000), o HGPE nas eleições presidenciais de 1994 foi regido pela Lei 8.713, aprovada no ano anterior, que interditava as trucagens, a gravação de imagens externas e a participação de convidados (cf. nota 46). A justificativa para essa medida era dupla: a tentativa de diminuir a demasiada influência exercida pela mídia nas eleições anteriores, dando ênfase à política e não ao aparato tecnológico, e a busca pelo barateamento das campanhas, promovendo a igualdade de condições entre os candidatos.

Porém, nos intervalos que separaram a proposta, a aprovação e o cumprimento da lei reinou o abrandamento. Inicialmente, pretendia-se fazer com que os candidatos falassem ao vivo, com uma câmera fixa, em um estúdio neutro. A legislação sancionada era bem mais condescendente, tendo em vista um conjunto de críticas, segundo as quais os índices de audiência caíam drasticamente, diante do aumento da monotonia das propagandas eleitorais obrigatórias na tevê. Já a aplicação da lei mostrou-se bastante flexível e deu margem para muitas interpretações e para variados desvios. Como se poderia ser rigoroso na definição do que é ou do que não é trucagem, se, em princípio, a própria edição de imagens já o é, em alguma medida? Em relação à proibição das gravações externas, os programas a burlaram, tanto exibindo o que afirmavam ser fotografias, mas que, de fato, eram imagens editadas de videoteipe, que se sucediam rapidamente e criavam o efeito de movimento, quanto construindo cenários milionários no interior dos estúdios. Se havia a interdição da presença de outras pessoas que não fossem os próprios candidatos e seus vices, isso não impediu que muitos figurantes aparecessem; a única restrição era a de que seus rostos não fossem focalizados. Nos HGPE de Fernando Henrique Cardoso e de Lula as metonímias visuais pululavam, no intuito de criar um efeito de mobilização popular: nos primeiros, tratavam de mãos de velhos e de jovens, de homens e de mulheres, de negros e de brancos, desempenhando diversas atividades, por sujeitos de diferentes identidades; nos últimos,

grandes olhos e bocas que, cantando o *jingle* da campanha, revelavam facilmente a identidade de seus donos, artistas célebres e personalidades ilustres.

Apesar da “flexibilidade” no cumprimento da legislação, não seria correto inferir que a nova lei não promoveu nenhuma mudança. O uso das trucagens, as intervenções de locutores e a presença de *jingles* não foram suficientes para impedir uma transformação fundamental nessa eleição, a saber, os candidatos falaram muito mais, visto que não podiam delegar voz a convidados. Os discursos longos, relativamente aos padrões da tevê, e os monólogos, que pareciam já extintos, voltaram à cena, nos HGPE de 1994. Em princípio, os programas de Lula, por exemplo, seriam animados por uma espécie de *talk-show*, em que o candidato debateria questões políticas, sociais e econômicas com vários especialistas e personalidades de diferentes setores sociais e áreas do saber. Esse modelo de programa teve de ser abandonado, em função da legislação. Além disso, o programa do PT foi impedido de veicular imagens das “caravanas da cidadania”, uma vez que a lei interditava a reprodução de cenas gravadas em espaços externos. O breve retorno das extensas formas do discurso monológico produziu um efeito de personalização da campanha, como se as idéias e projetos fossem concebidos exclusivamente pelos candidatos. Por fim, a intenção de baratear e, por conseguinte, homogeneizar os programas eleitorais não alcançou bons resultados:

As novas regras fracassaram no objetivo de nivelar os programas eleitorais. As desigualdades de recursos se fizeram sentir com clareza. O candidato do PSDB-PFL-PTB apresentou um programa tecnicamente muito superior aos de seus adversários. A campanha de Fernando Henrique foi filmada em película de 35 mm, muitas vezes mais cara do que a gravação direta em vídeo e que resulta numa imagem mais nítida e com maior ‘profundidade’. Também Lula, Quércia e Amin tiveram programas bem produzidos, aproveitando, tal como Fernando Henrique, todas as brechas existentes, enquanto Brizola, Enéas, almirante Fortuna e os dois candidatos do PRN seguiram praticamente à risca a legislação restritiva, por opção ou falta de recursos. Utilizaram cenários neutros, câmera fixa, até a edição de imagens era limitada. (MIGUEL, 2000, p. 123)

Em função da predominância de vários fatores políticos e econômicos, que, em alguma medida, tornaram seu resultado relativamente previsível, a campanha eleitoral nas eleições presidenciais de 1998 foi morna. FHC e Lula protagonizaram essas eleições, estando o primeiro constantemente em vantagem significativa em relação ao último. A questão mais reiterada era o desemprego e frente a ela, os dois principais candidatos sustentaram duas posições diferentes: enquanto Lula o atribuía à política econômica recessiva e neoliberal do governo do PSDB, FHC afirmava que do mesmo modo como ele havia conseguido derrotar a

inflação, venceria o desemprego. Assim, estabeleceu-se a contraposição entre a imagem de um presidente-candidato reconhecidamente competente e a imagem de um persistente candidato ainda revoltado e incoseqüente. Entre os especialistas em comunicação política, não há um consenso sobre o impacto e o alcance dos HGPE nessas eleições: para alguns, esses impacto e alcance teriam sido fracos, para outros, significativo. Independentemente dessa controvérsia, o certo é que o tempo da campanha de propaganda eleitoral gratuita na tevê diminuiu consideravelmente: de 60 para 45 dias. Essa diminuição do tempo foi, de fato, ainda maior, visto que, conforme ocorrera na campanha eleitoral de 1994, os dias da semana estavam distribuídos entre aqueles destinados à campanha presidencial e aqueles destinados às campanhas estaduais. Por outro lado, a legislação eleitoral voltou a conceder plena liberdade para a utilização de recursos técnicos, semióticos e genéricos, interditando somente a veiculação das calúnias e difamações. Por essa razão, os avanços na qualidade técnica dos HGPE foram bastante sensíveis. O “estado da arte” da comunicação política televisiva nas eleições presidenciais, entretanto, somente seria conhecido quatro anos depois.

Antes, porém, de passarmos efetivamente às considerações mais detalhadas sobre um dos aspectos das eleições presidenciais de 2002, ou seja, sobre alguns dos recursos tecnológicos e semiológicos utilizados nos HGPE, durante a última semana do segundo turno, tendo em vista a produção de certos efeitos de verdade, gostaríamos de fazer alguns breves comentários acerca de um lugar-comum, segundo o qual se afirma que o advento dos media eletrônicos implicou o declínio da eloqüência; de tentar justificar o fato de termos negligenciado o período das primeiras três décadas da televisão no Brasil; e ainda de empreender uma síntese das diferenças que caracterizam as três formas de atualização da fala pública contemporânea, sobre as quais nos detivemos brevemente neste capítulo. Começemos, então, por comentar a tão propalada derrocada da eloqüência na “idade da mídia”.

As mídias não são a causa do declínio da oratória política grandiloqüente, mas o reflexo e a intensificação do desinteresse crescente pela fala e, com mais razão, pela eloqüência do homem público. Praticamente não existe uma rubrica crítica sobre a oratória, em geral, e sobre a eloqüência política, em particular, nas mídias, tal como todas aquelas que tratam do cinema, da música, da literatura, do teatro, das artes plásticas e dos *shows* televisivos. De onde deriva um aparente paradoxo que consiste justamente no fato de haver um crescente desdém pela fala política como espetáculo, ao passo que o discurso político cada vez mais se inscreve no universo do espetáculo televisivo. O parco interesse das mídias pela fala e pela eloqüência política parece reproduzir e fortalecer uma progressiva queda da atenção dispensada e da importância atribuída à política, ao discurso político e à eloqüência

pela sociedade. Boa parte dos jornais já não mais reproduz os pronunciamentos políticos importantes na íntegra, mas somente transcreve alguns de seus fragmentos e, por vezes, nem isso. Para justificá-lo, os jornais repetem o argumento do qual também se valem os assessores de marketing e os próprios políticos para explicar a passagem dos longos discursos a *spots* políticos ou a intervenções de poucos segundos: o público não presta mais atenção aos extensos pronunciamentos. A demora ou a eloquência dos discursos políticos não se justifica, frente aos seguintes clichês: “Na política só tem corrupção”, “Os políticos só falam, mas não fazem nada”, “Discurso político é tudo igual, é tudo mentira” etc. Além disso, o próprio gesto de falar em público encontra-se cada vez mais reduzido a alguns espaços e circunstâncias bastante específicos. Nas escolas e universidades, houve uma substituição do ensino e das práticas da eloquência pela aprendizagem da comunicação, tais como a “comunicação interpessoal”, a “interatividade” e as “discussões em grupo”. Os exames orais foram progressivamente sendo substituídos pelas avaliações escritas.

Tudo isso não parece significar, de fato, a morte da fala pública eloqüente. Fora da escola, multiplicam-se institutos, cursos, sites e manuais cuja função é ensinar a falar em público. O amplo conjunto comporta desde trabalhos sérios até dicas que beiram o esoterismo. A despeito dessa multiplicação, persistem os anúncios do declínio ou mesmo do fim da eloquência, que relacionam essa suposta decadência, às vezes, direta e exclusivamente ao desenvolvimento das mídias eletrônicas atuais. A eloquência contemporânea estaria órfã da arte retórica que a sustentava; e, com o fim da retórica, a morte da eloquência acontecerá em breve. Se já houve uma época batizada de *l'Âge de l'éloquence*, nossos tempos consistiriam na idade pós-retórica. Essa triste e fúnebre notícia já foi amiúde anunciada, se considerarmos que o tema do declínio da eloquência é um lugar-comum na história da retórica: o tratado anônimo grego *Do Sublime*, o *Do orador*, de Cícero, as *Controvérsias*, de Sêneca e, principalmente, o *Diálogo dos oradores*, de Tácito, faziam-no, desde a Antigüidade⁶⁶. Contudo, atualmente, tudo parece ser ainda mais sério e grave: não se trata apenas do declínio, mas do desaparecimento iminente da eloquência política, derivado do estado terminal da retórica. Mas há ainda uma outra diferença entre os antigos e os contemporâneos; desta vez, de outra ordem. As recentes críticas e análises das Ciências humanas, em geral, e da Análise do discurso, em particular, sobre o discurso político não apresentam mais julgamentos estéticos ou normativos (cf. BONNAFOUS, 2003). Nas Ciências sociais, muito além da degradação da eloquência, as críticas à política e ao discurso político concentram-se,

⁶⁶ Cf. LEVY, C. *Le 'lieu commun' de la décadence de l'éloquence romaine chez Sénèque le Père et Tacite*. In: BONNAFOUS, S. et al. (org.), 2003.

sobretudo na esteira dos trabalhos de Habermas, no que consideram ser a degradação do espaço público e a precariedade das condições de exercício da cidadania. Já os primeiros trabalhos da AD, conforme vimos no Capítulo III, tentavam desambigüizar os enunciados políticos, descobrindo sua ideologia e revelando sua verdade. Na França, depois de ter passado por uma série de reformulações, às quais também já fizemos referência no capítulo anterior, os estudos da Análise do discurso sobre o discurso político conheceram uma nova mudança de abordagem:

C'est assez récemment, avec le retour en force des théories du sujet dans les sciences humaines et le développement des approches énonciatives et pragmatiques en linguistique que la performativité de la parole politique et ses moyens rhétoriques sont redevenus à l'ordre du jour de l'analyse du discours, et avec eux les termes de communication, argumentation et stratégies. (BONNAFOUS, 2003, p. 254).

Por razões também já mencionadas, nosso enfoque sobre o discurso político contemporâneo não segue exatamente essa perspectiva, embora não desconsideremos algumas de suas relevantes contribuições já incorporadas em nosso trabalho. Como ela, nossa investida sobre a fala política não tem escopo estético ou normativo; diferentemente dela, não nos inscrevemos na extensão dos estudos enunciativos e pragmáticos nem fomos por eles diretamente influenciados. Por outro lado, não cremos ser mais suficiente repetir as repisadas fórmulas, segundo as quais o sujeito não é a origem do discurso e do sentido – aliás, ponto consensual na AD, derivada de Pêcheux e seu Grupo e praticada no Brasil, em relação ao qual não discordamos –, como se isso significasse a inexistência de cálculo na produção do discurso ou como se a pressuposição do cálculo, que certamente reconhecemos não se originar na individualidade subjetiva, implicasse necessariamente em aceitar a obtenção de uma eficácia absoluta da estratégia discursiva. O discurso envolve relações de força e de sentido, conforme nos ensinou Pêcheux ([1969] 1997a), e tanto as primeiras quanto as últimas funcionam no interior de relações de poder que são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas (cf. FOUCAULT, [19765] 1987).

Após termos comentado brevemente a suposta decadência da oratória política causada pelo surgimento e pela consolidação das atuais mídias eletrônicas e, a partir desse comentário, termos reiterado nossa posição no quadro da AD, tentaremos justificar nossa negligência em relação à fala política na televisão, desde sua implantação no Brasil até o final da década de 1980. Para tanto, inicialmente, invocaremos um dos postulados fundamentais da História cultural, de acordo com o qual a emergência de um instrumento técnico não produzirá

necessariamente a imediata transformação de práticas e representações: Roger Chartier, por exemplo, afirma em vários de seus trabalhos que a criação da prensa e dos tipos móveis por Gutenberg não significou o súbito e completo abandono das práticas de leitura e de escrita à mão que lhe eram anteriores; Salazar (1999), por seu turno, recusa a simplória oposição entre uma Idade Média oral e uma Modernidade escrita, recorrendo à evidente existência de muitas práticas de escrita, antes de Gutenberg, e de várias práticas orais públicas, nas quais se dispensava grande atenção à voz, depois da Renascença. De modo análogo, a chegada da televisão ao Brasil, no começo dos anos de 1950, não acarretou em uma série de mutações instantâneas nas práticas de comunicação de massa, em geral, e na produção e recepção do discurso político, em particular.

Inicialmente, vários fatores inviabilizaram a expansão do uso generalizado da nova tecnologia. Nos primeiros anos, não havia infra-estrutura, nem industrialização e nem tampouco renda para a televisão se desenvolver efetivamente. Durante a década de 1950, a tevê foi elitista, quanto ao custo dos aparelhos, e distinta, quanto ao nível de sua programação (cf. SODRÉ, [1977] 1999). Nesse período, os aspectos técnicos não eram devidamente conhecidos nem tampouco dominados pelos profissionais da comunicação e freqüentemente se transferia a “linguagem” do rádio para a tevê. Para que se estabelecesse, de fato, um “sistema”, seria necessário esperar quase duas décadas, durante as quais se propagava o ideário desenvolvimentista:

Embora as primeiras emissoras de tevê brasileiras tenham sido inauguradas no início dos anos 50 (em setembro de 1950, TV-Tupi de São Paulo, canal 3; em janeiro de 1951, TV-Tupi do Rio de Janeiro, canal 6), só depois de 1967 se poderia falar de um ‘sistema’ informativo, com o sentido aqui proposto. Modelado por uma doutrina implícita de modernização, esse sistema exerce a tarefa de imposição da centralização cultural, *pari passu* com a centralização política e econômica. Ganha vigor, portanto, no interior de um modelo produtivo voltado para uma economia urbana apoiada no consumo do luxo. O desenvolvimento conhecido pela televisão nos últimos dez anos é uma das conseqüências ideológicas da estratégia de crescimento nacional que prevê o investimento do excedente econômico do país (a acumulação produzida pela mais-valia) na produção de bens e serviços de luxo. (SODRÉ, [1977] 1999, p.85)

Assim, em 1960, ano das últimas eleições presidenciais antes da ditadura militar, a televisão ainda dava seus primeiros passos. A proporção de domicílios com televisão, no Brasil, em 1960, era somente de 4,6%, ao passo que, no primeiro ano da década de 1990, esse número havia aumentado para 71% (cf. HAMBURGER, 1998, p. 453). Por essa razão, as campanhas eleitorais de Jânio Quadros e do Marechal Henrique Teixeira Lott foram feitas à

moda antiga, conforme podemos observar nos panfletos e nas fotos reproduzidos no site <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm>.

Enquanto nos EUA, o marketing político profissional já estava presente nas campanhas presidenciais desde o começo dos anos de 1950, quando o então candidato republicano e futuro Presidente, Dwight David Eisenhower, contratou pela primeira vez uma agência privada de comunicação e publicidade, e, na década seguinte, a disputa entre John Kennedy e Richard Nixon inaugurava a era da política televisiva, no Brasil, já no ano de 1968, a maioria dos candidatos às Câmaras municipais dá mostras de sua inadaptação aos padrões da tevê; alguns deles chegaram a falar ininterruptamente durante dez minutos. Nessas eleições, a rede de televisão ainda não cobria todas as cidades brasileiras e muitos candidatos, onde ela existia, abdicaram dela ou se recusaram a aparecer na tela. Esse foi o caso, por exemplo, de dois candidatos à Câmara de Porto Alegre (cf. revista *Veja*, nº 8, 30 de Outubro de 1968; já citada no Capítulo III). Também a grande diferença de audiência dos HGPE, se compararmos as eleições de 68 e as de 2002, é um índice interessante da condição embrionária em que se encontrava a transmissão da fala política brasileira pela tevê. A média nas eleições de 1968 oscilava entre 5 e 10%, enquanto nas eleições de 2002, essa média girava em torno de 58% (cf. site IBOPE).

Nas eleições municipais de 1985, já no início da redemocratização, a *Lei Falcão* não estava mais em vigor, de modo que os partidos gozavam de ampla liberdade de expressão na propaganda eleitoral. Desde então, com exceção das regulamentações que limitaram em certa medida os recursos técnicos nas eleições de 1994, assistimos a um notável desenvolvimento do marketing político e a um aperfeiçoamento constante da qualidade dos HGPE, tanto no que respeita ao desempenho dos candidatos ao falar em público na tevê, quanto no que concerne à configuração geral dos programas, incluindo aí os meios técnicos, como a nitidez da imagem e a clareza do som, as combinações semióticas e a multiplicidade de gêneros discursivos. É praticamente consensual entre os especialistas de comunicação política que as eleições presidenciais de 2002 representam o apogeu dessa evolução. Por essa razão, tomamo-las como objeto de reflexão.

Minimamente justificadas nossa opção pelas eleições presidenciais de 2002 e nossa falta para com os três primeiros decênios da televisão no Brasil, cabe-nos por ora tentar sintetizar algumas das principais características dos três dispositivos de fala pública: o palanque, o rádio e a televisão. Para tanto, pretendemos focalizar, sobretudo, as mudanças nos modos do olhar e da escuta, na “temperatura” dos meios de expressão e na configuração dos estilos e formas discursivas, quando da passagem de um dispositivo para o outro, em seus

diferentes lugares de fala. Nesse sentido, uma metamorfose fundamental na produção e na recepção do discurso político, a partir da qual derivam algumas outras, é a presença e o contato com as massas.

Como vimos no primeiro capítulo, durante a segunda metade do século XIX, ocorreu um grande aumento demográfico e, por extensão, instaurou-se uma diferença entre as assembleias gregas ou os discursos revolucionários do século XVIII e os pronunciamentos dos políticos oitocentistas. Mesmo já no século XIX, porém, em algumas circunstâncias, nas quais o homem público falava a algumas centenas ou a poucos milhares de pessoas, a voz poderosa ainda era instrumento suficiente para a boa escuta e um baixo palanque improvisado conseguia dar visibilidade ao corpo e aos gestos largos do orador. Contudo, o notável crescimento da assistência nas ocasiões de fala pública fez com que se tornasse necessária a adoção de alguns recursos técnicos e de alguns avanços tecnológicos: falar para um público de vários milhares de pessoas exigia um microfone e uma alta e imponente tribuna. Hitler, por exemplo, usou abundantemente esses expedientes (cf. BRIGGS & BURKE, [2002] 2004, p. 220-222).

A utilização desses recursos diminuía, mas não eliminava a considerável distância que separava o orador dos ouvintes nem suprimia as dificuldades relativas à escuta, apesar da potência vocal então ampliada pelo instrumento técnico. O contato entre os interlocutores, no entanto, era direto e a temperatura da situação, quente, em função de estarem eles em um mesmo tempo e espaço. As massas diante do orador podiam até estar suscetíveis à sua “manipulação”, mas representavam também um perigo real. A ocasião de fala pública assemelhava-se a uma guerra, na qual as armas eram o verbo, o corpo e a voz, e os adversários eram não apenas os inimigos ideológicos, mas também a própria audiência que ali podia reagir hostilmente. Ao lado da virtualidade dos perigos, contudo, situava-se a possibilidade da conivência e da cumplicidade do público que, mediante suas manifestações de apoio, sob a forma de aclamações, redobravam a força viril das longas coisas ditas. Mas, esse cenário já estava prestes a mudar. O surgimento da tecnologia da comunicação eletrônica de massa, paradoxalmente, iria produzir a dispersão das massas e, no limite, talvez até sua eliminação; ou, inversamente, promoveria seu copioso aumento, em uma configuração bastante modificada. Tudo começou com as ondas do rádio.

Com o rádio, o número dos que compõem as massas multiplica-se abundantemente, mas essas massas já não são mais as mesmas, visto que se tornaram uma espécie de audiência virtual: *Não é necessário o contato físico para que haja multidão*, afirmava o então Ministro da Justiça e um dos responsáveis pelo Departamento de Propaganda do Governo Vargas,

Francisco Campos (*apud* CAPELATO, 1999). O corpo da multidão, assim como o corpo do homem público que lhes dirigia a palavra e os gestos, desapareceu. Por sua vez, o orador, sem corpo, só conta com a sua voz; é ela a responsável por dar corpo ao verbo que ele formula. Aqui se inscreve um outro fenômeno específico: o movimento do corpo dos oradores deu lugar a *l'invention d'une voix*, à qual cabia tentar dar performatividade ao verbo que ela encarnava e que se difundia pelas ondas do rádio, quando de Gaulle pretendia construir, enquanto falava na *BBC* de Londres, uma resistência que ainda não existia. Sua arma era a sua voz:

L'écoute des discours radiodiffusés du général de Gaulle à partir de juin 1940 permet d'assister à **l'invention d'une voix**. Même si l'on tient compte des différentes qualités d'enregistrement, il faut remarquer que le 22 juin (on sait que le discours du 18 n'a pas été enregistré) de Gaulle n'a pas encore la voix de de Gaulle, reconnaissable dans les discours des jours suivants par son rythme, ses inattendues variations de hauteur, ses attaques et ses syncopes. En quelques jours de juin 40, de Gaulle **invente une voix**. Pourquoi? parce qu'il sait que, général exilé d'une armée vaincue, sa seule arme est une voix, parce qu'il sait qu'une voix est ce qui donnera corps au coup de force qui consiste à tendre le langage vers l'action, à convertir une **parole** en **acte**; coup de force en ce sens où de Gaulle donne une valeur performative à un discours qui ne l'est pas [...] or, tenir un discours qui revient à dire 'Je proclame la Résistance française' ne crée pas d'elle même la résistance. C'est un geste aussi fou que de dire 'je suis Napoléon'. La voix accomplit ce coup de force et c'est n'être pas fou que d'être entendu. De Gaulle sait qu'il n'a plus qu'à parler, à parler pour ne rien dire et ne rien dire pour laisser à la voix toute son efficacité. (RIVIÈRE, 1980, p. 24-25; grifos do autor)

A ausência do contato direto implicou a queda na temperatura da fala pública. Mas, conforme já assinalamos, o rádio, antes de ter sido a causa exclusiva desse arrefecimento, foi a intensificação de um processo que mistura temporalidades históricas distintas e fatores sociais e econômicos diversos. Com efeito, no século XIX, conviviam a herança da grandiloquência e a emergência de uma espécie de oratória democrática que requeria a adoção de formas discursivas mais curtas e a promoção de efeitos dialógicos e conversacionais. Evidentemente, os custos da radiodifusão e a dinâmica da “linguagem” do rádio também contribuíram para a redução das dimensões dos discursos políticos e para as escansões que os entrecortavam, sob a forma de intervenções de jornalistas ou de intervalos comerciais. Assim, principalmente a partir da segunda metade da década de 1940, passava-se *grosso modo* de uma guerra a um conflito, mais brando, em que o engajamento ideológico manifestava-se amiúde não mais com brados, mas com uma voz bem postada e devidamente adaptada ao novo meio de transmissão que ajudou a fazer da massa popular um imenso conjunto de

indivíduos isolados. Perde-se consideravelmente o poder de mobilização, quando, ao invés de deixarem o espaço privado de suas casas e irem para o espaço público de discussão em torno de questões sobre a *res publica*, os sujeitos recebem em domicílio uma fala, à qual, em princípio, eles não podem responder diretamente, e que se assemelha por vezes a uma conversa entre particulares.

Essa tendência a uma política sem contato tem na tevê um forte aliado e um instrumento intensificador. A televisão “compensa” a distância que nela se estabelece entre o falante e os espectadores, simulando uma presença e uma proximidade. E se, por um lado, a fala pública na tevê se aproxima da realizada no rádio, no que diz respeito às variáveis tempo e espaço, por outro, no que concerne aos canais de transmissão, ela se assemelha, antes, àquela feita no palanque, uma vez que na tela o corpo do locutor fala, em conjunto com sua língua. Por isso, talvez uma das maneiras mais produtivas de se tentar depreender alguns dos aspectos fundamentais que caracterizam as relações entre a fala, o olhar e a escuta seja o cotejamento entre a tribuna e a televisão. Traçando esse paralelo, Courtine ([1990] 2003) afirma que, no deslocamento da fala pública do palanque para a tevê se produz a inversão de um paradoxo: de uma *distância próxima* para uma *proximidade distante*. Na tribuna, o orador tradicional está relativamente afastado do olhar da multidão que assiste ao seu desempenho, mas esse afastamento se dá em um contexto enunciativo no qual locutor e auditório estão efetivamente presentes, compartilhando de um mesmo tempo-espaço, de modo que o olhar e a escuta instauram-se em uma *distância próxima*. Inversamente, na televisão, o político está submetido a um *olhar aproximado* do telespectador-eleitor, que, de certa maneira, não está lá, ainda que sempre esteja. Nesse caso, entre quem fala e quem ouve e vê se estabelece uma relação de *proximidade distante*. A questão aqui não é decerto meramente espacial; trata-se, antes, da constituição de uma ambiência, de um tom e de um estilo de fala. Os *close-ups* televisivos, em conjunto com um tom familiar, reduplicam os efeitos de uma conversa íntima e produzem um tipo de política da vida privada:

Television's close-ups give us a more detailed look at our leaders than we have of most of our friends. Here is a proximity otherwise reserved for infants, lovers, and actors in mouthwash ads. The words we ordinarily hear from such close-ups face are intimate and self-revelatory. The scrutiny possible at such range is intense. Because it simulates intimate spatial relationships between viewer and viewed and because it invites conversational speech, television is a medium conducive to autobiographical, self-disclosive discourse. (JAMIESON, 1988, p. 62-63)

Se os contatos face a face das interações promovidas pelo discurso político no palanque consistem em um encontro "real" do ator político com sua assistência, na televisão, esse encontro é produzido sob a forma de uma "ilusão". Entretanto, ao mesmo tempo em que o dispositivo midiático impede, pelas propriedades de seu funcionamento, a assimilação do corpo "real" da percepção, ele proporciona a produção de efeitos de real, sobretudo graças à sua capacidade de associar a imagem ao movimento e ao som. Assim, o corpo do político na tevê é uma imagem procedente de parâmetros técnicos visuais, das escolhas de *mise en image* efetivadas pela instância de produção: escalas dos planos, ângulos, enquadramentos, movimentos de câmera etc. Trata-se, enfim, de **uma silhueta**, cujos gestos e movimentos foram suavizados e controlados, na conjunção de um complexo processo histórico com a emergência de novas tecnologias. Além disso, considerando a predileção televisiva pelos *close-ups*, podemos dizer que o corpo político é antes de tudo **um rosto**. Os exemplos da atenção dispensada à boa apresentação do rosto pelos homens públicos contemporâneos são muitos: no começo dos anos 80, o então candidato à Presidência da França, François Mitterrand, limava seus caninos superiores; enquanto, em 2002, o presidente Lula, também ele então candidato, não somente limou os dentes, mas ainda cortou os cabelos e aparou consideravelmente a barba. Mas, é preciso acrescentar imediatamente que os cuidados com a expressão do rosto, relacionada com a subjetividade individual, remontam, pelo menos, ao século XVI. O que, por sua vez, não significa afirmar que o advento da tevê e a história contemporânea não tenham produzido nenhuma mutação sensível nessa expressividade.

Um rosto e uma silhueta, sem dúvida; mas não só... Dado que a televisão é um *medium audiovisual*, o político é também **uma voz**⁶⁷. Amiúde, na tevê, o discurso político é uma escrita-oralizada (cf. nota 53) e desse seu modo de manifestação advêm efeitos, que se inscrevem na oposição entre a "viva voz" e a "letra morta", isto é, na história da contraposição entre oralidade e escrita. À passagem dos gestos largos do orador político na tribuna aos meneios expressivos, mas rigorosamente controlados, na televisão, corresponde a uma série de transformações da voz. Ela era **pulmonar**, quando se materializava exclusivamente por meio das cordas vocais. Mas, desde o final do século XIX, quando assistimos ao desenvolvimento de um conjunto de tecnologias da voz, ela conheceu algumas alterações: passou a ser **amplificada**, com a invenção do microfone, e, posteriormente, **capturada e transmitida**, no rádio e na tevê. Uma das conseqüências desses avanços técnicos, em consonância com várias transformações históricas, é que a gravação da imagem e

⁶⁷ Cf. Coulomb-Gully (2001, p. 103) e Piovezani (2005 e 2006).

do som abriu a possibilidade de um olhar sobre si e de uma escuta de si, e, por conseguinte, instaurou um tipo particular de controle e auto-correção. De algum modo, ainda que conserve traços antropológicos praticamente imutáveis, a voz de nossos tempos não é mais a mesma.

Em nossos dias, os padrões vocais foram suavizados paulatina e progressivamente, diferentemente da época em que a bela voz de Ésquines era ouvida e admirada nas assembléias de Atenas; do período no qual Dom Pedro I teria, num amplo gesto, levantado a espada ou o chapéu (conforme as variações na história e na iconografia), e gritado, de viva voz e a plenos pulmões, o tão célebre *Independência ou morte*; dos tempos, enfim, em que Lamartine podia, sem microfone, se fazer ouvir pela multidão e apassivar a fúria dessa massa que cercava o *Hôtel de Ville*, e em que Seabra arrebatava a audiência da Assembléia *através dos gestos largos e da voz potente* (SODRÉ, 1959, p. 243). A intensidade da voz se abrandou, os tons e a curva melódica foram amainados. E mesmo o aspecto tonitruante de algumas vozes do rádio, mas também do cinema e da televisão praticamente desapareceu. Para não nos furtarmos à tentação de um exemplo banal, lembremo-nos de que Willian Bonner não tem a mesma voz que Cid Moreira. As falas dos homens políticos seguiram por caminho análogo, quando de sua adaptação à linguagem audiovisual da tevê e aos valores de nossa época. E se freqüentemente nos deparamos com afirmações que reiteram a predominância do olhar sobre o corpo na televisão, talvez a devida consideração da força da voz e dos efeitos da escuta, na política midiaticizada e alhures, já não seja sem tempo. É com esse propósito que Coulomb-Gully avança a seguinte hipótese:

Rappelons que la télévision se caractérise par une forme d'écoute probablement moins attentive aux mots prononcés et à leur signification qu'aux sons. Plus que verbo-centriste, la télévision est **voco-centriste**. Au-delà, ou plutôt en deçà de la signification de ce qui est dit, on y perçoit la voix dans sa matérialité: la chair de la voix sous le sens des mots. (2001, p. 103-104; grifos da autora)

Decerto a importância da voz não surgiu com seu uso no rádio ou na televisão. Desde tempos remotos, a voz participava da vida e da morte, e possibilitava o convencimento e a contestação. Mas, principalmente, a partir do século XVI, com a progressiva consolidação dos valores burgueses emergentes, recaíram sobre ela e sobre o corpo novas exigências. Aprendemos com Foucault que o corpo na Idade Moderna deve ser útil e produtivo, com Elias, que ele deve ser “civilizado”; por seu turno, Courtine & Haroche nos ensinaram que o corpo moderno deve ser expressivo. Se, nas sociedades aristocráticas, o homem vale pelo sangue de sua família, nas sociedades burguesas, o valor provém da disciplina de seu corpo

que fala e produz: *L'aristocratie tend à priser l'esprit brillant, mondain, poli, la grâce, l'ostentation, la dépense de soi, se souciant moins volontiers de la valeur de l'âme; la bourgeoisie, quant à elle, valorise la vertu, l'intégrité, l'effort, l'austérité, les qualités morales.* (COURTINE & HAROCHE, 1988, p. 161). Assim como em seu comércio, também em suas conversas, o burguês aprecia a troca, a medida e a modéstia, controla seus gastos e, de modo análogo, sua expressividade. Desde então, o indivíduo é indissociável de sua expressão verbal, corporal e facial, às quais ele deve fazer falar, para constituir-se, e calar, para não se perder. A tendência ao estilo dialógico e conversacional, à troca, em detrimento da hierarquia, à moderação dos gestos e a redução do volume da voz, de certo modo, já se projetava na emergência da expressividade burguesa, que se fundamenta no controle de si, na modéstia e na justa medida.

O individualismo e a expressividade moderna que lhe é correlata já se anunciavam desde o final da Idade Média, mas não poderiam passar incólumes por uma história marcada pelas revoluções do século XVIII e XIX, pela superação dos regimes totalitários e pelos movimentos sociais, culturais e políticos que marcaram a segunda metade do século XX. Diante de uma transformação das mentalidades e de um aumento das sensibilidades contemporâneas, a fala pública não poderia mais se processar aos modos de outrora. Considerando que o curso da história havia imposto um conjunto de mutações discursivas que tocavam, não apenas, mas, de modo particular, as maneiras de se falar em público, como poderia o político dirigir-se ao seu auditório por meio de longos, monológicos e hierárquicos discursos, proferidos em tom manifestamente enérgico e peremptório? Em consonância com a história, o aparecimento e a consolidação da tecnologia dos meios de comunicação de massa produziram algumas vantagens, mas também alguns inconvenientes para a prática política de falar em público:

The broadcast media enable a president to speak to us as individuals in the privacy of our homes. Roosevelt transformed this realization into an intimate radio style; Reagan, whose professional life started in radio, expanded his range to include television. Where FDR and occasionally JFK were proficient in use of the broadcast media, most other modern presidents were deficient. (JAMIESON, 1988, p. 183)

Já vimos essa lei em outro lugar: a sobrevivência depende da boa adaptação aos meios... Lyndon Johnson não soube se adaptar, mas, antes e depois dele, outros conseguiram fazê-lo e cada um a seu modo. Com dois estilos diferentes, JFK e Reagan são exemplos de sucesso de eloquência na tevê. Enquanto o primeiro falava ao público nos padrões da

“linguagem” televisiva, mas ainda conservava uma certa formalidade na norma e no registro lingüístico, inclinando-se mais ao espírito do que à intimidade do telespectador, o segundo valia-se de um estilo praticamente informal, mesmo nas ocasiões mais cerimoniosas, de um tom íntimo e familiar, construindo um tipo de política do bom senso, enunciada por um homem comum, em situações cotidianas. Nos pronunciamentos de Reagan, o léxico e a gramática são ordinários: a) tanto as palavras nocionais quanto as gramaticais empregadas são de uso comum; a articulação dos sintagmas, das orações e das seqüências transfrásticas é feita por conectores freqüentemente utilizados na modalidade oral e em registro informal, tais como *now*, *and*, *but*, *so* etc.; e b) em uma sintaxe direta, os períodos simples são assíduos e as subordinações, raras. Além disso, provérbios e lugares-comuns da fala popular abundam em sua argumentação⁶⁸. Em suma, trata-se de um certo recobrimento do discurso público pelo uso privado de uma linguagem cotidiana.

Se, por um lado, Reagan perde alguns pontos em quesitos como densidade, precisão ou elegância, por outro, ganha muitos no que respeita à identificação com seu público. Essa parece ser, aliás, uma das regras da comunicação política de massa: deve-se falar às massas, construindo o efeito de que se está dirigindo a fala a cada um dos indivíduos que compõem a imensa multidão invisível e anônima. A regra e, ao mesmo tempo, o desafio consiste em instaurar uma relação pessoal com uma massa praticamente desconhecida. Nesse contexto, a conversação apresenta-se como um gênero discursivo bastante propício para o estabelecimento dessa estranha identificação entre o político que fala e a multidão de indivíduos isolados que a recebe separadamente: “Ele pode falar por nós, porque ele fala como nós falamos”. Além da possibilidade de promover essa identificação, outro benefício desse estilo incide sobre a relação entre a autoria e a *mise en scène* dos pronunciamentos políticos. Quem é o “verdadeiro” autor das palavras pronunciadas diante do público? O marketing e a assessoria política são suficientemente conhecidos para que boa parte das pessoas saiba que geralmente não são os próprios políticos profissionais que escrevem suas falas, mas os *ghostwriters*. Por isso, é preciso tentar apagar a divisão entre aqueles que escrevem os discursos e aqueles que os pronunciam, espalhando índices prosódicos e lingüísticos, no intuito de simular uma espontaneidade sincera e um improviso franco. De modo análogo à sua adaptação ao rádio, de Gaulle adequou-se rapidamente aos padrões da televisão, com o auxílio de assessores, fazendo com que suas intervenções deixassem de ser

⁶⁸ Cf. Hart (1984), particularmente p. 220 e seguintes, para mais detalhes sobre o estilo verbal dos discursos de Ronald Reagan.

leituras ao vivo e passassem a ser pronunciamentos naturais e espontâneos, diante das câmeras:

La comparaison entre les deux allocutions du 13 juin et du 27 juin 1958 étonne encore. Aux lunettes noires, au texte lu dans un froissement de papier, s'opposent, quinze jours après, le regard serein ver la caméra, le texte appris par coeur et dit avec une science tranquille des effets. Comment s'est effectuée la métamorphose? Les conseillers n'ont pas manqué. Effrayé par la première allocution, Marcel Bleustein-Blanchet, le pionnier de la publicité en France, alerte Bonneval, l'aide de camp du Général, qui convoque le publicitaire: 'Alors, Blanchet, il paraît que j'ai été mauvais à la télévision.' Marcel Bleustein-Blanchet lui explique alors la nécessité de parler droit dans les yeux, de façon personnelle, car il s'adresse à 'un million de fois trois Français'. (BOURDON, 1994, p. 54)

Falar francamente, em uma autêntica situação de interlocução, é um dos efeitos mais almejados por um discurso freqüentemente taxado de mentiroso. Esse estigma que persegue o discurso político, pelo menos, desde a Antiguidade, é reforçado por fatos históricos mais recentes, pelo funcionamento do próprio campo discursivo político nas democracias representativas (cf. Capítulo II), pelas denúncias midiáticas de escândalos políticos e pelo atual processo de produção dos discursos políticos na tevê. Tudo se passa como se ao calor da sinceridade da ágora helenística, dos púlpitos medievais e dos palanques modernos, fosse contraposta a frieza falsa dos contatos televisivos. Nesse deslocamento do antigo para o moderno, três registros metafóricos poderiam ser entrecruzados em uma caracterização da fala pública contemporânea: a eletricidade, o esporte e o gênero feminino. Poderíamos, então, pensar a prática de falar em público, sob o signo da passagem *from fire to the electrified fireside chat*:

By 1905, electricity had been captured in light bulbs that could be used safely in the home. As electricity transformed our homes and lives, electrical metaphors displaced fiery ones. 'The eloquence of one speaker stimulates all the rest some up to the speaking-point, and all others to a degree that makes them good receivers and conductors, and they avenge themselves for their enforced silence by increased loquacity. A capacity for electrifying an audience, to use a modern phrase, is valuable in a speaker, in the of some it is indispensable.', wrote Emerson, one anthologist in 1903. (JAMIESON, 1988, p. 51)

Essas imagens sugerem que o contato entre o falante e o ouvinte pode ser concebido como uma "condução elétrica", mas testemunham paradoxalmente, conforme já dissemos, o surgimento de uma "política sem contato", a partir da irrupção das tecnologias elétricas e

eletrônicas da comunicação na vida pública. Um dos efeitos da fala implicado nessa metaforização consiste na passagem de um espetáculo pirotécnico, no qual as palavras e gestos do orador são chamadas que aquecem e até queimam seus ouvintes, para um fluido elétrico gelado descarregado sobre o público. Trata-se então de uma produção menos espetacular de energia ardente em sua fonte e de uma geração mais discreta da corrente elétrica, cuja função é a de religar a grande distância que separa os dois pólos da comunicação. A ênfase desloca-se da origem para a circulação da energia produzida, indicando um relativo aumento da sensibilidade em relação aos efeitos promovidos sobre a audiência. Desse modo, a fala pública se inscreve em um esquema da comunicação e começa a deixar o domínio retórico, no qual se privilegia o orador. No final do século XIX e no começo do XX, o aparecimento de uma problemática da comunicação, em sentido amplo, parece ser, ao mesmo tempo, o reflexo das mudanças tecnológicas na transmissão da voz e um dos signos da dessacralização da fala autoritária.

O abrandamento dos tons enfáticos, a decadência dos longos pronunciamentos e a rarefação dos monólogos, em benefício da conversação, fazem com que seja o esporte, e não a guerra ou o conflito ideológico, a metáfora mais adequada para caracterizar a fala política televisiva. As disputas eleitorais são menos sangrentas hoje do que eram ontem, ainda que os golpes baixos sejam freqüentes nas “campanhas negativas”. A analogia mais conveniente entre a competição política e a esportiva não parece ser a luta, mas a corrida, a “corrida presidencial”. Em ambas, encontraremos, por exemplo, o vencedor e o vencido, as equipes, os líderes e os árbitros, que se apresentam em um jogo quase desprovido de espírito agonístico, mas repleto da livre concorrência do mercado. A lógica esportiva capitalista não se restringe a regular o funcionamento do âmbito político, mas atravessa e modela vários domínios da vida. O esporte é a continuação da guerra por outros meios. A luta de classes, os embates ideológicos, o recuo das paixões bélicas e da veemência verbal promoveram uma “democracia esportiva”, na qual a assistência se parece mais com simpatizantes a uma determinada tendência ou com torcedores eventuais de um time interessante do que com militantes apaixonados por uma causa.

Embora haja uma certa despolitização da política, quando ela se assemelha a uma competição esportiva, existem, ao menos, duas vantagens, uma propriamente política e outra conceitual, no gesto de pensá-la sob esses termos. A política como esporte, nas sociedades democráticas, supõe uma concorrência contínua e uma tensão menos aguda, visto que a vitória não é definitiva, que praticamente não há longas interrupções na disputa democrática, mas somente pequenas pausas que permitem ao ganhador provisório retomar o fôlego. O

espetáculo é permanente tanto no esporte quanto na política. É justamente essa a segunda vantagem de que falávamos: pensar a política como esporte permite conceber a competição política em sua instância espetacular. O esporte e a política apresentam aspectos espetaculares, desde tempos remotíssimos, mas o espetáculo em ambos os domínios adquirem novas formas e dimensões, a partir do surgimento dos *media* de comunicação de massa. Não há, portanto, nada de novo no fato de a política ser um espetáculo, mas há alguma novidade no fato de os homens políticos não serem mais os mestres soberanos dessa espetacularização. De certo modo, a política incorporou e foi incorporada por um espaço espetacular com lógica, formas e conteúdos próprios, aos quais o discurso político teve de se adaptar, para seduzir.

Desde longa data, a sedução e a perdição mantêm laços estreitos com o universo feminino. Helena, as Sereias, Vênus e Eva fascinaram os homens e representaram a ruína masculina. Com vistas a se acomodar ao meio televisivo e a tentar convencer sua audiência, o discurso político feminizou-se. Na Antigüidade Clássica, conforme já observamos, a medicina hipocrática pressupunha que os corpos podiam ser quentes ou frios, respectivamente, segundo a pertença ao gênero masculino ou feminino. Daí derivava a participação masculina na *polis*, no calor da vida pública, e a permanência feminina no *oikos*, nos recônditos da vida privada. O corpo e a fala masculina na ágora grega são quentes e essa temperatura se manifesta nas “acaloradas” intervenções dos oradores, nas assembléias helênicas. Mas ao passarmos *from fire to the electrified fireside chat* e da guerra ao esporte pleno de *fair play*, nas práticas de fala pública, passamos também de um estilo enérgico e viril a uma maneira mais íntima, branda e “feminina” de falar em público, de modo que os debates e os pronunciamentos enfáticos, que exploravam a força dos gestos e a potência da voz, tendem a se transformar em conversas privadas, de tom ameno.

A televisão possibilita a superação de imensas distâncias existentes entre os interlocutores, ajuda a baixar as altas temperaturas dos embates políticos e consolida um estilo dialógico de falar em público, mas sobre seu funcionamento recaem graves suspeitas e duras acusações. Além de outros fatores que já mencionamos, o processo de produção dos atuais discursos políticos na tevê reforça sua pecha de mentiroso, mas, ao mesmo tempo, desenvolve um conjunto de estratégias, com vistas a livrar-se dela. Esse processo consiste no próprio controle sobre as instâncias de produção e de interpretação dos discursos políticos contemporâneos. Se suspendermos as distinções entre formas e substâncias do fazer e do dizer, e se não separarmos conteúdo e expressão, podemos sustentar que o controle exercido pela ordem da liquidez instaura simultaneamente a rapidez dos fluxos do capital, a velocidade da produção de bens e serviços de consumo e o dinamismo da circulação de informações, que

quase instantaneamente tornam-se obsoletas. A fala pública agenciada por essa ordem incorporou em seu funcionamento os modos de ação e as astúcias da liquidez. No discurso político contemporâneo transmitido pela tevê, observamos uma consonância entre a supressão de elementos característicos de sua memória, a heterogeneidade e a brevidade de suas configurações semióticas, a rapidez dos modos e meios de sua circulação e das formas de recepção que ele projeta.

Nas discursividades políticas contemporâneas predominam i) *a ideologia do apagamento da ideologia*; ii) a formulação multissemiótica fragmentada, que se manifesta em gêneros, seqüências verbais e imagéticas, fórmulas e expressões que privilegiam a velocidade e a auto-referência entre diferentes setores da mídia; e iii) os suportes nos quais essas discursividades materializam-se e mediante os quais elas circulam rapidamente na sociedade. Boa parte dos discursos políticos brasileiros de nossos dias caracteriza-se por prometer soluções imediatas, enunciadas em textos curtos e compósitos e em céleres ritmos de transmissão. Por essa razão, não dar a devida importância à instância da circulação discursiva pode implicar algumas limitações à interpretação da complexidade dos discursos. Além disso, os meios de comunicação de massa fizeram pela fala pública algo semelhante ao que alguns meios técnicos de reprodução fizeram pela arte, ou seja, produziram a perda de sua aura, segundo a célebre interpretação de Benjamin. A aura da obra de arte está relacionada com a sua aparição única, com o seu “aqui e agora”:

Mesmo na reprodução mais perfeita, um elemento está ausente: o aqui e agora da obra de arte, sua existência única. [...] O aqui e agora do original constitui o conteúdo da sua autenticidade, e nela se enraíza uma tradição que identifica esse objeto, até os nossos dias, como sendo **aquele** objeto, sempre igual e idêntico a si mesmo. **A esfera da autenticidade, como um todo, escapa à reprodutibilidade técnica.** (BENJAMIN, [1935/6] 1994, p. 167; grifos do autor)

A despeito de a noção de “original”, a partir do qual derivam as cópias, não parecer muito adequada à reflexão sobre o discurso político na televisão, visto que não se trata aqui de um objeto primeiro que será reproduzido mediante técnicas em um outro meio, mas desde sempre de um produto técnico-histórico, talvez não seja equivocado pensar que, de modo análogo ao que ocorre no domínio da arte, a presença da intermediação técnico-midiática nessa prática simbólica afeta e compromete, de certa maneira, a “autenticidade” da situação de fala e do que nela se enuncia. Paradoxalmente, a aparição na tevê tende a tornar o homem público célebre e a minguar sua credibilidade. E do mesmo modo como a participação do ator

político em alguns programas televisivos lhe rende mais celebridade do que em outros, a variação do gênero dos programas em que ele intervém incide sobre a sua credibilidade. Nesse sentido, o HGPE, em função de seu processo de produção, talvez seja um dos gêneros mais suscetíveis à descrença. Os discursos políticos produzidos no palanque e na televisão, e, especialmente, quando se trata dos HGPE, aproximam-se, respectivamente, da interpretação dramática no teatro e no cinema:

Ao contrário do ator de teatro, o intérprete de um filme não representa diante de um público qualquer a cena a ser reproduzida, e sim diante de um grêmio de especialistas – produtor, diretor, operador, engenheiro do som ou da iluminação, etc. – que a todo momento tem o direito de intervir. [...] O intérprete de um filme não representa diante de um público, mas de um aparelho. O diretor ocupa o lugar exato que o controlador ocupa num exame de habilitação profissional. Representar à luz dos refletores e ao mesmo tempo atender às exigências do microfone é uma prova extremamente rigorosa. Ser aprovado nela significa para o ator conservar sua dignidade humana diante do aparelho. (BENJAMIN, [1935/6] 1994, p. 178-179)

Desnecessário dizer que, assim como o cinema conta com um grande aparato técnico e pessoal na produção dos filmes, o discurso político na tevê não dispensa um conjunto de recursos técnicos e de profissionais que sustentam sua produção. Porém, existe uma diferença fundamental entre a maioria dos filmes do cinema e boa parte da programação televisiva: o que se apresenta na grande tela é assumidamente ficção, enquanto na pequena, pretende-se realidade. Em cena, o ator é uma *persona*, o político, uma personalidade, ou seja, o primeiro representa um outro, o segundo, a si mesmo. Aliás, em nossos dias, em função da flexibilidade das fronteiras entre os âmbitos público e privado, observamos que essa auto-representação do político pressupõe cada vez mais a apresentação do eu em suas várias facetas: o homem público, o pai de família, o cristão etc.

Se o rádio e o cinema modificam a função de quem se representa diante desses veículos de comunicação, como é o caso do político, a tevê também produz algumas alterações e intensifica algumas tendências da fala pública. A insistente negligência dessas mudanças e das relações que elas entretêm com o conteúdo e a expressão dos atuais discursos políticos parece perpetuar o fato de que pesa sobre o “espírito” a contaminação pela “matéria”. Uma teoria materialista do discurso, tal como se pretende a Análise do discurso, não deveria praticamente passar ao largo das substâncias e matérias discursivas, como se elas não existissem ou como se elas não estivessem relacionadas com as filiações históricas e com as formulações semióticas, sob a pena de se tornar uma espécie de análise do conteúdo ou um tipo de pragmática. Muitos trabalhos em Análise do discurso têm reincidido nessa limitação.

De nossa parte, considerando i) essas várias transformações pelas quais passou a fala pública, em geral, e o discurso político contemporâneo, em particular; ii) a intrínseca articulação entre as instâncias da constituição, da formulação e da circulação dos discursos, agenciadas indistintamente pela ordem da liquidez; iii) e, principalmente, o reforço do estigma de mentiroso carregado pelo discurso político, em função de sua transmissão pela tevê e pela assessoria de marketing, e as possibilidades técnicas abertas por esse mesmo *medium* para tentar refutar esse estereótipo, esboçaremos a seguir um breve exercício de análise, com vistas a tentar ilustrar uma das maneiras possíveis de se abordar a complexidade desse conjunto de fatores que envolve o discurso político brasileiro contemporâneo veiculado pela televisão. Nosso propósito, aqui, conforme já reiteramos, não é o de empreender uma exaustiva descrição e uma minuciosa interpretação do *corpus*, mas tão-somente o de sugerir, por meio da observação de nosso objeto de reflexão, alguns caminhos para trabalhos ulteriores e o de apontar a produtividade de uma certa inflexão no enfoque dado pela AD ao discurso político de nossos dias.

4.2. Verbo, corpo e voz na televisão

Efeitos de verdade nas novas formas do discurso político

Ao tentar levantar algumas características do discurso político, no capítulo II, vimos que uma delas consiste na pressuposição e apresentação de uma capacidade de agir e de uma franqueza no anúncio desse fazer, bem como na conquista e exercício de um direito de desempenhar uma função pública. Em outros termos, um dos traços que caracteriza o discurso político é a busca incessante pela credibilidade e pela legitimidade. Essa busca deriva da própria condição do poder na esfera política, visto que se trata de um tipo de *crédito firmado na crença e no reconhecimento* (BOURDIEU, [1989] 2001, p. 187-188), ou seja, na relação de confiança e na atribuição mediante as quais os sujeitos sociais conferem a uma pessoa os poderes que eles próprios reconhecem nela. O fato de esse crédito estar baseado na confiança legítima, mas, ao mesmo tempo, enfraquece a política e o discurso político, tornando-os relativamente vulneráveis e suscetíveis às suspeitas, às denúncias, às acusações e aos escândalos. Conforme dissemos, a origem de sua potência é também o princípio de sua debilidade, uma vez que sua *fides* e *auctoritas* emergem onde pululam dúvidas e dívidas, isto

é, sua força e fraqueza derivam do crédito depositado por aqueles que estão sujeitos ao poder político, mas que, paradoxalmente, o legitimam, naqueles que o exercem. No discurso político, portanto, a confiança e a descrença habitam a mesma morada.

Em nossos tempos, em função de um conjunto de fatores aos quais já nos referimos, a desconfiança para com o discurso político eleitoral incide sobre as instituições desse campo, a função pública a ser desempenhada e a ocupação pessoal do cargo a ser exercido, fazendo com que se torne necessária uma intensificação dos procedimentos que visam à conquista de credibilidade e à refutação do estigma de mentiroso carregado por esse discurso. A descrença tende a se agravar, quando se trata dos HGPE, veiculados pela televisão e preparados por equipes de profissionais do marketing político. Esse gênero do discurso político é freqüentemente taxado de enfadonho e mentiroso, quando mal produzido, e de patético e ludibriador, quando bem feito. Por mais que existam ensaios, preparação e regras que precedam e controlem um debate televisivo, por exemplo, ele parece apresentar uma margem ao improvisado e, por extensão, à revelação dos segredos e mentiras, das verdades e boas intenções. Por sua vez, os HGPE são o produto de um processo reconhecidamente técnico e “artificial”, resultado da edição do que fora gravado e da exibição exclusiva daquilo que pode e deve aparecer e ser dito. Neles não há lugar para o improvisado, mas há amplas possibilidades de simulação e de dissimulação. E é justamente pelo fato de ser um produto “artificial” que se torna imperativo dar-lhe uma aparência “natural” e, por conseguinte, verdadeira.

Nesse sentido, o desafio que a produção do discurso político enfrenta é duplo: não somente é preciso dar autenticidade a uma enunciação “fingida”, mas também é necessário construir efeitos de sinceridade nos seus enunciados “enganosos”. Para tentar dar conta desse segundo aspecto, o enunciador vale-se de modalizações lingüísticas deônticas e epistêmicas que expressam sua posição em relação ao que ele diz e a quem ele se dirige, com vistas a produzir efeitos de verdade naquilo que ele enuncia. Porém, as auto-proclamações de sinceridade e certeza inscritas nos enunciados talvez persuadam menos do que a construção de um texto que apresente propriedades que o façam parecer autêntico e verídico, sem que ele próprio se anuncie como tal. Além das auto-atribuições de franqueza, é preciso, portanto, fazer com que o texto pareça ser verdadeiro e que o ato de enunciação se manifeste como autêntico. Conforme já reiteramos, tendo em vista que o discurso político, em geral, e a propaganda eleitoral televisiva, em particular, estão marcados pelo estigma da mentira, sua produção deve constantemente esforçar-se para afastar esse estereótipo que lhes freqüenta. Por essa razão, nos HGPE da última semana das eleições presidenciais de 2002, encontramos várias dessas marcas de verossimilhança no dizer e de sinceridade no que é dito. A partir

dessa constatação, pretendemos, em seguida, depreender alguns desses recursos discursivos, com vistas a apontar certas especificidades das novas formas do discurso político eleitoral transmitido pela tevê, que, possivelmente, não seriam satisfatoriamente consideradas em uma análise estritamente lingüística.

Para tanto, adotaremos o seguinte procedimento: deter-nos-emos em cada um dos cinco programas de cada candidato, veiculados entre os dias 21 e 25 de outubro de 2002, selecionando e examinando aqueles que consideramos ser os principais expedientes para a produção de efeitos de verdade. Ainda que o objetivo fundamental seja o de refletir sobre as estratégias empregadas na construção desses efeitos, eventualmente, no intuito de apontar alguns traços das novas formas do discurso político na tevê, também destacaremos outros recursos utilizados pelos HGPE na produção de efeitos de sentido de outra natureza. Nossas análises estão dispostas da seguinte maneira: primeiramente, nos deteremos na propaganda eleitoral de Lula e, em seguida, passaremos a considerar a de Serra.

HGPE DE LULA

Programa I

O programa I apresenta uma reprodução da entrevista/debate de Lula com os jornalistas da Rede Bandeirantes. Antes, porém, que ela comece a ser veiculada efetivamente, há uma certa ambientação: inicialmente, apresenta-se uma abertura, que se anuncia como tal por meio da seguinte fala do locutor da campanha *Atenção Brasil, começa agora o Programa Lula Presidente!* e na qual se mostra a equipe de Lula (composta por artistas, políticos, pesquisadores etc.) que simula discutir e elaborar as propostas do Programa de Governo. Cria-se, portanto, um efeito de “despersonalização” da reflexão sobre as dificuldades brasileiras e da administração a ser empreendida após as eleições, ou seja, a consideração dos principais problemas nacionais foi realizada por um conjunto de especialistas e o governo do país será levado a cabo do mesmo modo e não exclusivamente pelo então candidato. Esse efeito é reiterado ao longo dos demais programas, conforme veremos, por exemplo, no Programa II. A referida abertura conta ainda com um fundo musical cuja melodia assemelha-se ao som de uma corneta, lembrando o ritual de alerta e interpelação que precede os anúncios importantes e cuja letra, repetida quatro vezes por um coro, sintetiza o que aparentemente se considera

como os mais graves problemas brasileiros *Emprego, segurança, saúde, educação / Mudança, emprego, segurança, saúde, educação*. Essa cena de abertura do programa encerra-se com uma salva de palmas – enquanto o coro repete em um ritmo mais pausado a palavra *Mudança*, que aparece, logo em seguida, passando pela tela da direita para a esquerda –, que parece saudar a “concepção” do Programa de Governo, mostrado imediatamente antes, nas mãos de Lula.

Na seqüência, o locutor da campanha informa que, no dia anterior, Lula havia participado de *mais um debate com jornalistas*. Simultaneamente à fala do locutor, projetam-se na tela imagens do candidato, durante a mencionada entrevista. Essa passagem finaliza-se com o seguinte enunciado, proferido pelo locutor: *Reveja agora alguns trechos*. Com exceção de um videoclipe, em ritmo de samba⁶⁹, no interior do qual se tenta produzir um efeito de ubiqüidade do candidato, ao exibi-lo em suposta atuação nos mais diversos setores sociais, todo o tempo do programa é ocupado pela exibição dessa reprodução do debate de Lula com os jornalistas da *Band*. Aqui, duas observações se impõem: a) a produção do efeito de atuação dinâmica de Lula em muitos setores sociais foi possível graças ao emprego de um determinado sistema semiótico e à veiculação do que com ele se formulou em um suporte específico, isto é, o fato de serem imagens transmitidas pela tevê, em alta rotação, foi decisivo para a construção desse efeito; evidentemente um efeito similar poderia ser obtido com outras linguagens, mas, de fato, não seria o mesmo efeito...; b) a reprodução praticamente completa da entrevista de Lula, ocupando a quase totalidade de um programa da última semana antes das eleições, revela não apenas a crença da equipe de marketing no bom desempenho do candidato, durante sua realização, mas também a importância atribuída ao próprio gênero discursivo e aos efeitos que ele poderia suscitar.

Por que o *debate com jornalistas* tem tamanha relevância? Quais os efeitos que ele pode produzir? O prestígio gozado pelo debate parece derivar do fato de que ele pode instaurar dois efeitos bastante positivos: por um lado, as supostas objetividade e franqueza oriundas do universo jornalístico e, por outro, o estilo dialógico e pretensamente desierarquizado dessa situação enunciativa. É preciso que sublinhemos o fato de que o enunciado *Reveja agora alguns trechos* funciona como uma delegação de voz, como a projeção de uma outra enunciação e de seus respectivos enunciados. Mas essa projeção não é pura ruptura, a despeito de ser interessante que ela o seja de certo modo. O corte entre as duas

⁶⁹ *Agora é Lula/ Falta pouco quase nada/ Nossa pátria tão amada/ Já não quer mais esperar/ Agora é Lula/ Por um Brasil diferente/ Vem entrar nessa corrente/ Aqui é o seu lugar/ Lula, Lula*. [em seguida, esta seqüência é repetida].

enunciações é, em alguma medida, apagado, quando Lula, ao iniciar a resposta à primeira questão que lhe é dirigida, mostra seu Programa de Governo e diz *No meu Programa de Governo tá escrito que o Brasil precisa criar no mínimo dez milhões de empregos*, estabelecendo um encaixe sintático verbo-visual desta seqüência com aquela imediatamente anterior, na qual o candidato segurava o Programa de Governo, que acabava de “nascer”, na condição de filho das discussões entre os especialistas da equipe de Lula. Esse encaixe sintático não impede a instauração de uma descontinuidade entre a tendenciosa propaganda eleitoral e o debate jornalístico supostamente isento e imparcial.

Alguns fatores tendem, inclusive, a potencializar esses efeitos de autenticidade e franqueza da enunciação projetada no HGPE e, por extensão, dele próprio. Em alguns círculos, o jornalismo da Rede Bandeirantes desfruta de um estatuto mais respeitável do que o “global”. Além disso, a situação de debate é, aparentemente, adversa ao candidato, que deve enfrentar “sozinho” e “improvisadamente” os três jornalistas. O fato de a reprodução do debate ser precedida e sucedida por seqüências do programa de propaganda eleitoral não compromete a “neutralidade” e a “adversidade” do próprio debate, mas, provavelmente, afeta as formas de sua apropriação pelos telespectadores. Contudo, a extensão relativamente longa de sua exibição pode produzir a impressão de que não se trata de propaganda eleitoral, mas tão-somente de um debate justo e eqüitativo. Esses aspectos de objetividade, de equilíbrio entre as partes envolvidas e, até mesmo, de vantagem quantitativa dos jornalistas, em relação ao candidato sabatinado, sugeridos pelo debate, remetem-nos ao segundo efeito positivo produzido por sua reprodução no HGPE, da coligação de Lula. Trata-se do efeito dialógico.

O debate não permite que o candidato faça longos pronunciamentos nem tampouco que ele monopolize o discurso. A situação de debate caracteriza-se pelas trocas conversacionais, pelo princípio da alternância e pelos assaltos aos turnos de fala, enfim, pela constante passagem da condição de locutor para a de ouvinte. No discurso político, o aspecto conversacional é, ao mesmo tempo, mas possivelmente não na mesma medida, uma simulação da propaganda eleitoral e uma conquista das sociedades democráticas. Diferentemente de outrora, quando o orador político usufruía grande prestígio e gozava de uma hegemonia da fala e da autoridade pública, atualmente, em tese, os adversários, os jornalistas e a sociedade, de um modo geral, podem interrompê-lo, questioná-lo e, até mesmo, refutá-lo publicamente. O próprio cenário do debate impõe uma outra configuração para a prática de fala pública desempenhada nesse contexto: se, das assembleias homéricas até os comícios nos palanques de nossos dias, o orador tem uma posição de destaque, manifestando seu engajamento com a res publica pela energia de seu corpo ereto e altivo, seu gestos largos e sua voz potente, diante

das massas que o ouvem e o vêem, no debate com os jornalistas, o entrevistado e os entrevistadores sentam-se todos civilizadamente ao redor de uma mesa, em um estúdio inacessível à multidão. Sentados, eqüitativamente, todos falam, ninguém discursa, ainda que freqüentemente o candidato seja o centro das atenções. As conquistas inegáveis de um longo processo histórico apresentam-se, quando todos dialogam e ninguém mais detém a exclusividade da palavra.

Mas não nos enganemos com as aparências dessa justa e tranqüila distribuição da fala, não nos esqueçamos que o discurso é objeto de desejo, de saber e de poder, mesmo nas sociedades mais democráticas, mesmo nas situações discursivas mais igualitárias. No debate, em questão, existe, decerto, a presença do caráter conversacional e democrático, mas há também a disputa pelo direito de fala. Observamos que os jornalistas e, sobretudo, o candidato utilizam-se da voz e dos gestos para tentar manter ou assaltar o turno de fala. Tomemos como exemplo desse fenômeno a seguinte passagem, em que Lula era o locutor, considerando que, onze segundos antes, ele já havia sido interrompido pelo jornalista Fernando Mitre, e que, seis segundos, após essa interrupção, depois de duas insistentes tentativas, Lula retomava o turno:

Nós não podemos a priori dizer: ‘Fulano de tal não presta ou cicrano não presta. Eu não vou conversar.’ Não existe isso no meu dicionário, meu caro. Eu vou conversar com todas as pessoas, vou tentar juntar todos os homens e todas as mulheres de bem do nosso querido Brasil [...].

Enquanto o candidato falava, a expressão *meu caro* fora quase totalmente encoberta pela sobreposição de voz do jornalista Fábio Pannunzio, que, mesmo não sendo o destinatário direto de Lula, tentava interrompê-lo, interpelando-o pelo vocativo *Candidato...* e valendo-se, para tanto, de uma maior altura e velocidade de voz do que as que eram naquele momento utilizadas por Lula. Nesse exato instante, o candidato reage do seguinte modo: eleva consideravelmente o volume de sua voz e aumenta também o seu ritmo, além de fazer um gesto enfático, levantando e abaixando a mão direita espalmada, e de orientar seu corpo e olhar na direção oposta àquela em que se encontrava o jornalista que queria assaltar seu turno⁷⁰.

⁷⁰ Essa utilização do aumento do volume da voz feita por Lula para a manutenção do turno de fala corrobora a hipótese postulada por um Grupo de pesquisa da Universidade de Paris III: *Selon la théorie développée à Paris III, les indices intonatifs sont spécialisés et présentent chacun une valeur iconique propre. Une attention particulière est portée à la manifestation de deux niveaux de représentation de celui à qui cette parole est adressée: 1) le niveau coénonciatif qui amène le parleur patenté à anticiper la pensée de l'autre (convergence de points de vue, objections possibles...), 2) le niveau colocutif qui amène le parleur à anticiper une éventuelle prise de parole de l'écouteur. Selon ces hypothèses, c'est la représentation de l'écouteur comme coénonciateur qui entraîne des variations de la mélodie, alors que la représentation de l'écouteur comme colocuteur entraîne*

Um último detalhe do programa I que gostaríamos de mencionar ocorre já nos instantes finais do debate. Após a última questão, lançada pelo jornalista Fábio Pannunzio – *O senhor vai pegar um país numa situação muito complicada, né? Por onde é que começa a destrinchar esse novelo?* –, Lula começa a respondê-la de forma convencional, dirigindo-se aos jornalistas, conforme podemos perceber pela orientação de seu corpo e de seu olhar. Porém, no último enunciado de sua resposta, identificamos não apenas um “tropa comunicacional”, mas também uma espécie de deslizamento no gênero discursivo, uma inflexão enunciativa que não se coaduna muito bem com a “conversa” que Lula entretinha até então com os jornalistas, mas que inegavelmente produz um efeito interessante. À pergunta do jornalista, o candidato respondeu o seguinte:

Eu tenho reformas: a tributária, a legislação sindical e trabalhista, a previdência, a política, que são coisas que nós vamos mexer com carinho. E eu só quero a chance do povo me eleger presidente pra poder fazer isso, com muita tranquilidade.

Conforme dissemos, logo acima, Lula instaura uma outra cena enunciativa, na qual os telespectadores, que ocupavam a posição de 3ª pessoa ou de “não-pessoa” (cf. BENVENISTE, [1966] 1995, p. 255), passam à condição de 2ª pessoa do discurso, ou seja, são interpelados pelo locutor que lhes dirige diretamente a fala. Por sua vez, os jornalistas, com os quais Lula dialogou durante todo debate e que, por isso, exerciam a função de interlocutores diretos do candidato, passam a ocupar a posição de espectadores. Contudo, talvez não seja infundado reconhecer que, durante o debate, embora os jornalistas fossem os destinatários diretos do candidato e o candidato fosse o destinatário direto dos jornalistas, os telespectadores são concebidos por ambos, jornalistas e candidato, como um interlocutor indireto, mas sempre presente e privilegiado. Em princípio, poderíamos nos valer da oposição “essência/aparência” para tentar compreender esse fenômeno. Assim, tal como acontece no teatro, onde as personagens, mediante os atores que as representam, aparentemente, dirigem-se umas às outras, mas, essencialmente, consideram a platéia como seu verdadeiro destinatário, também no debate televisivo, temos os jornalistas e o candidato que, como personagens, em aparência, dirigem-se uns ao outro e o outro aos uns, mas, em essência, concebem o público telespectador como seu autêntico destinatário. A tentativa é válida, mas parece ser simples demais para dar conta da complexidade desse intrincado jogo de relações

des variations d'intensité. Dans le premier cas, le paroleur cherche à faire reconnaître le bien-fondé de son point de vue, et dans le second il veille surtout à préserver son droit à la parole. (MOREL, 2004, p. 15-16)

enunciativas. Nesse caso, cremos que seja mais oportuno pensar na injunção de um *double bind* sobre os sujeitos falantes, ou seja, eles parecem ter, simultaneamente, dois “outros”, como interlocutores.

Programa II

Destacaremos duas passagens do Programa II: um “documentário” e um pronunciamento de Lula. A estrutura geral desse programa é composta por uma abertura, a mesma do programa anterior, uma intervenção do apresentador da campanha, a exibição do documentário, uma intervenção da apresentadora da campanha e o pronunciamento de Lula. Depois, portanto, da abertura, o apresentador anuncia: *Hoje vamos apresentar um pouco da vida de Francisco: um brasileiro que como milhares de outros brasileiros resiste heroicamente às brutais injustiças desse nosso país*. Como pano de fundo, nessa passagem, encontra-se, às costas do apresentador, algo que parece ser a imagem de um jornal impresso e a inscrição *O Brasil que a gente vê*. Antes que o programa começasse a exibir efetivamente o documentário e logo depois de encerrada a intervenção do apresentador, há a execução de um *rap*⁷¹ (gênero musical considerado característico das periferias das metrópoles e veículo de denúncia das injustiças sociais) e a projeção de imagens de muitas pessoas caminhando, de uma criança no colo de um adulto e de um bairro popular de uma grande cidade, em tons vermelhos, acompanhadas de palavras (*medo, desemprego e fome*) que surgem, movem-se e desaparecem da tela, no ritmo da música.

A seqüência que possui características de um documentário estende-se por três minutos e é aberta por um fundo musical melancólico, que contrasta com uma certa agressividade do *rap*, e por um conjunto de imagens que sugerem tratar-se de moradores de uma favela. Em seguida, a sugestão ancora-se na “realidade” de um espaço determinado, mediante a identificação do local que aparecia na tela, *Cidade de Tiradentes/ Periferia de São Paulo*, e de uma pessoa definida, por meio de sua nomeação: *Francisco Vicente*. Não se trata de uma ficção. Essa ancoragem no real dos nomes de pessoa e lugar parece produzir o

⁷¹ *O Brasil com medo/ O Brasil do desemprego/ O Brasil sem crescer/ O Brasil com fome/ O Brasil sem nome/ Esse é o Brasil que a gente vê*. Nesse último verso, tenta-se promover a identificação entre o enunciador e o enunciatário, com o uso da expressão pronominal “a gente”, que, em princípio, inclui ambos, e produzir um efeito de evidência, por meio do verbo “ver”.

seguinte efeito: “mostramos o que é real, portanto, falamos a verdade”. De modo análogo ao que ocorre na reapresentação do debate com os jornalistas, no interior do HGPE de Lula, a exibição de um documentário, durante o programa de propaganda eleitoral instaura a projeção de uma outra enunciação; nesse caso, delega-se a voz a Francisco, protagonista e narrador da triste história da sua vida. Tudo se passa como se a propaganda tivesse sido interrompida, para que um sujeito comum, desempregado, favelado e pai de quatro filhos, pudesse contar sua história difícil e real. Uma história, aliás, que é apresentada como uma metonímia da miséria: Francisco é apenas mais *um brasileiro que como milhares de outros brasileiros resiste heroicamente às brutais injustiças desse nosso país*.

Francisco, o narrador e protagonista da história, é apresentado, então, não somente como uma pessoa real, com nome e endereço, mas prototípica, tendo em vista sua condição de vida. Além de seu próprio nome, são também informados ao telespectador os nomes de sua esposa, *Maria da Silva* (aliás, mais um índice prototípico), e de seus filhos, *Adriano, Júnior, Sirlei e Johnny*. Quanto à delimitação do espaço em que ele se situa, observamos um efeito de *zoom*, um tipo de afunilamento e precisão: do país, para uma grande cidade; da grande cidade para um bairro humilde; do bairro humilde para uma casa paupérrima e para um modestíssimo estabelecimento comercial, identificado, inclusive, por um número em sua fachada, *4.1*; da área externa da casa para sua área interna. Francisco tem idade, *quarenta anos*, escolaridade, *supletivo segundo grau*, e uma renda, *40 a 50 reais por mês*, que ele consegue catando lixo, mas já não tem emprego há *uns seis, oito anos*. Ele trabalhou em uma gráfica, mas não consegue mais trabalho, dizem-lhe, em função de sua idade. Francisco tem, portanto, família, nome, endereço, bom caráter e péssimas condições de vida. Sua identidade e sua situação sócio-econômica e cultural são manifestas ainda por suas roupas e aparência física, pelo registro da língua, pela norma lingüística que ele atualiza e por aspectos prosódicos de sua fala, tais como a qualidade, o ritmo e o volume de sua voz. E aqueles que lhe deram “voz”, escutam-no, dizem, por seu intermédio, a triste verdade da gente que sofre e anunciam-se indiretamente como possíveis promotores das mudanças necessárias que transformarão essa dura realidade. A inserção do documentário no interior da propaganda eleitoral sugere que o candidato e sua equipe conhecem a realidade social, revelam-na, falando francamente, e pretendem fazer crer que são capazes de transformá-la. Acreditamos que se trata de um efeito sugerido, ao menos, por duas razões: a) em função das propriedades frequentemente atribuídas ao gênero discursivo “documentário”, entre as quais, por exemplo, a de ser uma fonte autêntica e objetiva de informações reais; e b) tendo em vista que não se encontra ao

longo de toda extensão do documentário nenhuma referência explícita ao candidato ou à sua coligação.

Falar francamente e revelar a verdade são dois gestos que também se encontram conjugados no pronunciamento de Lula, exibido nesse programa do dia 22 de outubro de 2002. Conforme afirma a apresentadora que o anuncia, tratava-se de uma fala que Lula havia realizado no último dia 20 daquele mês e ano. Nesse anúncio, observamos a atualização, um pouco modificada, de um motivo bastante freqüentado, desde a Antigüidade, pelos oradores, ou seja, afirma-se que o candidato falará tão-somente porque se tornou absolutamente necessário que ele o fizesse e porque ele se viu impelido a fazê-lo, tendo em vista os pedidos que lhe foram dirigidos. A apresentadora da campanha faz a seguinte declaração:

Hoje, vamos atender aos milhares de e-mails e telefonemas que recebemos, pedindo para repetir o pronunciamento de Lula, feito no último domingo, à noite. Um pronunciamento que, na sua essência, nos mostra claramente porque Lula é a mudança e, ao mesmo tempo, a esperança do povo brasileiro.

Se, por um lado, o pronunciamento de Lula poderia ser considerado muito longo para os padrões televisivos, visto que ele se estende por quase seis minutos, por outro, sua reapresentação se justifica, em função dos *milhares* de pedidos para que ele fosse repetido. Sua intervenção reflete a própria condição de sua candidatura, isto é, ela tornou-se absolutamente necessária. Além do pronunciamento relativamente extenso, o candidato apresenta-se com um figurino sóbrio, composto de paletó escuro, camisa branca e gravata, mas os excessos de extensão e de sobriedade são moderados por uma *conversa franca*, em tom seguro, mas não demasiadamente enfático, na qual o interlocutor é interpelado familiarmente por um *você, eleitor brasileiro*. Como dissemos, o candidato, pela tevê, fala com a multidão telespectadora, dirigindo-se a cada indivíduo, que o assiste, não em meio aos tumultos das massas, diante de um palanque no espaço público, mas no conforto de seu sofá, isoladamente. O estilo dessa intervenção parece adequar-se bastante bem ao ambiente doméstico, em que ela é recebida, pois, conforme mencionamos, não se trata de um “discurso”, mas de uma conversa. Do pronunciamento de Lula, selecionamos as seguintes passagens:

É exatamente por isso que nesse momento **eu quero ter uma conversa franca com você**, eleitor brasileiro. **Existem algumas coisas que você precisa saber, de forma bem clara e objetiva**: coisas que dizem respeito a mim, a você e ao futuro do Brasil.

Essa é a mais absoluta verdade sobre a crise econômica brasileira. E **quem disser outra coisa, está tentando enganar você**. Foi com esse espírito de alerta e responsabilidade que lancei a Carta ao povo brasileiro, em junho passado.

Aqui, uma vez mais, os efeitos de verdade são produzidos pela conjunção entre o **verbo** – no anúncio da *conversa franca, de forma clara e objetiva* e na contraposição entre a declaração da *mais absoluta verdade*, pelo enunciador, e os enganos e mentiras forjados por aqueles que disserem *outra coisa* –, o **corpo** – nos gestos contidos, mas expressivos, sob a forma de constantes meneios da cabeça e movimentos verticais da mão direita, quando, por exemplo, da formulação lingüística das negações e das enumerações; no *close* do rosto, justamente nos momentos em que se anuncia a franqueza e em que se revela a verdade; e ainda no olhar que nunca se desvia do olhar que pretende atrair – e a **voz** – no predomínio de um baixo volume característico das conversas cara a cara e próprio da serenidade daqueles que sabem o que dizem e nas modulações de altura e velocidade, quando se enfatizam as próprias virtudes e se denunciam os vícios alheios.

Programa III

A abertura do Programa III é a mesma dos dois anteriores. Em seguida, há uma intervenção do apresentador da campanha, que antecede um pronunciamento de Lula. O tema que atravessa o programa, já anunciado nessas primeiras falas do apresentador e do candidato, é o grande potencial de desenvolvimento do Brasil, especialmente, da agricultura, com o cooperativismo, e da pecuária, por meio de sua modernização. Transcrevemos abaixo, de acordo com a seqüência em que elas se apresentam no programa, essas duas alocações:

O Brasil é um grande país, com um potencial enorme para crescer e produzir. E precisa de um presidente otimista, vencedor, que valorize o que é nosso e que tenha compromisso, respeito e sensibilidade para lidar com os problemas do nosso povo.

Tem uma coisa que o povo brasileiro já entendeu: pra sair da crise o Brasil precisa mudar o seu rumo. Continuar na mesma direção seria enfraquecer ainda mais o país e aumentar o sofrimento do povo. Como tenho dito e

repetido, é preciso crescer, desenvolver e exportar mais. Quanto mais rápido conseguirmos fazer isso, mais rápido sairemos dessa crise. Pra isso, temos que gerar desenvolvimento em todas as áreas: na agricultura, na indústria, no comércio, enfim, em todos os setores e para todas as camadas sociais.

Enquanto o apresentador fala no estúdio, cujo pano de fundo é composto por uma extensão branca na qual se encontra projetada uma estrela vermelha, o pronunciamento de Lula se dá em uma cena externa, tendo como fundo movente, em função do lento movimento da câmera, silos de armazenamento de cereais. No último período da fala de Lula, sua imagem é substituída por imagens que sugerem o desenvolvimento na agricultura, indústria e comércio, e apenas sua voz dá prosseguimento à sua intervenção. Logo a seguir, sua alocação é, de fato, interrompida momentaneamente para que fosse apresentada uma animação, cujo enredo é narrado pelo locutor da campanha, que explica didaticamente o que é um sistema cooperativo. Na seqüência, Lula volta a falar, agora, especificamente sobre o cooperativismo:

O espírito do cooperativismo pode ser resumido numa frase: “A união faz a força.”. [...] **Eu estou em Maringá, no Estado do Paraná**, onde o sistema cooperativo já é bastante forte e produtivo. **Vim até aqui pra mostrar a vocês** uma cooperativa que começou pequena e cresceu até se transformar **no que é hoje a Cocamar**.

A produção de um dos efeitos de verdade na fala de Lula fundamenta-se na existência real da pessoa, do espaço e do tempo da enunciação que são projetados em seu enunciado. Aqui, não são apenas os recursos lingüísticos que constróem, exclusivamente, esse efeito, mas a homologia semiótica entre os elementos da língua mobilizados e as imagens do enunciador no próprio local (*em Maringá, no Estado do Paraná e aqui*), em que ele anuncia estar, e no tempo, *hoje*, que coincide com aquele da enunciação. A realidade da existência das categorias da enunciação sugere sua autenticidade, a verdade do que nela se enuncia e a credibilidade no que será, logo depois, prometido. A ancoragem no real é ainda reforçada pela suposta objetividade de uma “reportagem” sobre a *Cocamar*, que se segue imediatamente à fala de Lula e na qual se apresentam números e produtos da cooperativa. Depois da “reportagem”, Lula retoma seu pronunciamento, dizendo:

Eleito presidente, **vou incentivar** o cooperativismo em todo território nacional. Ele **será** um dos principais fatores de desenvolvimento e justiça social, para fazer do Brasil uma nação digna, respeitada e soberana, que é, **com certeza**, o que todos nós desejamos.

Toda carga assertiva desses enunciados de Lula – manifesta, por exemplo, no tempo verbal futuro do presente e na modalização epistêmica, bem como na expressividade leve, mas absolutamente segura de seu rosto, amplamente valorizado por um plano em close que o recorta e aproxima da tela e do telespectador – poderia talvez não produzir o mesmo efeito se não tivesse sido precedida pela ancoragem no real engendrada mediante a intervenção anterior do candidato e intensificada pela “objetividade” da reportagem sobre a Cocamar. Essa passagem que trata do cooperativismo é encerrada com uma intervenção do apresentador da campanha que, fazendo uma rápida alusão ao tema, anuncia o assunto a ser tratado a seguir, a agropecuária.

Lula faz então um pronunciamento sobre a agropecuária, em um cenário composto por um curral e vários bois, às suas costas, e com um fundo sonoro constituído por música sertaneja instrumental, em que se destaca o som de uma viola, um constante canto de pássaros e um ou outro eventual mugido. Depois de começar sua fala, afirmando a necessidade de o Brasil deixar de ser *o país da especulação para ser o país da produção* e ressaltando que *em alguns setores de nossa economia, isso já acontece*, Lula formula a seguinte seqüência:

Temos hoje, por exemplo, uma pecuária moderna, capaz de competir em pé de igualdade com as grandes nações produtoras do mundo. Empregamos novas tecnologias, mantemos nossos rebanhos saudáveis e adotamos métodos empresariais de gestão que permitem fazer a restrabilidade de cada animal, como **aqui, na Fazenda Santa Inês, que agora estou visitando em Mato Grosso do Sul.**

Trata-se de recurso idêntico ao utilizado, quando o candidato falava da Cocamar, poucos minutos antes, ou seja, a projeção no enunciado de um “eu”, de um “aqui” e de um “agora” da enunciação. Conforme afirmamos, a existência real das categorias enunciativas insinua a autenticidade da própria enunciação, a verdade dos enunciados e a credibilidade das promessas que serão feitas acerca do setor e do tema tratado. Em seguida, Lula menciona em sua fala o interesse europeu sobre o *‘boi verde’*, *criado solto no pasto*, e, depois disso, surgem a intervenção de uma das apresentadoras deste programa – trazendo informações técnicas, mas didatizadas, sobre a produção e o comércio desse tipo de carne – e o depoimento de um sujeito real:

Quando o Zeca do PT foi eleito Governador de Mato Grosso do Sul, nós, pecuaristas, ficamos muito apreensivos. Quatro anos depois, temos no Governo do Zeca um aliado da classe. Hoje, no Mato Grosso do Sul, tem um Governador atento aos problemas de nossa pecuária. **Conhecendo agora, como conheço o PT, tenho certeza de que o Lula, presidente,**

significará um grande avanço para a pecuária brasileira e para levar a paz ao campo.

Esse sujeito é real, tem nome, *José Carlos Bumlai*, propriedade, a *Fazenda Santa Inês*, e profissão, *pecuarista*. Sua presença no programa e o gênero discursivo de sua intervenção corroboram o efeito de verdade e sugerem ainda outros efeitos, na medida em que se trata de um grande latifundiário e pecuarista – membro, portanto, de uma classe com a qual o PT e Lula, em particular, praticamente nunca haviam estabelecido relações políticas – e de um “depoimento”, que aqui se pressupõe ser uma declaração espontânea de alguém que tem conhecimento de causa sobre aquilo de que fala. Além disso, o conhecimento de causa, nessa circunstância, não incide somente sobre o tema “pecuária”, garantido pela própria profissão do depoente, mas se estende à experiência de ser pecuarista, em um Estado governado por um político do PT. Passar por essa experiência permite a conquista de uma certeza, no presente, e a projeção de uma convicção para o futuro. Depois dessa “preparação do terreno”, Lula volta a falar, dirigindo-se, dessa vez, particularmente, aos produtores rurais brasileiros, pedindo-lhes que invistam na produção e que acreditem no crescimento desse setor, e prometendo-lhes apoios, redução de juros, eliminação de impostos sobre exportações, promoção de diálogo e consenso entre pecuaristas, frigoríficos e governo, e a paz no campo, mediante uma *reforma agrária organizada e pacífica, feita em terras ociosas*.

Em várias passagens de nosso trabalho, reiteramos o fato de que o discurso político não goza de boa reputação, sendo freqüentemente taxado de ludibriador e mentiroso. Uma das razões desse estigma é a oposição entre o que se fala e o que se faz no âmbito da política. Diante do descrédito sofrido pelo discurso político, quando confrontado à suposta eficiência de uma ação efetiva, uma das estratégias mais freqüentes de seu enunciador é a de antecipar-se a esse preconceito, tentando construir para si e/ou para os seus uma imagem de experiente, competente e empreendedor. Esse é o expediente que se repete na seqüência que se inicia com o encerramento da fala do pecuarista até o final deste programa. Essa passagem é composta: por uma intervenção do apresentador da campanha, por um pronunciamento de Lula, pela exibição de um conjunto de imagens acompanhadas por legendas inscritas na tela, pela narração do locutor da campanha, que mostra as obras realizadas pelas administrações do PT, e pela retomada do pronunciamento de Lula. O programa se encerra com o videoclipe da campanha (cf. nota 68) e com o apelo aos filiados ao PT e aos outros partidos da coligação para que sejam fiscais no dia das eleições. Dessa longa seqüência, reproduzimos abaixo somente a intervenção do apresentador e a primeira parte do pronunciamento de Lula, tendo

em vista que nelas o expediente, segundo o qual se afirma que se faz o que se diz, é mais explicitamente apresentado:

Quando o adversário de Lula critica as administrações do PT, ele zomba da sabedoria do povo. **Se isso fosse verdade**, o PT não estaria ganhando as eleições de ponta a ponta do Brasil.

Que o PT é o partido dos projetos sociais, **isso todo mundo já sabe; o que eu quero mostrar agora são obras**: pequenas, médias, grandes. São pontes, estradas, viadutos; obras urbanas e rurais feitas pelas nossas administrações.

No primeiro fragmento, observamos que a denúncia da mentira forjada pelo adversário implica a verdade do enunciado que denuncia. No segundo, vemos a construção de efeitos de evidência, por meio da pressuposição de um “já sabido” e do anúncio da exibição das obras já realizadas pelo PT. À vista e aos ouvidos do telespectador apresenta-se um texto sincrético, analógico e digital, no qual se apresentam imagens, legendas e narração do locutor, que “mostram” a verdade das ações já concluídas. Em suma, esse trecho do programa parece gerar o seguinte efeito: “o PT não só diz e não faz, mas diz, faz e, por ter feito, pode mostrar o que fez”, ou seja, de certo modo, o propaganda do candidato repete o antigo adágio latino, *Ut dictum et actum est*. Depois de “mostrar” as obras levadas a cabo pelas administrações petistas, Lula conclui:

É por essas e outras, meus amigos e minhas amigas, que a cada eleição o PT cresce mais, porque sabe governar com planejamento, dedicação e, sobretudo, com seriedade e respeito pelo seu dinheiro. É assim que vamos construir um novo Brasil.

Programa IV

Diferentemente dos três primeiros programas da última semana do segundo turno, o Programa IV não se inicia com a cena que mostra a equipe de campanha de Lula discutindo e concebendo seu Programa de Governo. O primeiro enunciado é quase o mesmo que figura nas aberturas anteriores, com exceção de duas pequenas diferenças: enquanto a voz sem rosto do locutor da campanha abria o programa, dizendo: *Atenção Brasil, começa agora o Programa*

Lula Presidente, no Programa IV, a primeira fala surge na boca, acompanhada da expressividade facial, de um apresentador que saúda o telespectador, com essas palavras *Boa noite! Começa agora o Programa Lula Presidente*, sob o fundo sonoro de uma música instrumental que se assemelha àquelas que abrem os telejornais. Tão-logo o apresentador – um homem de aparência respeitável, que tem por volta de uns sessenta anos, de barba e cabelos grisalhos, meio calvo e vestindo um terno de cor azul marinho – acaba de pronunciar esse primeiro enunciado, o volume da música sobe e a câmera, com uma ampla focalização, mostra não somente o auditório, no estúdio, mas também os equipamentos técnicos de filmagem e gravação, produzindo um efeito de “por trás das câmeras”, de desvelamento do que é, mas não deveria, em princípio, aparecer. Assim, tenta-se minimizar o julgamento desfavorável do público para com o aparato tecnológico e para com o marketing, que seriam os responsáveis pelo esfriamento do contato entre o político e seus representantes e pelo fato de o discurso político ter se tornado tão artificial quanto a publicidade comercial. Agora, é essa própria aparelhagem técnica e os profissionais do marketing que mostram até mesmo o que deveria ficar dissimulado, como se dissessem “não temos nada a esconder...”.

Sem ocultar a movimentação do apresentador para posicionar-se diante da câmera, a seqüência traz tanto um comentário desse mesmo apresentador sobre a estrutura e o funcionamento do tipo de programa que será exibido naquela noite e que, segundo ele, repetirá um padrão já desenvolvido em programas das semanas anteriores, quanto o anúncio do tema a ser tratado naquele programa:

Quem já assistiu sabe como funciona o nosso programa: primeiro, Lula apresenta suas propostas de governo, depois, responde às perguntas do auditório. O tema do nosso programa de hoje é o Primeiro Emprego.

O auditório, ao qual alude o apresentador, manifesta-se como uma forma remissiva cujo referente fora já dado pela imagem da câmera, que o havia mostrado, segundos antes. A presença desse auditório e a organização e dinâmica do programa produzem alguns efeitos positivos, tais como: a) a validação da autenticidade do que vê, em casa, o telespectador, graças a essa presença in loco das pessoas que testemunham a veracidade do que se mostra na tela e que participam efetiva e “espontaneamente” do desenrolar do programa; e b) o caráter desierarquizante e dialógico construído pela possibilidade e pelo exercício desempenhado pelo cidadão comum de interpelar e questionar o candidato à Presidência da República de seu país, que, por seu turno, dirige-se àqueles que lhe interpelam de modo simpático, familiar e simétrico.

Antes que Lula desse início ao seu pronunciamento, surge na tela da tevê a inscrição *Criação da carteira profissional do Primeiro Emprego*, que se manifesta, sob o fundo musical da melodia “telejornalística”, seguindo o movimento de uma estrela vermelha que se desloca da esquerda para a direita. Em seguida, as luzes do auditório são apagadas, dando maior visibilidade ao telão que ali se encontra e sobre o qual será reproduzido o início do pronunciamento de Lula. Esse segmento ilustra de modo emblemático a conjunção dos dois tipos de assistência do programa, ou seja, a platéia presente no auditório e o conjunto de telespectadores. Em princípio, antes de haver uma fusão entre a tela da tevê e o telão em um mesmo plano, os telespectadores assistem à assistência da platéia que, por sua vez, observa a projeção de Lula no telão. Em seguida, a tela, que abrangia o telão e o auditório, mediante uma edição da imagem, passa a confundir-se com o telão, produzindo um efeito de identificação entre o telespectador e as pessoas que estão no auditório. Esse efeito é ainda potencializado pela diversidade dos tipos que compõem a platéia: homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, brancos e negros etc. O movimento que distingue e funde tela e telão é ainda repetido, uma vez mais, durante o pronunciamento de Lula, na tentativa de intensificar esse efeito de identificação.

Em consonância com esses recursos que constróem um efeito de aproximação e de autenticidade da enunciação, Lula emprega outros, ao longo de seu pronunciamento, a fim de tentar produzir a verdade de sua enunciação e a sinceridade de seus enunciados:

A questão do Primeiro Emprego é muito séria no nosso país e atinge igualmente aos jovens e aos seus pais, que assistem a esse sofrimento sem poder fazer nada. **Conheço esse problema de perto: tenho cinco filhos e sei quanto eu e a Marisa sofremos durante essa nossa etapa de vida.** A grande contradição é que o jovem não consegue o primeiro emprego porque não tem experiência e não tem experiência porque não consegue o primeiro emprego. A única forma de romper com esse círculo vicioso é dar algum incentivo para motivar as empresas a contratar um jovem sem experiência. **É exatamente o que vou fazer no meu projeto Primeiro Emprego.**

Observamos uma fina sintonia entre a utilização dos recursos técnicos e o emprego da homologia semiótica nessa passagem do programa. A fusão entre a tela e o telão instaura-se: a) pela primeira vez, justamente, quando Lula refere-se ao seu *know-how* e à sua experiência relacionados ao fato de ele ter filhos que, outrora, buscaram o primeiro emprego; e b) pela segunda vez, exatamente, quando Lula compromete-se a implantar o projeto *Primeiro Emprego*.

Depois da fala de Lula, surge uma seqüência de informações sintetizadas sobre o projeto *Primeiro Emprego*, inscritas na tela e vocalizadas pelo locutor da campanha, com o objetivo de explicá-lo de modo mais detalhado. Tão-logo se encerra essa seqüência, o apresentador anuncia a presença de Lula no auditório, quando o fechamento do plano da câmera ainda não permitia ver que o candidato já estava ao seu lado. O apresentador, então, indica que Lula está ao seu lado direito, por meio de um gesto rapidamente esboçado e da orientação de seu corpo, sem desviar seu olhar da câmera. Ao fazê-lo, o foco da câmera vai se ampliando lentamente até enquadrar tanto o apresentador quanto o candidato, que, até então, não aparecia. Imediatamente após o apresentador afirmar que estão todos ali para *conversar* sobre o *Primeiro Emprego* e, em seguida, perguntar às pessoas da platéia se elas têm questões a serem colocadas para Lula, a câmera começa a “passear” pelo auditório, mostrando o público e o palco, no qual se encontram muitos profissionais (cameramans, contra-regras etc.) e equipamentos técnicos (câmeras, microfones, fios etc.). O foco da câmera ainda é bastante amplo e está consideravelmente distante de Lula e do apresentador, quando, pelo comentário deste último, o telespectador é informado da manifestação da primeira pessoa interessada em lançar uma questão a Lula. Observando a seqüência das manifestações do público, identificamos um padrão que se repetirá em todas as suas intervenções. A organização espacial do estúdio e o controle sobre o funcionamento do programa parecem tê-lo imposto.

O fato de as pessoas do auditório estarem sentadas na arquibancada em semi-círculo enquanto o apresentador e o candidato permanecem, durante todo tempo, em pé, no centro do palco, possibilita o estabelecimento de um certo controle na dinâmica das intervenções. É o apresentador que, antes de a câmera focalizar a pessoa que supostamente teria manifestado o interesse de fazer uma pergunta, orienta Lula para uma determinada direção, onde se encontra o indivíduo que intervirá. Cada uma dessas pessoas lança sua questão, depois de ter se levantado, e volta a sentar-se, logo em seguida à formulação da pergunta ou, no máximo, depois de poucos segundos. A seqüência do debate de Lula com a platéia estende-se durante aproximadamente seis minutos e é, portanto, recortada e organizada por um trabalho de edição dificilmente percebido, quando da exibição ininterrupta na tevê. Aqui, observamos o esforço de uma autoria coletiva do discurso político na televisão na tentativa de controle dos riscos de manifestações aleatórias e dos sentidos que delas poderiam derivar. Por seu turno, Lula, sempre de pé no palco do auditório, dirige-se, pela orientação de seu corpo e de seu olhar e pelas marcas lingüísticas, à pessoa que lhe fez a pergunta. Ele dirige-se, portanto, a um indivíduo, mas fala a dois públicos, o do auditório e o da massa telespectadora, composto por

milhões de indivíduos, que, por identificação e empatia, sentem-se contemplados particularmente.

Enquanto Lula se dirige a cada um dos que lhe colocam questões, a câmera focaliza o próprio locutor e seu interlocutor privilegiado, mas também percorre a platéia, mostrando o quão atentamente as outras pessoas ouvem o que Lula tem a dizer. Apesar da “passividade” de uma platéia sentada e bem comportada, que não intervém a não ser quando o apresentador do programa o autoriza, o “debate” não deixa de produzir um efeito dialógico. Em sua maioria, o diversificado público segue atentamente as intervenções e, ainda mais, as respostas do candidato. Isso não impede, porém, o aparecimento de alguns poucos signos de distração, enfatiamento ou indiferença, tais como eventuais bocejos e desvios do olhar. Esses signos poderiam ser interpretados como descrença em relação à fala de Lula, mas também podem apontar para a despolitização individual do sujeito que boceja e/ou que não observa atentamente o candidato, enquanto ele fala; ou ainda para a espontaneidade da situação enunciativa que se apresenta ao telespectador e para a veracidade do dizer que nela se manifesta. Tudo se passa, enfim, como se a autenticidade do debate aparecesse justamente porque nele não se simula nem se dissimula nada.

Quando Lula encerra sua quinta resposta às questões formuladas pelo auditório, o apresentador vai encaminhando o candidato ao centro do palco, enquanto lhe diz: *Pois é, Lula. Chegamos mais uma vez ao final do nosso programa. Eu quero agradecer aqui... Queremos agradecer a todos vocês. Muito obrigado, Lula.* Enquanto o apresentador ainda finalizava essa sua fala, a música instrumental que se assemelha àquela dos telejornais ressurgiu em alto volume, mas não o suficiente para encobrir a salva de palmas da platéia. A câmera focaliza as pessoas aplaudindo, levantando-se e se deslocando, como se estivessem deixando o estúdio. Logo em seguida, inicia-se uma série composta de sete depoimentos dados por pessoas que supostamente teriam participado da seqüência que se apresenta como um “debate”. Esse conjunto de depoimentos é desencadeado por uma única pergunta (*Eu queria saber o que que você achou **desse debate** com o Lula?*), aparentemente formulada por uma “repórter”, que não se vê, mas que é sugerida metonimicamente por uma voz e um microfone. De fato, esses “depoimentos” são, antes, brevíssimas declarações:

- 1) Eu acho que só tendo **esse contato mesmo direto com ele**, eu pude sentir **a seriedade dele tanto como pessoa como candidato à Presidência**.
- 2) Todo mundo que está aqui, **cada um fez a pergunta que quis, do jeito que quis**.

- 3) Eu achei muito proveitoso, porque ele foi muito esclarecedor.
- 4) **A gente pôde ver a sinceridade dele.**
- 5) Dá uma oportunidade a mais pra gente conhecer bem ele.
- 6) Eu acho que nós vamos ter um presidente com muita garra.
- 7) Definiu meu voto.

De modo geral, todas as declarações manifestam opiniões bastante positivas acerca da situação de “debate” – ressaltando, por exemplo, a proximidade que ela estabeleceu entre os eleitores e o candidato, a espontaneidade e a livre expressão – e acerca do próprio candidato, sublinhando sua “seriedade”, “sinceridade” e “garra”. Além disso, o “debate” teria sido decisivo para a definição do voto dos que estavam ainda indecisos. Uma observação um pouco mais atenta revela, contudo, algumas pequenas falhas de montagem nas imagens e de vagueza dos depoimentos, derivada das falhas de encaixamento sintático. Uma vez que a pergunta lançada pela repórter, ao final do debate, tinha como pano de fundo a imagem da maioria das pessoas da platéia dirigindo-se à saída do auditório, o programa sugere que todas as declarações que se seguiram foram efetivamente produzidas depois do encerramento desse debate. Entretanto, somente as duas últimas respostas, em função de sua configuração, reiteram essa sugestão, visto que as demais declarações não apresentam nenhum índice de espaço e tempo que remeta à situação pós-debate. Os cinco primeiros depoimentos manifestam, ao contrário, marcas que permitem observar que o debate ainda não havia sido encerrado; entre essas marcas, destaca-se, por exemplo, o fato de as pessoas responsáveis por essas declarações estarem ainda sentadas e ladeadas por outras tantas também sentadas. Por outro lado, algumas intervenções poderiam ser declarações sobre um tema geral e indeterminado. Embora a presença dessas pequenas falhas no seguimento posterior ao debate não seja totalmente negligenciável, cremos que o saldo do dos efeitos eufóricos é positivo: a espontaneidade e a livre expressão de pessoas comuns apontam para a autenticidade do contexto de enunciação e, por extensão, para a sinceridade de todos os enunciados neles produzidos.

O encerramento do Programa IV é realizado por uma seqüência de imagens que sugere a abertura de uma possibilidade de mudança, acompanhada por uma canção que muda de ritmo, a partir do quinto verso⁷², instaurando também uma maior velocidade na exibição das

⁷² Chegou a hora Brasil/ que você tanto esperou/ Mande a tristeza embora/ que a mudança começou/ [aqui se introduz a mudança de ritmo: da lentidão de uma balada para a velocidade acelerada de um samba introduzido

imagens. A primeira dessas imagens é, aliás, a mais emblemática alusão à possibilidade de transformação de uma situação ruim, um verdadeiro “lugar(-comum) de memória”: a “luz no fim do túnel”. A ela articulam-se outras como o mar e os braços abertos, uma janela que se abre, uma cavalgada etc.

Programa V

O Programa V apresenta-se como uma espécie de balanço da campanha. Sua abertura e muitos outros de seus seguimentos são sensivelmente mais rápidos e eufóricos do que as dos programas anteriores. A abertura, cheia de entusiasmo e em alta rotação, é composta por um auditório que canta (*Olé, Olé, Olé, Olá, Lula, Lula...*; verso repetido até o momento em que a apresentadora começará a falar) e aplaude, pela entrada dos dois apresentadores do programa, que vestem branco, caminham rapidamente da porta que dá acesso ao auditório até o centro do palco, com amplos sorrisos, e pela saudação bastante animada da apresentadora, que dá início a um breve “pingue-pongue” entre ela e o apresentador:

Apresentadora: Boa noite, Brasil! Começa agora o último programa 'Lula, Presidente'.

Apresentador: Num país grande como o nosso, uma campanha como essa exige muito sacrifício de muita gente, sobretudo dos próprios candidatos.

Apresentadora: Nos últimos três meses, a vida de Lula tem sido praticamente viajar, viajar e viajar.

por uma batucada] Agora vem, vem mudar a sua sorte/ Nada pode ser mais forte/ Que a vontade de mudar. le/le/le/le/ Vem/ Ser feliz é seu direito/ Solte esse grito do peito/ Ninguém vai te segurar o/o/o/ O Brasil está unido/ E jamais será vencido/ Nossa estrela vai brilhar/ Vem/ Que a estrela da esperança/ Do emprego e da mudança/ Mora do lado de cá./ Agora é Lula/ Falta pouco quase nada/ Nossa pátria tão amada/ Já não quer mais esperar/ Agora é Lula/ Por um Brasil diferente/ Vem entrar nessa corrente/ Aqui é o seu lugar/ [Repete-se o refrão] Lula, Lula.

Em seguida, dá-se início ao balanço dos últimos três meses que é, ao mesmo tempo, um tipo de anúncio de encerramento da campanha. Esse balanço começa com uma vinheta – acompanhada pela música, já presente no programa anterior, que lembra a abertura de telejornal –, na qual se apresenta o desenho de um mapa, sobre o qual se projeta a progressão de uma linha pontilhada que vai de um ponto (cidade) a outros tantos, sugerindo o longo trajeto percorrido por Lula. As grandes distâncias percorridas pelo candidato são ainda reiteradas por depoimentos de membros de sua equipe:

Nem que o dia tivesse 48 horas, ia dar tempo da gente atender, tal é a demanda que se faz da presença do Lula, da conversa com o Lula, do encontro com o Lula. A partir da seqüência ia dar tempo.

Lula visitou nesses meses 93 cidades diferentes, você imagina o cansaço que tá por trás disso.

A agenda do Lula é uma loucura. Você imagina, hoje, pela manhã, ele fez uma carreata em Campinas, voltou a São Paulo pra pegar o avião, foi à Brasília...

Essa última declaração é acompanhada pela imagem do enunciador, que mostra, em um mapa afixado na parede, o extenso trajeto percorrido por Lula naquele mesmo dia, e é suspensa enquanto o integrante da equipe ainda falava, dando a impressão de que a descrição desse percurso se estenderia ainda mais, em função de sua própria dimensão. São apresentados outros números da campanha – 103 comícios, 66 carreatas, 147 horas em avião, 61.127 km percorridos, *quase duas voltas ao mundo* –, devidamente ilustrados por uma série de imagens de Lula, nessas situações. Em síntese, as falas, as imagens e os números parecem ter sido apresentados com o intuito de afirmar o quanto Lula é requisitado e bem querido, além de ser dinâmico e trabalhador. A “verdade” desses números e dos efeitos que eles produzem é corroborada por mais imagens de Lula, aparentemente em diversos comícios, realizados em diferentes regiões do país, acompanhadas de fragmentos de enunciações de jornalistas, cujas presenças se pressupõem metonimicamente por suas vozes, algumas com leves marcas prosódicas diatópicas, relativamente reconhecíveis, que falam justamente dos deslocamentos de Lula. A última dessas falas (*em quatro Estados do Nordeste.*) manifesta-se na voz de Willian Bonner, âncora do *Jornal Nacional*, da *Globo*.

O tema dos caminhos e distâncias percorridos e do árduo trabalho de Lula durante a campanha estende-se, em seguida, na apresentação de um tipo de *making off*, que se inicia com a imagem do próprio Lula, dizendo: *Um, dois, três... gravando*. Trata-se, uma vez mais,

de produzir o efeito de “mostrar os bastidores”, de não apresentar somente o produto, mas de revelar também o autêntico processo de produção do HGPE. O fundo musical dessa seqüência “por trás das câmeras”, a saber, a canção “Vida de viajante”, composta por Luiz Gonzaga, e interpretada, no programa, por Zezé di Camargo e Luciano, assegura a manutenção temática. Observamos ainda a tentativa de sincronizar freqüentemente as passagens da letra da música com imagens de Lula, conversando com pessoas de diversos setores, em vários ambientes. Um exemplo dessa sincronia manifesta-se quando, enquanto são cantados os versos *Andando pelos sertões e dos amigos que lá deixei./ Chuva, sol, poeira e carvão*, o segmento mostra Lula, rodeado de muitos operários no interior do que parece ser uma metalúrgica, sendo recebido entusiasticamente por eles e abraçando carinhosamente um deles. A seqüência do *making off* é momentaneamente interrompida, dando lugar aos depoimentos de Luciano e de Zezé di Camargo, respectivamente:

Eu vou poder falar pra, pros meus filhos que, que eu fiz parte disso, entendeu? Poder chegar e falar: eu fiz parte da mudança desse país. E a mudança pra melhor.

Vendo aquela vontade do Lula de mudança, de de brigar pelo país; eu falei: Gente, eu acho que a coisa aqui é diferente.

O conjunto de ensaios e erros estende-se por uma longa seqüência e em uma de suas passagens ali contidas, Lula diz: *Vamo começar de novo, né?*; dela derivam, ao menos, dois efeitos, o de de real e o de modéstia. O fato de se mostrar cenas de Lula, em que ele comete pequenos erros, na gravação de suas intervenções na tevê, não parece pôr em risco uma imagem positiva do candidato. Se, por um lado, essas cenas podem sugerir os enganos de um homem médio, um sujeito falível, portanto, por outro, elas ressaltam características bastante valorizadas, tais como sua espontaneidade, sinceridade e leveza, e sua tranqüilidade e coragem para “recomeçar”.

O último ponto do Programa V sobre o qual gostaríamos de fazer alguns comentários é o pronunciamento de Lula. Depois de terminado o *making off* e antes que fosse iniciada a fala de Lula, a apresentadora anuncia a chegada de Lula e a sua entrada no auditório, acompanhado de sua esposa, Marisa: *E agora, chegando de mais uma viagem, ele que, se Deus quiser, será o próximo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva*. Lula é recebido pela platéia, composta por toda equipe de campanha (políticos, artistas, profissionais de marketing etc.), que aplaude e canta euforicamente *Olê, Olê, Olê, Olá, Lula, Lula...* O

candidato inicia, então, sua intervenção, fazendo uma série de agradecimentos – à sua esposa, a José Dirceu, então presidente do PT, aos políticos do PT, à equipe de assessoria e às equipes técnicas responsáveis pelos HGPE, do rádio e da tevê – e, a cada uma dessas menções, o auditório respondia com uma empolgada salva de palmas. O último desses agradecimentos não é endereçado mais a um grupo ou a uma pessoa da platéia, mas ao público telespectador. A essa altura da fala de Lula, portanto, o candidato instaura um deslocamento enunciativo, substituindo seu interlocutor privilegiado, ou seja, o público presente no auditório, por outro, a saber, os telespectadores que assistem ao programa em casa:

E uma salva de palmas também pra vocês, meus amigos e minhas amigas, eleitores e eleitoras, de todo o Brasil. Gostaria de dizer: Muito obrigado por tudo o que vocês fizeram por mim. Se Deus quiser, essa será uma campanha vitoriosa; e apesar de muito cansado, estou também muito feliz. Mas a minha parte nessa campanha já está feita, agora vem o mais importante: a parte de vocês. É chegado o momento de vocês, amigos eleitores, militantes saírem às ruas, com a sua camisa, com a sua bandeira, levando a sua mulher, seus filhos, primos, tios, namorada, para participar desta maravilhosa festa da democracia e fazer valer nas urnas a sua vontade. **Vocês sabem e eu também** que vamos enfrentar muitas dificuldades, mas esse é um país muito maior e muito mais forte do que todos os seus problemas. Por isso, podemos ser otimistas em relação ao futuro. Juntos, **tenho certeza disso**, vamos construir um Brasil diferente, mais justo, mais forte e muito mais feliz. **Quero que você acredite nisso; mais: quero que você tenha certeza disso. Sei que algumas vezes, para o povo brasileiro, “eleição” foi sinônimo de “decepção”. Mas, confiem em mim, dessa vez, vai ser diferente.** Quero também aproveitar essa oportunidade para fazer um pedido a todos vocês. Um pedido da maior importância: não deixe de votar. **No primeiro turno, muitos eleitores de todo o Brasil, por causa das filas e da demora, voltaram pra casa sem votar. E isso não foi bom.** Dessa vez, a votação vai ser muito mais rápida e muito mais simples. E é muito importante que você vote, pra que no futuro possa contar pros seus filhos, pros seus netos, que você também ajudou a mudar a história do Brasil. Obrigado, por tudo. E que Deus ilumine a todos.

De fato, logo no início de sua fala, quando ainda fazia o preâmbulo da série de agradecimentos, Lula havia se dirigido aos telespectadores. Mas, assim que ele começa a agradecer as pessoas ou grupos presentes no auditório, o candidato passa a endereçar sua fala diretamente a eles. A partir do começo do trecho que transcrevemos acima, o candidato volta a estabelecer o público telespectador como seu interlocutor direto. Durante todo o pronunciamento, o foco da câmera permanece fechado sobre o rosto de Lula e capta toda sua expressividade, em consonância, com os recursos lingüísticos, com os gestos do corpo e a melodia de sua voz. O verbo, o corpo e a voz de Lula combinam-se harmoniosamente e constroem a imagem de um sujeito que conhece os problemas nacionais, mas permanece

sereno, tranqüilo, simpático e seguro de que eles serão solucionados na administração coletiva que ele próprio conduzirá, quando eleito presidente. Para tanto, porém, o candidato precisa da legitimidade das urnas, e, por isso, depois de atualizar um lugar-comum (*Sei que algumas vezes, para o povo brasileiro, “eleição” foi sinônimo de “decepção”*), pede um “voto” de confiança aos eleitores que lhe assistem. Uma sensível mudança no “tom” de sua fala se manifesta na seguinte passagem: *Quero também aproveitar essa oportunidade para fazer um pedido a todos vocês. Um pedido da maior importância: não deixe de votar. No primeiro turno, muitos eleitores de todo o Brasil, por causa das filas e da demora, voltaram pra casa sem votar. **E isso não foi bom.*** A fala de Lula, aqui, se torna mais grave e a expressão mais séria, graças, entre outros recursos, a uma modulação na voz, que se torna mais cadenciada e baixa, principalmente, se compararmos a última frase dessa seqüência com a que lhe sucede imediatamente: *Dessa vez, a votação vai ser muito mais rápida e muito mais simples.*

Encerrado o pronunciamento de Lula, surge um conjunto de imagens de vários fragmentos da campanha, acompanhadas por fundos musicais de ritmos variados, dispensados somente quando se trata de trecho que combina imagem e fala. Depois dessa seqüência, o programa tem o auditório, mais uma vez, como cenário. Ali, quase todos da platéia cantam, sob uma chuva de confetes, uma adaptação da música *Ai, ai, ai, ai/ Tá chegando a hora...* e acenam lenços brancos. Segundos depois, essa música passa a ser fundo musical da última declaração, inscrita na tela e vocalizada pelo locutor da campanha, do derradeiro programa de Lula, antes das eleições que lhe dariam a vitória: *27 de outubro de 2002. Se Deus quiser, este dia entrará para a história de nosso país como o dia em que a esperança venceu.*

Ao finalizarmos esse sobrevôo pelos programas de Lula, pudemos identificar alguns dos recursos utilizados para construir a autenticidade do dizer e a verdade do que fora dito. Entre as estratégias empregadas para esses fins, observamos o emprego de uma considerável diversidade de gêneros discursivos sobre os quais incidem representações positivas, tais como a entrevista com jornalistas, o documentário, as reportagens, o *making off* e os depoimentos. O discurso político eleitoral contemporâneo transmitido pela tevê não se restringe, portanto, a pronunciamentos do candidato. A história, a economia, a cultura e as técnicas promoveram transformações em nossas sensibilidades, suscitaram a emergência de novos valores e minimizaram a ruptura entre a dinâmica da programação normal da tevê e o HGPE, tornando praticamente impossíveis os longos monólogos. Por essa razão, as falas de Lula ora são “dialógicas”, quando interrompidas por jornalistas, pessoas do auditório, videoclipes etc., ora são “monológicas”, mas repletas de índices lingüísticos, vocais e corporais de conversação. Constatamos também uma preocupação freqüente com a homologia semiótica das

textualizações e com a dimensão bicanal de sua transmissão, que se manifesta na tentativa de promover sempre que possível uma fina sintonia entre o que se vê e o que se ouve na propaganda eleitoral. A conjunção desses recursos, entre outros, contribui decisivamente para a produção dos efeitos de realidade da enunciação e de verdade dos enunciados.

Após termos levantado rapidamente alguns dos expedientes empregados nos programas de Lula, passaremos agora a considerar os programas de Serra, mantendo o mesmo objetivo.

HGPE DE SERRA

Programa I

O Programa I de José Serra é aberto pelo enunciado: *Começa agora o programa José Serra, Presidente*, vocalizado pelo locutor da campanha. Imediatamente após a abertura, inicia-se o videoclipe da campanha⁷³, no qual são exibidas as imagens das cantoras que o interpretam, de pessoas colocando adesivos de Serra em seus carros e em suas roupas, de uma banda, de simulacros da bandeira do Brasil estendidas ou tremuladas etc.

Em seguida, apresenta-se a simulação de uma cena doméstica, passada na cozinha da casa da família “Nicolau”, que retrata uma conversa ordinária e espontânea entre mãe e filha, e na qual a mãe manifesta sua mudança de opinião quanto à intenção de votar em Lula:

Filha: *_Ó mãe, eu vou votar no Serra.*

Mãe: *_Que legal, filha. Acho ele um ótimo candidato.*

Filha: *_Ué, mas você não vai votar no Lula?*

Mãe: *_Não sei. Agora eu tô indecisa.*

Filha: *_Ah, ‘indecisa’? Sei.*

Mãe: *_Bom, eu vou votar pro melhor pra nossa família, pra vocês, pro seu pai.*

Filha: *_Ah, mas você sempre teve uma simpatia pelo Lula.*

Mãe: *_Mas aí não é questão de simpatia, minha filha. É uma decisão muito séria pra se votar só pela simpatia. Isso tá me deixando indecisa.*

⁷³ Em ritmo de pop-rock: *Muda meu país, mas não muda de bandeira./ A onda é verde e amarela, ela não é vermelha./ Olho na incompetência que o perigo ronda./ Se levanta meu país e não entra em qualquer onda./ A onda é verde e amarela.*

O bom desempenho nas pesquisas obtido por Lula foi freqüentemente atribuído às transformações em sua aparência e em seu discurso. O olhar indignado, sem quase nunca sorrir, a postura firme e quase rude, a voz grave, rouca, áspera e uma dicção ruim, a luta pela classe trabalhadora e a recusa em pagar a dívida externa, entre outros fatores, faziam com que Lula não tivesse, em 1989, uma imagem cativante e implicava altos índices de rejeição. Em 2002, o trabalho em prol de uma significativa e decisiva mudança da imagem de Lula intensificou consideravelmente uma progressiva transformação pela qual Lula já havia começado a passar, desde as campanhas de 1994 e 1998. A indignação e até mesmo a ira do sindicalista, de cabelos mal alinhados e de barba densa e mal aparada, expressas em vociferações exaltadas, foi substituída por uma serenidade e uma simpatia que fizeram de Lula um sujeito carismático e cativante. Agora, ele tem cabelos e barba grisalhos e bem feitos, seus dentes foram limados; ele usa ternos que lhe caem bem, possui uma expressão aberta e sorridente e uma voz cuja aspereza foi sensivelmente diminuída. O “novo” Lula fala em desenvolvimento do setor produtivo e compromete-se a honrar as dívidas públicas. Tudo isso parecia estar dando resultado. Em síntese, Lula passou a ser considerado simpático. Tornava-se então necessário minar a força que vinha dessa mudança de imagem. A campanha de Serra insistiu em bipolarizar a disputa eleitoral, colocando, de um lado, o candidato simpático, mas aventureiro e inexperiente, e, de outro, o candidato sério, arrojado, experimentado e competente. A cena familiar na cozinha dos “Nicolau” é uma forma leve, simples e didática de reiterar essa oposição. A mãe, como milhões de outros brasileiros, supostamente teria sido seduzida pela simpatia dessa nova faceta de Lula. Sua hesitação e iminente mudança de intenção de voto sugerem o processo pelo qual tantos outros deveriam passar.

Mas, a leveza e a simplicidade dos “Nicolau” têm o inconveniente de ser uma ficção. Trata-se de uma fantasia, de uma invenção levada a cabo por atores profissionais. Porém, na seqüência do programa, mobiliza-se um outro gênero discursivo que, ao invés de ser reconhecidamente concebido como ficcional, goza não raras vezes do prestígio de ser uma fonte de informações reais: o documentário. A exibição desse “documentário” biográfico de Serra reitera sua coragem e competência e seu poder de realização, fazendo-o de modo direto e indireto. Indiretamente, o documentário sugere esses atributos do candidato, por exemplo, ao fazer menção à sua trajetória pessoal, do nascimento à chegada à Universidade. E o faz, direta e explicitamente, quando, em consonância com as imagens apresentadas, veiculam-se os enunciados, inscritos na tela e vocalizados pelo locutor da campanha: *José Serra tem coragem* (referência aos fatos e nomes “reais” da Ditadura militar, afirmando que Serra sofreu com o regime autoritário e lutou incansavelmente contra ele); *José Serra tem competência*

(menção aos muitos cargos e funções já exercidos por Serra); *José Serra é realizador* (referência ao recorde de emendas aprovadas pelo candidato, quando ele era deputado federal, na Assembléia Constituinte, de 1988); *José Serra, um homem que sabe cuidar das pessoas* (alusão ao seu conhecimento em economia e à sua sensibilidade social).

A simulação de documentário recorre constantemente à sincronia entre a linguagem verbal e imagética, que se entrelaçam sob o fundo de uma baixa, leve e suave melodia. Cada menção a um nome ou a um fato é acompanhada por fotografias ou imagens em movimentos que a corroboram. Além disso, boa parte dessas fotos e imagens são antigas e estão em preto e branco, reforçando ainda mais sua condição de fonte histórica autêntica e confiável. O passado e o presente conjugam-se harmoniosamente na trajetória vencedora de Serra:

José Serra **nasceu** em São Paulo, no Bairro da Moca, filho de uma modesta família de imigrantes. O pai, seu Francesco, era fruteiro e a mãe, dona Serafina, dona de casa. José Serra **estudou** quase toda sua vida em escola pública. E **foi lutando** muito que **chegou** à Universidade. O menino que **creceu** vendo e vivendo as injustiças sociais, **se tornou** presidente da UNE, União Nacional dos Estudantes, com apenas 21 anos. José Serra **tem** coragem. Quando **muitos se calavam** e enquanto **outros se aliavam** à Ditadura, José Serra **lutou** contra ela e, por isso, por defender os brasileiros, **foi perseguido e teve que se exilar** no Chile. Após quatorze anos de exílio, Serra **volta** ao Brasil. Já como economista respeitado, **é convidado** por Franco Montoro pra ser Secretário de Planejamento do Governo de São Paulo. Nas “diretas já” **lutou** ao lado de pessoas como Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, Teotônio Vilela e Luiz Inácio Lula da Silva, para defender os brasileiros. José Serra **tem** competência. Preparado e respeitado, **foi** coordenador do Plano de Governo de Tancredo Neves e, por duas vezes, Ministro do Governo Fernando Henrique. José Serra **é** realizador. Deputado federal por duas vezes, na Constituinte, **foi considerado** o deputado mais atuante do Brasil, aprovando cento e trinta emendas, um recorde. José Serra, um homem que sabe cuidar das pessoas. Aliando seus conhecimentos de economia e sua sensibilidade social, José Serra **conseguiu** realizar na Saúde um trabalho considerado pelo Fórum Mundial o melhor do mundo.

Constrói-se um efeito de continuidade entre aquilo que fora feito e vivido por Serra e aquilo que ele é e faz. Mostra-se, portanto, uma coerência e uma evolução na trajetória de sua vida, quando Serra é comparado consigo mesmo. Observamos ainda a comparação de Serra com dois “outros”, um anônimo e um identificado. Em relação aos não nomeados, Serra se distancia: *Quando **muitos se calavam** e enquanto **outros se aliavam** à Ditadura, **José Serra lutou** contra ela*; quanto aos explicitamente designados, Serra deles se aproxima, incorporando suas virtudes e ideais: *Nas “diretas já” **lutou** ao lado de pessoas como Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, Teotônio Vilela e Luiz Inácio*

Lula da Silva, para defender os brasileiros. A realidade desses nomes e de suas realizações sugere a verdade das falas de Serra e das afirmações feitas sobre ele em seu programa. A produção dos efeitos de verdade trabalha sobre uma lógica do “sua vida de lutas e feitos é real, por extensão, seu dizer é verdadeiro”. A exibição do documentário no programa de Serra não instaura o mesmo distanciamento enunciativo que observamos no Programa II, de Lula, como se se delegasse voz à “neutralidade” de uma terceira pessoa: se, por um lado, não é o próprio Serra que relata sua vida, por outro, a narrativa manifesta-se pela voz do locutor da campanha de Serra, um porta-voz privilegiado de seus interesses e possivelmente um de seus partidários. Não há, portanto, a produção de um efeito de objetividade, que poderia ter sido construído com a projeção de um “discurso relatado”.

Ainda que não representasse exatamente a “neutralidade”, o depoimento do Governador eleito de Minas Gerais, Aécio Neves, parece tentar suprir essa “falta”. Herdeiro político de Tancredo Neves, eleito já no primeiro turno das eleições para o Governo de seu Estado, sua declaração tem grande importância e se apresenta como uma manifestação de apoio e como um pedido de voto, em que encontramos vários signos de convicção. Durante todo o depoimento, Aécio Neves sustenta um olhar seguro e confiante, faz gestos afirmativos e tem uma voz sem oscilações:

Eu voto e recomendo o voto em José Serra, porque **eu não tenho dúvidas** de que ele é **o candidato que tem melhores condições** de permitir ao Brasil a superação de suas dificuldades e a recuperação do crescimento econômico no espaço de tempo muito mais rápido. **Serra é aquele que tem a melhor proposta para Minas Gerais e a melhor proposta para o Brasil.** Por isso, **eu não apenas voto em Serra, mas peço o seu apoio, o seu voto para o candidato José Serra.**

Além dessas passagens do programa de Serra às quais já aludimos, gostaríamos de mencionar outras duas, o resultado de uma pesquisa de intenção de voto e o pronunciamento do candidato. A apresentação da pesquisa realizada pela revista *Exame* parece ser uma espécie de apogeu da “objetividade”, se pudermos conceber um processo de intensificação dos gêneros discursivos mobilizados: temos, então, na seqüência, uma ficção, um documentário parcial, um depoimento de um correligionário até chegar a uma pesquisa “neutra”, erigida por um respeitável órgão de imprensa que pretensamente busca apenas mostrar a verdade:

A *Exame*, uma das maiores revistas de negócios da América Latina, fez uma pesquisa com cem dos maiores empresários do Brasil. Nela, os grandes **geradores de empregos** apontam José Serra, disparado, o melhor candidato para fazer o Brasil crescer e **gerar empregos**. O mais experiente. O mais

preparado para defender os interesses do Brasil no exterior e promover exportações. José Serra vence a pesquisa em todos os itens e é apontado o melhor por 71% dos entrevistados.

É interessante observar alguns aspectos do modo como se deu a exibição da pesquisa. O início de sua apresentação combina a referência verbal feita pelo locutor e a exposição da capa da referida edição da revista. Esse padrão é mantido até o final da seqüência: a cada um dos itens citados da pesquisa, mostra-se a página da revista em que ele aparece. Além disso, identificamos algumas estratégias verbais, como, por exemplo, o processo de referenciação de *cem maiores empresários do Brasil*, quando da utilização da forma remissiva *os grandes geradores de empregos* que sustenta a afirmação *José Serra, disparado, o melhor candidato para fazer o Brasil crescer e gerar empregos*. E embora ainda seja o locutor da campanha quem apresenta a pesquisa, trata-se, agora, supostamente de uma mera e objetiva descrição do que está contido na própria revista.

Do relativamente longo pronunciamento de Serra, destacaremos somente alguns dos recursos utilizados na produção de efeitos de verdade. Em função de sua extensão e de nosso objetivo restringir-se a considerar apenas certos expedientes ali empregados, optamos por transcrever somente o final de seu pronunciamento:

[...] Mas o meu governo, **ao contrário do que o PT tenta fazer você acreditar**, não será o terceiro mandato do presidente Fernando Henrique. Será o meu governo, com os meus desafios, os meus acertos e até meus possíveis erros. Não sou inimigo do PT nem do Lula mas eu não concordo com o caminho que eles apresentam ao Brasil. **Aliás, que sequer apresentam com clareza o que propõem... não está claro! Reclamam, criticam, agora, na hora de governar, suas administrações tão longe do que eles prometem. Toda a minha vida eu cumpri o que eu prometi! Eu tenho uma cara séria, mas não são duas. É uma só! Eu lutei toda minha vida pelo meu país, pelo nosso povo, por isso eu fui exilado, eu fui perseguido pela Ditadura, mas eu não mudei meus princípios! Nunca mudei de lado por conveniência! Eu já perdi e já ganhei eleições mas nunca abri mão dos meus princípios e minhas convicções. Eu nunca deixei de acreditar neste país!** Tenho consciência dos nossos problemas, mas sei também que a dedicação, a força, a maturidade do nosso povo são muito maiores do que eles! E é o povo quem vai decidir, se eu devo ou não ser presidente, no dia 27 desse mês. Isso é o que eu penso. Você pode concordar, você pode discordar. Você pode votar em mim ou não votar. Mas se eu for eleito presidente você vai saber, claramente, o que esperar do meu governo.

Serra inicia sua fala, anunciando quais são suas prioridades de governo e fazendo uma série de promessas. Ele afirma o que vai e o que não vai fazer, se eleito. Não nega sua filiação ao governo de Fernando Henrique e até o defende e valoriza, mas sublinha que sua

administração não será *o terceiro mandato do presidente Fernando Henrique*. É justamente a partir desse ponto que gostaríamos de fazer alguns comentários, visto que aqui identificamos a explicitação do adversário e construção de uma seqüência que instaura manifestamente uma bipolarização entre os dois candidatos. Serra não apenas atribui uma fala ao PT, mas também a classifica como mentirosa, pressupondo, por seu turno, a verdade dessa atribuição e a necessidade de sua refutação. Tudo se passa como se a denúncia da mentira alheia assegurasse a sinceridade e a verdade do discurso do enunciador. Um pouco abaixo, já anunciando um outro aspecto da bipolarização, percebemos, aqui, assim como em outras passagens, uma interessante modulação da voz. Nesse caso, ela se dá no momento em que Serra pronuncia o seguinte enunciado: *Não sou inimigo do PT nem do Lula, mas eu não concordo com o caminho que eles apresentam ao Brasil*. O volume e o ritmo da voz são sensivelmente acelerados a partir do operador argumentativo e produzem o seguinte efeito, em contraste com a pronúncia da primeira oração: o candidato não nutre nenhuma rivalidade gratuita em relação ao seu adversário, não é movido por um infundado sentimento de emulação, mostrando-se sereno e tranqüilo na administração de suas diferenças; porém, ele não poderia estar de acordo com suas posições e projetos, nem tampouco poderia omitir-se, diante dos perigos que eles representam. Um gesto enfático (para os padrões televisivos) com o braço direito, que marca exatamente a passagem da serenidade à firmeza, ressalta esse deslocamento.

A partir daí, como dissemos, uma outra oposição se delineia e atravessa o restante do pronunciamento de Serra. Trata-se, agora, de separar, por um lado, a clareza e a verdade e, por outro, a opacidade e a mentira. A divisão é rígida e mostra-se de modo privilegiado na seguinte contraposição: enquanto Lula e o PT *sequer apresentam com clareza o que propõem... não está claro! Reclamam, criticam, agora, na hora de governar, suas administrações tão longe do que eles prometem*, Serra, por sua vez, afirma: *Toda a minha vida eu cumpri o que eu prometi!*. A fala de Serra reitera que ele não tem “duas caras” e que nunca mudou seus princípios, sugerindo que Lula o teria feito. Serra repete, então, um lugar-comum que circulava não raras vezes entre os adversários do PT, ou seja, Lula mudou sua aparência, seu discurso e até mesmo suas posições ideológicas fundamentais. Serra tenta colocar Lula em um lugar bastante incômodo: ou Lula, de fato, mudou e, por isso, é volúvel e leviano, ou sua mudança é uma mentira, uma farsa conveniente à situação eleitoral e, por isso, é mentiroso e dissimulador.

Programa II

Assim como também acontecerá com o III, o Programa II repete a abertura do primeiro. Depois da abertura, em um estúdio, cujo cenário e fundo musical aparentam-se aos de um telejornal, os apresentadores falam como se dessem notícias ou, mais precisamente, como se apresentassem suas manchetes. O cenário e o ambiente de telejornal contribuem para que o dizer tenha uma aparência objetiva e para que o que é dito seja tomado como informações verídicas sobre o real. Ao final dessa seqüência inicial, o apresentador diz: *No programa de hoje, José Serra vai explicar detalhadamente suas propostas para a agricultura.*

Em seguida, para tratar do tema “agricultura”, o programa destinará quase oito minutos, divididos entre o pronunciamento de Serra, entrecortado por imagens e inscrições na tela e intervenções do locutor, uma fala da apresentadora e o depoimento de um agricultor. Tendo em vista a extensão da fala de Serra e das muitas descontinuidades que a atravessam, somente transcreveremos a primeira parte de seu pronunciamento e apenas mencionaremos brevemente algumas de suas demais passagens:

Olhem, de cada um milhão de reais investidos na agricultura, geram-se vinte vezes mais empregos do que numa indústria de máquinas. O mercado da agricultura brasileira é o mundo inteiro, não tem fronteiras. São seis bilhões de pessoas que podem comprar nossas frutas, nossos grãos; tudo aquilo que o Brasil produz de bom. E a agricultura brasileira, temos que reconhecer, está ajudando o Brasil imensamente. A gente tem que tirar o chapéu pra ela. E veja bem, explorando trinta e oito milhões de hectares, o Brasil produz cem milhões de toneladas de grãos: milho, soja, trigo. Agora, nós temos ainda noventa milhões de hectares a mais pra explorar. Nenhum país do mundo tem isso. Pense bem quantos empregos nós podemos ainda gerar no campo brasileiro. Isso dá pra fazer.

A esta altura, a fala de Serra se interrompe e dá lugar a um enunciado pronunciado pelo locutor e escrito, em letras brancas, na tela de fundo verde, onde se formam o logotipo da campanha, no canto inferior direito, e a silhueta de três agricultores: *Derrubar as barreiras contra os produtos brasileiros no exterior.* Em seguida, Serra retoma seu pronunciamento, falando da política protecionista do mercado europeu e americano contra os produtos agrícolas brasileiros. Uma vez mais, sua fala é entrecortada por uma intervenção do locutor, que informa sobre a produção e o funcionamento da exportação da laranja brasileira, e retomada, adiante, momento em que o candidato diz: *Então, pra abrir esse mercado pros nossos produtos, pra gerar mais empregos aqui, tem que saber negociar e implantar a*

política do “toma-lá-dá-cá”. O locutor menciona os êxitos de Serra em sua “luta” contra a “indústria mundial” de cigarros e contra os laboratórios internacionais: *Ninguém melhor para negociar e derrubar as barreiras internacionais à nossa agricultura do que quem já teve tantas vitórias lá fora. Para o Brasil exportar mais e gerar mais empregos: José Serra, Competência pra mudar.*

Aqui, gostaríamos de fazer duas observações. A primeira sobre alguns dos recursos utilizados acima, no intuito de construir efeitos de verdade e a segunda sobre uma especificidade da transmissão audiovisual da televisão. O pronunciamento de Serra explora a força dos números, dos dados e das informações referentes à agricultura, dando a entender que o enunciador possui um notável conhecimento de causa e que, por essa razão, o enunciatário pode acreditar na devida fundamentação de suas propostas e na viabilidade de sua realização. Para corroborar esse efeito, utiliza-se ainda o argumento de que pelo fato de já ter conquistado diversas vitórias no cenário internacional, na instância da saúde, Serra é o candidato mais apto e bem qualificado para obter êxitos no âmbito da agricultura. Já no que se refere ao modo de transmissão audiovisual, um aspecto interessante consiste no fato de que em várias dessas passagens que mencionamos, mas também em outras tantas, a linguagem verbal toca o olho e o ouvido. Aquilo que é dito pela voz do locutor da campanha também é manifesto por escrito na tela da tevê. Diferentemente do que amiúde se imagina, a noção de “audiovisual” não incide separada, exclusiva e respectivamente sobre os elementos lingüísticos e sobre as imagens. Não são apenas essas últimas que se transmitem pelo canal visual, o corpo do sujeito que fala também pode ser observado e a própria atualização da língua pode ser visualizada, além de ouvida.

Cinco sub-itens são ainda referidos relacionados ao tema da agricultura. São eles: *Fortalecer a agricultura familiar, O Governo será o fiador dos empréstimos, Incentivar a produção de leite, Apoiar fortemente a agricultura irrigada e Melhorar a infra-estrutura para escoar a produção*. Todos são inscritos, em letras brancas, sobre a tela verde, onde estão projetadas as silhuetas de três trabalhadores rurais e o logotipo no canto inferior direito, e vocalizados pelo locutor. Depois de cada uma dessas breves seqüências que anunciam os sub-itens, Serra intervém, comentando e expondo propostas para a melhoria da agricultura. Quando o candidato encerra sua segunda intervenção, são apresentadas imagens e a fala do locutor que expõem as obras de infra-estrutura a serem feitas nas vias pelas quais a produção agrícola será escoada. Dando ainda prosseguimento ao tema da agricultura, a apresentadora, no estúdio, anuncia a exibição das propostas que já foram mencionadas pelo próprio

candidato, ao longo do programa, e que agora serão repetidas, de forma esquemática e resumida, sob a forma de inscrições na tela e vocalizações do locutor.

A síntese das propostas de Serra para a agricultura é imediatamente seguida pelo depoimento de um agricultor:

O Serra é um candidato correto pra agr[...] por ser um economista, entender da atividade e ser uma pessoa honesta. Isso é o principal fato e ter serviços prestado à economia e principalmente à saúde do país. E eu espero que o José Serra faça pela agricultura o que fez na saúde.

Alguns fatores fazem dessa intervenção de um produtor rural uma atestação de verdade de tudo o que fora dito sobre a agricultura ao longo do programa, enquanto outros contribuem para a sua própria veridicção. Trata-se, inicialmente, de um “depoimento”, da delegação de voz a uma terceira pessoa, ou seja, da projeção de uma enunciação, que, em tese, não se confunde com o discurso da própria propaganda eleitoral do candidato. Seu enunciador é um sujeito “real”, visto que tem nome, *José Carlos Belese*, procedência, *Brodosqui/SP* e profissão, *Produtor rural*. A enunciação de um “verdadeiro” agricultor, do interior do Estado de São Paulo, região reconhecidamente forte na produção rural, é uma fala credível, legitimada e legitimante. E se a presença dessa fala tenta produzir o efeito de um certificado de verdade em relação ao que se afirmou sobre a agricultura, ela mesma carrega índices que atestam sua autenticidade. Como poderíamos saber que se trata, de fato, de um produtor rural? Simplesmente acreditamos na informação da legenda, produzida pelo discurso eleitoral? Para evitar essa fragilidade, outros dados apresentados pela fala do agricultor tornam-se fundamentais, tais como uma norma lingüística que emerge insidiosamente em alguns pontos e a prosódia que atravessa toda a intervenção de José Carlos Belese. Sabemos de algumas representações que incidem sobre “o produtor rural”: sua aparência, roupas, pele, norma e registro lingüísticos e sua voz. Aparentemente o enunciador que aqui se apresenta poderia exercer qualquer profissão, mas a legenda que informa tratar-se de um “produtor rural” pretende ser confirmada pelo “dialeto caipira” que se atualiza em um enunciado como *Isso é o principal fato e ter serviços prestado à economia e principalmente à saúde do país*. A atualização do fonema /l/ sob a forma do alofone /r/, com o som de [r], o chamado “r” caipira, e a omissão do morfema indicador de plural no segundo termo do sintagma nominal “serviços prestado” são característicos de uma norma lingüística não-padrão e de um registro informal, que se coadunam com um imaginário corrente sobre o habitante da zona rural.

Além disso, um outro fator interessante, ainda que não se relacione a uma particularidade prosódica d“o agricultor”, consiste em uma relativa singularidade das pausas e dos grupos tonais. O enunciador vale-se de uma marcação bastante nítida da entoação, indicando não somente a dinâmica da respiração e a qualidade de voz do falante, mas também a distribuição do fluxo da informação e a orientação argumentativa do enunciado. Por exemplo, no segmento *O Serra é um candidato correto pra agr[...] por ser um economista, entender da atividade e ser uma pessoa honesta.*, temos, respectivamente, a seguinte distribuição: *O Serra / é um candidato correto pra agr[...] / por ser um economista / entender da atividade / e ser uma pessoa honesta*, e a ênfase dos sons em: “Serra” [‘sɛ:χa], “correto” [ko‘χɛ:tU], “entender” [ẽtẽ‘deɾ] e “honestá” [o‘nɛ:sta]. Assim, podemos observar uma certa convergência entre o fluxo da informação e a lógica argumentativa, quando, por um lado, o primeiro sintagma nominal apresenta-se como tema e o sintagma verbal, como rema, e, por outro, as sílabas tônicas salientes, caracterizadas pelas vogais estendidas, marcam a organização lógica do argumento, ou seja, a intrínseca relação entre o sujeito e as características que o constituem. Busca-se ressaltar, inicialmente, uma substância e, em seguida, seus atributos, considerando que esses atributos não são apresentados como contingentes, mas como constitutivos do próprio ser de quem se fala.

Depois do depoimento do agricultor e ainda de uma reprodução do videoclipe da campanha (cf. nota 72), o programa apresenta uma seqüência na qual se tenta descredibilizar o discurso de Lula, acusando-o de leviano e, no limite, de mentiroso. O seguimento está organizado do seguinte modo:

a) fala da apresentadora, no estúdio: *Uma coisa que a gente se pergunta: é que Lula, agora, só mostra empresários do seu lado, mas onde está a CUT? Onde está o MST, responsável por levar a intranqüilidade ao campo? Deixaram de ser aliados? Que papel teriam em um governo Lula?*

b) fala do apresentador: *No último dia 26 de agosto, o Lula falou aos grandes produtores agrícolas do Brasil, na Confederação Nacional da Agricultura e falou de maneira bem ponderada:*

[reprodução da fala e da imagem de Lula]: *É por isso que eu tenho dito que nós vamos fazer uma Reforma Agrária tranqüila, pacífica e ordeira sem precisar ninguém molestar ninguém.*

c) fala do apresentador: *Naquela mesma tarde, como mostram os jornais, Lula se justificou com o MST e a CUT:*

d) enunciados pronunciados por locutor e também escritos na tela:
Jornal O GLOBO, 27/08/2002:

[reprodução dos fragmentos do jornal]: *Lula justifica discurso moderado: é preciso vencer*

DIÁRIO DE SÃO PAULO, 27/08/2002 :

[reprodução dos fragmentos do jornal]: *Lula pede paciência aos velhos aliados; [...] Num desabafo, Lula pediu compreensão aos que reagem ao seu discurso mais moderado [...].*

e) fala do apresentador: *Agora veja o que Lula disse ao MST e à CUT no mesmo dia:*
[reprodução da fala e da imagem de Lula]: *Eu acho que vocês têm que ter clareza do seguinte: os compromissos continuam intocáveis. Os compromissos que me fizeram fazer política e que me fizeram [...] fazer sindicalismo nem tanto porque eu entrei lá pra aprender, foi lá que eu aprendi. Eu acho que nós temos que fazer muita coisa nesse país. Agora... pra fazer... é só ganhando.*

f) fala do apresentador: *Para os que não têm nada, o Lula diz que vai mudar tudo. Para os que têm tudo, Lula diz que não vai mudar nada.* [nessa última seqüência, o apresentador, que era apenas uma voz, já que as imagens de Lula, em paralelo, ou seja, os “dois” Lula, corroboravam a proposição enunciada, torna-se som e imagem]. *Pense nisso Brasil!*

Se a tentativa de apontar a leviandade das falas de Lula fosse feita somente por meio das intervenções dos apresentadores, possivelmente seus efeitos não seriam muito consistentes. Mas, além disso, há dois outros recursos mobilizados: as alocações do próprio Lula e os enunciados dos jornais. No que diz respeito à suposta contradição dos discursos de Lula, parece ser, antes de qualquer coisa, o ambiente em que são inseridos os fragmentos de sua fala que a constróem, visto que em si eles não são contraditórios. Não existe contradição intrínseca entre fazer uma *Reforma Agrária tranqüila, pacífica e ordeira sem precisar ninguém molestar ninguém*, por um lado, e a fidelidade para com os *compromissos* outrora firmados e a necessidade de vitória nas eleições para que se os cumpra, por outro. São as intervenções dos apresentadores que antecedem e sucedem as passagens das alocações de

Lula que tentam instaurar o pressuposto segundo o qual o cumprimento dos compromissos do candidato com os sindicalistas implicaria a impossibilidade de *se fazer uma Reforma Agrária tranqüila, pacífica e ordeira*. Estabelecido esse pressuposto, a reprodução das falas de Lula produz o efeito de que elas são contraditórias. É preciso ainda que consideremos que não se trata da mera reprodução dos enunciados, mas de uma cópia da própria enunciação, ou seja, diferentemente de uma projeção enunciativa, sob a forma de discurso direto, expresso somente em linguagem verbal, o que se tem é a apresentação da cena em que o outro a ser denegrido fala, manifestando sua imagem e sua voz. Nesse caso, inclusive, delegar voz ao outro não significa somente reproduzir o conteúdo de seu discurso ou alguns aspectos de sua expressão, mas apresentar pretensamente a integralidade desse conteúdo mediante a “totalidade” de sua própria expressão: trata-se da voz do outro, de fato, pela voz do outro. Tudo se passa, então, como se fosse o próprio Lula quem revelasse a sua leviandade. Já no que concerne à exposição dos enunciados dos jornais, observamos, evidentemente, a mobilização de uma terceira pessoa, desta vez, uma instituição supostamente neutra e objetiva, que também ela, gozando desses seus privilégios de “quarto poder”, afirma a presença da contradição, da leviandade e da mentira nas falas de Lula.

Programa III

Conforme havíamos dito, o Programa III repete a abertura dos dois primeiros. Desse programa, destacaremos os depoimentos dos prefeitos e de populares, veiculados no interior de uma “reportagem”, um “telejornal”, certas passagens dos pronunciamentos de Serra e uma seqüência à qual podemos nomear de *Ut dictum et actum est*. Logo depois da abertura do programa, passa-se ao depoimento do prefeito de Suzano/SP, Estevam Galvão (PFL): *Sou prefeito já pela quarta vez, eu nunca vi na minha vida alguém trabalhar tanto, com tanta competência e com tanto resultado*. Nessa intervenção, do então prefeito de Suzano, observamos o emprego de uma lógica argumentativa em que o enunciador apresenta, inicialmente, sua condição de autoridade reconhecida e legitimada, e, em seguida, afirma as qualidades de um terceiro sujeito, nesse caso, José Serra. Aliás, esse é um dos pontos que gostaríamos de aludir, isto é, no depoimento de Estevam Galvão, o nome de Serra não é, de fato, sequer mencionado, ainda que seja facilmente dedutível pelo contexto em que a alocação

se manifesta. Também merece ser referida a modalização do enunciado que lhe dá um aspecto bastante enfático, por meio de seus advérbios. Não se trata, portanto, somente de uma afirmação do trabalho e da competência de Serra, mas de uma declaração peremptória feita por uma autoridade política, na qual ela diz que jamais em sua vida encontrou alguém que pudesse ser equiparado ao candidato do PSDB.

Na seqüência, o programa exhibe, uma vez mais, o videoclipe da campanha (cf. nota 72) e, logo em seguida, um segmento que se passa em um auditório. No estúdio, a câmera, em um *zoom*, começa a mostrar, na periferia do plano, imagens de pessoas na platéia (de costas) e, no centro da tela, a mesa, atrás da qual estão os dois apresentadores do “telejornal”. Além do emprego de uma série de recursos, como o fundo musical e a roupa dos apresentadores, essa aparência de “telejornal” é ainda reforçada por meio da solenidade de seu *Boa noite* de abertura. A primeira “notícia” é a realização do *maior comício* de José Serra, na cidade de Recife/PE: *Recife parou para ouvir José Serra, numa grande manifestação popular em que estavam presentes o governador Jarbas Vasconcelos, o vice-presidente, senador eleito, Marco Maciel, o presidente do PMDB, Michel Temer, dezenas de prefeitos e importantes autoridades da região*. Nesse ponto, a imagem do apresentador que profere a “notícia” é substituída pela reprodução de cenas externas do referido evento. De volta ao estúdio, anuncia-se o tema do programa daquela noite do dia 23 de outubro: *Hoje, José Serra vai mostrar como vai retribuir todo esse apoio e calor humano, trabalhando junto com os prefeitos*. No intradiscorso, a formulação *todo esse apoio e calor humano* consiste em uma retomada de um já-dito e em sua reafirmação da *grande manifestação popular* e dos políticos e autoridades aludidos, por meio de seus nomes e imagens.

Um depoimento do prefeito de Teresina/PI, Firmino Filho (PSDB), e uma intervenção da apresentadora, no estúdio-auditório, são apresentados, em seguida. Transcrevemo-los, respectivamente, abaixo:

O ministro Serra, em Teresina, significou a massificação do Programa “Saúde da família”. Nós tínhamos três equipes do programa “Saúde da família”, hoje, temos cento e vinte e três, atendendo a mais da metade da população de nossa cidade.

Eu não sei de onde o senhor e a senhora estão me assistindo agora, mas seja de onde for, **com certeza**, a sua cidade já foi beneficiada por José Serra. Ele foi um dos poucos políticos neste país que tiveram a oportunidade de atuar em todos os cinco mil e setecentos municípios do Brasil. **Não tem um lugar, de Norte a Sul do país, que não tenha sido beneficiado por ele:** ou como ministro do Planejamento ou como ministro da Saúde.

A modalização epistêmica, expressa na locução adverbial *com certeza*, e a assertiva categórica, *Não tem um lugar, de Norte a Sul do país, que não tenha sido beneficiado por ele*, presentes na alocução da apresentadora, já haviam sido precedidas pelos depoimentos de dois prefeitos e serão sucedidas por outros ainda e pelas declarações de pessoas do povo. Evidentemente, a credibilidade de afirmações tão enfáticas seria bastante frágil sem a presença de outros recursos que lhe dessem fundamento. O depoimento de Firmino Filho apresenta elementos que atestam a sua própria verdade, como, por exemplo, os números que comprovam sua afirmação da *massificação do Programa 'Saúde da Família'*, e, por extensão, ele próprio corrobora a verdade do que foi e será reiterado ao longo praticamente de todo programa, ou seja, o fortalecimento da municipalização do poder. É justamente na tentativa de ratificar essa descentralização do poder federal que o programa exhibe essa longa seqüência que traz uma espécie de “reportagem”, narrada pela voz do locutor da campanha e entrecortada por depoimentos populares:

Locutor: *No Ministério da Saúde, José Serra trabalhou para **todos os municípios, em cada canto do Brasil. De Norte a Sul**, os resultados aparecem. Em Carazinho, no Rio Grande do Sul, saúde para quem acabou de nascer e para quem quer viver muito mais.* [há uma sincronia entre as seqüências “quem acabou de nascer” e “quem quer viver muito mais” e as imagens de um bebê e de um idoso]

“Enfermeira”: *Treze por nove; tá boa também.* [ao acabar de medir a pressão arterial de um senhor idoso, diante do que parece ser sua humilde casa]

Locutor: *Na outra ponta do país, em Ananindeua, no Pará, o médico também examina a criançada em casa.* [um “médico” (vestido com um jaleco e roupas brancas e portando uma prancheta/receituário), acompanhado por três moças, aparenta sair de um edifício que se assemelha a um posto de saúde ou a um hospital, caminha pela rua e, em uma outra cena, aparece no interior de uma casa modesta, parecendo prescrever algum medicamento, pois está escrevendo sobre sua prancheta. O suposto médico encontra-se, em pé, diante de uma “mãe”, que veste camiseta e boné promocionais e que está sentada em um sofá, com seus três filhos descamisados.]

“Médico”: *Bem, vamos fazer uns exames; principalmente de sangue e de fezes, mas já vai tomar uma medicação pra ir melhorando dessa dor.*

Maria Josefa Gonçalves, Ananindeua/PA [sentada a uma mesa, no que se apresenta como sendo a cozinha de sua modesta casa, segurando um dos seus filhos sobre seu colo e acompanhada por sua filha, que está ao lado da mesa]: *Depois que foi inaugurado o Posto da Família* [a voz da mãe se sobrepõe à fala da filha e às risadas dos dois filhos, corroborando o efeito de

uma espontaneidade da situação que se passa] *melhorou cem por cento pra mim, né? Pra mim e pra todos.*

Locutor: *Melhorou em todos os lugares. Em Monteiro, na Paraíba, seu João, de 98 anos, consultou o médico pela primeira vez, graças ao programa Saúde da Família.* [a imagem não é de um “médico”, conforme o enunciado verbal, mas de uma “médica” que aparece auscultando o peito de seu João com um estetoscópio e, em seguida, medindo sua pressão arterial]

João Alves da Cruz, Monteiro/PB: *Óia, eu nunca vi tanto feliz* [meio entredentes...] *tanta felicidade.* [transcrito em uma legenda, que segue sua identificação: *Olha, eu nunca vi tanta felicidade.*]

Locutor: *Longe dali, em Saudade do Iguaçu, no Paraná* [a imagem mostra o que supostamente seria a cidade mencionada e depois, o interior da casa de seu Ângelo, sugerindo um efeito de localização e pertença], *seu Ângelo teve um atendimento tão bom que não consegue esquecer o trabalho de Serra.* [imagem de seu Ângelo que tem sua pressão arterial medida por uma suposta médica ou enfermeira]

Ângelo Posso, Saudade do Iguaçu/PR: *Quando vejo ele, eu já lembro da saúde, né?!*

Locutor: *Regiões diferentes, uma só certeza:* [“médico” examinando criança descamisada que se encontra ao lado de outras, e um bebê, em casa, no colo da mãe]

Maria José da Silva, Recife/PE: *É... Serra, ele como ministro foi ótimo.*

Edinei Maria Araújo, São Sebastião/DF: *O Serra pensou nas mães.* [no sofá de sua casa, segurando sua filha]

Sebastião da Silva, Promissão/SP: *Foi o ministro da Saúde, que não teve outro igual.* [a declaração é acompanhada por um gesto enfático de negação...]

Cícero Lopes dos Santos, São José da Tapera/AL: *Fez tudo quanto é bom.*

Irmã Rita Cecília, Anápolis/GO: *Reconduziu o povo à dignidade.* [em um tipo de sala de exames de uma instituição de saúde, com equipamentos hospitalares, vestida de branco, óculos e grande crucifixo no peito]

Maria José da Silva [aparecendo agora sem identificação]: *Serra, que seja o presidente da República, pra gente ter mais uma vida melhor.* [expressões faciais acentuadas e gesto de punho cerrado]

Nesse simulacro de uma reportagem, o conteúdo e a expressão parecem coadunar-se perfeitamente. A alusão a oito Estados, além do Distrito Federal, tenta comprovar a tese de que *No Ministério da Saúde, José Serra trabalhou para todos os municípios, em cada canto do Brasil. De Norte a Sul, os resultados aparecem.* Ainda que a maioria das declarações das pessoas “comuns” possa ser considerada vaga, podendo ser inseridas em várias situações

enunciativas, cada uma delas contribui decisivamente para a produção de efeitos de verdade, pelo contexto que as envolve e pelas propriedades que as caracterizam. Antecedendo ou sucedendo as falas “populares”, o locutor sugere uma interpretação e orienta a produção dos sentidos, quando faz suas intervenções, carregando-as de advérbios espaciais e de locuções adverbiais que intensificam as distâncias e, por conseguinte, a amplitude do raio das ações já empreendidas pelo candidato. Por seu turno, os depoimentos são dados por pessoas “reais”, dotadas de rosto e voz, de nome e procedência. E é justamente sua procedência que nos remete a um aspecto que lhe é correlato e que concorre para esse mesmo fim. O contraste entre a reprodução das declarações populares – marcadas pela sua concisão e pela especificidade das paisagens de fundo que as circundam – e as intervenções do locutor atesta, mediante, por exemplo, as diferenças prosódicas, a pretensa ubiqüidade do trabalho de Serra. Tenta-se, portanto, corroborar esse conteúdo por meio da substância fônica da expressão, das marcas discursivas de identificação contidas nas diferentes pronúncias que materializam o discurso. Além de algumas particularidades lexicais, os diferentes sotaques expressos nas falas “populares” ratificam a onipresença da atuação do candidato e têm sua singularidade regional reforçada, à medida que contrastam com a pronúncia “padrão” das intervenções do locutor do programa, que as intermedeiam, e da fala de Serra, que as segue imediatamente.

A título de ilustração, poderíamos comparar rapidamente a última declaração “popular” e o primeiro enunciado do pronunciamento de Serra, exibido logo na sua seqüência, considerando alguns fatores prosódicos que os distinguem. Alguns traços da voz, tais como a mobilidade articulatória, a velocidade da elocução e o volume, indicam algumas características físicas do falante, como o sexo e a idade. Nesse sentido, a diferença entre os dois fragmentos comparados é manifesta: esses traços, mesmo que não tivéssemos acesso à imagem do locutor, revelariam que, em um caso, se trata de uma mulher idosa e, em outro, de um homem adulto. Por outro lado, existe um conjunto de propriedades singulares que caracteriza o timbre e a qualidade da voz dos sujeitos, fazendo com que a voz, assim como o rosto, expresse sua identidade individual. Entre esses dois pólos – um, das necessidades físicas e fisiológicas, e, outro, das contingências individuais –, podemos identificar uma zona limítrofe, na qual se situam, por exemplo, os falares regionais e, particularmente, as pronúncias características de diferentes recortes geográficos. É em função da existência dessa norma lingüística regional que depreendemos algumas marcas na voz que não são nem inteiramente individuais nem completamente nacionais, mas locais. Ao ouvirmos suas vozes, sabemos que se trata de uma mulher idosa nordestina e de um homem adulto do Sudeste. Além disso, alguns fatores como a entonação e o ritmo da fala expressam, em consonância

com os gêneros discursivos⁷⁴, um certo investimento volitivo e um tipo de orientação argumentativa das formulações lingüísticas. Assim, a entonação pausada e o ritmo compassado da fala de dona Maria José sugerem, em harmonia com as formas lingüísticas, antes um desejo do que uma asseveração. Por sua vez, o enunciado de Serra consiste em uma declaração peremptória, mediante sua entonação dinâmica e seu ritmo acelerado.

O pronunciamento de Serra expressa não somente a intensificação das particularidades prosódicas das declarações “populares”, nas quais os distintos sotaques apontam para a diversidade étnico-geográfica, lingüística e cultural do país, mas também estabelece a atualização do par “dizer/fazer” no universo político, ao qual já nos referimos acima (cf. Capítulo II e “Programa III”, de Lula, neste Capítulo). O enunciador reitera o lugar-comum, segundo o qual “os políticos falam, mas não fazem nada”, mas o faz com vistas a recusar sua validade no que diz respeito à sua própria atuação política:

Pra governar bem o Brasil é preciso governar junto com os municípios. Só assim chegaremos até você. **Esta convicção não é discurso não, é o que eu sempre fiz na vida pública.** Quando eu era deputado e participei da Constituinte, eu fui o principal autor da Reforma Tributária da época que elevou em duas vezes e meia os recursos das Prefeituras; e se esses recursos ainda são insuficientes, imagine o que seria hoje, se não tivéssemos feito essa Reforma.

Em três outras passagens, particularmente, na seqüência à qual chamamos de *Ut dictum et actum est* e em dois pronunciamentos do candidato, observamos a reiteração desse antigo mote, que figura também no Evangelho, segundo Mateus (VII, 21). Encontramos, por exemplo, em falas de Serra os seguintes enunciados: *Quando fui ministro do Planejamento, eu desenvolvi programas de habitação e saneamento com as prefeituras de todo o Brasil. E quando fui ministro da Saúde, implantei o PAB, Piso de Atenção Básica e Eu fiz o primeiro plano de investimentos do país, que, depois, virou o Avança Brasil.* E antes mesmo desses pronunciamentos – talvez o ponto alto dessa estratégia que consiste em afirmar que não apenas se disse, mas que se disse e que se fez o que fora dito –, o programa exibiu um segmento que explora os efeitos do *perfectum*, do caráter irreversível e pretensamente

⁷⁴ Possivelmente, entre outras variáveis, o gênero do discurso desempenhe uma função relevante no condicionamento de padrões vocais. O fato de que aqui se trate de um testemunho e de um pronunciamento eleitoral, decerto, não pode ser negligenciado, sob a pena de desconsiderarmos que as práticas discursivas se dão em um contexto e na história. O uso do alto volume da voz nas assembléias gregas e mesmo nos comícios contemporâneos não respondiam e não respondem apenas uma exigência física da escuta, mas revela o entusiasmo, a indignação, o engajamento com o público e com a *res publica*. Mesmo com microfones *hi-tech* e com um amplo e potente conjunto de equipamentos de som, a maioria dos políticos ainda grita sobre os palanques.

inquestionável da anterioridade do dizer e do fazer empreendidos por Serra em relação ao presente da enunciação, e que reproduzimos abaixo:

*Serra disse que ia lutar pelas prefeituras.
DITO E FEITO.*

*Serra disse que ia ampliar o Programa Saúde da Família.
DITO E FEITO.*

*Serra disse que ia cuidar das pequenas cidades.
DITO E FEITO.*

*Serra disse que ia lutar pelos mais necessitados.
DITO E FEITO.*

*Serra disse que ia melhorar as condições de higiene das pessoas.
DITO E FEITO.*

*Serra disse que ia investir em esgoto sanitário.
DITO E FEITO.*

Tendo em vista que o tema da descentralização do poder federal e da municipalização de muitos de seus setores administrativos atravessa todo programa do dia 23 de outubro de 2002, um recurso argumentativo forte e produtivo seria, sem dúvida, o depoimento de prefeitos sobre os êxitos de Serra nesse domínio. O programa recorre a essa estratégia e produz efeitos interessantes. Além do testemunho dos prefeitos de Suzano e de Teresina, no início do programa, cinco outros prefeitos dão seu depoimento acerca da competência e das realizações levadas a cabo pelo candidato. Transcrevemos, a seguir, esses cinco depoimentos:

a) Depoimento do prefeito de Quixeramobim/CE, Cirilo Pimenta (PSDB):

Que ele é o único que sabe que a descentralização será o veículo mais importante para que as mudanças ocorram de forma mais eficiente.

b) Depoimento do prefeito de Coxim/MS, Júnior Mochi (PMDB):

Se o Serra fizer na Presidência da República o que ele fez no Ministério da Saúde, com certeza, nós teremos o melhor presidente da República de todos os tempos.

c) Depoimento da prefeita de Boa Vista/RR, Tereza Juca (PSDB):

Esse é o lado pessoal do Serra que eu gostaria que as pessoas conhecessem; a sensibilidade que ele tem por cada região do país e pelo problema das pessoas, por aquilo que elas passam.

d) Depoimento do prefeito de Paraty/RJ, José Cláudio Araújo (PMDB):

Aí, no seu município, como também aqui no meu, nós já temos resultados objetivos da ação do presidente Serra como ministro. O Serra fez o seguro-desemprego, o Serra fez o “médico de família”, o melhor programa de saúde da família do Brasil, aumentou a arrecadação do seu ICMS, do seu fundo de participação. Portanto, trouxe melhor qualidade de vida para nossa população.

e) Depoimento do prefeito de Registro/SP, Samuel Moreira (PSDB):

O próximo desafio é manter o plano Real e gerar empregos. E a pessoa mais preparada pra tudo isso é José Serra.

Ora, de fato, dos cinco testemunhos dois tratam diretamente da descentralização (‘a’ e ‘d’), um resvala no tema (‘c’) e dois nem sequer tocam no assunto (‘b’ e ‘e’). Isso, porém, não parece implicar efetivamente nenhum grande inconveniente. Considerando ou não o tema, todos os depoimentos assinalam a competência de Serra e demonstram em suas pronúncias regionais a atuação do candidato, nas mais variadas localidades do país. Assim como as declarações “populares” o fizeram, os depoimentos dos prefeitos atestam pela substância fônica da expressão sua pertença a determinadas regiões e, por conseguinte, corroboram as supostas realizações de Serra em todas elas. E também de modo análogo ao que ocorre com a exibição das falas das “pessoas do povo”, as declarações dos prefeitos são intermediadas pelos pronunciamentos do candidato, de modo que a proximidade e o contraste entre essas intervenções acentuem ainda mais suas diferenças prosódicas, em função de uma espécie de *grau zero* da ortoepia manifesta na fala de Serra. O “justo meio”, aliás, não se mostra somente na “neutralidade” da prosódia do candidato, mas no conjunto de sua apresentação. É preciso não agredir os ouvidos nem desagradar os olhos. A limpidez e a exata articulação da voz de Serra se coadunam com a sobriedade de seu paletó escuro, sobreposto à camisa branca e à gravata de listras comportadas, com a postura equilibrada entre o entusiasmo e a reserva, atravessada pela pontual expressividade dos gestos e pela precisa insistência do olhar. A

eloquência bem medida de seu corpo reitera a “verdade” de suas declarações: *Esta convicção não é discurso não; é o que eu sempre fiz na vida pública*. Seu rosto, na proximidade da tela, torna-se uma via privilegiada para a sinceridade de sua alma, enquanto sua voz, captada e transmitida pela caixa de ressonância, apresenta-se como um sopro puro e límpido oriundo de um interior pretensamente muito bem-intencionado.

Programa IV

O Programa IV apresenta duas particularidades: a) a abertura canônica dos programas anteriores é exibida depois de uma seqüência que, lhe antecedendo, marca efetivamente seu começo; e b) com exceção desse segmento que, de fato, abre o programa, todo o resto é reprodução de trechos de programas já exibidos. Por essa razão, limitaremos-nos tão-somente a fazer um breve comentário sobre a seqüência inicial.

A abertura do programa consiste na apresentação de uma pesquisa de intenção de votos do IBOPE, realizada em Porto Alegre. Enquanto são mostradas a evolução de um gráfico, uma multidão, com bandeiras e camisetas do candidato, e a imagem do próprio Serra, sorrindo e ladeado por correligionários, o locutor da campanha diz o seguinte:

A última pesquisa IBOPE no Rio Grande do Sul, mostra Lula com 46 e Serra com 47% dos votos da capital gaúcha, que, por sinal, é governada pelo PT há quatorze anos, em um Estado também governado pelo PT. Porto Alegre quer Serra, Presidente.

Uma vez que a pesquisa é apresentada pelo locutor da campanha, ou seja, por um porta-voz oficial do discurso da Coligação de Serra, no interior do HGPE do candidato, o efeito de verdade do que fora enunciado deveria ser reforçado pela mobilização de outros recursos. Nesse sentido, além da referência ao fato de que se trata de uma cidade e de um Estado governados pelo PT, a alusão à procedência da pesquisa é essencial, visto que o IBOPE goza de prestígio e reconhecimento junto à sociedade brasileira. Se a pesquisa foi realizada pelo IBOPE, ela é considerada crível e legítima, e, por extensão, tende a tornar crível e legítimo o discurso que nela se apóia ou a que a ela se refere. Na apresentação da pesquisa, há uma sincronia entre a formulação lingüística, *A última pesquisa IBOPE no Rio Grande do Sul, mostra Lula com 46 e Serra com 47% dos votos da capital gaúcha, que, por*

sinal, é governada pelo PT há quatorze anos, e a exibição da evolução de um gráfico para indicar os percentuais de Lula e de Serra. Observamos ainda uma outra sincronia interessante entre o fragmento *Porto Alegre quer Serra, Presidente* e a seqüência de imagens que mostra, inicialmente, a multidão partidária de Serra e, em seguida, o próprio candidato, com sorriso aberto. Em suma, a credibilidade de uma pesquisa do IBOPE potencializa-se, na medida em que sua exibição incide, ao mesmo tempo e de modo bastante harmônico, sobre o olhar e a escuta do telespectador.

Programa V

Boa parte do Programa V insiste no tema da “virada”, ou seja, na possibilidade de reverter o quadro apontado pelas pesquisas e estimativas, de acordo com o qual Lula seria o vencedor das eleições. Desde a abertura do programa, observamos a referência a essa temática. A abertura é composta por imagens de um céu escuro e sons de trovões, pela imagem de uma praia, à noite, que sugerem o “mau tempo”, e por uma música, cuja letra tematiza a mudança do “tempo”⁷⁵ e cujo ritmo assemelha-se ao de uma balada. A canção é interrompida momentaneamente pelo enunciado *Se cada pessoa que vota em Serra virar um voto, a gente faz esse tempo virar*, inscrito na tela, em letras brancas sobre um fundo imagético composto por um céu cheio de nuvens em rápido movimento, e vocalizado pelo locutor, sobre um leve fundo de música instrumental. Em seguida, repete-se a música, agora, em um ritmo mais acelerado, até o final do quadro, que se encerra com a imagem de Serra, abrindo um sorriso, próximo a uma criança.

Na seqüência, o apresentador do programa, em um estúdio, que se assemelha a um escritório, com um jornal nas mãos, fala sobre o primeiro turno das eleições que teria sido decidido em função do último debate entre os candidatos. Logo depois, pela voz do locutor são lidas manchetes de jornais, mostradas na tela, nas quais se afirmava o caráter decisivo do debate entre os candidatos que havia sido promovido e transmitido pela *Rede Globo*, três dias antes do primeiro turno das eleições presidenciais daquele ano. Busca-se construir um efeito de “antes e depois” do debate, assegurando sua verdade por meio da apresentação de

⁷⁵ *O vento virou a maré./ Levou o mau tempo pra lá./ Eu vou soprar como vento./ Fazendo o bom tempo chegar./ Tempo de verdadeira mudança./ Separar o que é bom e ruim./ Mudar o que for preciso./ Manter o que for bom pra mim.*

fragmentos da imprensa que o comprovam. Surge, inicialmente, na tela uma primeira página do *Jornal do Brasil* e, em seguida, algumas passagens de uma edição do jornal *O Estado de São Paulo*, cujas manchetes e excertos são lidos pelo locutor:

Antes: *Debate decide hoje se haverá segundo turno*

Depois: *Debate frustra petistas;*

O PT avalia que Luiz Inácio Lula da Silva colocou em risco a possibilidade de vencer no primeiro turno com o fraco desempenho que teve no debate da Tevê Globo.

Com vistas a produzir e a corroborar os efeitos de autenticidade da mudança no panorama eleitoral ocorrida no primeiro turno são apresentados ainda outros jornais e gráficos de pesquisas que a confirmam. Após enfatizar que o debate fora decisivo na “virada” do primeiro turno, fazendo com que Lula não saísse vitorioso já nessa primeira fase das eleições e que tenha sido Serra seu adversário no segundo turno, tenta-se arrastar essa possibilidade de transformação da conjuntura eleitoral para o debate que iria se realizar naquela mesma noite do dia 25 de outubro. No estúdio, o apresentador afirma o seguinte: *Quem já fazia festa e dava a eleição como encerrada, teve de parar de comemorar.* E, em seguida, surge na tela a seguinte inscrição, lida pelo locutor da campanha: *Isso significa que se as pesquisas não estavam erradas, o tempo virou e muita coisa mudou entre o último debate e o dia das eleições.*

Logo, a seguir, apresenta-se um simulacro de reportagem sobre o debate daquela noite. Essa “reportagem” está organizada do seguinte modo:

a) surge na tela uma imagem de Lula que é substituída por uma de Serra; em seguida, aparece o logotipo da Globo e o locutor vocaliza a seguinte inscrição que aparece na tela: *Hoje tem o debate do 2º turno na **Globo**;*

b) a apresentadora, desempenhando uma função de “repórter”, surge na tela, cujo pano de fundo à sua direita é um telão totalmente ocupado pelo logotipo da *Globo*, sugerindo que ela está no local onde acontecerá o debate daquela noite: *O debate de hoje, à noite, na Globo será assistido por oitenta milhões de pessoas, em todo o país. É o famoso debate que o Brasil tanto esperava;*

c) o locutor afirma: *Pela primeira vez, no segundo turno, os candidatos vão estar frente a frente, discutindo suas propostas. É na arena da Globo que começa a grande decisão. Uma frase, uma idéia, um lance, como em qualquer grande final, pode decidir tudo.* Observamos aqui uma vez mais a analogia com o esporte: enquanto o locutor fala, aparecem na tela imagens do que aparentam ser os preparativos técnicos de produção do debate, uma movimentação em um estúdio, onde supostamente o debate iria acontecer, e cenas de pessoas nas arquibancadas de um estádio de futebol, cujos rostos e gestos mostram a passagem de sua angústia e expectativa para sua euforia, por terem conseguido a vitória.

Depois dessa apologia ao debate “global”, ocasião essa que era praticamente a última chance de Serra naquelas eleições, o candidato faz um pronunciamento, em um púlpito, situado no centro de um auditório, em que se encontra uma platéia composta de algumas dezenas de pessoas. Reproduzimos, a seguir, algumas passagens dessa intervenção de Serra:

Como ministro da Saúde, eu provei que sei fazer mudanças, porque fiz e porque ajudei a mudar a vida de milhões de pessoas. Fui considerado, por esse trabalho, o melhor ministro da Saúde do mundo, pelo Fórum Mundial. O título foi meu, mas a vitória foi sua. Eu conheço a área social, e eu conheço a economia. Eu sei como fazer as mudanças, que o Brasil precisa, chegarem até o povo. Meus adversários querem mudar tudo, de ponta a ponta. Com todo respeito, não daria certo. Eles poderiam jogar fora a estabilidade e trazer a superinflação de volta. [...] **Claro que gerar emprego, aumentar o salário mínimo e arrumar a questão da segurança não é fácil de resolver como é fácil de falar.** Mas mudar o Brasil não é esse bicho de sete-cabeças que tentam vender a você. O país não está quebrado. Essa alta do dólar é em função das eleições. **No dia seguinte à minha eleição, o real se fortalece, acaba o problema da rolagem da nossa dívida, porque nós renovaremos a credibilidade do Brasil. Eu tenho claramente a visão do que deve ser feito no Brasil. E olhem, eu tenho não somente a visão, como tenho dito como e onde. [...]** **Em todos os lugares do Brasil, você vai encontrar exemplos vivos do nosso trabalho:** gente que vive mais, gente que vive melhor, gente que renasceu graças a ele. **Você que acredita em mim, pelo que você viu, pelo que você viveu, pelo que ouviu,** eu peço que lute por mais um voto. Com o seu voto e mais um, a gente vai dar a grande virada neste país. Com o emprego e o salário mínimo aumentando e o Governo Federal cuidando também da segurança, a gente vai botar esse país pra crescer, com confiança e com orgulho. Mas essa virada começa com você, virando um voto a mais até domingo. Você dá uma virada nesta eleição e eu dou uma grande virada na sua vida.

O candidato inicia seu pronunciamento, afirmando já ter demonstrado sua capacidade de empreender as mudanças necessárias ao desenvolvimento do país. Ao longo de sua

intervenção, Serra voltará a ressaltar seu saber e poder de realização. Por meio do procedimento de edição e montagem, passa-se de um amplo foco da câmera, que mostrava as costas das pessoas que compunham parte do auditório, para um close em Serra. É nesse deslocamento de planos que, ao afirmar inicialmente sua competência, o enunciador instaura o telespectador como seu interlocutor, em detrimento do público presente nas arquibancadas do estúdio. Sublinhando seu saber, seu poder e seu fazer já comprovados e internacionalmente reconhecidos, Serra declara possuir conhecimento necessário para realizar as mudanças a serem feitas, sem, no entanto, desconsiderar as dificuldades implicadas em sua realização e a prudência requerida para seu empreendimento – postura que produz um efeito de responsabilidade e conhecimento de causa, em contraposição aos supostos arroubos imprudentes de seu adversário que, por sua vez, teria anunciado a necessidade de uma transformação geral na administração do país. Ainda no primeiro enunciado da intervenção de Serra, um outro movimento de corte das imagens aparentemente desloca o telespectador da posição de interlocutor privilegiado para a de um destinatário contingente. Depois de uma tomada que focalizava o rosto de algumas pessoas do auditório, divididas em um primeiro e segundo planos, quando a câmera volta a enfocar o candidato, ele pretensamente instaura a platéia do estúdio como seu principal alocutário, de acordo com a direção do seu olhar e a orientação de seu corpo. A troca das posições de interlocutor privilegiado e de destinatário contingente, ocupadas alternadamente pelo público telespectador e pela platéia do auditório, será repetida várias vezes, ao longo desse pronunciamento.

A despeito de suas especificidades, uma vez que já consideramos o emprego desse recurso, no momento em que fazíamos alguns comentários sobre os Programas I e IV, de Lula, optamos por não nos estendermos mais nas considerações dessa estratégia aqui utilizada. Limitar-nos-emos apenas a duas rápidas observações: a) logo na seqüência dos momentos em que a conjunção entre o enunciador e a câmera parece estabelecer a platéia como primeiro interlocutor, focaliza-se, de perto, o rosto das pessoas do auditório, manifestando ares de aprovação e a atenção diligente que elas dispensam ao candidato; e b) no que concerne à instauração do telespectador como o principal alocutário, o ponto alto consiste nas passagens em que há uma interpelação explícita do outro, mediante uma convergência entre o olhar diretivo, os gestos e a referência patente ao interlocutor, valendo-se, para tanto, do pronome pessoal “você”, como, por exemplo, nos seguintes excertos: *Você que acredita em mim, pelo que você viu, pelo que você viveu, pelo que ouviu e Mas essa virada começa com você, virando um voto a mais até domingo. Você dá uma virada nesta eleição e eu dou uma grande virada na sua vida.*

Depois disso, mais uma vez, a oposição “dizer/fazer” é atualizada: *Claro que gerar emprego, aumentar o salário mínimo e arrumar a questão da segurança não é fácil de resolver como é fácil de falar*. A lógica argumentativa pressuposta é a seguinte: se, por um lado, falar é fácil e fazer, difícil, por outro, aquele que não somente falou, mas que já deu provas de que diz e faz, pode ser digno de confiança, visto que procederá do mesmo modo no futuro. Serra conhece a realidade e reconhece as dificuldades no empreendimento de sua transformação, porém, tendo em vista sua experiência e competência já demonstradas, ele reafirma sua capacidade de fazê-lo: *Mas mudar o Brasil não é esse bicho de sete-cabeças que tentam vender a você*. Em função de sua suposta credibilidade, derivada das realizações já empreendidas e do saber exigido para a efetuação de ações futuras, o candidato pede não apenas o voto do sujeito, direta e explicitamente, interpelado, mas também sua mobilização e trabalho na tentativa de conquistar mais um voto, além do seu próprio. A solicitação desse empenho na obtenção de mais um voto é reiterado de várias maneiras na seqüência que se estende praticamente até o final do programa. Observamo-la nas seguintes passagens:

a) uma seqüência que começa com a apresentadora no estúdio, convocando os partidários *da grande onda verde e amarela* a virar um voto. *Porque cada voto virado...*, a suspensão do enunciado é retomada pelo locutor que o complementa: *vai virar emprego: colocando todos os Ministérios para gerar empregos. Vai virar melhor salário mínimo: trezentos reais mais a inflação [...]*. Com a mesma locução verbal e a imagem de pessoas, que seguram cartazes lidos pelo locutor, fala-se ainda em segurança, creches, programas sociais e mudança.

b) a fala do locutor manifesta-se em conjunto com imagens que mostram a “família Nicolau”, políticos, militantes e outros eleitores empenhados na conquista de mais votos para Serra. Em seguida, exibe-se um fragmento do videoclipe da campanha.

c) o apresentador, no estúdio, afirma que as eleições ainda não estão decididas porque *o povo ainda não votou: [...] antes que o povo vote não há vencedor. Só o seu voto é que decide*.

d) exibição de uma alegoria, narrada pelo locutor da campanha, que compara a “virada” no futebol e nas eleições: *De hoje a domingo, o Brasil tem o desafio de virar o jogo ou virar um país sem rumo. Mas pra dar essa virada, é preciso que cada pessoa que já vota em Serra consiga mais um voto*.

e) reprodução da música e das imagens que haviam aberto o programa: *O vento virou a maré* [...].

O encerramento do programa se dá com um momentâneo abaixamento do volume da música e a interrupção das imagens, para que, em tom leve e simpático, Serra possa agradecer ao público e dele se despedir, lembrando seu reencontro no dia das eleições: *Boa noite, muito obrigado e até domingo*. Em seguida, o programa chega efetivamente ao seu fim, com o retorno da música e das imagens.

Ao passarmos rapidamente em revista os programas de Serra, identificamos alguns dos recursos e das estratégias utilizadas com o propósito de produzir a verdade da enunciação e a franqueza do enunciado. Em meio ao conjunto desses recursos e estratégias, verificamos o uso, assim como nos programas de Lula, de vários gêneros discursivos acerca dos quais circulam representações positivas sobre sua autenticidade e sobre as verdades que por seu intermédio se veiculam. Desse modo, o documentário biográfico, os depoimentos de vários tipos, as pesquisas, os jornais e o simulacro de reportagens e de telejornal, entre outros, contribuem significativamente para a autenticidade do dizer e para a veridicção do que é dito. A considerável diversidade dos gêneros do discurso no HGPE não corresponde, contudo, à ausência de pronunciamentos de Serra. Eles não apenas estão presentes, mas também são, em alguns casos, mais longos do que os de Lula. Algumas dessas intervenções, de modo análogo às aquelas de seu adversário, ora são entrecortadas por apartes do locutor, dos apresentadores do programa ou de terceiros, por videoclipes, reportagens etc., ora são dotadas de marcas lingüísticas, vocais e corporais de conversação. Também de maneira semelhante ao que ocorre nos programas de Lula, busca-se freqüentemente a homologia semiótica na produção dos textos – tanto no que respeita ao diálogo entre a linguagem verbal, a imagética e a gestual quanto no que se refere à convergência entre o conteúdo e a expressão – e explora-se o caráter bicanal do *medium* pelo qual se transmite o discurso político-eleitoral de Serra, incidindo, ao mesmo tempo, sobre o olhar e a escuta do telespectador. Reunidos, esses expedientes concorrem para a produção dos efeitos de verdade da propaganda eleitoral.

A fala pública dos políticos na televisão formula-se, portanto, em textos sincréticos e explora as possibilidades oferecidas por um meio que toca visão e a escuta do público ao qual ela é dirigida. Contudo, essa não é uma exclusividade sua: desde tempos antiquíssimos, os oradores valem-se, em consonância com os expedientes lingüísticos, do seu corpo e da sua voz, dos sítios de fala, dos instrumentos técnicos e dos rituais que acompanham as práticas de fala pública. Considerando, porém, os fatores históricos, sócio-econômicos, culturais e

tecnológicos, o discurso político eleitoral televisivo emprega, a seu modo, conforme pudemos observar, esses recursos semióticos, corporais e midiáticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela voz de Prometeu, Ésquilo falou-nos sobre a aflição da fala e do silêncio. Essa aflição, tão própria dos começos, persegue-nos até o final, mesmo que o consideremos provisório. Do *Livro do Pregador*, porém, sucede alguma temperança e algum alívio: *Ominia tempus habent et suis spatiis transeunt universa sub caelo [...] Tempus scindendi et tempus consuendi tempus tacendi et tempus loquendi* (III, 1-7). Depois de tanto dizer, já é, pois, hora de calar. Mas, antes de voltarmos ao silêncio, gostaríamos ainda de retomar algo do que já dissemos sobre o discurso político brasileiro contemporâneo.

A despeito das repetidas modalizações, talvez nosso texto tenha ainda apresentado mais convicções do que as que realmente temos. Entretanto, a admissão de nossas dúvidas não corresponde ao pensamento de que nada fora conquistado. Em que pesem seu caráter interino e sua natureza questionável, acreditamos ter chegado a algumas conclusões. Fundamentados no pressuposto de que o discurso político eleitoral transmitido pela tevê é um tipo de fala pública, mostramos que as práticas do falar em público apresentam, ao mesmo tempo, algumas invariantes e muitas transformações, ao longo da história. Se nisso consiste algum mérito, ele não reside em seu próprio resultado, mas na possibilidade de oferecer alguns *flashes* das diferentes formas de se tomar a palavra e, eventualmente, de permanecer em silêncio, em diversas épocas da história ocidental e em dois períodos da história brasileira. Vimos que falar em público pressupõe o uso do verbo, mas também do corpo e da voz, bem como a presença de instrumentos técnicos e de rituais que constituem essa prática simbólica. Mas isso não se dá sempre da mesma maneira. A fala pública transforma-se ao sabor dos tempos e das culturas, alterando os modos como o orador se dirige a seu público e as maneiras como esse público escuta e reage aos pronunciamentos que lhe são endereçados.

Além de vislumbrarmos o estabelecimento de diferentes tipos de relação entre os que falam e os que ouvem, nossos instantâneos sobre distintas fases da fala pública possibilitaram que enxergássemos repercussões da história em características que freqüentemente são concebidas como exclusividades do discurso político contemporâneo. Tomemos, por exemplo, o caso das formas breves desse discurso. Muitos trabalhos, desenvolvidos no interior da Análise do discurso ou alhures, afirmam que o fato de o atual discurso político manifestar-se sob a forma de *slogans*, de falas curtas e fragmentadas ou de trocas conversacionais deriva de sua inscrição na lógica capitalista e televisiva. Embora essas afirmações não estejam completamente incorretas, elas não deixam de ser relativamente

reduzidas, na medida em que desconsideraram o entrecruzamento de diferentes temporalidades da história na constituição das atuais tendências da fala pública: o longo processo de ascensão burguesa, no interior do qual se deu a emergência do “paradigma da expressão”, a partir do século XVI; a consolidação dos valores igualitários, entre os séculos XVIII e XIX, e o conseqüente advento do “idioma democrático”; e o declínio de regimes autoritários e advento de movimentos sociais e culturais do século XX instituíram, em conjunto e envolvendo ainda diferentes fatores, a derrocada da grandiloqüência no discurso político.

Movidos por uma certa inquietação derivada de freqüentes alusões a esse discurso, dentro e fora dos domínios da AD, nas quais, por vezes, não há sequer um comentário que tente precisar de que objeto se trata, empreendemos um levantamento de algumas características do discurso político. Considerando que a busca pela legitimidade é um fator essencial da política, o discurso político contribui para a legitimação do próprio campo em que se inscreve, à medida que, de modo explícito ou implícito, apresenta as seguintes propriedades: o agente político possui uma visão clara e ordenada da realidade social; ele pressupõe sua credibilidade e fundamenta seu dizer e seu fazer na vontade de uma coletividade que lhe reconhece a competência e lhe outorga a legitimidade; a classe política reivindica uma certa exclusividade na administração da sociedade; e produz identidades coletivas que transcendem os interesses individuais. Logo, o avesso do discurso político poderia ser sintetizado nos seguintes enunciados: “eu não sei nada”, “não tenho nenhum direito de governar”, “não posso fazer nada por vocês” e “vocês são apenas a soma de individualidades isoladas e não uma coletividade” (cf. LE BART, 1998).

Em um exercício assumidamente especulativo, refletimos sobre o discurso político, testando alguns critérios na tentativa de esboçar uma sua caracterização, de sublinhar sua condição de fala pública e de apresentar algumas especificidades do objeto sobre o qual nos debruçamos. Depois de havermos experimentado alguns critérios, constatamos tanto a inviabilidade de se encetar uma conceituação do discurso político com base em parâmetros estritamente formais quanto a produtividade de se congregarem vários princípios na discriminação de alguns traços que caracterizam o discurso político. De modo análogo ao fato de que é a partir do conjunto de características e não de uma única propriedade que se define, ainda que provisoriamente, o discurso político, concluimos que também a busca por suas características deve adotar, pelo menos, um pequeno conjunto de critérios e não se basear em um único e exclusivo. Separadamente, a procedência desse discurso, os rituais que o cercam, os temas que ele freqüenta e os gêneros discursivos em que ele amiúde se manifesta pareceram ser fatores insuficientes para uma caracterização. Contudo, acreditamos que a

reunião desses parâmetros tenha-nos proporcionado o delineamento de um quadro conceitual satisfatório, tendo em vista a especificidade de nossos propósitos.

O discurso político é um tipo de fala pública. E isso não apenas porque os pronunciamentos dos políticos sejam, em princípio, um de seus gêneros discursivos privilegiados, mas pelo fato de que, embora possa apresentar-se sob formas que se assemelham a conversas privadas e individuais, o discurso político tende a instaurar enunciadores e enunciatários supra-individuais e a abordar temas de interesse coletivo, formulando-se em textos cujos códigos são convencionais e circulando no âmbito público das sociedades. Após termos arrolado alguns traços do discurso político, em geral, procuramos tratar de certas particularidades do discurso político-eleitoral televisivo contemporâneo. Diferentemente de uma aporia filosófica banal, em que não seria possível sustentar a existência das dimensões necessária e contingente nem imputar aos constituintes a condição de substância e de atributo, optamos por colocar, de um lado, o caráter “essencial” da esfera discursiva e, de outro, o aspecto “acidental” dos termos que a acompanham. Neste caso, a função desempenhada pelos “acompanhantes” é fundamental, tendo em vista que as modificações que eles promovem incidem diretamente sobre a “essência” com a qual se articulam: não tratamos de qualquer discurso, mas do discurso político; não tratamos de qualquer discurso político, mas daquele que se produz e circula em condições eleitorais, que se transmite pela televisão e que nos é contemporâneo. Cada um desses atributos deixa indelevelmente suas marcas nas formas do discurso sobre o qual refletimos.

Em razão de sua própria historicidade, essas formas do discurso político de nossos dias já não são exatamente as mesmas de outrora. Suas sensíveis transformações exigem uma renovação da teoria e do método que tentam compreendê-lo. Com o intuito de averiguar se essa exigência epistemológica havia sido ou não atendida, realizamos um levantamento de alguns trabalhos que se detiveram sobre o discurso político, subsidiados pelos preceitos da Análise do discurso. Por meio desse breve recenseamento bibliográfico, constatamos a presença de consideráveis avanços no tratamento do discurso político, mas também verificamos certas limitações em algumas análises e vislumbramos a possibilidade de se empreender novos desenvolvimentos, seguindo as intuições do próprio Pêcheux e as propostas de Courtine. Essas últimas podem ser sintetizadas na proposição de um enfoque ao qual se denominou Semiologia histórica. Nela buscamos e acreditamos ter encontrado alguns subsídios para tentar propor uma espécie de restituição da dimensão histórica do discurso e um certo aprimoramento na concepção de história, bem como para reafirmar uma noção de

texto menos problemática do que a apresentada por muitos trabalhos realizados no interior da AD.

Além disso, postulamos a existência de uma certa consonância entre o apagamento de porções da memória do discurso político, o hibridismo e brevidade de suas configurações semióticas, os modos e meios de sua circulação e as formas de sua recepção. As novas formas do discurso político apresentam uma memória de curta duração, manifestam-se em formulações sincréticas concisas, dialógicas, conversacionais e desierarquizantes, e utilizam modalidades enunciativas personalizadas e ritmos dinâmicos na sua transmissão. Essa conjunção de fatores é condicionada pelo “estado líquido” das discursividades políticas contemporâneas, cujo funcionamento se fundamenta na rapidez, na volatilidade, na fragmentação e no esquecimento, tão bem acomodados aos ritmos dinâmicos e aos movimentos velozes do mercado e do consumo. Com base no que pressupomos ser o alcance da ordem da liquidez, afirmamos seu controle sobre o modo cada vez mais apressado como vivenciamos o espaço público e sobre o modo como são produzidos e interpretados os discursos que nos cercam.

Já ao final de nosso trabalho, antes que realizássemos um exercício de análise sobre o HGPE da campanha presidencial de 2002, focalizando a produção dos efeitos de verdade, com vistas a avaliar a produtividade e o alcance das contribuições buscadas na Semiologia histórica e nas disciplinas com as quais ela dialoga, arrolamos algumas diferenças entre as práticas de fala pública no palanque, no rádio e na televisão. Uma vez mais, reiteramos nossa perspectiva acerca das relações entre práticas, representações e tecnologias, inscrevendo essas três formas de se falar em público em seus contextos históricos e sociais específicos. Refletindo sobre o papel desempenhado pelas tecnologias de linguagem nas transformações do discurso político contemporâneo, em conjunção com fatores históricos, sociais e culturais que condicionam sua emergência e utilização, constatamos que elas não somente aceleram as práticas desse discurso, mas também aumentam o ritmo de suas próprias metamorfoses. As lentas modificações da fala pública ocorridas na Antigüidade e as longas continuidades de sua prática na Idade Média contrastam com as velozes alterações nos modos de se falar em público que se estabeleceram nos limites de um único século, quando o discurso político deixou de se manifestar predominantemente sobre o palanque, passando ao rádio e, finalmente, à televisão.

Considerando que, a essa altura, nossa finalidade primeira era a de destacar algumas diferenças existentes entre esses modos de se falar em público, ao traçarmos as distinções entre as formas de fala pública no palanque, no rádio e na tevê, fizemo-lo de uma maneira um

tanto esquemática. No palanque, o orador e os ouvintes encontravam-se em uma mesma situação comunicativa, compartilhavam o mesmo tempo e o mesmo espaço, e interagem por um canal audiovisual, valendo-se das linguagens verbal e corporal. A audiência era freqüentemente composta por uma grande massa de pessoas, cuja presença podia ser considerada como o engajamento com a *res publica*. Já o compromisso político a ser demonstrado pelo homem público e a distância que o separava de sua audiência exigiam, além do emprego de determinados recursos lingüísticos, energia e amplitude na manifestação de seus gestos e potência vocal na elocução de seus dizeres. A execução dos pronunciamentos acalorados consistia em uma prática reservada ao gênero masculino e assemelhava-se a uma guerra, à medida que era preciso derrotar o inimigo ideológico e arrebatá-lo à multidão à qual esses discursos eram endereçados. Os palanques caracterizavam-se pelo ritmo relativamente lento e pela argumentação aparentemente profunda.

Quando se trata de falar no rádio, os interlocutores podem ou não estar situados em um mesmo tempo, mas não compartilham o mesmo espaço. O canal é sonoro e a linguagem, verbal. O orador só tem a língua e a voz como recursos. A passagem do palanque para o rádio implica ainda um grande aumento no público de ouvintes, que, então, diferentemente de outrora, recebe a fala pública não mais no espaço público, junto à massa, mas no conforto de seus lares, isoladamente. E embora a guerra tenha passado à condição de luta e a temperatura transitado do quente para o tépido, a prática de falar em público no rádio, na condição de profissional do campo político, ainda não era uma atividade que pudesse ser realizada por mulheres. O estilo grandiloqüente, performático e monológico, então predominante nos palanques, cede cada vez mais espaço no rádio para as maneiras conversacionais, tendencialmente mais simples e diretas. Apesar de sua linguagem mais democrática, a reversibilidade interlocutiva tornou-se praticamente impossível na comunicação pelo rádio.

No que concerne à televisão, sublinhamos que ela mantém inalteradas algumas propriedades do rádio, intensifica outras e promove ainda uma série de modificações na fala pública. De modo análogo ao rádio, a televisão possui um imenso público espectador constituído por indivíduos isolados no espaço privado de suas residências e produz uma fala que pode ou não coincidir cronologicamente com sua recepção e que espacialmente separa falante e ouvintes. De fato, desde algumas décadas, o público da tevê é notavelmente maior do que o do rádio e sua temperatura, mais fria. Seu canal audiovisual representa uma espécie de reabilitação do corpo, que, em conjunção com o verbo e as imagens, formulam textos sincréticos. Sabemos, porém, que não se trata efetivamente do corpo nem exatamente da voz, mas da projeção luminosa de uma silhueta e de um rosto na tela e da reprodução sonora em

circuitos eletrônicos da caixa amplificadora. E ao compararmos a fala nos palanques à televisiva, pudemos observar uma tendência à passagem da guerra para a competição esportiva atravessada pelo *fair play* e à transição de um estilo enérgico e viril, expresso pelas formas lingüísticas, pelo corpo e pela voz, a um modo mais íntimo e brando de se falar em público.

Nesse sentido, os debates e pronunciamentos enfáticos transformaram-se em simulacros de diálogos privados, em tom ameno e, por vezes, até íntimos, conforme alguns estereótipos que circulam sobre as conversas femininas. Ao passar por um longo e lento processo, as práticas de fala pública e do discurso político, em seu interior, *grosso modo* deixaram de ser, predominantemente, quentes, “masculinas” e agonísticas, para se tornarem, preponderantemente, frias, “femininas” e pacíficas, em função de fatores históricos, sociais e tecnológicos. Mais do que uma degeneração da retórica, representada pela derrocada dos estilos empolados e peremptórios, mais do que uma censura ao hermetismo das “línguas de madeira” da política, em benefício da eloqüência democrática, a crítica aparentemente mais freqüente incide sobre a simulação e a dissimulação do discurso político. Diferentemente de outros tempos, quando se podia ouvir reiteradamente “Ele não sabe falar direito” ou “Eu não entendo nada do que ele fala”, em nossos dias, tornou-se muito mais comum, escutarmos um enunciado como o seguinte: “É tudo mentira o que eles dizem”. Não poderíamos deixar de vislumbrar uma estreita relação entre a busca constante da política pela legitimidade e pelo poder e as incessantes tentativas do discurso político de produzir efeitos de verdade sobre si.

Por essa razão, buscamos depreender e comentar alguns dos expedientes utilizados pelos HGPE, referentes às eleições presidenciais de 2002, com vistas a produzir esses efeitos de verdade. Enquanto examinávamos os HGPE de Lula e de Serra, procuramos explorar os aportes da Semiologia histórica e, eventualmente, das disciplinas com as quais ela tem afinidades, articulando-os à perspectiva discursiva sobre a qual nos fundamentamos, e buscamos avaliar sua pertinência e produtividade teórica e analítica, em face das novas formas do discurso político contemporâneo.

Embora haja algumas diferenças entre os programas dos dois candidatos, seus conteúdos e expressões apresentam muitas semelhanças entre si, em função de características da discursividade política, da conjuntura econômica e social, dos valores democráticos e da adaptação aos modos de difusão próprios da televisão e às formas de circulação do discurso que eles produzem. Ao analisarmos os dois conjuntos de programas, observamos em ambos a utilização de uma série de recursos, cujo propósito fundamental parecia consistir em produzir a autenticidade do dizer e a sinceridade do que era dito, evidentemente, no intuito de fazer-

crer e, por conseguinte, de fazer-fazer, ou seja, fazer-votar. Entre as estratégias empregadas para esse fim, identificamos o emprego de uma considerável diversidade de gêneros discursivos que gozam de um estatuto privilegiado na sociedade, proveniente de representações, segundo as quais sua expressão é autêntica e seus conteúdos verdadeiros. Desse modo, a veiculação de documentários, “reportagens”, depoimentos, entrevistas, *making off*, fragmentos de jornais e revistas e de telejornais, em conjunto com outros expedientes, contribui significativamente para a produção de efeitos de verdade sobre o dizer e sobre o que é dito.

Diante desse amplo conjunto de gêneros por meio dos quais o discurso político eleitoral contemporâneo se formula, verificamos que ele não se restringe a pronunciamentos do candidato. Porém, essa não é uma especificidade do discurso político de nossos dias. Antes do rádio e da televisão, ao lado dos pronunciamentos dos políticos, já existiam programas de governo, panfletos, debates, manifestos, cartas abertas etc. Nesse sentido, o que parece caracterizar o atual discurso político eleitoral transmitido pela tevê é o fato de que as falas dos candidatos são freqüentemente entrecortadas por intervenções de locutores, de apresentadores, de pessoas presentes em um auditório ou de convidados, por “reportagens”, documentários ou videoclipes. As novas sensibilidades e valores democráticos, a lógica do mercado e a tentativa de minimizar a ruptura entre os fluxos e formas da programação televisiva, de um lado, e os ritmos e configurações dos HGPE, de outro, praticamente elidem a possibilidade dos longos monólogos. Tanto as falas de Lula quanto as de Serra ora são “dialógicas”, porque manifestamente interrompidas, ora são “monológicas”, mas repletas de índices lingüísticos, vocais e corporais de conversação.

Constatamos também, indistintamente nos programas de Lula e de Serra, uma preocupação em estabelecer freqüentemente uma homologia semiótica nas suas textualizações, tanto no que respeita à consonância entre as linguagens verbal, imagética e gestual, quanto no que se refere à convergência entre o conteúdo e a expressão. Além disso, os programas exploram constantemente as possibilidades oferecidas pelo *medium* audiovisual por intermédio do qual se transmitem os discursos, promovendo, sempre que possível, uma fina sintonia entre o que será captado pelo olhar e o que será percebido pela escuta. A conjunção desses expedientes concorre para a produção dos efeitos de verdade da enunciação e de sinceridade dos enunciados. Conforme já ocorria, desde tempos imemoriais, quando os antigos oradores valiam-se de expedientes semelhantes, a fala pública dos políticos na tevê formula-se em textos sincréticos e utiliza os recursos oferecidos por um canal que incide sobre os olhos e ouvidos de seus ouvintes. Porém, tendo em vista os condicionamentos

históricos, sociais, culturais e tecnológicos que recaem sobre ele, o discurso político eleitoral televisivo explora, a seu modo, esses recursos semióticos, corporais e midiáticos.

Se as formas do discurso político contemporâneo já não são as mesmas de outrora, suas estratégias de sedução também já passaram por várias transformações. Em seu tempo, Aristóteles aconselhava e denunciava o estilo das assembléias e os estratagemas da ação retórica que nelas se deveria observar. Quanto maior fosse o público, mais ampla e forte se sugeria que fosse a *performance* oratória. Em detrimento da agudeza do raciocínio lógico e do rigor dos pormenores, que deveriam ficar reservados à escrita e aos tribunais, a sedução nas assembléias seria mais eficiente quanto maior fosse a carga dramática simulada pelo orador, a extensão de seus gestos e a potência de sua voz. Os detalhes, tal como na *skiagraphia*, em função da distância do olhar, não surtiriam os mesmos efeitos que o largo desempenho interpretativo do ator político. Já em nossos dias, para tentar seduzir os telespectadores, o discurso político eleitoral emprega outros mecanismos, em outro meio. A sedução alia-se ainda, como antes, à emoção e tende a ser contraposta à razão, mas, se antes o que seduzia era a amplitude, em prejuízo do pormenor, hoje, o que seduz é a fluidez e a velocidade. A relativa lentidão do delineamento do gesto largo e da emissão das curvas melódicas e dos altos volumes da voz contrasta com a rapidez e a fragmentação dos pronunciamentos nos HGPE e com a celeridade de seus videoclipes.

Em tempos de recrudescimento do individualismo, de “tirantias da intimidade” e de tênues fronteiras entre as esferas pública e privada, a personalidade também seduz e legitima. Por essa razão, para adquirir alguma legitimidade, tornou-se necessário que os candidatos apresentem não apenas sua credibilidade ao eleitorado, fundamentada por sua competência profissional devidamente atestada, mas também explicitem os traços positivos de sua personalidade individual e de seu carisma pessoal. A psicologização da fala pública e a personalização da política tornaram-se características do discurso político. As marcas desses fenômenos podem ser observadas praticamente ao longo dos dez programas do HGPE que examinamos, mas, por vezes, apresentam-se de modo ainda mais explícito, como, por exemplo, nos seguintes depoimentos:

Eu acho que só tendo esse contato mesmo direto com ele, eu pude sentir a seriedade dele tanto como pessoa como candidato à Presidência. (Programa Lula IV)

É impressionante, é é a sensibilidade que ele tem pra tratar, pra cuidar das pessoas, pra dar um apoio, entendeu? (Programa Lula V)

O Serra é um candidato correto pra agr[...] por ser um economista, entender da atividade e ser uma pessoa honesta. (Programa Serra)

Esse é o lado pessoal do Serra que eu gostaria que as pessoas conhecessem; a sensibilidade que ele tem por cada região do país e pelo problema das pessoas, por aquilo que elas passam. (Programa Serra)

Vimos que a televisão elide a presença do outro, falante ou ouvinte, e instaura uma grande distância entre os pólos da produção e da interpretação do discurso político, inviabilizando a reversibilidade dialógica. Para tentar compensar esses prejuízos, a tevê dispõe de recursos para produzir a proximidade e a nitidez do olhar e a contigüidade e a limpidez da escuta. Além disso, os avanços técnicos presentes na televisão intensificaram as exigências de controle de si, impostas paulatinamente por processos históricos de diferentes temporalidades. O videoteipe possibilitou um olhar sobre si e uma escuta de si e, por extensão, impôs um tipo particular e mais intenso de controle e auto-correção. O controle do verbo, do corpo e da voz na tevê e os efeitos de proximidade e de real que ela promove lutam contra o estigma de mentiroso do discurso político. Mas, talvez mais fundamentalmente, esse embate envolva um princípio muito antigo e muito bem consolidado. Desde antiqüíssimos tempos, existe uma inclinação do pensamento ocidental a conceber a verdadeira essência das coisas como o avesso da manifestação e a simuladora aparência como aquilo que se mostra e que deturpa o essencial. Assim, o que sai do interior do corpo, onde habitam a substância e a verdade, pela voz ou pela sua superfície dérmica será sempre impuro, porque mediado pela matéria do som e da carne. Por isso, entre as verdadeiras intenções dos políticos e o seu discurso que nos chega aos olhos e aos ouvidos, há a voz, a pele, as roupas, a tevê e o marketing, além de tantas outras fontes de desconfiança.

Aqui, após termos retomado algumas de nossas reflexões sobre o discurso político brasileiro contemporâneo, ouvimos, uma vez mais, a voz do *Livro do Eclesiastes: tempus tacendi*. Já não há mais tempo nem fôlego para que tentemos neste momento consertar os erros. Mas a correção dos erros cabe à arte, que é uma errata da vida; não somente à arte dos grandes, mas à arte nossa de todo dia, que consiste em sempre ensaiar novos começos.

Em que pese o cansaço de nosso percurso, já vislumbramos um novo começo. Em várias passagens do trabalho que ora concluímos, tocamos em pontos nos quais a voz e a política se relacionam intimamente. Com efeito, a relação entre ambas parece-nos fundamental. As modulações da voz podem ser concebidas como índices das relações sociais de uma época. Se nosso objetivo, que extrapola os limites deste estudo, resume-se a tentar

compreender as recentes metamorfoses das discursividades políticas, as questões em torno dos usos da voz no campo político tornam-se incontornáveis. A despeito dos inúmeros e imensos avanços, por razões epistemológicas e institucionais, as ciências da linguagem ainda não exploraram como poderiam esse complexo e instigante domínio. Como poderíamos ignorar a questão, ao mesmo tempo, política e lingüística, da busca pelo adequado volume de voz, visto que, se demasiadamente alto, poderá ferir os princípios democráticos e que, se excessivamente baixo, poderá expressar falta de compromisso com o público e com os problemas da coletividade? A voz do político profissional parece ser, simultaneamente, o fragmento sonoro de uma subjetividade e o coro institucional de vozes que o sustenta.

Mas, poderíamos nos perguntar se o dono da voz é o autor do discurso que ele profere? O discurso político desafia a lógica da procedência, à medida que a voz que o atualiza não se confunde necessariamente com a “fonte” de sua formulação. De modo análogo ao exercício do ventríloquo, em que a projeção da voz tende a fazer oscilar nosso olhar da boca do boneco para os lábios de seu manipulador, a fim de tentarmos apreender um índice qualquer que revele o ardil da simulação, o marketing e a assessoria política atraem nossa atenção e fomentam o descrédito que nutrimos em relação ao dizer do político e ao que é dito por ele. A questão da autoria é atravessada ainda pela divisão entre as duas modalidades lingüísticas, a escrita e a oralidade. À voz do político, em conjunto com algumas marcas lingüísticas conversacionais e de oralidade, caberá dar aos pronunciamentos escritos pelos *ghostwriters* um aspecto subjetivo, com o propósito de simular autenticidade, espontaneidade e franqueza.

A política não se encerra na fala, mas começa por ela. E se o discurso não é suficiente para o empreendimento da política, consiste em uma condição que lhe é necessária e em uma dimensão que lhe é constitutiva. Em todas as sociedades, o exercício do poder passa pela fala e a fala, pela voz. Não há política sem palavras, como também, conforme nos ensinou o poeta, não pode haver palavras sem as bocas que as pronunciem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, J.-M. *La linguistique textuelle: Introduction à l'analyse textuelle des discours*. Paris: Armand Colin, 2005.
- ADORNO, T. W.; HORKEIMER, M. [1944]. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALTHUSSER, L. [1970]. *Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ARISTÓTELES. [384 a.C. - 322 a.C.]. *Arte retórica e Arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, sd.
- BACHELARD, G. [1932]. *L'intuition de l'instant*. Paris: Stock, 1992.
- BACHELARD, G. [1971]. *Epistemologia*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BAKHTIN, M. [1953]. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARBOSA, Rui. [1919]. A questão social e política no Brasil. In: *Pensamento e ação de Rui Barbosa*. Fundação Casa de Rui Barbosa (Org.). Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 1999.
- BARTHES, R. [1972]. O grão da voz. In: *O óbvio e o obtuso*. Lisboa, Edições 70, 1984. p. 217-224.
- BARTHES, R. [1980]. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BARTHES, R. [1964] *Elementos de semiologia*. 13 ed. São Paulo: 2000.
- BARTHES, R. [1957]. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Difel, 2003.
- BAUMAN, Z. [2000]. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BEAULIEU, M. A. Pregação. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J-C. (Org.). [1999]. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Vols. I e II. Bauru: Edusc; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. p. 367-377.
- BENJAMIN, W. [1935-6]. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas*. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 165-196.
- BENVENISTE, E. [1966]. *Problemas de lingüística geral I*. 4ª ed. Campinas/SP: Pontes, 1995.
- BONNAFOUS, S. Processus discursifs et structures lexicales: le congrès de Metz (1979) du Parti Socialiste. *Langages*, n. 71, Paris, 1983.
- BONNAFOUS, S. [1997]. L'analyse du discours politique. In: MARI, H. et al. (Org.). *Fundamentos e dimensões da Análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges Editora, 1999. p. 317-326.

- BONNAFOUS, S. et al. (Org.). *Argumentation et discours politique*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2003.
- BORGES, J. L. Funes el memorioso. In: *Prosa Completa*, vol. 1. Barcelona: Ed. Bruguera, 1979. p. 477-484.
- BORGES, J. L. *História Universal da Infâmia*. São Paulo: Editora Globo, 2001.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- BOURDIEU, P. [1996]. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOURDIEU, P. [1989]. *O poder simbólico*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDON, J. *Haute fidélité: pouvoir et télévision (1935-1994)*. Paris: Seuil, 1994.
- BRANDÃO, H. N. Catequese e colonização no discurso jesuítico. In: BARROS, D. L. P. (Org.). *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000. p. 103-117.
- BRAUDEL, F. [1958]. *História e Ciências Sociais*. 6ª ed. Lisboa: Editora Presença, 1990.
- BRIGGS, A.; BURKE, P. [2002]. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BURKE, P. [1990]. *A Escola dos Annales (1929-1989). A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- BURKE, P. [1992]. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- CAMINHA, P. V. [1500]. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Edição preparada por Leonardo Arroyo. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL-MEC, 1976.
- CAPELATO, M. H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1999. p. 167-179.
- CARDIM, F. [1593]. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/MEC, 1978.
- CASTRO GOMES, A. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o privado e o público. In: NOVAIS, F. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. IV. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 490-558.
- CAZARIN, E. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2005.
- CHARAUDEAU, P. *Le discours politique: les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert, 2005.
- CHARTIER, R. [1982-1986]. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

- CHARTIER, R. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- CHARTIER, R. [1987]. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CHAUÍ, M. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. Vol. 1. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- CHISS, J.-L.; PUECH, C. *Le langage et ses disciplines (XIXe-XXe siècles)*. Bruxelles: Ducolot, 1999.
- CÍCERO [55 a.C.]. *De l'orateur*. Livres I, II et III. Paris: Les Belles Lettres, 2002.
- CMIEL, K. *Democratic eloquence. The Fight over Popular Speech in Nineteenth-Century America*. New York: Willian Morrow, 1990.
- COCTEAU, J. [1930]. *La voix humaine*. Paris: Éditions Stock, 2002.
- CÓDIGO ELEITORAL. 9ª ed. São Paulo: Rideel, 2003.
- CORTINA, A.; MARCHEZAN, R. C. Teoria Semiótica: a questão do sentido. In: BENTES, A. C.; MUSSALIN, F. (Org.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 393-438.
- COSERIU, E. [1952-1953]. *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1979.
- COULOMB-GULLY, M. *La démocratie mise en scènes: télévision et élections*, Paris: CNRS Éditions, 2001.
- COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, Paris, n° 62, 1981.
- COURTINE, J.-J.; HAROCHE, C. [1985]. O homem desfigurado – Semiologia e antropologia política de expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX. *Revista brasileira de história*. São Paulo: Marco Zero, vol. 7, n° 13, p. 7-32, 1986.
- COURTINE, J.-J.; HAROCHE, C. *Histoire du visage: Exprimer et taire ses émotions (XVIe – début XIXe siècle)*, Paris: Payot et Rivages, 1988.
- COURTINE, J.-J. *Corps et Discours: Eléments d'histoire des pratiques langagières et expressives*. Paris: Université de Paris X-Nanterre, 1989. (Présentation de Thèse d'Etat sur Travaux). (cópia xerocada)
- COURTINE, J.-J. Le corps et ses langages: quelques perspectives de travail historique. *Horizons philosophiques*, vol. I, n° 2, p. 1-11, 1991.
- COURTINE, J.-J. [1991]. O discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965-1985). *Cadernos de Tradução*. Porto Alegre, n° 6, p. 5-18, 1999.

- COURTINE, J.-J. [1990]. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M. R. V. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34.
- COURTINE, J.-J. Le miroir de l'âme. In: VIGARELLO. G. (dir.). *Histoire du corps dans l'Occident moderne. De la Renaissance aux Lumières*. Vol. I. Paris: Seuil, 2005a. p. 303-310.
- COURTINE, J.-J. A estranha memória da Análise do discurso. INDURSKY, F. e FERREIRA, M. C. L. (Org.). *Michel Pêcheux: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005b. p. 25-32.
- COURTINE, J.-J. [1982/1987/1989/1992/1994]. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. Organização de Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006a.
- COURTINE, J.-J. *Discours solides, discours liquides: la mutation des discursivités contemporaines*. (conferência realizada no I Colóquio Internacional de Análise do Discurso - I CIAD), UFSCar, São Carlos, novembro de 2006b.
- COURTINE, J.-J. *Saussure chez les spirites. À la recherche de l'inconscient linguistique*. sd., p. 1-16. (cópia xerocada)
- CURCINO, L. Das técnicas publicitárias de identificação: personalização, individualização, singularização. *Revista da ANPOLL*, nº 18, p. 143-158, 2005.
- CURCINO, L. *Práticas de leitura contemporâneas. Representações discursivas do leitor inscritas na revista Veja*. (Tese de Doutorado). UNESP/FCL, Araraquara, 2006.
- DELEUZE, G. *Foucault*. Paris: Éditions de Minuit, 1986.
- DEMÓSTENES [384 a.C.-322 a.C.]. *Harangues*. Tomo II. Paris: Les Belles Lettres, 1946.
- DEMÓSTENES [384 a.C.-322 a.C.]. *A oração da coroa*. Tradução e Introdução de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1965.
- DEMÓSTENES [384 a.C.-322 a.C.]. *Harangues*. Tomo I. Paris: Les Belles Lettres, 1968.
- DETIENNE, M. *Les maîtres de la vérité dans la Grèce Archaique*. Paris: Maspero, 1981.
- DOSSE, F. [1991]. *História do Estruturalismo. vol. I: o campo do signo, de 1945 a 1966*. São Paulo: Ensaio; Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1993.
- DOSSE, F. [1992]. *História do Estruturalismo. vol. II: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- DOSSE, F. *L'empire du sens: l'humanisation des sciences humaines*. Paris: La Découverte, 1997.
- DUBOIS, J. Lexicologie et analyse d'énoncés. *Cahiers de lexicologie*. nº 15, Paris: Didier/Larousse, 1969.
- ELIAS, N. [1939]. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

- ÉSQUILO [525-456 a. C.]. Prométhée enchaîné. In: *Les tragiques grecs: Eschyle, Sophocle, Euripide (Théâtre complet)*. Paris: Éditions de Fallois, 1999. p. 317-364.
- EUCLYDES DA CUNHA. [1901]. *Os sertões – Campanha de Canudos*. 39ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; Publifolha, 2000. (Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- EURÍPIDES [480-406 a.C.]. Les Suppliantes. In: *Les tragiques grecs: Eschyle, Sophocle, Euripide (Théâtre complet)*. Paris: Éditions de Fallois, 1999. p. 1057-1104.
- FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. [1983]. *Linguística textual: Introdução*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- FIORIN, J. L. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- FOUCAULT, M. [1975]. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. [1969]. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.
- FOUCAULT, M. [1969]. *Arqueologia do Saber*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- FOUCAULT, M. [1966]. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. [1970]. *A ordem do discurso*. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000a.
- FOUCAULT, M. [1969]. Linguística e ciências sociais. In: *Michel Foucault. Ditos e escritos*. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b. p. 160-181.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. *La langue introuvable*. Paris: Maspero, 1981.
- GINZBURG, C. [1986]. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GREGOLIN, M. R. V. (Org.). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- GREGOLIN, M. R. V. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- GUILHAUMOU, J. *La langue politique et la Révolution française. De l'événement à la raison linguistique*. Paris: Méridiens/Klincksieck, 1989.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. *Discours et archive: expérimentations en analyse du discours*. Liège: Pierre Mardaga, 1994.
- GUILHAUMOU, J. Où va l'Analyse du discours? Autour de la notion de formation discursive. *Texto!*, Paris, 2004. Disponível sur: http://www.revue-texto.net/Inedits/Guilhaumou_AD.html
- GUMBRECHT, H. U. [1978]. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática do texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

- HAMBURGER, E. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: NOVAIS, F. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. IV. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 440-487.
- HART, R. P. *Verbal Style and the Presidency*. Orlando: Academic Press, 1984.
- HENRY, P. [1984]. A história não existe? In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 29-53.
- HJEMSLEV, L. [1959]. *Ensaaios lingüísticos*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- HOMERO. [IX-VIII a.C.]. *Iliada (em versos)*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- HOMERO. [IX-VIII a.C.]. *Odisséia*. 3ª ed. Trad. de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1960.
- INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.
- INDURSKY, F. O texto nos estudos da linguagem. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. *Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006. p. 33-80.
- JAKOBSON, R. [1960]. Lingüística e Poética. In: *Lingüística e comunicação*. 18ª ed., São Paulo: Cultrix, 2001. p. 118-162.
- JAMIESON, K. H. *Eloquence in an Electronic Age. The Transformation of Political Speechmaking*. Nova Iorque: Oxford, 1988.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. [1996]. *Análise da Conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola, 2006.
- LE BART, C. *Le discours politique*. Paris: PUF, 1998. (Collection *Que sais-je?*)
- LE BON, G. [1895]. *Psychologie des foules*. 8ª ed., Paris: PUF, 2003.
- LE GOFF, J. Rei. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J-C. (Org.). [1999]. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Vols. I e II. Bauru: Edusc; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. p. 395-414.
- LEITE, S. S. I. *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Minerva, 1965.
- LIMA, M. E. A. T. *A Construção Discursiva do Povo Brasileiro: os discursos de 1.º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LYSIAS [440-360 a.C.]. *Discours*. Tome I. Paris: Belles Lettres. 1967.
- MACHADO, M. B. (Org.). *Rui Barbosa: Fotobiografia*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.
- MAINGUENEAU, D.; CHARAUDEAU, P. (Org.). [2002]. *Dicionário de Análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

- MAINGUENEAU, D. [1984]. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- MALDIDIER, D. [1990] *A inquietação do discurso*. Campinas: Pontes, 2003.
- MARCUSCHI, L. A. [2000]. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 6ª ed., São Paulo: Cortez, 2005.
- MARGOLIN, J-C. L'apogée de la rhétorique humaniste (1500-1536). In: FUMAROLI, M. (dir.). *Histoire de la rhétorique dans l'Europe moderne (1450-1950)*. Paris: PUF, 1999. p. 191-257.
- MARTIN, Hervé. La chaire, la prédication et la construction du public des croyants à la fin du Moyen Âge. *Politix - Parler en public: genèses*, Paris: Presses Fondation des Sciences Politiques, n° 26, p. 42-50, 1994.
- MAYAFFRE, D. *Le poids des mots. Le discours de gauche et de droite dans l'entre-deux-guerres*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2000.
- MAYAFFRE, D. *Paroles de président. Jacques Chirac (1995-2003) et le discours présidentiel sous la V^{ème} République*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2004.
- MIGUEL, L. F. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- MILNER, J-C. [1978]. *O amor da língua*. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1987.
- MONTIGLIO, S. Prises de parole, prises de silence dans l'espace public athénien. *Politix - Parler en public: genèses*, Paris: Presses Fondation des Sciences Politiques, n° 26, p. 23-41, 1994.
- MOREL, M.-A. Intonation, regard et genres dans le dialogue à batons rompus. In: *Langages*, Paris: Larousse, n° 53, p. 15-27, 2004.
- NIETZSCHE, F. [1896]. *Da retórica*. Lisboa: Vega/Passagens, 1999.
- NÓBREGA, Manuel da. [1549]. Carta e Diálogo sobre a conversão do gentio. In: OLIVIERI, A. C.; VILLA, M. A. (Org.). *Cronistas do Descobrimento*. 3ª ed., São Paulo: Editora Ática, 2002. p. 47-56.
- NOGUEIRA, A. *António Conselheiro e Canudos. Revisão histórica*. 2ª ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978. (Coleção Brasileira, vol. 355).
- NOVA VULGATA. *Bibliorum Sacrorum Editio*. In: <http://www.vatican.va/archive/bible>.
- ORLANDI, E. P. [1985]. A fala de muitos gumes. In: ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. 4ª ed. Campinas, Pontes, 1996.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

- ORLANDI, E. P. Análise de discurso. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. *Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006. p. 11-31.
- OSAKABE, H. [1979]. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PÊCHEUX, M. et al. L'Analyse de discours en France. *Buscila*, Paris, n° 1, p. 53-65, 1984.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1997a. p. 61-161.
- PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3ª ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b.
- PÊCHEUX, M. [1983]. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997c.
- PÊCHEUX, M. [1983]. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999a. p. 49-57.
- PÊCHEUX, M. [1984]. Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso. *Escritos*, Campinas: Labeurb/Nudecri, n° 04, p.7-16, 1999b.
- PIOVEZANI, C. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, M. R. (Org.). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003b. p. 49-64.
- PIOVEZANI, C. *Du discours politique sur l'écran: pour une analyse du discours sous le patronage d'Hermès*. (Comunicação oral apresentada no Colóquio *Technologies du langage: vers la société du savoir*) UNESCO, Paris, setembro de 2005.
- PIOVEZANI, C. Análise do discurso político: novos objetos, novas perspectivas. In: NAVARRO, P. (Org.). *Estudos do Texto e do Discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 243-257.
- RIBEIRO, R. J. *A etiqueta no antigo regime*. São Paulo: Editora Moderna, 1998.
- RIVIÈRE, J.-L. La vague de l'air. *Traverses - La voix et l'écoute*, Paris: Minuit, n° 20, p. 17-25, 1980.
- ROBIN, R. [1973]. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1987.
- ROSANVALLON, P. *Leçon inaugurale de la Chaire d'Histoire Moderne et Contemporaine du Politique*. Paris: Collège de France, 2002.
- SALAZAR, P.-J. La voix au XVIIème siècle. In: FUMAROLI, M. (dir.). *Histoire de la rhétorique dans l'Europe moderne (1450-1950)*. Paris: PUF, 1999. p. 787-822.

- SARGENTINI, V. O. Vozes anarquistas: gênese do trabalhismo brasileiro. In: GREGOLIN, M. R. V. (Org.). *Filigranas do discurso: as vozes da história*. Araraquara: FCL/UNESP/Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000. p. 213-229.
- SARGENTINI, V. O. A teatralidade na geração de empregos. In: GREGOLIN, M. R. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 125-134.
- SAUSSURE, F. [1916]. *Curso de Lingüística Geral*. 22ª ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- SENNETT, R. [1974]. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- SENNETT, R. [1994]. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SERIOT, P. *Analyse du discours politique soviétique*. Paris: IMSECO, 1985.
- SOARES de SOUSA, G. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Edição preparada por Francisco Adolfo de Varnhagen. 4ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional/Editora da USP, 1971.
- SODRÉ, M. [1977]. *O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil*. 6ª ed., Petrópolis: Vozes, 1999.
- SODRÉ, H. *História universal da eloqüência*. Tomos I e II. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1959.
- TÁCITO [81 d. C.]. *Dialogue des orateurs*. Paris: Belles Lettres, 2003.
- TAVARES, D. M. *Discurso político e polêmica: a construção da imagem de uma candidata*. (Dissertação de Mestrado). FFLCH/USP, São Paulo, 2002.
- TCHAKHOTINE, S. *Le viol des foules par la propagande politique*. Paris: Gallimard, 1952.
- TUCÍDIDES. [411 a.C.]. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: EDUNB / São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1986.
- VERNANT, J. P. *Les origines de la pensée grecque*. Paris: PUF, 1962.
- VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: MELO e SOUZA, L. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. p. 331-385.
- ZOPPI-FONTANA, M. *Cidadãos Modernos. Discurso e representação*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.